

ARQUEOLOGIA PANTANEIRA
história e historiografia (1875 - 2000)

Jorge Eremites de Oliveira

ARQUEOLOGIA PANTANEIRA
história e historiografia (1875 - 2000)

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2008

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Foto

Inscrição rupestre do sítio São Domingos, em Corumbá,
fotografada por Jorge Eremites de Oliveira em fevereiro de 2006.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

980.41	Oliveira, Jorge Eremites
O48a	Arqueologia pantaneira : história e historiografia (1875-2000). / Jorge Eremites de Oliveira. – Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008. 222p. ISBN 978-85-61228-09-5 1. Índios da América do Sul, Brasil – Pantanal Mato-grossense (MT e MS) – Historiografia. 2. Pantanal Mato-grossense (MT e MS) – Antiguidades. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso - Caixa Postal 322
CEP - 79825-070 - Dourados - MS
Fone: (67) 3411-3622
edufgd@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

À memória de Humberto Eremites de Oliveira, navegador ousado da Fernandes Vieira e de outras antigas naus pantaneiras, meu pai. *Saudades.*

A minha esposa Vanderlúcia (“Preta”) – *Che Kambami* – pelo amor incomensurável que me faz mais humano. *Che ro haihu.*

Muitas vezes, reconstruções históricas elegantes mascaram a imprecisão dos métodos de escavação, e freqüentemente o cálculo e os métodos de classificação automática são utilizados como “álibis” que escondem a pobreza de hipóteses históricas e antropológicas; a renovação é mais um programa do que uma apuração de resultados.

Adam Schnapp

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PRIMEIRO MOMENTO DA ARQUEOLOGIA	
PANTANEIRA	29
1.1. PRIMEIRAS DESCOBERTAS DIVULGADAS	35
1.2. MAX SCHMIDT	40
1.3. BRANKA SUSNIK	54
1.4. OUTROS APORTES IMPORTANTES	78
1.5. CAÇADORES DE CIVILIZAÇÕES PERDIDAS	84
2. SEGUNDO MOMENTO DA ARQUEOLOGIA	
PANTANEIRA	91
2.1. A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	94
2.2. O PROJETO CORUMBÁ	111
2.3. OUTROS PROJETOS RELEVANTES	154
2.4. PESQUISAS NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA EMPRESARIAL	159
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182

INTRODUÇÃO

Este trabalho convenceu-me de que a reconstrução da pré-história é freqüentemente mais difícil do que podemos admitir e que os pré-historiadores raramente consideram a gama completa de explicações alternativas que podem ser aplicadas aos dados coletados. Numa disciplina, em que as interpretações estão carregadas de incerteza, é importante ser exigente quanto às alternativas possíveis.

Bruce G. Trigger

No primeiro semestre de 1988, quando iniciei o curso de graduação em história no antigo Centro Universitário de Corumbá (CEUC), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), posteriormente rebatizado de Campus do Pantanal, tomei conhecimento – para minha surpresa na época – da máxima de que a universidade possui três atividades fins: ensino, pesquisa e extensão. Aquela foi uma descoberta bastante intrigante e desafiadora para um jovem calouro que tinha acabado de concluir o ensino médio em uma conhecida escola pública da cidade, a escola estadual Júlia Gonçalves Passarinho.

Assim que tomei conhecimento desses três pilares indissociáveis das instituições de ensino superior, tidas como suas verdadeiras atividades fins, procurei alguns professores em busca de uma oportunidade para aprender algo que praticamente desconhecia até então, a extensão e a pesquisa científica. Tive sucesso na extensão e no segundo semestre daquele ano fui monitor da disciplina de educação física, na área de natação, ministrada pelo saudoso professor Protásio Fernando Nery, o melhor extensionista com que trabalhei até os dias de hoje. Na pesquisa as dificuldades foram maiores porque na ocasião quase todos os docentes do curso de história não puderam atender ao meu pedido. A maioria não desenvolvia projetos de pesquisa ou se desenvolvia não tinha interesse em orientar alunos em atividades de iniciação científica. Aquele era um tempo de pouca produção científica na instituição, diferentemente do que acontece nos dias de hoje, o que muito dificultava a iniciação à pesquisa acadêmica por parte dos estudantes de graduação.

Felizmente, em fins no segundo semestre daquele mesmo ano, a professora Vilma Teixeira Marques, quem na época respondia pela disciplina de história antiga, convidou-me para fazer parte de um projeto

de arqueologia que estava sendo elaborado por biólogos, geógrafos e historiadores do CEUC. Seria um projeto interinstitucional e multidisciplinar que também envolveria estudantes de graduação, algo que de imediato chamou a minha atenção, embora não soubesse muito bem o que fosse a arqueologia. Isto porque ainda não tinha tido contato com a disciplina, muito menos com a profissão de arqueólogo, exceto, é claro, por meio de algumas informações pouco apuradas obtidas em reportagens jornalísticas, filmes de aventura, desenhos animados e livros didáticos. Além disso, das obras existentes na biblioteca do campus, os livros “Pré-história”, de André Leroi-Gourhan (1981), e “A evolução cultural do homem”, de Vere Gordon Childe (1986), dois clássicos da literatura arqueológica mundial, eram das poucas referências disponíveis para tomar ciência do assunto. Apesar de esta situação ter sido um tanto quanto pitoresca, a arqueologia foi a oportunidade que procurava para dar os primeiros passos – e muitos tropeços – na pesquisa e por este motivo aceitei o convite de pronto.

Na mesma ocasião, ao acompanhar uma outra professora da UFMS que em princípio participaria do projeto, a historiadora Maria do Carmo Brazil, juntamente com dois grandes amigos de graduação, Humberto de Mello Pereira e Vanir Maria de Oliveira Lousada, conheci um sítio arqueológico com inscrições rupestres localizado na fazenda Band’Alta, em Corumbá, nas proximidades do sopé da morraria de Santa Cruz. Ali foi o primeiro contato direto que tive com o passado arqueológico dos povos indígenas que se estabeleceram no Pantanal em tempos pré-coloniais.

Finalmente vários professores encaminharam à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da universidade um projeto intitulado Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Corumbá. Tratava-se de praticamente da réplica de um outro projeto de pesquisa, o Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú, que em 1989 estava em andamento sob a responsabilidade, no âmbito da instituição, do geólogo José Luiz Lorenz Silva, professor no Campus de Três Lagoas. Ambos os projetos fizeram parte do Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul, coordenado pelo professor Pedro Ignacio Schmitz, sacerdote da Companhia de Jesus, arqueólogo e diretor do Instituto Anchietano de Pesquisa (IAP), estabelecimento com grande tradição e reconhecimento em pesquisas arqueológicas, ligado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Em meados de 1989, quando o projeto foi aprovado na UFMS, todos os professores de história desistiram da arqueologia. Permaneceram, porém,

dois pesquisadores do então Departamento de Ciências do Ambiente (DAM): o geógrafo Sérgio Wilton Gomes Isquierdo, meu orientador de iniciação científica de 1989 a 1990, e a bióloga Maria Angélica de Oliveira Bezerra, minha orientadora de 1990 a 1991.

No ano de 1989 a equipe da UFMS, apesar de pouco saber sobre arqueologia, localizou e registrou alguns sítios arqueológicos nas redondezas das cidades de Corumbá e Ladário e recebeu informações sobre outros tantos existentes no Pantanal. A partir de 1990 a equipe do IAP passou a realizar pesquisas de campo no Pantanal, sempre no mês de julho, em pleno inverno seco. No mesmo ano Pedro Ignacio Schmitz percebeu que o Pantanal era uma região mais interessante do ponto de vista da arqueologia do que havia pensado inicialmente.

Em julho de 1991 a equipe do IAP realizou o único trabalho de campo sem a presença de seu coordenador geral, quem na ocasião realizava estudos no Smithsonian Institution, em Washington, Estados Unidos, com o apoio de Betty J. Meggers, uma das mais conhecidas arqueólogas dedicadas ao estudo dos antigos povos indígenas amazônicos. Aquele trabalho de campo foi bastante produtivo do ponto de vista científico, haja vista a conclusão do levantamento de dezenas de sítios arqueológicos na região do Abobral, embora tenha sido igualmente estressante do ponto de vista das relações pessoais. Aconteceu que na ausência do coordenador geral do projeto, duas pesquisadoras do IAP permaneceram dias a disputar em vão o papel do líder da equipe.

Os sítios levantados na ocasião correspondem a dezenas de estruturas monticulares total ou parcialmente artificiais, isto é, construídas por seres humanos, conhecidos na literatura arqueológica nacional como aterros (*mounds* em inglês), mas que no Pantanal também são mencionados como aterrados, capões-de-aterro, aterros-de-bugre, capões-de-mato e cordilheiras.

No dia 22 de julho de 1991, quando a equipe havia regressado da região do Abobral, fizemos uma rápida pesquisa bibliográfica no Instituto Luiz de Albuquerque (ILA), prédio que abrigava um museu local e uma das maiores bibliotecas da cidade. Naquela instituição tomei conhecimento do livro “Tipos de aspectos do Pantanal”, escrito por J. Lucídio N. Rondon (1972). Quando li esta obra soube que no passado os índios canoeiros Guató construíram aterros no Pantanal, embora isso não tivesse ocorrido nas regiões em que fizemos pesquisas arqueológicas. Até aquela data nenhum membro da equipe havia aprofundado os estudos sobre a literatura arqueológica,

etnohistórica e etnológica relevante ao conhecimento dos povos indígenas pantaneiros. Foi a partir de então que tomei a decisão de passar a estudar o modo de vida dos Guató, não apenas através de fontes textuais primárias e secundárias, mas também por meio do conhecimento da tradição oral e da história de vida de alguns indígenas que residiam em bairros pobres de Corumbá. Posteriormente passei a realizar pesquisas arqueológicas e etnoarqueológicas em uma pequena parte do território tradicional desse grupo na região do Morro do Caracará e do rio São Lourenço, em Poconé, Mato Grosso. Parte dos resultados desses estudos consta em minha tese de doutorado, intitulada “Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal”, defendida em 2002, da qual este livro é uma versão revisada e ampliada de sua primeira parte.

Em setembro de 1991 participei como ouvinte da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada na Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Rio de Janeiro, ocasião em que Pedro Ignacio Schmitz, meu primeiro mestre em arqueologia, convidou-me para estagiar no IAP a partir do mês de janeiro de 1992. Para isso ofereceu-me uma bolsa de aperfeiçoamento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do governo federal de apoio à capacitação de pesquisadores no Brasil, a qual me foi de grande valia. No primeiro semestre desse ano, na condição de aluno especial, cursei a disciplina de Populações Indígenas Iberoamericanas, ministrada pelo referido professor ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Em agosto de 1992 ingressei na primeira turma do mestrado em história, área de concentração em arqueologia, do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Aquela era uma turma bastante animada e estudiosa, constituída por jovens arqueólogos ávidos por trabalhos de campo e sedentos por rever antigos paradigmas em voga na arqueologia brasileira. Meu orientador foi o professor Klaus Peter Kristian Hilbert, na época o principal entusiasta da Nova Arqueologia (*New Archaeology*) ou Arqueologia Processual no Sul do país.

Em fins de janeiro de 1995 defendi minha dissertação de mestrado e no ano seguinte tive a oportunidade de publicá-la sob o título “Guató: argonautas do Pantanal”. Escolhi este título porque na mitologia grega argonauta era o tripulante lendário, o navegador ousado da nau Argo, nome imortalizado no clássico “Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do

empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia”, publicado pela primeira vez em 1922 e escrito por Bronislaw Malinowski (1884-1942), um dos fundadores da antropologia moderna, quem pela primeira realizou uma pesquisa etnográfica de fôlego, densa, cujo método foi por ele batizado de observação participante.

De lá para cá continuei interessado em conhecer os povos indígenas que ocuparam e os que ainda ocupam as áreas inundáveis da planície pantaneira. Essas áreas têm sido por mim chamadas de *terras baixas* do Pantanal. Assim o fiz em oposição às *terras altas*, aquelas formadas por áreas serranas, morros isolados e adjacências, como as dos planaltos residuais de Urucum e Amolar, que não são periodicamente inundadas durante as cheias. Esta é uma divisão de caráter mais ilustrativo e didático do que estritamente geomorfológico. Não deve ser vista como algum tipo de determinismo ambiental ou rotulação de caráter evolucionista, muito menos confundida com a distinção entre *várzea* e *terra firme* da Amazônia ou entre *terras altas* (região andina; *altas culturas*) e *terras baixas* (regiões não-andinas; *baixas culturas* ou *povos marginais*) da América do Sul. A divisão proposta levou em conta as pesquisas arqueológicas, etnológicas e etnohistóricas que atestam que as terras baixas foram em grande parte o território de vários povos pescadores-caçadores-coletores, como os canoeiros Guató, Guasarapo e Payaguá. As terras altas, por sua vez, constituíram-se majoritariamente no território de povos agricultores chamados genericamente de Chané (Guaná), Guarani e Xaray, conforme tenho explicado em várias publicações (ver Eremites de Oliveira & Viana 2000).

No mês de maio do ano da publicação de meu livro iniciei, após ter sido aprovado em concurso público, a carreira de docente da UFMS em Dourados, no antigo e memorável Departamento de Ciências Humanas (DCH), onde assumi as disciplinas de história antiga e historiografia brasileira. Hoje em dia o DCH corresponde à atual Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), uma das novas Instituições Federais de Ensino Superior do país, criada em 2005 e implantada em 2006.

Transcorridos mais de dez anos desde que ingressei na academia, inicialmente como aluno de graduação, em 1988, e posteriormente como professor e pesquisador, em 1996, avalio que ter aceitado o convite feito pela professora Vilma Teixeira Marques foi uma feliz escolha que tomei em minha vida profissional.

Enfim, foi mais ou menos assim que me tornei arqueólogo e, por meio da arqueologia, passei a ter cada vez mais interesse pela etnohistória e pela etnologia.

Registradas essas breves considerações iniciais, propositalmente escritas para quebrar o protocolo tradicional de uma publicação acadêmica que trata de um tema ainda pouco conhecido para o público em geral, tenho a dizer que este livro também é o registro de parte da história de vida de quem o escreveu. Isto porque, embora esteja ciente de que não existe neutralidade científica, tenho clareza de que este trabalho é produto de seu tempo e por isso mesmo é historicamente nele situado. Está inserido em uma situação espaço-temporal específica e também é um documento, no sentido de registro do pensamento humano, sobre o atual estado da arte da arqueologia brasileira e acerca de minhas condições de trabalho, preocupações e aspirações enquanto cientista social e agente histórico.

Devo admitir ainda que até pouco tempo tivesse certa “aversão pessoal por questões teóricas e por noções abstratas, agravadas por uma deficiente preparação filosófica”, da qual falou José Mattoso (1988:15). Por outro lado, tenho procurado manter o vínculo com minha formação primeira, a de historiador, através da qual adquiri alguma habilidade no trato de fontes textuais diversas e na análise historiográfica da literatura científica. Também tenho buscado apurar minha visão sobre o processo histórico enquanto transcurso constituído por continuidades e descontinuidades, permanências e mudanças, ainda que tenha optado pela arqueologia desde o início de minha graduação. Por isso as discussões teórico-metodológicas que aqui teço foram pensadas e escritas para serem mais operacionais ou aplicáveis empiricamente e menos teóricas ou exageradamente abstratas.

Isto posto, acredito que a afirmativa feita por Bruce G. Trigger (1973:xv), citada na epígrafe desta Introdução, ainda é bastante pertinente para o atual momento por que passa a arqueologia brasileira, sobretudo para aqueles arqueólogos que continuam ávidos por produzir novos conhecimentos e rever antigos paradigmas e modelos interpretativos. Esses pesquisadores, muitos deles pós-graduados a partir das décadas de 1980 e 1990, cada vez mais recorrem a novos e mais eficazes aparatos teórico-metodológicos e assumiram uma postura mais crítica frente aos resultados de suas pesquisas. Por isso eles têm sido mais abertos às inovações registradas no âmbito da arqueologia mundial. Nesta linha de raciocínio, não é demasiado redundante citar Carl-Axel Moberg (1986:21): “Devemos, de fato, ser severos e pessimistas na apreciação dos resultados obtidos por

nós próprios (e otimistas quando se trata de enfrentar os projetos)”.

A postura de Moberg remete inevitavelmente à tese de que as interpretações teóricas em arqueologia, assim como em todas as outras áreas das ciências sociais, são momentâneas, jamais verdades absolutas ou conhecimentos estanques. Ainda que *a priori* esta idéia possa parecer óbvia, simples ou elementar do ponto de vista filosófico, na prática é uma tendência aparentemente recente na arqueologia brasileira, embora tenha tomado força a partir da última década do século XX.

Assumir uma postura pessimista frente aos resultados das investigações arqueológicas não significa, pois, adotar um procedimento niilista em análises supostamente críticas, revisionistas ou historiográficas. É, antes de tudo, levar em conta um maior número possível de variáveis e possibilidades interpretativas durante a formulação e a revisão de hipóteses e teses sobre determinados assuntos. Isto implica, portanto, em tratar de questões relacionadas à própria lógica da dinâmica da pesquisa científica, ou seja, do processo de acumulação de conhecimentos (Hill 1991), assuntos estes também situados no campo da filosofia da ciência. No caso específico da arqueologia brasileira, não são poucos os trabalhos que além de apresentarem uma revisão crítica acerca de determinados temas, abordaram os contextos históricos em que as pesquisas foram desenvolvidas. Os diferentes aportes analíticos de Alfredo Mendonça de Souza (1991), Pedro Paulo A. Funari (1992, 1993a, 1993b, 1994a, 1994b, 1998a, 1998b, 1999a, 1999/2000), André Prous (1992, 1994), Tania Andrade Lima (1993, 2001), Adriana Schmidt Dias (1994), Gabriela Martin (1996), Johnni Langer (1997a, 1997b), Cristina Barreto (1998, 1999, 1999/2000), Lúcio Menezes Ferreira (1999, 2001), Tania Andrade Lima & Regina C. P. da Silva (1999), Maria do Carmo M. M. dos Santos (2001) e Solange Nunes de Oliveira (2002), dentre muitos outros arqueólogos que trabalham no Brasil, exemplificam a possibilidade de análise por mim defendida.

Neste livro trato do que tenho chamado de arqueologia pantaneira, de uma arqueologia voltada para a resolução de questões específicas daquela que é a maior área inundável contínua do planeta, a região do Pantanal, e não de uma nova modalidade ou subárea da pesquisa arqueológica. Apresento em um primeiro momento um breve e crítico histórico sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na região, tema de grande importância para a compreensão da história indígena pré-colonial das terras baixas e das terras altas pantaneiras. A proposta não se restringe unicamente a dizer quais foram ou são os pesquisadores que atuaram ou atuam no

Pantanal, relacionar seus projetos e enumerar suas publicações, quer dizer, fazer uma história historicizante ou factual. Neste trabalho, aliás, o termo história é mais empregado para se referir à disciplina e à história que fazem os historiadores (Cardoso & Brignoli 1990; Cardoso 1994), cujo conceito apresentado por Marc Bloch (1987:29) em muito se aproxima da compreensão que tenho da própria arqueologia: “A História é a ciência dos homens no tempo”. Isto porque entendo que a arqueologia é um projeto de ciência social que também estuda as sociedades humanas no tempo e no espaço. Este estudo é voltado para os múltiplos e indissociáveis aspectos sociais, culturais, ecológicos, políticos e econômicos que marcam a existência dos grupos humanos. A diferença maior da arqueologia para outras ciências sociais é que, dentre outras coisas, os arqueólogos realizam seus estudos por meio da análise da totalidade material produzida e consumida socialmente pelos seres humanos (Funari 1988), sobretudo através do estudo da chamada cultura material. Conseqüentemente, a proposição ora apresentada prima por ter uma orientação diferente da de uma história historicizante ou factual; busca ser mais audaciosa, crítica e inicialmente vai ao encontro da seguinte proposta apresentada por Funari (1994a:25), um dos maiores especialistas em teoria arqueológica no país: “O único caminho para entender o desenvolvimento da arqueologia no Brasil é estudar as relações entre a sociedade e suas mudanças e a prática científica”.

Dito isto e parafraseando R. G. Collingwood acredito que a história da arqueologia também serve para o autoconhecimento humano, o qual é aqui entendido da seguinte maneira:

Autoconhecimento, aqui, não significa da natureza corporal do homem, da sua anatomia e da sua fisiologia; nem mesmo um conhecimento da sua mente, na medida em que ela consiste em sensações e emoções; mas sim um conhecimento das suas faculdades de cognição, do seu pensamento ou do seu entendimento da razão (Collingwood 1981:257).

Serve ainda para o conhecimento da própria arqueologia: “Nada nega que a investigação arqueológica está influenciada por diferentes tipos de fatores. No presente, o mais controvertido é o contexto social em que os arqueólogos vivem e trabalham” (Trigger 1992:23). Ou aproveitando-me das reflexões de Arruda & Tengarrinha (1999:11), penso que nenhuma análise reflexiva sobre a produção dos arqueólogos, assim como dos historiadores e outros cientistas sociais, “pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais

gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade?”. Logo, nada mais prudente do que situar as pesquisas arqueológicas no Pantanal dentro do momento histórico em que foram produzidas.

Mas a análise ora explicada busca ir mais longe: entendo que uma história da arqueologia também implica em proceder a uma leitura historiográfica dos estudos arqueológicos. É o que passo a chamar pelo neologismo científico de arqueohistoriografia. Ciente de que conceituar é tarefa árdua, embora necessária no campo das ciências sociais, acredito que a arqueohistoriografia ou historiografia arqueológica é mais ou menos aquilo que Trigger (1992) considerou como sendo a história do pensamento arqueológico. Nesta perspectiva, cumpre citar o conceito de historiografia elaborado por Francisco Iglésias:

No estudo fascinante da história da história, ou melhor, da história da historiografia – separa-se o processo de desenvolvimento dos povos do seu estudo, seja descrição ou reflexão: aquele é história, este é historiografia –, vê-se que ela foi sempre objeto de cultivo, em todos os povos e épocas, como se poderia facilmente demonstrar (Iglésias 1979:267).

Em outras palavras, a historiografia é a história da história, ou seja, a história dos estudos históricos, a reflexão que se faz sobre a produção dos historiadores. Este conceito, que está consagrado mundialmente, compreende dois níveis, um epistemológico e outro da prática social (Lapa 1981, 1985). Portanto, arqueohistoriografia, tal como proposta aqui, nada mais é, bem entendido, do que a história dos estudos arqueológicos. A idéia não é nenhuma grande novidade na arqueologia brasileira. A produção intelectual acerca de temas como história indígena pré-colonial amazônica, arqueologia oitocentista, arqueologia guarani e origens do povoamento humano das Américas e do Brasil, vistos a partir de uma perspectiva histórica e historiográfica, respalda esta proposta.

Mas nem tudo é tão simples assim. Para efetuar uma leitura historiográfica da arqueologia pantaneira foi necessário arrolar vários tipos de fontes textuais sobre o assunto. Antes, porém, foi igualmente imprescindível saber quais escritos deveriam ser analisados, isto é, ter clareza sobre qual é o objeto de estudo da arqueohistoriografia e adaptá-lo aos objetivos de minhas investigações. Diante desta situação, as reflexões teóricas de Maria de Lourdes M. Janotti foram de grande utilidade:

Dessa maneira, não só obras originais, baseadas em pesquisa inédita e interpretações abrangentes do processo histórico nacional, mas também alguns textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica (Janotti 1990:81).

Portanto, todo tipo de bibliografia levantada, desde que tenha algum registro e interpretação de evidências arqueológicas, independentemente do momento de sua produção, foi analisada do ponto de vista historiográfico. Para tanto, mais uma vez valendo-me dos aportes teóricos de Janotti (1990) e Lapa (1985), adotei dois procedimentos básicos para o estudo analítico da produção intelectual a respeito da arqueologia pantaneira: o primeiro trata de contextualizar a produção intelectual no âmbito da conjuntura político-econômica e sociocultural da época, o que, aliás, já foi explicado anteriormente; o segundo diz respeito à análise das pesquisas realizadas e do desenvolvimento do pensamento arqueológico em dado período, isto é, do estudo das técnicas e orientações teórico-metodológicas, difusão de idéias e obras representativas, tendências, projeções, problemas e perspectivas acerca da produção dos arqueólogos.

Dois problemas tiveram de ser preliminarmente equacionados nesta tarefa. Em primeiro lugar foi necessário periodizar os estudos arqueológicos no Pantanal em dois momentos, pois, como disse José Honório Rodrigues, pensar em história implica em dividi-la, periodizá-la, uma vez que o pensamento possui começo, meio e fim:

A periodização tem como fim descobrir a estrutura de uma época histórica e como método a formação de conceitos que exprimem o ser próprio da época. Dentro de cada um desses conceitos deve ajustar-se à série de fatos, até mesmo os antagonônicos, que são também característicos da fase conceituada. A totalidade da época compreendida é, então, definida como categoria histórica (Rodrigues 1978:112).

Dessa maneira periodizei a história da arqueologia pantaneira em dois grandes momentos: o das primeiras investigações, que abrange pouco mais de um século, *grosso modo* da década de 1870 à de 1980, e o do momento atual, iniciado em fins da década de 1980 até os dias de hoje. Entrementes, esses “dias de hoje” limitaram-se ao ano de 2000.

Em segundo lugar, tenho ciência de que examinar criticamente o momento mais recente das pesquisas arqueológicas no Pantanal é tarefa delicada, haja vista que neste período também atuei diretamente. Mais ainda, faço parte da geração de jovens arqueólogos brasileiros da última

década do século XX. Trata-se de uma geração heterogênea que tem protagonizado significativos debates e importantes mudanças políticas e científicas registradas na arqueologia brasileira. Por isto, mais uma vez creio ser necessário citar José Honório Rodrigues:

Atribui-se um papel preponderante na marcha da história às gerações e procura-se compreender como as vigências e as inovações substanciais coincidem com as sucessões cíclicas de gerações. Ora, as variações humanas, tema central da história, dependem das gerações, que são os fatores humanos destas transformações. A história move-se em função das gerações sucessivas. Cada geração representa uma certa atitude diante da vida, dos problemas e situações que esta apresenta. Mas a geração não coincide com a idade. Um velho pode pensar como um moço. Nem todos os contemporâneos são coetâneos, isto é, possuem a mesma idade histórica, possuem os mesmos ideais e se comportam igualmente diante do drama. Pois o conjunto dos que são coetâneos é que constitui uma geração (Rodrigues 1978:122).

E concluiu o autor:

Nem sempre há crise, porque existem fases históricas cumulativas, em que a nova geração se sente solidária ou homogênea com a anterior, e também épocas eliminatórias ou polêmicas, em que se combatem e se iniciam as novas formas. Deste modo, uma geração é uma mudança de sentir e compreender a vida, oposta à maneira anterior, ou pelo menos, diferente dela. Nas gerações renovadoras aparecem sempre os mestres da transição, aqueles que, pela primeira vez, ensinam os novos caminhos. Sem eles a geração que representam e a história parariam, numa formação definitiva, sem possibilidade de renovação radical (Rodrigues 1978:123).

Evidentemente que Rodrigues discutiu sobre a periodização na história da humanidade e não acerca da história e da historiografia dos estudos arqueológicos. Não obstante suas reflexões são oportunas para um repensar contínuo e permanente sobre o transcurso da arqueologia no país, na tentativa de compreender o atual momento pelo qual ela e, por conseguinte, todos os arqueólogos brasileiros, passam. Compreendo, portando, que tratar do período mais recente das pesquisas arqueológicas no Pantanal, sobretudo da história do Projeto Corumbá, é ter o presente como história (cf. Hobsbawm 1998). Evidentemente que gerações futuras terão de valer-se de um grande esforço de imaginação para compreender certos fatos que observei de perto, embora não com o necessário estranhamento de que seria necessário. Ter o presente como história, no caso a arqueologia pantaneira

de fins do século XX e limiar do XXI, implica em querer fazer algo como uma história imediata, isto é, uma operação histórica “produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada”, como disse Jean Lacouture (1993:216). Um estudo assim envolve ao menos três grandes problemas, a saber:

[...] o da própria data de nascimento do historiador ou, em termos mais gerais, o das gerações; os problemas de como nossa própria perspectiva do passado pode mudar enquanto procedimento histórico; e o de como escapar às suposições da época partilhadas pela maioria de nós (Hobsbawm 1998:243).

Associado aos três problemas apontados, acrescenta-se o fato de estar valendo-me de minha própria memória para tratar da história mais recente dos estudos arqueológicos no Pantanal. Sobre este assunto, assim disse Le Goff em um outro ensaio de sua autoria:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff 1992:423).

Valer-se da própria memória não necessariamente implica em fazer o que alguns poderiam chamar de uma “ego-história”. É, isto sim, construir uma interpretação pessoal e menos causal sobre o momento contemporâneo da arqueologia pantaneira, o que não implica em ignorar as muitas limitações e armadilhas que o calor da hora e a memória impõem a esse tipo de análise.

Faço questão ainda de registrar que algumas das interpretações tecidas neste livro talvez possam ser interpretadas como polêmicas, pois poderão gerar controvérsias e questões de litígio com alguns colegas pouco acostumados ao debate acadêmico aberto, franco e sincero. Sem um debate deste nível, *vis-à-vis*, a ciência não se desenvolveria e ficaríamos restritos às fofocas que comumente ocorrem nos bastidores da academia ou, na melhor das hipóteses, na confraternização dos arqueólogos nos bares e restaurantes dos lugares onde ocorrem os eventos da área. Por motivos dessa ordem é que afirmo desde pronto que as análises apresentadas no decorrer deste trabalho não foram elaboradas com o intuito de se transformarem em um instrumento de difamação acadêmica, pelo contrário. Digo isto porque tratar da arqueologia pantaneira, sobretudo do momento correspondente

à última década do século XX, também é um desafio de estar analisando meus próprios trabalhos e, o que é mais delicado, os de meus colegas. Ainda assim decidi escrever e publicar minhas idéias sobre o assunto. Ou como bem frisou Pierre Bourdieu:

A história da literatura em sua forma tradicional continua presa ao estudo ideográfico de casos particulares capazes de resistir ao deciframento enquanto forem apreendidos como “pedem” para sê-lo, quer dizer, em si mesmos e por si mesmos, e ignora quase que completamente o esforço por reinserir a obra ou o autor singular que toma como objeto no sistema de relações constitutivo da classe dos fatos (reais ou possíveis) de que faz parte sócio logicamente. Tal ocorre porque o obstáculo epistemológico com que se defronta qualquer apreensão estrutural, o indivíduo diretamente perceptível, *ens realissimum* pedindo insistentemente para ser pensado em sua existência separada e exigindo por isso uma apreensão substancialista, reveste-se aqui com a forma de uma individualidade “criadora” cuja originalidade deliberadamente cultivada parece propícia a suscitar o sentimento da irredutibilidade e a reverência (Bourdieu 1992:183).

Por último, quero registrar meus agradecimentos a alguns amigos que leram a versão original do texto que culminou com este livro. São profissionais que contribuíram para o amadurecimento das análises aqui apresentadas, muito embora deva salientar que as idéias aqui publicadas são de minha inteira responsabilidade. São eles, por ordem alfabética: Adelina Pusineri, Eudes Fernando Leite, Klaus Peter Kristian Hilbert, Pedro Paulo A. Funari, Solange Bezerra Caldarelli e Tania Andrade Lima.

1

PRIMEIRO MOMENTO DA ARQUEOLOGIA PANTANEIRA

Iniciava-se o século em que o Brasil, ao lado do México, seria um dos países latino-americanos mais visitados por estrangeiros. A imensidão geográfica, as riquezas naturais e a diversidade étnica atraíram um grande número de estudiosos, profissionais e diletantes, ou simplesmente interessados em fazer suas *descobertas*, cujos objetivos tinham lá seus compromissos. Razões econômicas, científicas e políticas justificaram a maioria de ousadas viagens de exploração...

Karen Lisboa

Desde o século XIX, sobretudo após o final da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), até as primeiras décadas do XX, alguns relatos e algumas interpretações sobre sítios arqueológicos no Pantanal foram produzidos e divulgados. A maioria desses registros se deu ao longo de expedições científicas estrangeiras. Alguns estudos, todavia, não aconteceram no pós-guerra por mera coincidência.

Ao terminar aquele que é tido como um dos maiores conflitos bélicos da história das Américas, a livre navegação pelo rio Paraguai foi bastante intensificada. De um ponto de vista diplomático e geopolítico este fato favoreceu ainda mais a realização de expedições estrangeiras de caráter científico e exploratório pelo interior do Brasil. Também estimulou a organização de expedições brasileiras para fins de defesa e delimitação das fronteiras do país com a Bolívia e o Paraguai; este é o caso de algumas viagens feitas por militares do exército brasileiro.

A livre navegação pelo rio Paraguai ainda favoreceu o desenvolvimento do comércio fluvial entre o antigo estado de Mato Grosso e outras importantes regiões platinas, algumas delas com acesso direto ao Atlântico¹. Segundo Virgílio Corrêa Filho (1969), após a guerra

¹ O antigo estado de Mato Grosso compreende os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia. Em 1943 o governo central desmembrou parte do território mato-grossense para criar o antigo Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia. Em 1977, época do regime militar implantado com o golpe de 1964, foi novamente dividido. Da parte meridional foi criado Mato Grosso do Sul e a setentrional permaneceu como Mato Grosso. Assim, quando utilizo a expressão *antigo Mato Grosso* refiro-me ao período anterior à criação do Território Federal do Guaporé e do

o rio Paraguai tornou-se freqüentado por navios que importavam tecidos, ferragens, sal e outros artigos para serem comercializados por couros, solas, carne-seca, ipecacuanha e outros produtos regionais de exportação.

Foi neste cenário que algumas expedições científicas estrangeiras percorreram o Brasil do século XIX e atingiram parte da região do Pantanal. Essas missões tiveram grande ímpeto com a abertura dos portos brasileiros, em 1808, consequência do advento da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, episódio que pôs fim ao exclusivismo lusitano sobre o Brasil (Lisboa 1999). Dos grupos de exploradores que por ali passaram, poucos realizaram estudos arqueológicos e etnográficos em território pantaneiro.

As expedições fizeram parte de um movimento maior: a expansão das ciências naturais por meio do método da observação. A natureza e o homem dos trópicos, o *outro*, além de serem vistos como exóticos, constituíram o objeto de estudo para muitos cientistas influenciados por idéias evolucionistas da época. Nas palavras de Maria Sylvia Porto Alegre:

As expedições eram conduzidas por naturalistas, médicos, botânicos e zoólogos, que se faziam acompanhar por pintores e desenhistas, encarregados de registrar a natureza e os tipos humanos da forma mais fidedigna e minuciosa possível, numa antecipação da fotografia (Porto Alegre 1994: 59).

Mais adiante a autora pontuou da seguinte maneira:

Durante todo o século XIX, grande número de viajantes estrangeiros percorreu o Brasil, produzindo uma variedade de relatos, que vão de diários impressionistas de viagem a relatórios comerciais e estudos científicos, passando por memórias descritivas, tratados filosóficos, informes econômicos, etc. É uma produção bastante heterogênea, onde predominam os viajantes ingleses, franceses, americanos e alemães, entre os quais, além de curiosos diletantes, incluem-se representantes diplomáticos, comerciantes, religiosos, artistas e cientistas (Porto Alegre 1994:62-63).

No que diz respeito à história mais recente do Pantanal, muitos historiadores são uníssonos na defesa da tese de que a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança constituiu-se em uma espécie de divisor de águas na história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Valmir Batista

estado de Mato Grosso do Sul, isto é, ao Mato Grosso *uno*.

Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa são dois deles:

A invasão paraguaia em território sul-mato-grossense foi um divisor de águas no processo de ocupação da fronteira oeste e imprimiu profundas marcas no desenvolvimento da região. Assim, provocando a ruptura do processo de ocupação colonial de Mato Grosso e transformações significativas no setor econômico, a região passou a partir de então a receber influência direta e decisiva do comércio importador-exportador platino (V. Corrêa & L. Corrêa 1985:45).

Esta situação, por conseguinte, também propiciou uma série de transformações políticas e sócio-econômicas em algumas cidades pantaneiras. Em Corumbá, por exemplo, surgiu uma burguesia ligada à importação e à exportação de diversos tipos de mercadorias. Corumbá, diga-se de passagem, após ter sido arrasada durante a guerra, transformou-se em um dos mais importantes pólos comerciais do interior do país:

A expansão do comércio portuário local, interligando comercialmente o Prata com outras cidades de Mato Grosso e a ação do mascate fluvial na zona pantaneira permitiram uma acumulação de capital exteriorizada na imponência de suas casas comerciais, seus prédios urbanos e no crescente prestígio político do comerciante. Tornou-se comum, e cada vez mais freqüente, a presença de comerciantes de Corumbá nas listas da Guarda Nacional com patentes tradicionalmente adquiridas pelos grandes proprietários, ou ainda, comerciantes eleitos para a Câmara Municipal e/ou Juizes de Paz (V. Corrêa 1985:12-13).

Em fins do Império e início da República, Mato Grosso estava economicamente recuperado dos prejuízos causados durante o conflito com o Paraguai e devidamente inserido no cenário econômico e geopolítico platino. Também era visto como uma espécie de paraíso ou laboratório natural para cientistas estrangeiros deslumbrados com sua diversidade paisagística e sociocultural. O fascínio maior foi pela região do alto Xingu, ainda hoje a menina dos olhos de muitos antropólogos brasileiros e brasilianistas.

Mas nem toda a história do antigo Mato Grosso é caracterizada pelo crescimento econômico registrado no pós-guerra. A violência era freqüente e marcada por conflitos armados que, não raramente, envolviam os *coronéis* e os *bandidos* da região durante disputas pelo poder político local:

A história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nas primeiras décadas do período republicano (1889-1943), foi na realidade a história de um *povo*

armado. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência que acabou por confundir com o próprio modo de vida do matogrossense. Essa violência, que atingiu profundas dimensões na política regional após a queda do regime monárquico, não significou o surgimento de uma situação historicamente inédita, mas seguramente resultou do próprio processo de ocupação e desenvolvimento da região desde o período colonial (V. Corrêa 1995:25).

Faço aqui um adendo: a prática da extrema violência também foi estendida, por parte do próprio Estado Brasileiro e da sociedade nacional, em diferentes graus e por meio de variadas estratégias, a todos os povos indígenas estabelecidos no antigo sul Mato Grosso e outras regiões (Vasconcelos 1999). Grande parte dessa violência foi direcionada para a usurpação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas. Exemplo disso são as terras indígenas Ñande Ru Marangatu, de uma comunidade Kaiowá localizada no município de Antônio João, e Buriti, de uma comunidade Terena situada nos municípios de Dois Irmãos de Buriti e Sidrolândia, ambos no estado de Mato Grosso do Sul (ver Eremites de Oliveira & Pereira 2003, 2007; Pereira & Eremites de Oliveira 2007). Disso tudo resultou a formação histórica de grande parte da estrutura fundiária dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta também é uma das principais causas para a origem de muitos dos atuais conflitos pela terra protagonizados por fazendeiros e comunidades indígenas.

Posteriormente, além da ligação feita através do rio Paraguai, a região do Pantanal passou a ser ligada a outras áreas do continente pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Esta ferrovia, que tem início em Bauru, São Paulo, foi concluída até Porto Esperança, povoado situado à margem esquerda do rio Paraguai e abaixo de Corumbá, em 1914 (Queiroz 1997, 2004).

Na década de 1930, o então jovem e pouco conhecido antropólogo Claude Lévi-Strauss (1998), fundador e maior expoente do estruturalismo, autor de “Tristes Trópicos” e de outras tantas obras mundialmente conhecidas, viajou por essa ferrovia em direção a uma região tradicionalmente ocupada pelos índios Kadiwéu, a serra de Bodoquena. Em 1952 a ferrovia finalmente foi concluída até a cidade de Corumbá, o que também foi viabilizado pela construção de uma ponte sobre o rio Paraguai. Com a construção da ferrovia e, anos mais tarde, de rodovias que passaram a ligar o antigo Mato Grosso a outras regiões do Brasil, gradativamente e em função de múltiplos fatores políticos e econômicos, o comércio fluvial de Corumbá e de outras

ciudades pantaneiras perdeu muito de sua importância, embora jamais tenha deixado de existir.

Foi em um contexto histórico desse tipo que a arqueologia pantaneira começou a surgir.

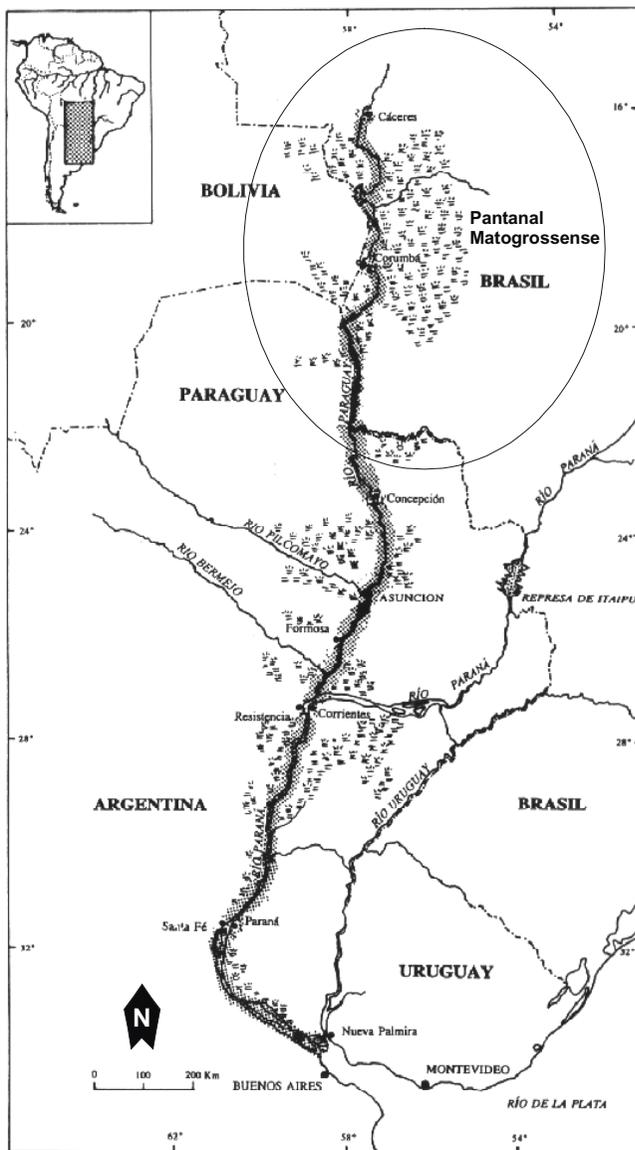


Figura 1: Bacia platina com destaque para a hidrovía Paraguai-Paraná e indicação da região onde está inserido o Pantanal Matogrossense.

(Fonte: Bucher et al. 1994:6).

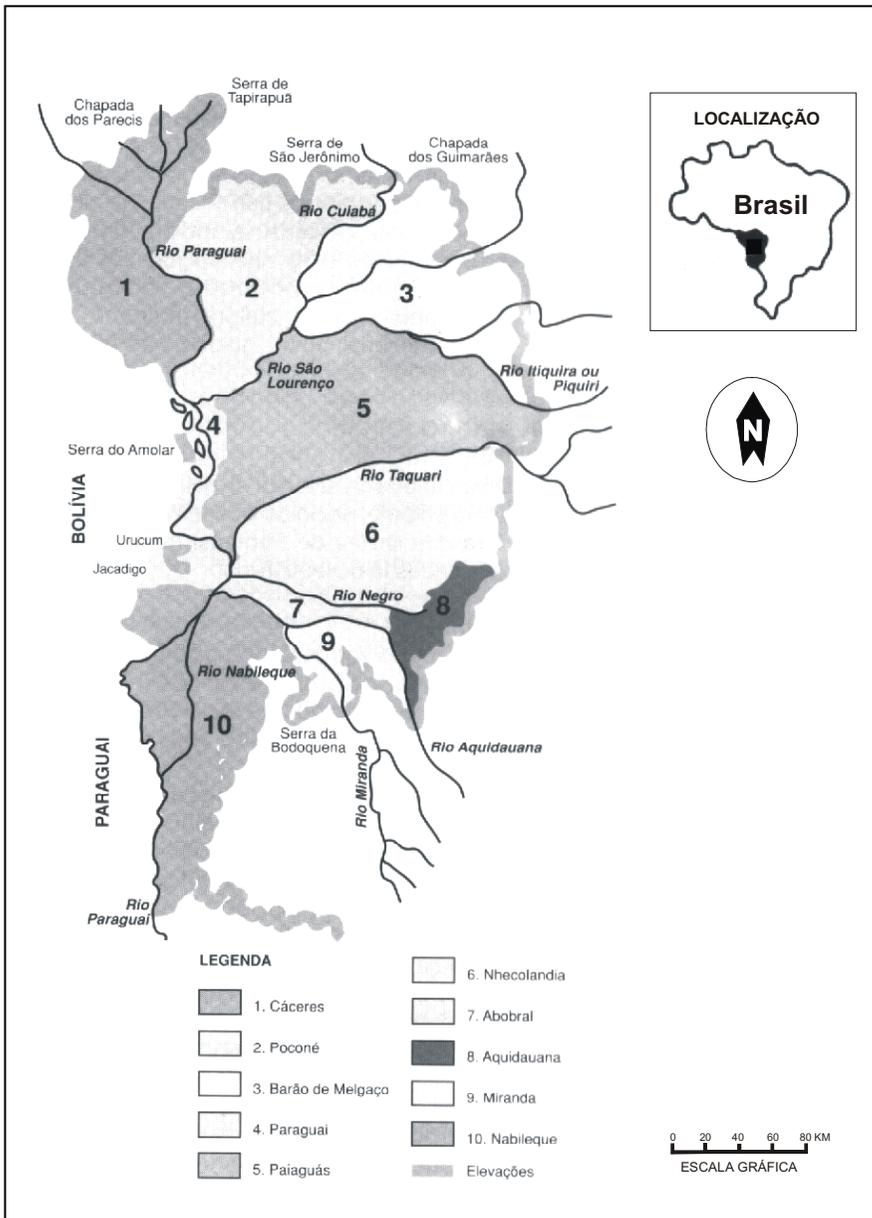


Figura 2: Mapa do Pantanal Matogrossense e suas sub-regiões ou pantanais (Fonte: N. Magalhães 1992:17 [modificado])

1.1. PRIMEIRAS DESCOBERTAS DIVULGADAS

As fontes analisadas indicam que o general João Severiano da Fonseca (1836-1897), cientista e médico, patrono do serviço de saúde do exército brasileiro, foi o primeiro a registrar, analisar e publicar informações sobre um sítio arqueológico existente na região do Pantanal e de toda a bacia hidrográfica do alto Paraguai. Trata-se de um sítio com inscrições rupestres existente na lagoa Gaíva (ou Gaíba), conhecido regionalmente como *leteiro da Gaíva*. No dia 27 de julho de 1875, ao subir o rio Paraguai no barco Taquary, o militar fez o seguinte apontamento que consta no livro “Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)”, publicado pela primeira vez em 1880 e republicado em 1986:

Aí no começo do canal, a uns quinhentos metros do rio, há outro maciço de gnaiss em direção SE-NO, conhecido como *Morro do Letreiro*; numa face cortada a pique, e como se fora adrede preparada, estão gravados por mão de homem, selvagem sem dúvida, os seguintes sinais conhecidos pelo título de *Letreiro da Gaíba*:

Alguns deles estão feitos abaixo do limite das águas naturais e só em tempo de baixa do rio podem ser vistos.

Parecem ser a representação do sol, lua, estrelas, serpentes, mão e pé de homem, pata de onças e folhas de palmeiras, no mesmo gênero das de quase todas as encontradas nos *itacoatiaras* do Brasil, entre as quais se apresentam, como melhores, a de *Curumatá*, no Piauí, atribuída aos gregueses, e a do *Morro do Cantagalo*, na margem esquerda do Alto Tapajós, onde, num paredão também a prumo, o artista selvagem, mas curioso e observador da natureza, gravou umas quinze figuras, das quais o homem, os pássaros, os répteis guardam uma certa naturalidade, parecendo que para tipo daquele foi escolhido o missionário, o que, entretanto, sem desmerecer o artefato, tira-lhe o cunho da veneração que sempre acompanha a antiguidade desconhecida.

Lacerda demarcou o leteiro aos 17°42'48" (Ricardo Franco difere apenas em 12" mais ao sul) e o Sr. barão de Melgaço em 17°43'36" de lat. (Fonseca 1880 v.1:326-327).



Figura 3: Fotografia de João Severiano da Fonseca.
(Fonte: http://dsau.dgp.eb.mil.br/imagens/ex_dir/large/ExDir0007.jpg
[acessado em 23/04/2008])



Figura 4: Desenho do *Letreiro da Gaíva* feito por João Severiano da Fonseca (Fonte: Fonseca 1880 v.1:327)

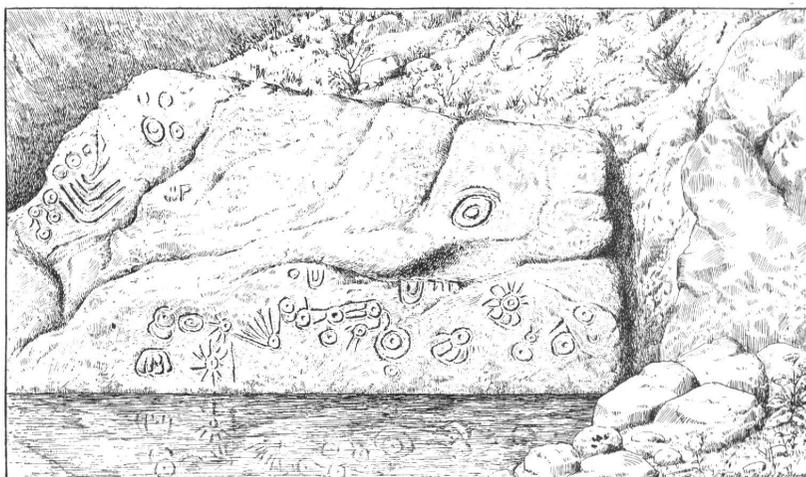


Figura 5: Desenho do *Letreiro da Gaíva* feito por Max Schmidt. (Schmidt 1942a:120)

O registro apresentado por Fonseca é bastante detalhado para a época e consta mencionado por Alfredo Mendonça de Souza (1991) em seu livro “História da Arqueologia Brasileira”. Suas interpretações sobre os signos rupestres também apresentam uma lógica dedutiva na medida em que o autor os associa às antigas populações indígenas. Interpreta-os como elementos da natureza presentes no cotidiano indígena: sol, lua, estrelas, mão e pé de homem, pata de onças e folhas de palmeira². Seus desenhos, porém, não são tão fidedigno quanto os feitos por Max Schmidt (1942a:120 [1905]) em 1901. Nesse caso em específico, a interpretação de Fonseca destoa da de muitos de seus contemporâneos do Nordeste e de outras regiões do Brasil (cf. Martin 1996), haja vista que nela não há uma leitura fantasiosa sobre as gravuras encontradas no Pantanal. Schmidt (1942a:119), no entanto, não deu crédito algum a essa interpretação, visto ter afirmado que “aquelas figuras nada apresentam que possa relacionar-se com semelhante interpretação”, pois podem “representar imagens de qualquer idéia”. Anteriormente a eles, porém, entre as décadas de 1710 e 1720, o paulista Antônio Pires de Campos (1862:442) havia mencionado a existência do *letreiro da Gaíva*, interpretando-o como sendo uma cruz de pedra feita pelo apóstolo São Tomé, segundo a ideologia cristã comum naquela época, presente no continente americano desde as primeiras décadas do processo de conquista e colonização promovido pelos europeus.

No século XIX muitos estudiosos associavam sítios arqueológicos a povos de além-mar (fenícios, gregos, vikings etc.). Era preciso encobrir a ancestralidade indígena do povo brasileiro e engendrar uma trama mais complexa, a construção de uma identidade nacional vinculada a povos e culturas *nobres* ou *civilizadas* do Velho Mundo, sobretudo da Europa e do Oriente Próximo. Essa tarefa foi abraçada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição ligada à Monarquia e encarregada do projeto de construção da identidade nacional após a independência política do Brasil, ocorrida em 1822 (Martius 1991; P. Campos 1977; Langer 1997a, 1997b; Guimarães 1988). O IHGB, por seu turno, lançou mão do que Lúcio Menezes Ferreira (1999) chamou de *arqueologia nobiliárquica*, ou seja, de uma arqueologia que pudesse elevar o Brasil à categoria de *nação civilizada*. Isso poderia ser feito através da descoberta de um passado nobre, ainda que situado em um longínquo passado arqueológico, para o

2 José Augusto F. de Lima, que em 2001 respondia pela gerência do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, unidade de conservação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), informou-me em maio daquele ano que o *letreiro da Gaíva* havia sido depredado por desconhecidos, algo que não pude confirmar *in loco*.

Império do Brasil.

Ainda a respeito de João Severiano da Fonseca, cumpre explicar que ele dedicou seu livro ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, do qual era membro. Também pertenceu ao próprio IHGB, embora não tenha sido um de seus membros mais notáveis na área da arqueologia nobiliárquica. Também era irmão de Deodoro da Fonseca, militar que participou da trama da proclamação da república no Brasil, em 1889, e quem se tornou o primeiro presidente do país. No governo de Deodoro, João Severiano foi senador da assembléia constituinte (L. Souza 1978). Evidentemente que não foi um leigo no registro de sítios arqueológicos. Sua passagem pelo antigo sul de Mato Grosso se deu para participar de uma comissão que tinha por finalidade demarcar as fronteiras do Brasil com a Bolívia, comissão esta que foi presidida pelo então coronel de engenheiros Rufino Enéas Gustavo Galvão, o barão de Maracaju, quem havia atuado na demarcação dos limites do Brasil com o Paraguai após a guerra.

Os etnógrafos Richard Rohde (1885 [1883] *apud* Baldus 1954)³, Julio Koslowsky (1895 [1894]) e Herrmann Meyer – quem acompanhou a expedição de Karl von den Steinen ao Xingu (Rego 1899) –, por seu turno, visitaram alguns sítios pertencentes a antigos povos agricultores e ceramistas, portadores da *tradição Descalvado*, assim batizada por Wüst & Migliacio (1994) e conhecida na arqueologia brasileira. São sítios localizados na porção setentrional do alto curso do rio Paraguai, município de Cáceres, atual estado de Mato Grosso. Chegaram mesmo a recolher algum material arqueológico, geralmente urnas funerárias, para aumentar o acervo ergológico dos museus em que trabalhavam (Eremites de Oliveira & Viana 2000; Migliacio 2000a 2006). Outras pessoas, etnógrafos de formação ou com habilidade no registro de dados culturais, como Hercules Florence (1875, 1948, 1977a, 1977b [1827]), Guido Boggiani (1898 [1897]), Cândido Mariano da Silva Rondon (1949 [1900-1906]), Theodoro Roosevelt (1944 [1913]), Claude Lévi-Strauss (1998 [1935-1936]) e Frederico Rondon (1938 [1937]), registraram a existência de aterros indígenas na planície de inundação do Pantanal. Chegaram mesmo a apresentar algumas interpretações sobre essas estruturas monticulares. As avaliações feitas geralmente associam os aterros a povos indígenas da região, como o Guató, ou, o que é menos freqüente, descartam a possibilidade de sua origem estar ligada à intervenção humana nas paisagens pantaneiras. Discussão

3 ROHDE, Richard. 1885. *Original-Mitteilungen aus der Ethnologischen Abtheilung der Königlischen Museen zu Berlin*. Berlin, Museen zu Berlin, pp. 11-16.

semelhante também foi feita na época sobre a origem dos sambaquis do litoral brasileiro.

Até aqui tratei de pessoas que não foram ao Pantanal para, dentre outras coisas, a realização pesquisas arqueológicas com o propósito de conhecer o passado das populações indígenas. Muitas delas, a exemplo de Rohde (1885) e Koslowsky (1895), estavam mais interessadas em recolher peças arqueológicas para museus do que buscar respostas para problemas referentes à compreensão da ocupação indígena pré-colonial da região. Na época, observar “e colecionar era mais que um objetivo científico. Era quase uma missão, especialmente para a etnografia” (Porto Alegre 1994:63). Outras pessoas, como é o caso de Rondon (1949), Roosevelt (1944) e Lévi-Strauss (1998), ao longo de suas viagens também produziram registros etnográficos e paisagísticos de relevância à compreensão da arqueologia dos povos indígenas no Pantanal.

1.2. MAX SCHMIDT

Max Schmidt (1874-1950) em muito contribuiu para o conhecimento dos povos indígenas que ocuparam as terras baixas do Pantanal. Ele nasceu em 16 de dezembro de 1874, filho de uma tradicional família de Altona (Elbe), na Alemanha (Susnik 1991), embora Baldus (1951:253) tenha afirmado que ele nasceu no dia 15 daquele mês e ano. Poderia ter seguido a carreira de seu pai, que era jurista, mas em 1899 abandonou o direito e voltou-se para os estudos etnológicos, desde já na qualidade de assistente voluntário do Museu de Etnologia em Berlim (Museum für Völkerkunde zum Berlin), instituição em que chegou a dirigir a seção da América do Sul. Sua formação inicial em direito, todavia, marcou todos os seus trabalhos etnográficos e muitas de suas análises etnológicas.

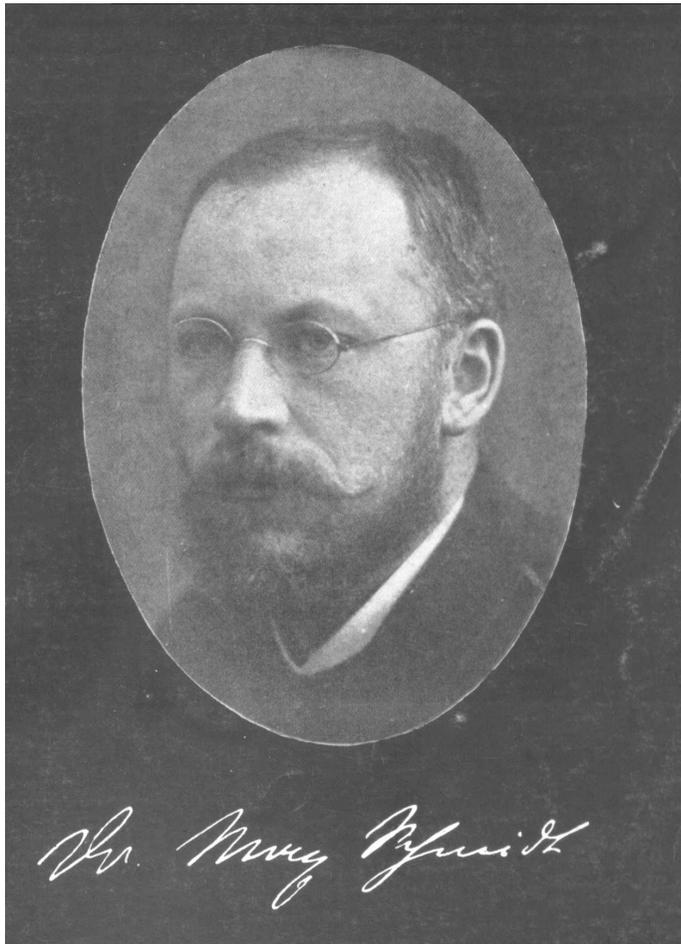


Figura 6: Fotografia de Max Schmidt na capa de livro “Prof. Dr. Max Schmidt: su contribución etnológica y su personalidad”, escrito por Susnik (1991).

Naquele museu Schmidt teve como mestre o grande antropólogo Karl von den Steinen e, por conta das influências que dele recebeu, elegeu o antigo Mato Grosso como a principal área para a realização de suas investigações científicas. Naquela região concluiu três expedições etnológicas durante as três primeiras décadas do século XX. Herbert Baldus avaliou essa parte da sua história de vida com muita propriedade:

Dirigindo-se ao laboratório predileto dos americanistas alemães da época, isto é, à região dos formadores do Xingu, queria seguir o exemplo dado pelo seu grande mestre Karl von den Steinen, por Ehrenreich, Herrmann Meyer e outros, indo acompanhado, porém, de dois camaradas apenas e não, como aqueles exploradores, de uma numerosa e bem equipada comitiva (Balduş 1951:253).

Karl von den Steinen esteve no alto Xingu, atual Mato Grosso, em duas expedições: a primeira em 1884 e a segunda em 1887 (Steinen 1897, 1940; V. Coelho 1993). Assim uma conhecida antropóloga escreveu a seu respeito:

Na literatura especializada, Karl von den Steinen vem sendo referido ora como iniciador da investigação científica dos povos “primitivos” na América do Sul e reformador dos métodos de investigação, ora como “decano dos exploradores etnográficos sul-americanos” e pesquisador de determinante influência sobre a investigação científica imediatamente posterior. Na realidade, era pioneiro e propulsor da etnologia brasileira, tudo em uma pessoa e mais (Thieme 1993:37).

Max Schmidt, por seu turno, deve ser considerado o pioneiro, o iniciador das pesquisas arqueológicas no Pantanal, região onde esteve em 1901, 1910 e 1928. Seus trabalhos mais importantes para a arqueologia pantaneira foram publicados em 1902, 1905, 1912, 1914, 1928, 1940 (1940a, 1940b), 1942 (1942a, 1942b), 1951, 1971 e 1974. Naquela grande planície de inundação seu maior objetivo foi estudar os índios Guató (cultura material, economia, história, direito e língua, dentre outros assuntos), bem como recolher material etnográfico e arqueológico para o Museu de Etnologia em Berlim.



Figura 7: Família Guató em sua canoa fotografada por Max Schmidt em 1901 (Fonte: Schmidt 1942a:141).

Em 1931, três anos após sua última expedição a Mato Grosso, a vida de Max Schmidt tomou outro rumo, conforme explicou Branka Susnik:

Em 1931, Max Schmidt renuncia a seus cargos no Museu e na Universidade de Berlim, à idade de 57 anos; abandonou para sempre a Alemanha, estabelecendo-se em Mato Grosso – Ilha de Boa Esperança, próximo a Cuiabá –, de onde pretendia animosamente prosseguir suas investigações etnográficas e, por sua vez, concretizar seu desejo pessoal: viver na simples natureza e com a máxima modéstia pessoal. As inquietudes regionais em Mato Grosso o obrigaram a abandonar seu refúgio (Susnik 1991:9).

Tais *inquietudes* parecem ter sido referentes à compra de um imóvel, na qual Schmidt acabou sendo trapaceado durante a transação, segundo comunicação pessoal recebida de Adelina Pusineri, atual diretora do Museu Etnográfico Andrés Barbero, de Assunção, em setembro de 1998. Como o negócio parece ter sido feito com um *coronel* local, o melhor que ele fez foi deixar a região e partir para um porto mais seguro, o Paraguai.

O antigo Mato Grosso não foi apenas sua área de pesquisa predileta. Foi a região que primeiramente escolheu para viver após deixar a Europa. No entanto, ao ter de deixá-la em 1931, Schmidt viajou para Assunção, onde

conhecia Andrés Barbero (1877-1951), filantropo e estudioso paraguaio, na época presidente da Sociedade Científica do Paraguai. Foi Barbero quem encarregou Schmidt da sistematização de uma coleção etnográfica e arqueológica existente no museu etnográfico, histórico e de ciências naturais daquela capital (Susnik 1991; Pusineri 1993). Após a morte do estudioso paraguaio, o museu passou a ser chamado Museu Etnográfico Andrés Barbero.

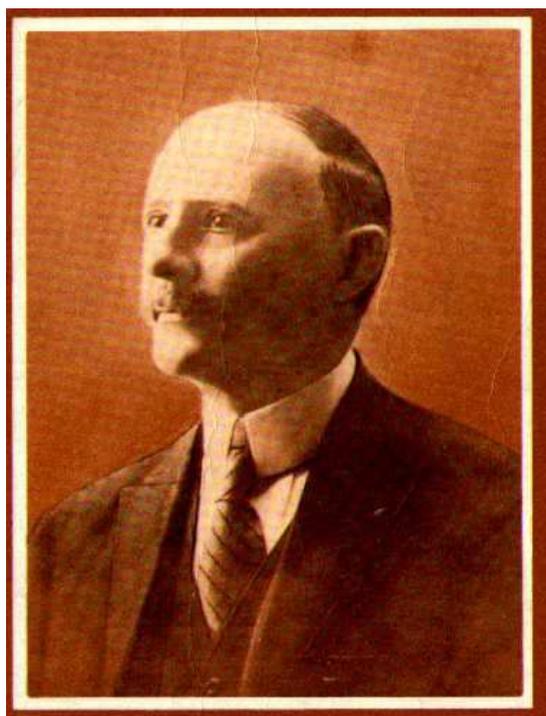


Figura 8: Fotografia de Andrés Barbero.

(Fonte: www.museobarbero.org.py/barbero.JPG [23/04/2008])

Nas décadas de 1930 e 1940, Schmidt realizou várias pesquisas etnográficas e arqueológicas no Paraguai. Em 1941 foi nomeado presidente honorário da Sociedade Científica do Paraguai e em 1948 inaugurou, pela primeira vez naquele país mesopotâmico, a cátedra de etnologia na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção (UNA). Faleceu na capital do Paraguai aos 26 de outubro de 1950 (Susnik 1991). Em seu túmulo, que tive a oportunidade de conhecer em julho de 2000,

há uma lápide de arenito com inscrições rupestres idênticas às por ele registradas em Mato Grosso, ali colocada pelos seus alunos como forma de homenagem póstuma.



Figura 9: Fotografia do túmulo de Max Schmidt no Cemitério Internacional de Assunção (Autor: Jorge Eremites de Oliveira, Jul./2000).

De fato Schmidt foi um etnógrafo ímpar: realizar pesquisas etnográficas e arqueológicas em Mato Grosso no início do século XX e nas condições infra-estruturais de que dispunha, era, sem dúvida alguma, uma verdadeira missão, um feito de grande idealismo. Sua dedicação parece ter sido compartilhada por outros etnógrafos de seu tempo. O próprio Lévi-Strauss, por exemplo, assim escreveu no célebre “Tristes Trópicos”:

Não há lugar para a aventura no trabalho na profissão de etnógrafo; ela é somente a sua servidão, peso sobre o trabalho eficaz com o peso das semanas ou dos meses perdidos no caminho; das horas improdutivas enquanto o informante se esquivava; da fome, do cansaço, às vezes da doença; e, sempre, dessas mil tarefas penosas que corroem os dias em vão e reduzem a vida perigosa no coração da floresta virgem a uma imitação do serviço militar... Que sejam necessários tantos esforços e desgastes inúteis para alcançar o objeto de nossos estudos não conferem nenhum valor ao que se deveria mais considerar como o aspecto negativo do nosso ofício. As verdades que vamos procurar tão longe só têm valor se desvencilhadas dessa ganga (Lévi-Strauss 1998:15).

De todos os americanistas alemães de seu tempo, em especial aqueles que percorreram a América do Sul, Max Schmidt foi o único a se interessar pela região pantaneira e pelos índios Guató. Sem seus estudos por certo quase nada se saberia sobre esse povo canoeiro e, por conseguinte, as interpretações teóricas sobre o passado arqueológico do Pantanal teriam sido mais limitadas pela ausência de modelos etnográficos.

Da primeira expedição em que passou pelo Pantanal, em 1901, os resultados foram publicados no Brasil em 1942 sob o título “Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos”, traduzido por Catarina Barataz Cannabrava. Nesse trabalho Schmidt (1942a) apresentou importantes contribuições para o conhecimento do sistema sociocultural desenvolvido pelos Guató: artefatos de uso doméstico e de trabalho, comportamento, estruturas de habitação e outros tipos, língua, mobilidade espacial, organização social, território, territorialidade, subsistência e outros. Esta obra foi citada por Nelson Werneck Sodré (1976:265) em seu conhecido livro “O que se deve ler para conhecer o Brasil”; é uma versão ampliada do artigo “Die Guató” (Schmidt 1902) e a tradução do livro “Indianerstudien in Zentralbrasilien. Erlebnisse und ethnologische Ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900 bis 1901” (Schmidt 1905).

Da segunda missão, realizada em 1910, Schmidt (1914) apresenta-se como um dos precursores do que atualmente se conhece por etnoarqueologia (Eremites de Oliveira 1996a; Binford 2001; Politis 2002); investigou etnográfica e arqueologicamente alguns aterros e outros tipos de assentamentos Guató existentes na região do rio Caracará, atual Mato Grosso, e publicou seus estudos em “Die Guato und ihr Gebiet. Ethnologische und archäologische Ergebnisse der Expedition zum Caracara-fluss in Matto-Grosso”.

Quadro 1: Assentamentos Guató localizados na região dos rios São Lourenço e Caracará, no estado de Mato Grosso, identificados por Max Schmidt e Jorge Eremites de Oliveira.

Assentamento	Localização (UTM)
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Jorge Eremites de Oliveira em 1997 (rio Caracará).	470000E/8042900N
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	471000E/8041500N
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	472600E/8042300N
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	474300E/8040700N
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	473200E/8047800N (localização aproximada)
Aterro ou <i>marabohó</i> identificado <i>in loco</i> por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	477200E/8047800N (localização aproximada)
Assentamento da família Caetano identificado por Max Schmidt em 1910 (rio Caracará).	475300E/8047800N (localização aproximada)
Aterro ou <i>marabohó</i> da família Caetano em tempo de cheia do rio Caracará, identificado através de informações orais e fotografia aérea por Jorge Eremites de Oliveira em 1997.	479050E/8043870N 478250E/8043850N (localização de dois pontos próximos do aterro)
Assentamento estacional da família Caetano em tempos de cheia do rio Caracará, talvez um dique fluvial, identificado <i>in loco</i> por Jorge Eremites de Oliveira em 1997.	478250E/8043850N
Último assentamento central da família Caetano na margem do rio Caracará, identificado <i>in loco</i> por Jorge Eremites de Oliveira em 1997. O lugar foi abandonado depois da morte do cacique Caetano, ocorrida em fins da segunda metade do século XX.	475780E/8043680N
Último assentamento central da família Caetano na margem do rio São Lourenço, identificado <i>in loco</i> por Jorge Eremites de Oliveira em 1997. O lugar foi abandonado depois da morte de <i>sinhá</i> Ignacia, mulher do cacique Caetano, ocorrida no início da segunda metade do século XX.	457500E/8026400N (localização aproximada)

Assentamento localizado no sopé do Morro do Caracará; estabelecimento de José e Veridiano, filhos do cacique Caetano e de <i>sinhá</i> Ignacia, até o ano de 2000.	453025E/8026008N (casa) 453036E/8026007N (roça ativada) 452945E/8026184N (roça desativada)
Assentamento na margem esquerda do rio São Lourenço, atual estabelecimento de Júlia e Vicente, os últimos descendentes do cacique Caetano e <i>sinhá</i> Ignacia naquela região do Pantanal. Veridiano permaneceu naquele lugar após a morte de José e atualmente reside na Ilha Ínsua, reserva indígena Guató localizada em Mato Grosso do Sul. Apenas Júlia e Vicente permaneceram no local.	454305E/8024954N

Da terceira e última expedição, realizada em 1928, ele retomou alguns assuntos investigados em 1901 e 1910, e também analisou as transformações socioculturais ocorridas entre os Guató, decorrentes dos contatos mantidos com a sociedade envolvente; os resultados foram publicados no artigo “Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928” (Schmidt 1942b).

Em todas as três expedições que fez ao antigo Mato Grosso, Schmidt sempre estudou vários sítios arqueológicos. Em “Hallazgos prehistóricos en Matto-Grosso “e” Nuevos hallazgos de grabados rupestres en Matto Grosso” (Schmidt 1940a, 1940b), tratou de sítios com inscrições rupestres que encontrou no estado. Isto comprova sua preocupação em conhecer a o passado indígena pré-colonial da região, algo que não era de se estranhar para um especialista em cultura material, de um antropólogo com formação holística.

Há ainda que tratar de alguns outros trabalhos científicos que Max Schmidt concluiu durante sua vida profissional, sobretudo os estudos sobre técnicas de trançado entre os Guató e alguns povos indígenas do alto Xingu. Acerca dessa questão, assim registrou Egon Schaden:

O próprio Schmidt levou a cabo, por exemplo, uma cuidadosa investigação sobre a técnica do trançado e a origem da arte ornamental. No trabalho, que logo se tornou célebre e deu margem a muita discussão, defendeu a tese, em desacordo com a explicação de von den Steinen, de que os padrões ornamentais característicos da arte xinguana derivam da técnica do trançado, por sua vez determinada pela forma das folhas de palmeiras usadas na confecção de artefatos (Schaden 1993:125).

Berta G. Ribeiro (1987:284), por sua vez, fez a seguinte avaliação: “Deve-se a Max Schmidt (1942) [*Estudos de Etnologia Brasileira*] um dos primeiros e mais exaustivos estudos sobre os trançados dos índios brasileiros e sul-americanos, baseado na cestaria dos índios Guató e alto-xinguanos” (ver também B. Ribeiro 1988).

Também são dignos de registro os aportes lingüísticos do etnólogo alemão. Alguns foram de grande relevância aos estudos de Adair Pimentel Palácio (1984), autora da tese de doutorado denominada “Guató – a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai”.

Para a elaboração de minha dissertação de mestrado (Eremites de Oliveira 1995a, 1996a), os dados etnográficos que o etnólogo alemão publicou sobre os Guató foram igualmente de grande valia. Muitos deles foram compilados, sistematicamente organizados e interpretados à luz de problemas de natureza arqueológica.

Ao analisar os relevantes trabalhos que Max Schmidt deixou à arqueologia pantaneira e, por extensão, à antropologia e à arqueologia sul-americanas, nota-se que seus estudos são mais marcados por uma abordagem materialista (*razão prática*) ao invés de uma leitura simbolista (*razão significativa*). Isto parece destoar da práxis da maioria dos etnólogos no Brasil de fins do século XIX até a primeira metade do século XX, incluindo aqui seu próprio mestre e incentivador.

Baseando-me nos conceitos de pensamento materialista e pensamento simbolista apresentados por Walter A. Neves (1996:13), penso que Max Schmidt estava mais interessado em estudar as “bases materiais de sustentação das sociedades humanas e o reflexo dessas em outras dimensões socioculturais”, e menos em se dedicar “ao estudo da mente humana, de sua capacidade simbólica e de suas formas de representação”. Daí, talvez, uma das explicações para o fato de ele ainda ser pouco conhecido – e às vezes até desprezado – por antropólogos e arqueólogos brasileiros. Esta questão talvez possa ser explicada pelo fato de que epistemologicamente seus estudos se aproximam mais da antropologia cultural americana e menos da antropologia social britânica e da etnologia americanista de orientação estruturalista. Isto pode ser observado no interesse que houve nos Estados Unidos pela publicação de dois de seus trabalhos, um em 1971 e outro em 1974. Paradoxalmente, predomina hoje em dia no Brasil uma especialização direta em antropologia social ou cultural, o que não estimula uma prévia formação holística em antropologia, diferentemente da maioria dos países americanos onde a antropologia segue o modelo concebido por

Franz Boas (1858-1942). O modelo boasiano foi inicialmente implantado nos Estados Unidos e de lá se expandiu para grande parte do continente; baseia-se nos tradicionais quatro campos (*four fields*) da antropologia geral: antropologia social ou cultural, antropologia física ou biológica, arqueologia e lingüística antropológica (Boas 2004; Moura 2004; Stocking Jr. 2004). Mais recentemente um quinto campo foi incorporado em muitas universidades estadunidenses, a antropologia aplicada.

Sobre o pensamento científico desse grande etnólogo alemão, como conhecido discípulo de Karl von den Steinen que foi, está claro que esteve influenciado pelo evolucionismo social que marcou as ciências a partir da segunda metade do século XIX. Porém, sempre fez “questão de acentuar sua orientação pelas ciências naturais” (Balduz 1951:254), isto é, pelo interesse maior que tinha em compreender as relações existentes entre as sociedades humanas e o meio ambiente existente em seus territórios. Por isso o enfoque ecológico é o que mais predomina nos estudos de Max Schmidt.

Sua opção pelo enfoque ecológico, que não deve ser confundido com um determinismo ambiental à moda do evolucionismo linear do século XIX, está clara e teoricamente discutida em “El Sistema de la Etnología” (Schmidt 1959), versão castelhana de “Völkerkunde”, de 1929, que foi publicada postumamente e com interessantes notas complementares de Branka Susnik (1959b).

Max Schmidt entendia que as sociedades humanas dependem da natureza e que interagem com o meio ambiente. Portanto, suas manifestações socioculturais também representam formas de adaptação cultural, influenciadas por diversos fatores bióticos e abióticos: clima, hidrografia, pluviosidade, obtenção de matéria-prima para as indústrias lítica e metalúrgica, solos, fauna, flora etc. Isto porque seus estudos são marcados por uma ênfase dada à economia enquanto infra-estrutura, principalmente à *economia material*, assim compreendida:

[...] A economia material compreende, pois, a produção dos bens substanciais em seu sentido técnico [*tecnológico*]. Segundo suas distintas funções, podem-se distinguir quatro formas principais da produção de bens substanciais:

- a) a produção primária, que é a obtenção de matérias da natureza pela coleta, agricultura, pecuária, caça, pesca etc.;
- b) a produção secundária ou produção técnica [*tecnológica*], que consiste na transformação factícia das matérias primas ou de produtos já elaborados;
- c) o transporte de bens substanciais, quer dizer, a variação do lugar que

eles ocupam;

d) a conservação dos bens substanciais, quer dizer, a conservação deles em estado utilizável.

O sujeito da economia material somente pode ser o homem. Em seu caráter de ser manual e mental, ele é o único ser vivente que cria bens substanciais pelo trabalho, quer dizer, que produz. Os animais domésticos nunca serão sujeitos da produção, pois sempre serão meios de produção já que sua atividade nunca tende conscientemente à satisfação indireta de suas necessidades (Schmidt 1959:14-15).

Este tipo de enfoque ecológico, baseado no estudo da economia material ou tecnoeconomia, teve forte inspiração nas idéias da antropogeografia de língua alemã, fundada por Friedrich Ratzel (1844-1904), para quem as “relações que os homens tecem com seu ambiente e os problemas que nascem de sua mobilidade dependem das técnicas que dominam” (Claval 1999:21).

Na opinião de Laburthe-Tolra & Warnier (1999:63), Ratzel “adotou a noção de ‘espírito do povo’ [*Volkgeist*], mas fez dela o produto do entorno geográfico local, do relevo, do clima, dos recursos naturais, dito de outro modo, do que se chama *determinismo geográfico*”. Porém, segundo o próprio Schmidt (1959:5), Ratzel aperfeiçoou “o estudo da dependência do homem em relação à natureza para formar dentro da geografia geral, uma disciplina particular, a chamada antropogeografia”. Inspirado nessa disciplina surgiu o método histórico-cultural alemão (Harris 1993) ou a escola difusionista alemã, a *Kulturkreislehre* (Morán 1990), do qual Max Schmidt foi um dos representantes no Museu de Etnologia em Berlim, embora não tenha sido citado em sínteses sobre a história da antropologia e suas principais correntes teóricas, escritas por cientistas sociais de língua inglesa e portuguesa. Não raramente muitas dessas sínteses buscam demonstrar que o desenvolvimento da antropologia moderna está mais ligado aos Estados Unidos, França e Grã Bretanha, e menos a outros países da Europa e de outros continentes, como a própria Alemanha.

Seu conterrâneo e colega de profissão, Ludwig Kersten (1968 [1905]), autor da obra “Las tribos indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII. Una contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica”, também foi influenciado pelas idéias de Friedrich Ratzel, prova de que a escola por ele fundada marcou época na Alemanha e influenciou muitos etnólogos que publicaram estudos sobre povos indígenas sul-americanos.

A antropogeografia não é, pois, senão uma proposta que antecedeu ao surgimento do método da ecologia cultural, o qual tem por objetivo

maior estudar as relações entre cultura e entorno, ou seja, a adaptação cultural frente ao meio ambiente (Hardesty 1979; Kaplan & Manners 1981; Netting 1986; Viertler 1988; Harris 1993, 1995; Morán 1994; W. Neves 1996; e outros). Os desdobramentos do método da ecologia cultural, por sua vez, culminaram com a formação do que atualmente se conhece por antropologia ecológica:

Uma abordagem mais biológica para a ecologia cultural surgiu na década de 1960. Esta abordagem, fortemente centrada na teoria evolutiva e ecológica, ficou conhecida como *antropologia ecológica*, assinalando a importância atribuída ao sistema ecológico. A abordagem multidisciplinar da antropologia ecológica enfatiza o estudo de populações humanas dentro dos ecossistemas. O foco de suas pesquisas está centrado em sociedades relativamente estáveis (Morán 1994:67).

Além disso, na obra de Max Schmidt há outras questões que merecem destaque.

Em seus primeiros trabalhos, a exemplo de “Die Guató” e “Indianerstudien in Zentralbrasilien”, respectivamente publicados em 1902 e 1905, resultados das pesquisas feitas no limiar do século XX, percebe-se claramente que o *jovem* Schmidt fazia questão de registrar seus pontos de vista a respeito das experiências que teve com vários povos indígenas sul-americanos. Esta característica marcante em seu estilo de escrever foi praticamente eliminada nos estudos publicados a partir do segundo decênio do século XX. Branka Susnik tratou dessa situação com bastante conhecimento:

Em seu livro “Indianerstudien in Zentralbrasilien”, Schmidt descreve na primeira parte as experiências vividas nas aldeias de diferentes tribos, então quase independentes; traduz ademais alguns de seus pontos de vista de etnólogo e homem. Sentia uma necessidade individual de buscar – fora da abrumadora sociedade européia daqueles tempos – uma existência “natural” dos primitivos que não estavam em contato direto com a “refinada civilização” [...] Era premissa própria de a época ver que o índio é “um filho da natureza” (Susnik 1991:6-7).

Mais adiante a autora fez a seguinte ponderação:

Não obstante, Schmidt seguia buscando, com uma sinceridade quase apaixonante, sua própria busca intelectual e espiritual, muitas vezes colocando em perigo sua vida diante dos intermitentes ataques de malária

nos lugares mais inóspitos, solitários, povoados por indígenas cujas reações ao “branco de passagem” ou visitante nunca eram previsíveis (Susnik 1991:7).

Em seus últimos trabalhos, como no brilhante artigo “Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los metodos de agricultura de los indígenas sudamericanos”, publicado postumamente em 1951 e traduzido para o inglês em 1974 (Schmidt 1951, 1974), nota-se que o *velho* Schmidt estava interessado em produzir estudos de caráter mais teórico e menos descritivo. Neste caso em especial, Schmidt apresentou um excelente ensaio de etnobotânica que abrange a interpretação de dados sobre vários povos indígenas da América do Sul, inclusive alguns sobre o manejo de plantas entre os Guató, tema revitalizado por Eremites de Oliveira (1996a, 2000f, 2001d, 2002).

Penso que se von den Steinen é o “pioneiro e propulsor da etnologia brasileira” e que, ainda hoje em dia, “continua importante e até está sendo redescoberto pela ciência atual”, tal como disse Thieme (1993:38), Schmidt igualmente é o pioneiro em etnohistória, etnologia e etnoarqueologia Guató, bem como em pesquisas arqueológicas sobre o passado indígena pré-colonial do Pantanal. Porém, ao contrário de seu mestre e conterrâneo, Max Schmidt ainda precisa ser redescoberto pela ciência atual, não apenas pelas suas investigações no Pantanal, mas pela grande contribuição, sobretudo etnológica, para o conhecimento de vários povos indígenas da América do Sul. Entre os arqueólogos brasileiros, para ser mais específico, há um grande desconhecimento de seus trabalhos, embora Kipnis et al. (1994/1995) tenham relacionado, em uma listagem bibliográfica, doze de suas mais importantes publicações.

Max Schmidt sempre procurou estudar os povos indígenas a partir de fontes de natureza variada (ecológicas, etnográficas, lingüísticas, textuais etc.). Buscou amiúde compreender os sistemas socioculturais dentro daquilo que hoje em dia se conhece por uma perspectiva geográfica e temporal de *longa e longuíssima duração*, sem se esquecer, no entanto, de questões como continuidade, mudança, diacronia e sincronia. Acrescenta-se o fato de ele ter sido um grande especialista em cultura material, o que torna seus trabalhos de grande relevância para a arqueologia. Em seu currículo consta ainda um considerável conhecimento sobre cartografia, fotografia e música, dentre outras áreas, além de uma singular capacidade de observação e registro etnográfico.

Para finalizar esta parte, mais uma vez cito Herbert Baldus:

A bibliografia de Max Schmidt testemunha rara multiplicidade de interesses. Outrossim, quando tinha determinado ponto de vista não se fechava para a observação de outros aspectos do mesmo assunto. Assim, por exemplo, como quase todos os etnólogos de sua geração e da anterior, Max Schmidt tinha seu trabalho orientado pela idéia de que se aproxima a última hora dos povos naturais, provindo disso a necessidade urgente de reunir tudo quanto poderia servir para documentar suas culturas perante a posteridade (Balduz 1951:257).

Contemporâneo de Max Schmidt, o etnólogo estadunidense Vincent M. Petruccio (1932) também está entre os primeiros investigadores de sítios arqueológicos no Pantanal. Em abril de 1931 realizou pesquisas arqueológicas e etnológicas no âmbito da *Expedição Mato Grosso*. Fez escavações em dois sítios existentes na localidade de Descalvado, porção setentrional do alto curso do rio Paraguai, município de Cáceres, atual Mato Grosso. São sítios de grandes extensões, associados aos povos agricultores e ceramistas portadores da *tradição Descalvado*⁴. De um modo geral as pesquisas de Petruccio tiveram a finalidade de concluir observações etnográficas e recolher material cultural, inclusive arqueológico, para o acervo do Museu Universitário da Filadélfia (The University Museum), Estados Unidos. Até pouco tempo seus dados eram os mais importantes e conhecidos sobre os povos portadores da *tradição Descalvado*, tendo sido discutidos por Prous (1992) e Migliaccio (2000a, 2006).

Durante a expedição bianual a Mato Grosso, entre 1926 e 1928, Max Schmidt solicitou autorização para realizar pesquisas arqueológicas em Descalvado, mas seu pedido foi negado pelos administradores da Brazil Land Cattle and Packing Company, a empresa estadunidense que era proprietária da localidade.

Em suma, do ponto de vista histórico e historiográfico, Max Schmidt pode ser considerado o antropólogo que melhor representa o primeiro momento da arqueologia pantaneira, ao menos desde a segunda metade do século XIX até a primeira do século XX.

1.3. BRANKA SUSNIK

Posteriormente a Max Schmidt, merece destaque especial a

4 Simões & Araújo-Costa (1978) estabeleceram as siglas MT-PO-01 e MT-PO-02 para esses dois sítios.

contribuição dada por Branka Susnik, nome que a antropóloga eslovena Branislava Jozefina Sušnik Prijatelj adotou quando se naturalizou paraguaia (o nome Branka deve ser o diminutivo de Branislava).

Ela foi a pesquisadora que mais contribuiu para a compreensão dos povos indígenas no Paraguai. Suas investigações arqueológicas, etnohistóricas e etnológicas também são relevantes para o entendimento da ocupação indígena da região do Pantanal e áreas adjacentes, sobretudo a chaquenha. Além disso, Susnik foi uma das pensadoras que mais analisaram a formação do povo paraguaio, em especial no período que compreende do século XVI ao XIX. Nasceu na cidade de Medvode, Eslovênia, antiga Iugoslávia, no dia 28 de março de 1920, e faleceu na cidade de Assunção, Paraguai, na data de 28 de abril de 1996, conforme consta em seu necrológico.

Nascida em Medvode, Eslovênia, em 28 de março de 1920, cursou estudos superiores na Europa, obtendo o doutorado em pré-história e história pela Faculdade de Filosofia de Liubiana [*capital da Eslovênia*], assim como o doutorado em Etnoistória e Lingüística Uralo-Altaica pela Universidade de Viena, Áustria. Emigrada para a América, em 1947 iniciou trabalhos de pesquisa na Missão Laishi, dos Toba, na província argentina de Formosa. Chegou ao Paraguai em fins de 1951, atendendo a um convite do doutor Andrés Barbero para continuar os trabalhos museológicos iniciados pelo etnólogo alemão Max Schmidt. Depois do falecimento do doutor Barbero, as irmãs deste lhe encomendaram a reorganização e a recuperação das coleções e da biblioteca do Museu Etnográfico [*Museu Etnográfico Andrés Barbero*], levando adiante, em 1954, trabalhos de campo com os Maká e depois entre os Chulupi (Academia Paraguaya de la Historia 1996:13).

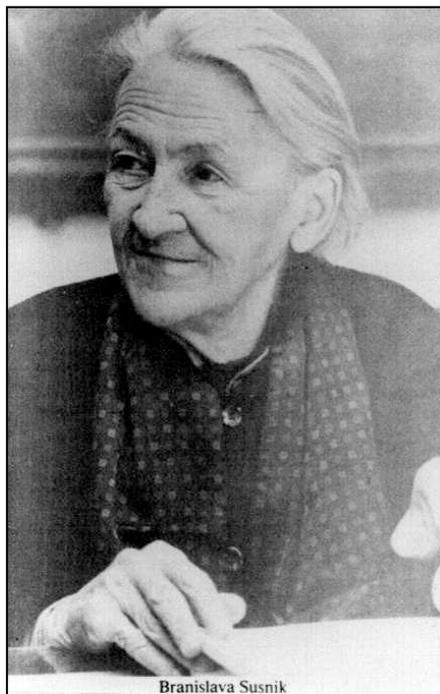


Figura 10: Fotografia de Branka Susnik.

(Fonte: www.museobarbero.org.py/susnik.jpg [23/04/2008])

Segundo o historiador e jornalista paraguaio Julio Peña (1999), a vinda de Susnik para a América aconteceu devido à perseguição política que ela passou a sofrer a partir de 1943, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso teria acontecido com a implantação, via luta armada na antiga Iugoslávia, de um regime totalitário de esquerda sob o comando de Josip Broz Tito (1892-1980). Parte de sua família foi morta e ela feita prisioneira em um campo de prisioneiros localizado em Aivdoushina, de onde fugiu em 1945. Sua fuga primeiramente aconteceu pela Áustria e, posteriormente, pela Itália. Esta é a versão histórica oficial, a que tem sido divulgada nos círculos acadêmicos do Paraguai, sobre os motivos que levaram Branka Susnik a emigrar para a América. Não disponho, contudo, de maiores dados esclarecedores a respeito desse assunto.

Cumpra aqui fazer uma breve digressão histórica. No ano de 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, o croata Josip Broz Tito liderou um grupo de guerrilheiros comunistas, os *partisans*, que combateu os invasores nazistas e seus apoiadores locais. Em 1945, com a derrota nazi-fascista,

a Iugoslávia foi reorganizada como uma federação de seis repúblicas socialistas, dentre as quais a Eslovênia. Surgiu então a República Popular da Iugoslávia, país que esteve governado por Tito até sua morte, ocorrida em 1980. Com a queda dos regimes socialistas totalitários do leste europeu, a Iugoslávia foi desagregada e, em 1991, a Eslovênia, a mais próspera de suas repúblicas, tornou-se independente iniciando a rápida transição para o capitalismo.

No início de 1947 quando partiu de Gênova, Itália, Susnik emigrou para a Argentina. Fez parte do contingente da comunidade de eslovenos livres que deixou a Europa e em 27 de abril de 1947 desembarcou em Buenos Aires. Na época a Argentina era governada pelo populista Juan Domingo Perón. Susnik permaneceu naquele país até 1951 (Pusineri 1997).

Apesar de pouco saber sobre a história de Susnik na Europa, é verdade que sua vinda para a América aconteceu por conta da situação política que ela e sua família enfrentaram na antiga Iugoslávia. De todo modo foi depois da morte de Max Schmidt, ocorrida em 1950, que Susnik deixou a Argentina e se estabeleceu definitivamente no Paraguai. Adelina Pusineri (1999), historiadora que trabalhou com ela por muitos anos, explicou que Andrés Barbero tomou conhecimento de seus trabalhos através das irmãs religiosas que trabalhavam na Cruz Vermelha Paraguaia e residiam em Formosa, região onde a etnóloga realizava investigações sobre a língua dos índios Toba. Em suas palavras:

Como o Museu Etnográfico, fundado por ele [*Andrés Barbero*] e ordenado pelo alemão Dr. Max Schmidt – quem se achava enfermo – estava abandonado, a fez chamar, mas ela somente chegou a Assunção, segundo seus documentos, no dia 1º de março de 1951. Dr. Schmidt e Barbero haviam falecido com poucos meses de diferença, deixando ainda mais abandonado o museu e a obra cultural. Mas as irmãs Josefa e María Barbero compreenderam que a obra do grande filantropo deveria seguir; assim construíram uma fundação chamada La Piedad e contrataram a Dra. Susnik para reordenar as coleções e os muitos papéis que deixaram, em especial o Dr. Schmidt. As irmãs religiosas a alojaram na Cruz Vermelha e ali começou sua grande obra que durou 45 anos de incansável trabalho e doação total ao Paraguai (Pusineri 1997:4).

A partir de 1951, portanto, Branka Susnik iniciou sua carreira profissional no Paraguai, país em que permaneceu até seus últimos dias. Em rara entrevista publicada em um jornal de Assunção, ela assim teria dito sobre o assunto:

Eu vim para o Paraguai ao terminar os horrores da Segunda Guerra Mundial e ao começar o domínio do comunismo nos países do Leste da Europa. No Paraguai encontrei a oportunidade de trabalhar cientificamente, o que para mim significava “reviver” intelectualmente (Peña 1990 *apud* Pusineri 1997:1)⁵.

Durante os quarenta e cinco anos em que viveu no Paraguai, inclusive todo o período da ditadura de Alfredo Stroessner Matiauda (1954-1989), Susnik concluiu e publicou vários estudos, muitos deles sobre línguas indígenas, e deixou um legado de 81 publicações entre livros e artigos escritos em castelhano, esloveno, francês e inglês; a maioria está em castelhano (Pusineri 1998). Seus trabalhos inovaram os estudos etnológicos e etnohistóricos no Paraguai, haja vista as abordagens antropológicas e sociológicas que fez sobre várias temáticas indígenas. Ela ainda organizou e ministrou vários cursos, seminários e conferências, a maioria sobre antropologia paraguaia. Além disso, por mais de vinte anos foi titular da cátedra de etnologia e arqueologia americana no curso de história da Faculdade de Filosofia, da Universidade Nacional de Assunção, da qual recebeu o título de professora honorária.

Em 1992, já no período da redemocratização do Paraguai e de quase toda a América Latina, o governo nacional em reconhecimento ao seu trabalho silencioso, dedicado e solitário e à sua contribuição à cultura paraguaia, homenageou-a com o primeiro Prêmio Nacional de Ciências, instituído pelo congresso nacional. No mês seguinte a sua morte, outorgou-lhe postumamente a condecoração da Ordem Nacional no Grau de Grão Oficial (Pusineri 2000).

Atualmente o Centro de Estudos Antropológicos da Universidade Católica (CEADUC), o Museu Etnográfico Andrés Barbero e a Fundação La Piedad oferecem anualmente o Prêmio Branislava Susnik, um concurso destinado a pesquisadores paraguaios e estrangeiros que, ao concluírem algum estudo sobre antropologia paraguaia, queiram inscrevê-lo e apresentá-lo sob forma de artigo, ensaio ou livro para a comissão examinadora. Os trabalhos escolhidos têm sido publicados na revista “Suplemento Antropológico”, da própria Universidade Católica. Em 2003 fui o ganhador do prêmio com o ensaio intitulado “Los primeros pasos en dirección de una arqueología pantanera: de Max Schmidt y Branka Susnik hacia otras interpretaciones sobre los pueblos indígenas de las tierras bajas

5 PEÑA, J. 1990. Branka Susnik. Paraguayos honorarios. *Revista El Diario Noticias*, Asunción, 20 may., pp.4-5.

del Pantanal” (Eremites de Oliveira 2003).

Tanto Branka Susnik quanto Max Schmidt, os dois antropólogos que trabalharam no que é hoje o Museu Etnográfico Andrés Barbero e lecionaram na Universidade Nacional de Assunção, possuem uma história muito semelhante: fizeram da ciência o maior propósito de suas vidas; não foram casados ou tiveram filhos.

Susnik ainda empreendeu algumas investigações arqueológicas no Paraguai, quase todas motivadas pela necessidade de resgatar material ergológico que salvaguardou no Museu Etnográfico Andrés Barbero, instituição que dirigiu até o dia de sua morte. Merece destaque a expedição realizada em 1956 ao departamento de Alto Paraguai, desde a localidade de Porto Guarani até a região da Baía Negra, antigos portos de exportação de tanino e áreas de intenso contato entre indígenas e não-indígenas. Como bem avaliou Peña (1999), de todas as suas investigações arqueológicas esta foi a única em que ela elaborou um informe analítico, o artigo intitulado “Material arqueológico del Área Alto-paraguayense” (Susnik 1959a); foi também seu primeiro trabalho de campo em território paraguaio. Trata-se de um estudo pouco conhecido fora do Paraguai, um texto reproduzido pela própria autora através de um mimeógrafo, prova de seu esforço pessoal em divulgar os trabalhos feitos à frente do Museu Etnográfico e superar as dificuldades infra-estruturais da própria instituição.

Esta expedição contou com apoio do governo paraguaio e da Fundação La Piedad, e teve por objetivo maior concluir um reconhecimento preliminar da arqueologia do departamento de Alto Paraguai, com vistas ao desenvolvimento de futuras investigações sistemáticas (Susnik 1959a, 1984). Em termos ambientais, a região explorada é muito semelhante à porção brasileira do Pantanal. Fontes textuais dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, por sua vez, comprovam haver uma forte relação entre as populações indígenas que ocuparam as duas áreas, situação esta que historicamente pode ser explicada por múltiplos fatores, dentre os quais a pressão que a conquista ibérica impôs aos povos indígenas que viviam no Chaco e no Pantanal, causando-lhes deslocamentos territoriais, contatos extragrupais, cisões grupais, guerras e muitos outros impactos e transformações socioculturais. Isto não significa, todavia, que antes do contato com os conquistadores europeus esses povos não mantiveram contatos entre si, pelo contrário.

Um dado interessante da pesquisa é que durante os trabalhos de campo a autora esteve acompanhada de cinco xamãs Chamacoco,

seus interlocutores e guias. Esses indígenas não somente a ajudaram na localização de alguns sítios, mas também lhe transmitiram sua interpretação *emic* sobre determinados aspectos da arqueologia da região. Durante a expedição foram encontrados ao menos cinco sítios arqueológicos, todos implantados a céu aberto e ocupados por populações ceramistas, situados nas localidades de Ponta Valinotti, Porto 14 de Maio, confluência dos rios Ypané e Paraguai, Porto Guarani e Porto Casado. É muito provável ainda que em 1956 Susnik tenha adentrado em território brasileiro, possivelmente na região do Nabileque; deve ter feito o registro de algumas impressões sobre a área e visitado alguns sítios do tipo aterro ou *mound*, quiçá com a realização de alguma coleta de material arqueológico.

No Porto 14 de Maio foi encontrado um grande sítio arqueológico, um aterro ou *conchal* (concheiro) com mais de 10 m de altura em alguns pontos e milhares de metros quadrados de extensão. Esse sítio já havia sido mencionado pelo etnólogo italiano Guido Boggiani, quem lá esteve na segunda metade do século XIX (Susnik 1959a).

Porto 14 de Maio é uma comunidade localizada no departamento de Alto Paraguai, acima da cidade sul-mato-grossense de Porto Murtinho, à margem direita do rio Paraguai, nas coordenadas 20°38'33"S e 58°13'33"W. O material cerâmico existente no local lembra o que ocorre nas proximidades de Corumbá, o qual foi batizado por Rogge & Schmitz (1992) de *tradição Pantanal* (Eremites de Oliveira 2004).



Figura 11: Mapa do departamento de Alto Paraguai com a indicação do Porto 14 de Maio (Fonte: www.paises-america.com/mapas/mapa/paraguai.jpg [23/04/2008]).



Figura 12: Susnik durante a escavação feita no aterro do Porto 14 de Maio, em 1956 (Fonte: www.mladina.si/tednik/200549/clanek/nar--profil-blaz_ogorevc/img/paragvaj1_inline.jpg [23/04/2008]).



Figura 13: Susnik com dois de seus interlocutores Chamacoco durante a escavação feita no aterro do Porto 14 de Maio, em 1956 (Fonte: www.mladina.si/tednik/200549/clanek/nar--profil-blaz_ogorevc/ [23/04/2008]).

Branka Susnik ainda regressou ao Porto 14 de Maio em fevereiro de 1990, acompanhada de Adelina Pusineri. Desta vez recolheu outra quantidade de material arqueológico do sítio, grande parte previamente selecionada *in loco* e proveniente da escavação de duas trincheiras, executadas sem controle da estratigrafia natural. Os fragmentos de vasilhas cerâmicas, por exemplo, foram coletados com base no que a autora considerou ser mais representativo em termos de decoração plástica, ou seja, houve uma seleção em campo do que deveria ser ou não recolhido.

Na época esta prática já estava em desuso em muitos países sul-americanos porque estava mais ligada à obtenção de material arqueológico para museus do que para a resolução de problemas específicos de interesse ao conhecimento da história indígena pré-colonial da região platina.

Parte do material arqueológico do Porto 14 de Maio foi por mim analisada durante as pesquisas desenvolvidas para a conclusão de uma tese de doutorado (Eremites de Oliveira 2002).

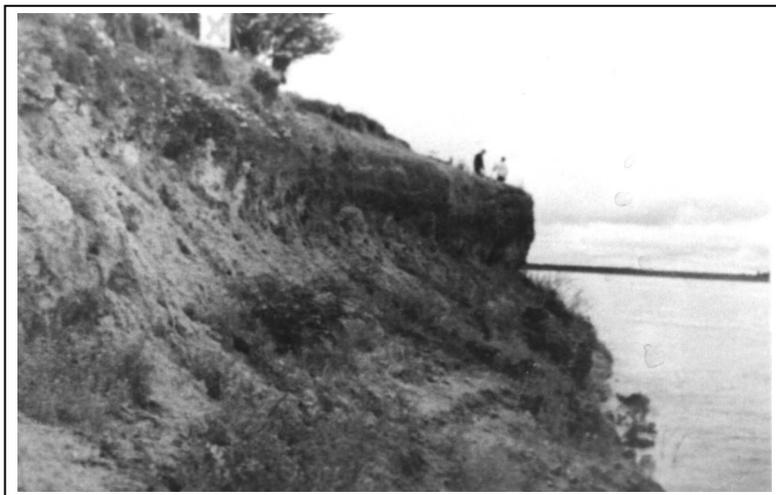


Figura 14: Fotografia do aterro do Porto 14 de Maio tirada por Adelina Pusineri em 1990, durante a última pesquisa que Susnik realizou na região.

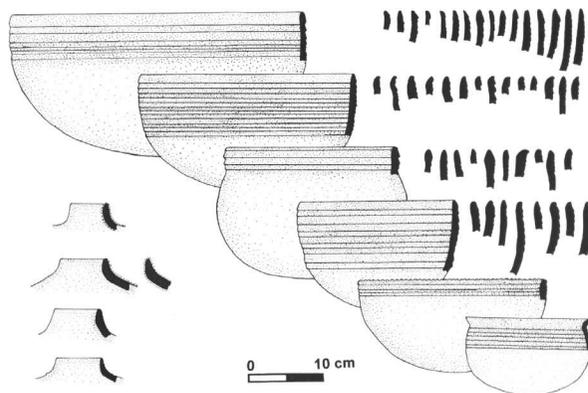


Figura 15: Reconstituição gráfica de alguns tipos de recipientes cerâmicos da *tradição Pantanal* encontrados no Porto 14 de Maio.

(Fonte: Eremites de Oliveira 2002)

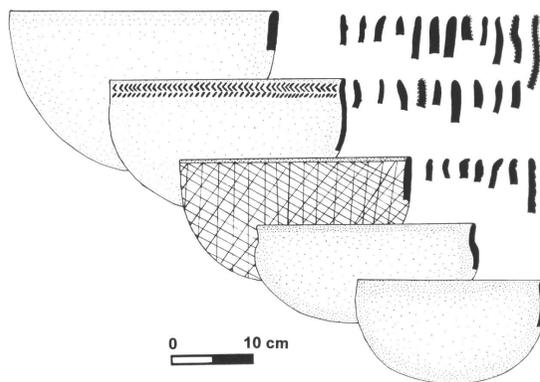


Figura 16: Reconstituição gráfica de alguns tipos de recipientes cerâmicos da *tradição Pantanal* encontrados no Porto 14 de Maio.

(Fonte: Eremites de Oliveira 2002)

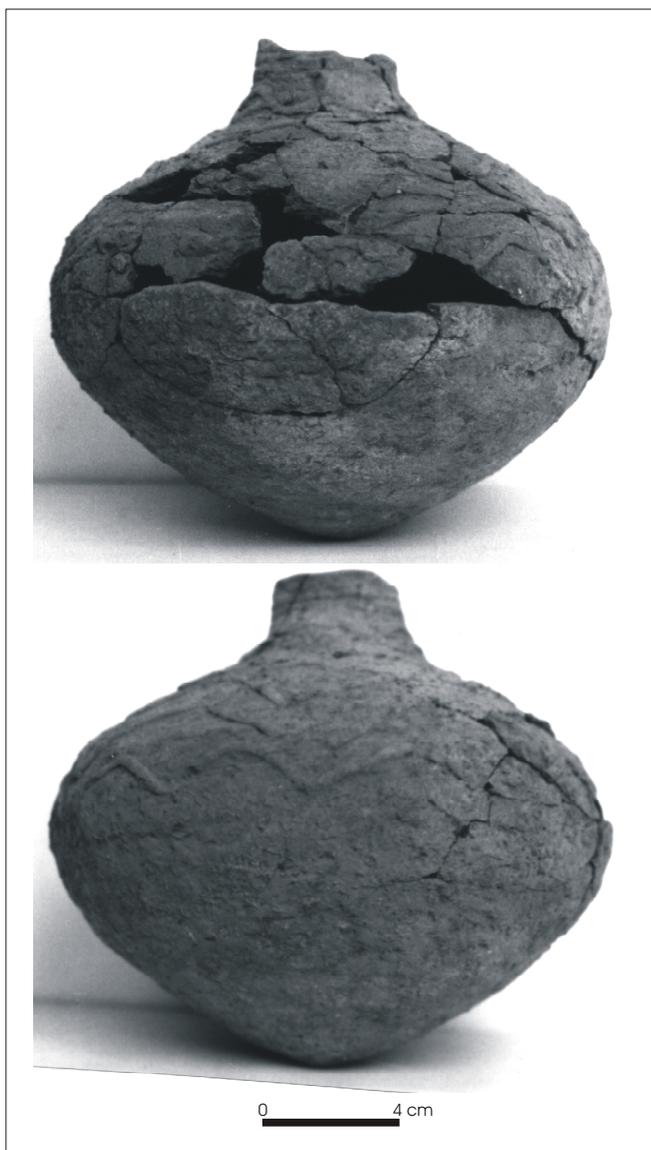


Figura 17: Recipiente cerâmico da *tradição Pantanal* encontrado no Porto 14 de Maio e exposto no Museu Etnográfico Andrés Barbero em 1998.
(Fonte: Eremites de Oliveira 2002)



Figura 18: Fragmentos de recipientes cerâmicos da *tradição Pantanal* encontrados no Porto 14 de Maio e expostos no Museu Etnográfico Andrés Barbero em 1998. (Fonte: Eremites de Oliveira 2002)



Figura 19: Fragmentos de recipientes cerâmicos da *tradição Pantanal* encontrados no Porto 14 de Maio e expostos no Museu Etnográfico Andrés Barbero em 1998. (Fonte: Eremites de Oliveira 2002)

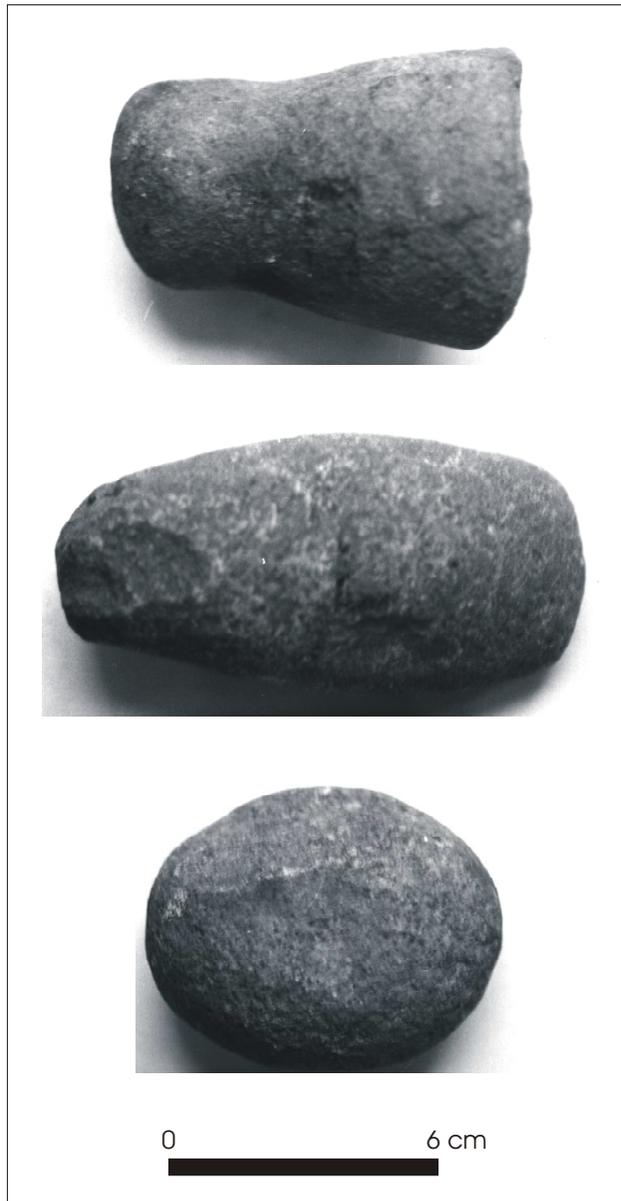


Figura 20: Artefatos líticos encontrados no Porto 14 de Maio e expostos no Museu Etnográfico Andrés Barbero em 1998.

(Fonte: Eremites de Oliveira 2002)



Figura 21: Contas de colar e pingentes encontrados no Porto 14 de Maio e expostos no Museu Etnográfico Andrés Barbero em 1998.

(Fonte: Eremites de Oliveira 2002)

Em que pese todas as dificuldades encontradas para analisar parte da obra de Susnik, avalio que é preciso registrar, desde antemão, que suas maiores especialidades foram etnologia, etnoistória e lingüística, embora tivesse estudado e lecionado arqueologia. No que diz respeito à sua formação teórica, tendo em vista que ela aconteceu na Europa da primeira metade do século XX, incluindo a Áustria, penso que deve ter sido marcada pelo historicismo da Escola de Viena, também conhecido nas ciências sociais como difusionismo ou escola histórico-cultural (Poirier 1981; Bernardi 1988; Harris 1993, 1995; dentre outros). Sobre o historicismo, José Alcina Franch fez o seguinte comentário:

O historicismo que caracteriza a Escola de Viena e do qual participam em maior ou menor medida todos os pré-historiadores do Velho Mundo, até datas recentes, representa um esforço sério e profundamente científico por superar as numerosas deficiências oferecidas pela excessivamente simplista orientação evolucionista clássica: toma do próprio evolucionismo aquelas idéias que considera mais positivas e seguras, aprofunda e refina sua metodologia e chega a criar um dos quadros interpretativos mais universais, coerentes e compreensivos dos quantos se haviam elaborado até então, para explicar as grandes diferenças e profundas semelhanças entre as culturas do passado e do presente da Humanidade (Alcina Franch 1989:28).

Maria Eunice Jardim Schuch, historiadora que participou do Projeto Corumbá e de quem fui parceiro em estudos etnohistóricos e etnológicos, inclusive na análise de algumas obras de Branka Susnik, assim pontuou em sua dissertação de mestrado:

Uma das maiores autoridades que trata das populações do Alto-Paraguai do ponto de vista etno-histórico é, sem dúvida, Branislava Susnik, que realiza suas pesquisas a partir do Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, em Assunção. Sua obra é imensa e abrange praticamente todas as etnias do Paraguai, detendo-se especialmente nos Guaraní, além de trabalhos que abordam etnias de outras regiões. Seu trabalho é marcadamente difusionista: ela procura analisar a expansão das etnias levando em conta traços culturais que são transmitidos de uma etnia para outra, trata as migrações e deslocamentos populacionais a partir da pressão exercida por alguns grupos sobre outros na disputa de territórios, por locais de caça e coleta, entre outros (Schuch 1995a:13).

Continua a autora:

De certa forma, esta perspectiva está presente em toda a obra da autora, que trabalha fundamentalmente a partir da análise de fontes documentais e apresenta um esquema amplo sobre a dispersão de vários grupos do Chaco e regiões vizinhas. Pela carência de dados arqueológicos para a área, Susnik trabalha basicamente com fontes documentais o que, às vezes, faz com que se coloquem em dúvida algumas de suas afirmativas (Schuch 1995a:14).

Na verdade Susnik foi quem mais analisou, via método comparativo, as fontes textuais de valor etnohistórico e a literatura etnológica sobre os povos indígenas do Chaco e do Pantanal. Isto explica o interesse que ela tinha pela bacia do alto Paraguai, uma das principais rotas fluviais para migrações indígenas (pré-coloniais e coloniais) no centro da América do Sul. Seu estilo de redação científica é conhecido por ser pouco ortodoxo do ponto de vista acadêmico, às vezes de difícil compreensão e marcado pela ausência de maiores discussões sobre as fontes utilizadas, o que em muito dificulta a compreensão de alguns de seus modelos interpretativos. Não obstante a este situação, avalio que no geral seus estudos superaram praticamente todos os trabalhos anteriormente publicados, como é o caso dos de Ludwig Kersten (1968 [1905]) e Alfred Métraux (1942, 1944, 1963a).

Avalio que a realização de uma leitura apurada sobre a obra completa de Susnik, algo que ainda não foi feito, requererá, necessariamente, a análise de vários dos seus textos e sua devida situação no contexto histórico em que foram produzidos. Dessa maneira será possível perceber o desenvolvimento de seu pensamento, pois, ao que tudo indica, ela teve momentos difíceis em sua vida pessoal, situações estas que talvez expliquem seu estilo de escrever em determinados momentos de sua carreira profissional. Em fins da década de 1990, apenas para citar um exemplo, Maria Cristina dos Santos, autora do artigo “Clastres e Susnik: uma tradução do ‘Guarani de papel’”, embora tenha chamado Branka Susnik de “Mãe-Fundadora da Etnohistória Guarani” [*sic.*] (Santos 1999:207), teceu várias críticas à antropóloga. Algumas de suas críticas são palavras pouco elegantes e sugerem um tom de deboche um tanto quanto agressivo:

Criadora, provavelmente involuntária, da Associação Guarani de Normas Técnicas da Susnik-AGNTS, persiste ao longo de suas publicações um texto em que as referências bibliográficas e/ou documentais são um mero apêndice, não havendo nenhuma necessidade de relação entre dado/informação/nota/referência documental ou bibliográfica. Aquele mais desavisado, que tentar a peripécia de conferir, terá a dimensão do que se afirma acima (Santos 1999:209).

Este tipo de análise, feita a partir de uma leitura sincrônica ou a-histórica de parte da produção intelectual da antropóloga, pode sugerir aos mais afoitos que Susnik não analisou todas as fontes mencionadas em seus livros e artigos. Contudo, as centenas de fichas de leitura guardadas no Museu Etnográfico Andrés Barbero comprovam que ela não fazia uso de sofismas em seus estudos, pelo contrário. Ela foi uma pesquisadora que registrava, de uma maneira bastante peculiar, as diversas fontes textuais primárias e secundárias que analisou. Uma prova de que conhecia – e bem – as fontes textuais da época colonial é a obra “Introducción a las fuentes documentales referentes al índio colonial del Paraguay”, um importante guia escrito por ela mesma (Susnik 1992).

Em “O Guaraní: uma bibliografia etnológica”, Bartomeu Melià, o maior especialista da atualidade em etnologia e etnohistória dos povos de língua guaraní, quem conheceu Susnik pessoalmente, escreveu uma apurada avaliação sobre a autora. Segue um trecho de sua análise:

A Dra. Branislava Susnik, desde seus *Apuntes de etnografía paraguaya* (1961), traça uma etnohistória guaraní em sentido estrito, que será desenvolvida em numerosas e contínuas novas publicações. Com formulações muito sintéticas e críticas, as obras de Susnik apresentam uma história do Guaraní bem diferente da imaginada e ideologizada pela historiografia tradicional de inspiração liberal, que dominava no Paraguai até então.

Pesquisa de novas fontes históricas nos arquivos, aplicação de uma hermenêutica a partir de categorias antropológicas, fidelidade aos dados e propostas de hipóteses originais, marcam as formas da etnohistória guaraní elaborada por esta incansável pesquisadora. Junto a isso, porém, um estilo extremamente conciso, certa desordem na apresentação do discurso, um nada convencional sistema de abreviaturas e citações, dificultam consideravelmente a leitura desses textos e até a sua reta compreensão (Melià 1987:68).

As palavras de Melià sugerem, dentre outras coisas, que os estudos e as idéias de Susnik, divulgados por meio de palestras, aulas e publicações, também serviram de contraponto a certas representações construídas acerca dos povos de língua guaraní e de sua participação na constituição histórica e sociocultural da sociedade nacional paraguaia. Segundo o autor, essas representações eram defendidas por partidários de uma historiografia tradicional de inspiração liberal, vigentes na época. Logo, ainda que de maneira discreta e a seu modo ela também atuou na desconstrução de

alguns *mitos* historiográficos sobre esses povos indígenas; atuou ainda na construção e vulgarização de outras imagens, seguramente mais críticas que as anteriores, algo bastante relevante para um repensar da própria identidade nacional paraguaia.

Relativo aos trabalhos de campo em arqueologia realizados por Branka Susnik, percebe-se que são metodologicamente semelhantes aos de Max Schmidt, embora os dele sejam mais detalhados, principalmente a respeito da descrição e localização dos sítios. Ambos não chegaram a fazer modernas escavações arqueológicas, visto que suas investigações foram feitas em grandes áreas, com pouco tempo disponível, precárias condições infra-estruturais e paralelamente a pesquisas de cunho etnográfico. No que diz respeito às interpretações teóricas dos dois antropólogos, as de Schmidt são marcadas por um enfoque ecológico, materialista, como dito antes, ao passo que as de Susnik são caracterizadas por uma leitura menos materialista e mais simbolista, cognitiva e geralmente mais elaborada, via de regra por meio de um enfoque etnográfico.

Esse mesmo enfoque etnográfico, na maioria das vezes feito por meio de analogias etnográficas ou históricas diretas (método comparativo), foi sistematicamente usado para compreender sistemas socioculturais do passado pré-colonial. Pode ser chamado de enfoque histórico direto (Willey & Sabloff 1980; Trigger 1992; Renfrew & Bahn 1998; e outros).

Um dos maiores problemas do enfoque histórico direto está na projeção histórica acerca do passado indígena pré-colonial. Como os sistemas socioculturais são dinâmicos, em geral não há como precisar, a partir do conhecimento do presente etnográfico, sobre quais foram as continuidades e descontinuidades ou mudanças e permanências ocorridas em uma região durante um período que pode compreender séculos ou milênios. Esta discussão, aliás, tem sido debatida na arqueologia estadunidense e tornou-se ainda mais intensa com o surgimento da Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual, na década de 1960, sobretudo no que se refere aos estudos sobre povos caçadores-coletores. Embora o conhecimento do passado pré-colonial pressuponha a realização de pesquisas arqueológicas, as interpretações teóricas são, inevitavelmente, marcadas pelo conhecimento que se tem sobre a realidade etnográfica e histórica dos povos indígenas.

Em muitas das publicações de Branka Susnik, a arqueologia e a etnologia aparecem conectadas, como sendo ramos da antropologia, inclusive com o propósito da construção de uma história indígena mais

ampla e contínua do ponto de vista espaço-temporal. Daí compreender muitos de seus modelos explicativos como teorias de médio ou longo alcance.

No ensaio “Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico)”, publicado na Argentina e no Paraguai em 1972, Susnik apresentou pela primeira vez um texto com a concatenação de suas idéias sobre as migrações indígenas pré-coloniais ocorridas na área chaquenha e em sua periferia. Este mesmo assunto foi tratado amiúde em estudos posteriores. Ela propôs modelos migratórios para povos chaquenhos lingüisticamente Guaikuru, Lengua/Enimagá-Cochaboth, Maskoy, Mataco e Zamuco. Sugeriu ainda a existência de três núcleos culturais na periferia do Gran Chaco: (1) Guapay-Bermejo; (2) Guapay-Alto Paraguai; (3) Alto Paraguai-Litoral fluvial do Paraná. Este último núcleo, por sua vez, foi subdividido em zona alto-paraguaiense, zona rio Paraguai até o rio Paraná e núcleo cultural litorâneo⁶. A autora apontou as principais vias hidrográficas das regiões chaquenha e pantaneira como rotas de migrações indígenas pré-coloniais, motivadas por pressões demográficas, para o centro do subcontinente sul-americano. Em suas palavras:

Ao iniciar-se a Conquista hispânica, os povos do Gran Chaco manifestavam um estado de efervescência migratória e se achavam em plena belicosidade interétnica, lutando por lugares de caça e pesca substancialmente mais aptos. Tal situação se devia a várias ondas de deslocamentos pré-colombianos na mesma periferia do Gran Chaco, circunstanciando diversos contatos interétnicos e condicionando algumas variações culturais e caracteres etnopsicológicos distintos nas tribos chaquenhos (Susnik 1972a:7).

É preciso reconhecer que as interpretações de Susnik demonstram uma extraordinária capacidade de erudição teórica, marcada por um raciocínio dedutivo e por um profundo conhecimento das fontes textuais. Entretanto, muitas de suas idéias difusionistas, inclusive as interpretações psicoculturais, carecem de dados arqueológicos; podem ser consideradas como modelos hipotéticos que, na mais pessimista das avaliações, comprovam a existência de uma rica e complexa diversidade sociocultural no Chaco, no Pantanal e em áreas adjacentes. As origens dessa sociodiversidade recuam ao passado pré-colonial, isto é, que não se trata de uma mera consequência da conquista

6 Em castelhano a palavra *litoral*, tal qual usada na região platina, também é empregada para designar áreas de margens fluviais.

ibérica da região platina. Também atestam a ocorrência de vários contatos interétnicos entre povos indígenas das terras baixas platinas com povos das terras altas andinas. Mais ainda, demonstram que alguns povos indígenas do Pantanal, a exemplo dos Xaray, provavelmente do tronco lingüístico Aruák, possuíam uma organização social e econômica marcada pela existência de hierarquias entre os indivíduos. Esta hierarquia indica uma complexidade sócio-política que emergiu em tempos pré-coloniais e ficou mais conhecida pelos relatos produzidos pelos conquistadores europeus e euroamericanos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Por outro lado, sua tese a respeito das migrações indígenas pré-coloniais, motivadas basicamente por pressões demográficas associadas a conflitos por áreas com maior capacidade de suporte para atividades de caça e pesca, merecem ser relativizadas à luz de alguns novos estudos divulgados a partir das décadas de 1960 e 1970. Exemplo disso são os conhecidos “Man the Hunter” (Lee & De Vore 1973) e “Economia de la Edad de Piedra” (Sahlins 1977), obras que derrubaram antigos paradigmas evolucionistas sobre a subsistência dos povos caçadores-coletores. Isto porque, ao contrário do que se pensava anteriormente, esses povos obtêm os recursos necessários para sua subsistência mais facilmente do que os povos produtores de alimentos (agricultores e criadores de animais). Além disso, as classificações raciais presentes em várias obras de sua autoria, baseadas unicamente nas características dos fenótipos, não são mais aceitas diante das modernas contribuições da genética e da bioantropologia. Essas observações são válidas para a maioria dos trabalhos científicos de Branka Susnik, em especial para aqueles de interesse ao estudo dos povos indígenas pré-coloniais no Pantanal. Outrossim, nos ensaios escritos pela antropóloga está clara a idéia de que o Chaco e o Pantanal seriam *áreas marginais*, regiões meramente receptoras de influências socioculturais de povos indígenas estabelecidos nas regiões andina e sub-andina, paradigma evolucionista difundido mundialmente por Julian H. Steward (1963), organizador do conhecido “Handbook of South American Indians”.

Três anos depois, em 1975, a autora publicou o livro “Dispersión Tupí-Guaraní Prehistórica: ensayo analítico”, provavelmente um de seus livros mais citados fora do Paraguai, especialmente entre os brasileiros especializados em arqueologia guarani, como Brochado (1984), Noelli (1993), Noelli et al. (1996) e Soares (1997). Uma outra obra sua também tem sido freqüentemente recorrida em estudos sobre os povos de língua guarani dos primeiros contatos com os europeus: “El indio colonial del Paraguay. El

Guaraní colonial” (Susnik 1965). Mas foi com a série “Los Aborígenes del Paraguay” que foram publicados importantes ensaios para a arqueologia pantaneira. Merece destaque os conhecidos “Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)” (Susnik 1978) e “Cultura Material (Guaraníes y Chaquenhos)” (Susnik 1982). A primeira obra, que considero um clássico da autora, contém um capítulo inicial que trata exclusivamente dos povos indígenas na bacia hidrográfica do alto Paraguai. A segunda, por seu turno, contém uma gama notável de dados etnográficos que foram sistematicamente coletados, organizados e analisados. São de grande relevância para a caracterização, dentro de uma perspectiva sincrônica e diacrônica, dos sistemas socioculturais dos povos de língua guarani e dos grupos chaquenhos. Nesses três trabalhos, Branka Susnik prosseguiu com o enfoque histórico direto que lhe é peculiar; tratou de questões como adaptação cultural, contatos interétnicos, cultura material, difusão cultural, migrações pré-coloniais, organização social, territorialidade e alguns outros assuntos.

Dos últimos livros publicados pela antropóloga, dois são bastante interessantes: “Interpretación etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua – I: formación y dispersión étnica” (Susnik 1994) e “Interpretación etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua – II: el hombre, persona y agente ergológico” (Susnik 1995a). Esses dois trabalhos contém uma síntese das idéias que Susnik amadureceu ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, extrapoladas para uma área geográfica maior, o subcontinente sul-americano. Carecem, contudo, de uma exaustiva análise da literatura arqueológica mais recente sobre as temáticas investigadas.

Afora os trabalhos citados, alguns outros merecem destaque: “Las características etno-socio-culturales de los aborígenes del Paraguay en el siglo XVI” (Susnik 1987), “Introducción a las fuentes documentales referentes al indio colonial del Paraguay” (Susnik 1992), “Poblados – Vivendas: manufactura utilitária (ámbito sudamericano)” (Susnik 1996) e “Artesanía Indígena” (Susnik 1998a). Todos são importantes para estudos arqueológicos – especialmente os etnoarqueológicos –, etnohistóricos e etnológicos sobre os povos indígenas da região pantaneira.

Enfim, quero registrar amiúde que uma análise exaustiva sobre a obra completa de Branka Susnik ainda está por ser feita. Para tanto seria necessário tê-la como único objeto de um estudo mais detalhado, o que jamais foi meu propósito. De todo modo, suas idéias precisam ser avaliadas dentro de uma perspectiva histórica e historiográfica, e também necessitam

ser inseridas no contexto de sua época e no âmbito do desenvolvimento das ciências sociais no Paraguai.

1.4. OUTROS APORTES IMPORTANTES

Em 1965 Betty J. Meggers e Clifford Evans, coordenadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre 1965 e 1970, chamaram a atenção para a potencialidade arqueológica da bacia do alto Paraguai, conseqüentemente do Pantanal:

Qualquer pesquisa arqueológica obedecerá a um plano previamente preparado, após a consulta e o estudo do mapa do Estado, Município ou região que desejamos investigar. Tomemos, por exemplo, o Estado de Mato Grosso... O Estado de Mato Grosso representa praticamente o papel de divisor de águas continentais. Os rios na parte norte se dirigem ao rio Amazonas, enquanto os do sul desembocam no oceano Atlântico. As cabeceiras desses rios são formadas por numerosos cursos d'água, alguns dos quais quase interligados. Apenas alguns quilômetros separam certos tributários dos rios Juruema e Paraguai. Considerando que os rios constituem uma das vias principais de deslocamento dos grupos de índios da Floresta Tropical, surge a hipótese de que tenham eles servido como vias de migração e difusão, tornando esta área um possível ponto de convergência de influências tanto do norte como do sul.

Um plano de pesquisa arqueológica deveria considerar esta hipótese. Assim, em Mato Grosso, escolheríamos as áreas que se seguem para uma prospecção sistemática: 1) rios Juruema e São Manuel e seus tributários; 2) rio Xingu e seus tributários; 3) rio Araguaia e seus tributários; 4) rios Paraguai e Taquari e seus tributários; 5) rio Paraná e seus tributários; 6) rio Guaporé e seus tributários. Estas seis áreas comandam as principais rotas fluviais do norte, oeste e sul ao longo das quais poderiam ter sido canalizadas as influências para o Estado... (Meggers & Evans 1965:29-30).

Infelizmente o exemplo proposto por Meggers & Evans não despertou o imediato interesse de algum arqueólogo brasileiro. Outras áreas do país chamaram mais atenção, seja pelo fato de estarem inseridas nos círculos de debates acadêmicos, seja por possuírem instituições de pesquisa e profissionais que investiram no desenvolvimento de estudos sobre a arqueologia do país, razões pelas quais a bacia do alto Paraguai não foi incluída no PRONAPA.

No início da década de 1970, J. Lucídio N. Rondon (1971, 1972)

publicou os livros “No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso” e “Tipos e aspectos do Pantanal”. Trouxe ao público interessantes informações arqueológicas e etnográficas sobre aterros, possivelmente Guató, existentes no pantanal de Poconé, em Mato Grosso. Na época em que escreveu os dois livros talvez o autor já tivesse conhecimento de algumas das publicações de Max Schmidt, o que quiçá explique certas considerações que ele fez sobre os Guató. Soma-se a isto o fato de ele possivelmente ter tido contato com esses indígenas na região pantaneira.

Na mesma década o naturalista Lehel de Silimon (1972), na época funcionário da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), registrou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) alguns sítios que localizou no município de Corumbá. Este foi o primeiro registro oficial de sítios arqueológicos existentes na região do Pantanal Matogrossense.

Logo depois o também naturalista Fritz Vlastibor Bluma (1973) publicou um artigo mencionando a ocorrência de vários locais com inscrições rupestres e sítios com cerâmica indígena. Seus dados serviram de base para parte do trabalho do historiador Lécio Gomes de Souza (1973). Ambos os autores lecionaram no então Centro Pedagógico de Corumbá (CPC), unidade da antiga Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), atualmente o Campus do Pantanal da UFMS.

O livro de L. Souza (1973), intitulado “História de uma região: Pantanal e Corumbá”, merece maiores considerações⁷. Além de historiador e estudioso dos aspectos geográficos regionais (ver também L. Souza 1978), o autor também foi médico e general do exército brasileiro, membro da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, dentre outras instituições. Fez parte, portanto, da elite intelectualizada de Corumbá. Sua obra é uma síntese da história regional que seguiu a perspectiva de uma história tradicional, por assim dizer. Interessante é notar que Lécio Gomes de Souza tratou da história pantaneira desde a história indígena pré-colonial, isto é, do transcurso das populações ameríndias antes do contato direto ou indireto com os conquistadores europeus. Em suas palavras:

É indiscutível que desde priscas eras povos pré-históricos vincularam-se à bacia do Paraguai, atraídos pelas condições mesológicas favoráveis, deixando a marca indelével de sua passagem em desenhos nas rochas e nos

7 Trata-se do volume I – *Pré-história e tribos indígenas*. O volume II foi publicado na década de 1980 sob o título *História de Corumbá* (L. Souza s.d.).

fósseis humanos que esporadicamente vêm sendo encontrados. Entretanto ainda não despertaram, uns e outros, a devida atenção dos estudiosos e continuam a desafiar a argúcia dos peritos na matéria (L. Souza 1973:89).

Afora a linguagem meio rebuscada, o autor pontuou a antiguidade dos povos indígenas na região e chamou a atenção para o fato de elas lá terem chegado atraídas pelas condições ambientais favoráveis à sua subsistência. Ele também alertou, embora talvez sem conhecer a obra de Meggers & Evans (1965), para a necessidade da realização de pesquisas arqueológicas na região, questão assim avaliada pela falta de interesse por parte dos especialistas no assunto. Diferentemente do trabalho de Lécio Gomes de Souza, algumas sínteses publicadas posteriormente omitiram ou fizeram poucas menções acerca da presença indígena na região. Para alguns historiadores, a história pantaneira, bem como a do antigo Mato Grosso, começou com os espanhóis e portugueses que ali chegaram na primeira metade do século XVI. Para outros, entretanto, ela teve início com os paulistas que no início do XVIII descobriram ouro na região dos rios Coxipó e Cuiabá, no atual Mato Grosso. Nada mais equivocado e a-histórico.

No mesmo ano de 1973, o historiador paraguaio Carlos Alberto Pusineri Scala (1973), arqueólogo amador, colecionador de antiguidades e intelectual bastante respeitado em seu país (Cáceres 2000), publicou o ensaio “Los montículos *yvychoví* del Paraguay”, em que trata de aterros existentes em áreas alagadiças como Yverá e Ypoá⁸. São sítios que ocorrem em zonas inundáveis, correspondente a estruturas monticulares formadas, também, por grande quantidade de sedimentos, ossos de peixes e conchas de moluscos aquáticos como bivalves e gastrópodes. Este é o mais completo trabalho de sistematização e a melhor interpretação de informações sobre aterros no Paraguai. No artigo há, inclusive, dados obtidos em escavações que o próprio autor fez no Porto Victoria, em 1957, e, em parceria com Leonardo Manríquez Castañeda, nos campos de Yvytimí, em 1962. Sua metodologia de escavação assemelha-se à usada nas escavações feitas por Branka Susnik no Porto 14 de Maio.

8 Na língua Guaraní, *yvychoví* significa, literalmente, *terra cônica* (*yvy* = terra; *choví* = cônica). Em julho de 2000, pude conhecer alguns aterros existentes no lago de Ypoá. No Paraguai aterros também são conhecidos como *islas*, *cerritos*, *lomas* e *montículos*.

Quadro 2: Aterros ou *yvychoví* encontrados no Paraguai.

Nome do sítio	Localização
Vários sítios	Lago Yverá
Vários sítios	Lago Ypoá
Vários sítios	Localidade de Estero Cambá, inclusive em San Juan Bautista del Ñeembucú
Vários sítios	Região do Alto Paraná
Vários sítios	Yvytimí
Três sítios	Localidade de Guavirá, povoado de Caballero
Ilha Tacuara	Localidade de Posto Ilha Tacuara, nas proximidades de General Artigas
Cerrito Jara	Bahía Negra
Ilha Jhovy, Ilha Naranja, Ilha Juan Tomás e Ilha Samu'ú	Estabelecimento de Liebigs, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ilha Jinete	Estabelecimento Villasanti, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ilha Alta ou Yvaté	Estabelecimento Vargas, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ilha Carancho e Ilha Mba'eysyó	Estabelecimento Bresanovich, Porto Victoria, em Vila Oliva
Cerrito Curupica'y	Estabelecimento Doldán, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ilha Yu'á e Ilha Cerrito	Estabelecimento Rehnfeldt, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ilha Negra, Ilha Ita e Ilha Yasay'y	Campo Fiscal, Porto Victoria, em Vila Oliva
Ñurumi e Yuquerí	Estabelecimento de Luis M. Quevedo, Porto Victoria, em Vila Oliva

Fonte: Pusineri Scala (1973).

Ainda na década de 1970, o arqueólogo José Afonso de Moraes Bueno Passos (1975), na época pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP), defendeu uma tese de livre-docência em pré-história, na qual trata de inscrições rupestres ou petroglifos existentes em Corumbá e em outros pontos do Brasil, além da Bolívia e do Paraguai.

Nas 79 páginas de seu trabalho, Passos (1975) fez um registro de inscrições rupestres, sem apresentar dados quantitativos sobre os

petroglifos. Suas interpretações são frágeis e às vezes um tanto quanto intuitivas. Sobre suas pesquisas, o próprio autor disse o seguinte:

Desde 1959 vimos fazendo pesquisas sobre sinalações rupestres no Estado de Mato Grosso, em sucessivas expedições. Depois destes anos, parecemos que o conjunto de sítios pré-históricos, nesse determinado setor, é de vulto, naquele grande Estado de nossa pátria. Igualmente, o acervo que fomos reunindo já é de relativa monta. São nossos estudos, fotos, moldagens, reproduções, ao menos quantitativamente representativos. Ainda recentemente, no anterior mês de Julho, refizemos alguns sítios, afim de precisarmos pormenores necessários para a ultimação da presente tese.

Nossas pesquisas, por força das próprias investigações, estenderam-se também, por vezes, ao vizinho Paraguai e, apenas por duas ocasiões, à Bolívia, pois se referem a tempos onde ainda não existiam as atuais fronteiras políticas (Passos 1975:1).

O autor visitou dois sítios arqueológicos em Corumbá, posteriormente estudados por Girelli (1994), e um outro na Bolívia. Na bibliografia de sua tese há referências ao trabalho de Bluma (1973), quem o ajudou em algumas de suas idas a campo, embora não haja citação aos de Schmidt (1940a, 1940b, 1942a) e L. Souza (1973).

Na década de 1970 Passos foi diretor do antigo Instituto de Pré-história da USP e responsável pelo “Pré-história – Informativo”, publicação que em 1977 teve em sua capa a fotografia de uma inscrição rupestre de Corumbá. Também foi professor de jovens notáveis que anos mais tarde tornaram-se pesquisadores de grande respeito entre seus pares, mestres da transição para a formação de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros. Solange Bezerra Caldarelli e Walter A. Neves são dois deles. Portanto, a despeito da simplicidade de sua tese de livre-docência, cumpre dizer que seus trabalhos como pesquisador e professor tiveram outros aspectos muitíssimos mais positivos, como a formação de novos profissionais, a divulgação de conhecimentos científicos e a defesa do patrimônio arqueológico nacional.

Em 1978 José Antonio Gómez Perasso, provavelmente o único arqueólogo profissional nascido no Paraguai, falecido precocemente na década de 1990, publicou uma síntese sobre a história indígena pré-colonial do Paraguai, o artigo “Estudios arqueológicos en el Paraguay: análisis interpretativo” (Perasso 1978), no qual faz uso de analogias históricas diretas para sistematizar vários dados arqueológicos. Trata-se

de um trabalho muito pouco conhecido no Brasil e no próprio Paraguai. É interessante pontuar, contudo, que o autor chamou de *complexo cultural Alto-paraguaiense* a cerâmica então conhecida para aterros existentes na porção brasileira do Pantanal e em muitas áreas inundáveis do Paraguai. Até pouco tempo este dado tinha sido praticamente desconhecido pela maioria dos especialistas em arqueologia pantaneira.

Em julho de 1989 o autor e a arqueóloga brasileira Luciana Pallestrini, ex-professora da USP, instituição em que ele deve ter estudado, escavaram parte de um grande aterro existente à margem do lago Ypoá, no Paraguai, cujos resultados ainda não vieram a público; há apenas alguns dados divulgados em reportagens da época, publicadas no jornal *El Diario Noticias*. Provavelmente o material arqueológico proveniente das escavações esteja depositado no Museu Arqueológico e Etnográfico Guido Boggiani, em Assunção, dirigido pelo arquiteto Jorge Vera, quem até pouco tempo não havia autorizado nenhum outro pesquisador paraguaio ou estrangeiro a ter acesso aos bens arqueológicos salvaguardados naquela instituição.

Perasso ainda trabalhou em parceria com José Luiz de Moraes, arqueólogo e docente da USP (ver Perasso 1984; Moraes & Perasso 1984; Pallestrini & Perasso 1984; Pallestrini et al. 1984; dentre outros trabalhos).

Mas foi em 1988 que veio a público o artigo “O Pantanal Matogrossense e a teoria dos refúgios”, de Aziz Nacib Ab’Saber, trabalho publicado sob forma de tomo especial da *Revista Brasileira de Geografia*. Trata-se sem dúvida de um trabalho escrito por um dos maiores geógrafos brasileiros de todos os tempos, reconhecido especialista em geomorfologia e conhecedor da arqueologia pré-colonial sul-americana. Seu estudo ainda hoje é a melhor e mais completa síntese sobre a história natural do Pantanal, principalmente em termos fisiográficos e ecológicos, na qual constam relevantes análises sobre “fatos de seus espaços naturais, suas ecozonas, dinâmica climático-hidrológica e fatores de perturbação de seus múltiplos ecossistemas” (Ab’Saber 1988:5).

Além disso, em duas páginas Ab’Saber (1988:45-46) teorizou, pela primeira vez até então, sobre o início do povoamento humano pré-colonial da região pantaneira e adjacências. Apresentou um modelo altamente hipotético sobre a ocupação indígena local. Suas idéias, embora carentes de dados arqueológicos, são pertinentes, relevantes e marcadas por interessantes hipóteses baseadas na relação entre sociedades humanas e ecossistemas regionais. Elas foram inicialmente discutidas por Eremites de Oliveira (1996a, 1997e), quem teve algumas de suas citações e idéias

reproduzidas por outros autores, os quais não chegaram a fazer a devida menção aos créditos autorais.

Recentemente Ab'Saber (2006) revisou e publicou seu estudo na primeira parte do livro “Brasil: paisagens de exceção. O litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos”. No entanto, nenhum estudo arqueológico recente foi devidamente incorporado em sua revisão, embora o autor tenha feito referência ao resumo do artigo de Eremites de Oliveira (1999 [1996]), intitulado “A ocupação indígena das áreas inundáveis do Pantanal”. Este trabalho foi escrito em 1996, mas somente publicado em 1999, com três anos de atraso; por este motivo foi revisado, ampliado e divulgado sob o título “A teoria dos refúgios e a ocupação indígena das áreas inundáveis do Pantanal” (Eremites de Oliveira 1997e).

1.5. CAÇADORES DE CIVILIZAÇÕES PERDIDAS

Para não dizer que o Pantanal esteve fora das metas dos caçadores de civilizações perdidas, no dia 6 de agosto de 1986, o jornal corumbaense Diário da Manhã publicou a matéria intitulada “Civilização da Antiga Atlântida: pesquisadores procuram ruínas na região de Corumbá”, reproduzida a seguir:

A história começa a partir de 1932, quando J. Carvalho em seu livro “Brasil – El Dorado”, lançado naquele ano em Londres, afirmando a existência de vestígios de uma civilização de origem atlântida, nas imediações da Lagoa Mandioré, localizada no trajeto de Corumbá a Cáceres. J. Carvalho era um grande conhecedor das terras do Mato Grosso e fez parte da uma expedição com um “coronel Fawcette”, que desapareceu nas matas.

Este livro foi levado a sério pelo arqueólogo Roldão Pires Brandão, que desde 1958 trabalha na Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – ABEPA, com sede no Rio de Janeiro. Pires Brandão esteve duas vezes nas imediações da Lagoa, sendo que da primeira coletou vestígios de fosséis ainda não identificados a que idade pertence. “Deve ser de mais de 50 mil anos, pois, quando aplicamos o teste carbono 14 não conseguimos descobrir a origem dos fosséis” supôs o arqueólogo.

Com o apoio da FAB de Campo Grande, Roldão Pires voltou a sobrevoar a área na última sexta-feira passada, agora pela terceira vez, juntamente com o prof. Wilson Rodrigues da ABEPA e mais três professores. Neste vôo, a equipe procurava um marco mencionado no livro, da existência de três montanhas em formas piramidais, perto das antigas ruínas.

Embora não tenha tirado nenhuma conclusão, Sonia Regina de Brito, um

dos membros da equipe, acredita que os vestígios procurados tomando como ponto de referência a Lagoa Mandioré e as três montanhas em formas piramidais, embora não afirme ser descritas no livro. “Agora voltamos ao Rio de Janeiro, vamos discutir, analisar e organizar. Para a volta vai depender das decisões do grupo e apoio para que possam ser feitas pesquisas em terra” disse Sônia.

Segundo os pesquisadores, o livro “Brasil – El Dorado”, um único exemplar existe na Biblioteca do Rio de Janeiro, afirma também que é um dos canais que cerca a Lagoa foi construído pelo homem daquela época, facilitando a chegada de grandes embarcações que abasteciam de minérios e, a Lagoa de Mandioré, no tempo daquela civilização era mar. Assim caso tenha resultados positivos as pesquisas, a Atlântida não será mais um reino perdido (“Civilização da Antiga Atlântida...” 1986).

Mais de dez anos depois, em 1999, uma outra equipe de caçadores de civilizações perdidas pertencente ao Projeto Tapajós: Brasil 5000 anos antes de Cabral, sob a liderança do artista teuto-brasileiro Heinz Budweg e patrocínio das multinacionais Bayer, Land Rover e Siemens, esteve em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para realizar supostas pesquisas sobre sítios arqueológicos com arte rupestre⁹. Isso aconteceu durante a terceira expedição que a equipe realizou no país. Seu objetivo teria sido o seguinte:

[...] encontrar mais subsídios que reforçassem a tese do Projeto de que teriam co-existido no Brasil, no período dos 5.000 anos que antecederam a vinda de Cabral, culturas não-indígenas.

A expedição obteve pleno êxito, ultrapassando todas as expectativas e reforçando o material documentário já existente de forma decisiva e indiscutível (Budweg 1999:7).

A expedição dos membros do Projeto Tapajós foi bastante divulgada pela imprensa brasileira. As matérias “Expedição sai em busca da pré-história do Brasil” (Gama 1999) e “Em busca da civilização perdida brasileira” (Haag 1999), publicadas no diário O Estado de S. Paulo em 6 de julho e 5 de setembro de 1999, respectivamente, exemplificam a cobertura dada por um dos maiores jornais do país a este fato. Outros periódicos, como OESP, Gazeta Mercantil, Diário Popular e Brasilpost, além da revista Galileu, também noticiaram a expedição do projeto (ver Budweg 1999:5). Na primeira matéria mencionada, consta que a equipe teria passado pelos

⁹ Em Mato Grosso do Sul, a equipe contou com a participação de Heinz Budweg, Luís Caldas Tibiriçá, Günther Hartmann, Nilo Peçanha Filho e Jefferson Ravedutti (Budweg 1999).

estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na segunda, há a fotografia de um petroglifo que lembra os existentes em Corumbá, estudados por Passos (1975) e Girelli (1994). Essas e muitas outras informações estão mais detalhadas no relatório que Heinz Budweg elaborou em 1999 e encaminhou ao IPHAN no ano seguinte, em 2000, intitulado “Projeto Tapajós: Brasil 5000 anos antes de Cabral. Relatório de viagem de prospecção arqueológica pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”.

No mesmo ano de 1999, com base nas informações divulgadas pela imprensa nacional durante os trabalhos de campo da equipe do Projeto Tapajós, muitos arqueólogos brasileiros, a exemplo de Edithe Pereira, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, denunciaram o caso ao IPHAN que, por seu turno, contatou a Polícia Federal para as devidas providências legais. Além disso, a própria Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), na época presidida por Tania Andrade Lima, formalizou uma denúncia ao IPHAN contra os membros do Projeto Tapajós e em defesa da preservação do patrimônio arqueológico nacional.

Os desdobramentos desse episódio não são do meu conhecimento, mas indubitavelmente constituíram em um ato de desrespeito à legislação brasileira de proteção ao patrimônio arqueológico, haja vista que foram feitas intervenções em muitos sítios, quiçá até escavações assistemáticas, sem a devida autorização do órgão licenciador da pesquisa arqueológica no país. No caso específico dos sítios com arte rupestre, a equipe usou giz e cal para facilitar a documentação fotográfica e o desenho dos petroglifos, o que não é aconselhável para este tipo de trabalho por causar danos às inscrições rupestres. Segundo reportagem divulgada pela revista Galileu:

A Pedra Preta, situada no município de Paranaita, norte do Mato Grosso, à primeira vista parecia uma decepcionante rocha calcinada, triste no seu negrume, aparentemente sem valor ou serventia. Mas quando os componentes da expedição arqueológica do Projeto Tapajós, cientistas, guias, jornalistas e fotógrafos, se puseram de joelhos e começaram pacientemente a percorrer, com pedaços de giz branco, as linhas em baixo-relevo dos desenhos, fez-se a luz. À medida que o giz ia correndo surgia, aqui, uma estranha capivara com pés de pássaro, lá adiante uma seqüência de círculos concêntricos ligados por fios tortuosos.

No fim, aquele descampado escuro, de superfície levemente ondulada, transformou-se num monumento, um santuário, como disse alguém. Não faltou música de fundo: misturando-se ao ruído do vento, casais de coloridas araras-canindé sobrevoaram o local soltando seus gritos ásperos (Beccari 1999:1)

Na região pantaneira, os caçadores de civilizações perdidas realizaram supostas pesquisas em dois sítios com inscrições rupestres, um em Corumbá e outro em Ladário. Eles teriam chegado à região no dia 9 de agosto de 1999 e regressado a São Paulo no dia 13 do mesmo mês, época em que o IPHAN já havia sido acionado sobre a ilegalidade da expedição.

Em Corumbá, porém, mantiveram contato com um arqueólogo que, certamente que de boa fé e sem saber das denúncias formalizadas contra a equipe do Projeto Tapajós, deu-lhes uma palestra sobre a história indígena pré-colonial do Pantanal, orientando-os sobre a localização de sítios arqueológicos existentes na região: “Saímos bem orientados da palestra de José Luís Peixoto, munidos de mapas e material de referência, que indicam os sítios dos petroglifos, já que este é o assunto que nos interessa” (Budweg 1999:65). Esta informação remete a uma questão delicada: enquanto muitos arqueólogos estavam mobilizados contra a execução do Projeto Tapajós, haja vista a possibilidade iminente de danos ao patrimônio arqueológico nacional, um especialista em arqueologia pantaneira colocou à disposição da equipe de Budweg um rol de informações que lhes possibilitou intervir em dois sítios com arte rupestre.

Quadro 3: Sítios arqueológicos investigados no Projeto Tapajós.

Nome do sítio	Localização
Santuário da Pedra Preta	Paranaíta-MT (9°34'08"S e 56°37'56"W)
Pedra do Gato	Paranaíta-MT (9°29'45"S e 56°40'44"W)
Pedra da Cruz	Paranaíta-MT (9°29'57"S e 56°40'30"W)
Pedra do Mineiro	Paranaíta-MT (9°53'55"S e 56°40'33"W)
Pedra do Galileu	Paranaíta-MT (9°38'55"S e 56°38'39"W)
Serra do Cabelo	Nova Monte Verde-MT Fazenda Beira Rio (margem direita do rio Apicás)
Gruta do Pitoco	Alcinópolis-MS (Fazenda Mangabinha)
Toca do Nilo	Alcinópolis-MS (18°15'31"S e 53°37'25"W)
Band'Alta	Corumbá-MS (19°10'02"S e 57°33'20"W)
Escola Farol do Norte	Ladário-MS (19°08'48"S e 57°34'43"W)

Fonte: Budweg (1999).

Além dos sítios mencionados no Quadro 3, cabe dizer que a equipe ainda esteve nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, e Coxim, em Mato Grosso do Sul, regiões onde há muitos sítios arqueológicos, alguns inclusive já registrados no cadastro do IPHAN.

De todo modo, a verdade é que antes do início da conquista ibérica o Pantanal jamais foi ocupado por civilizações de além-mar, muito menos em datas superiores há 50.000 anos atrás, período em que não havia sociedades urbanas em parte alguma do planeta. Idéias como as de Roldão Pires Brandão, Heinz Budweg e seus colaboradores remetem, em certo sentido, a uma visão racista a respeito da história das Américas, segundo a qual os povos indígenas seriam incapazes de sozinhos criarem sociedades complexas, inclusive cidades com grandes monumentos arquitetônicos. A explicação desses pseudo-arqueólogos há muito tem sido a mesma: houve intervenções ou influências diretas de povos do Velho Mundo ou de seres extraterrestres nas culturas ameríndias, em especial nas sociedades andinas e mesoamericanas. O suíço Erich von Däniken, autor do *best-seller* “Eram os deuses astronautas?” (1966) e de outras obras de ficção, parece ser o principal teórico desses aventureiros. Obviamente que livros desse tipo vendem mais que as publicações científicas produzidas nas universidades, salvo raríssimas exceções.

Ademais, está demasiadamente comprovada que a ação dos caçadores de civilizações perdidas e tesouros estimulam a geração de impactos negativos de grande magnitude sobre os recursos arqueológicos. Isto porque estimulam pessoas leigas a escavarem sítios arqueológicos em busca dos fantásticos tesouros perdidos de populações de além-mar – e de até de outras galáxias – que teriam atingido certas regiões do continente em tempos bastante remotos. Talvez o mais grave das informações publicadas nos jornais, no entanto, é constatar que os episódios aconteceram nos anos de 1986 e 1999, momento em que já havia uma legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro. Ainda por cima, tudo faz acreditar que pessoas envolvidas nesse tipo de atividade ilegal tiveram apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e de empresas multinacionais, algo que não tem sido muito comum nos dias de hoje em se tratando de pesquisas verdadeiramente científicas, executadas por profissionais habilitados para o exercício da profissão de arqueólogo.

Em suma, durante pouco mais de um século o Pantanal ficou sem ser alvo de grandes projetos de pesquisa arqueológica. Entrementes não se pode negar que nesse período foram produzidos importantes estudos

para a compreensão arqueologia da região, sobretudo dos aterros e de sítios com arte rupestre que ali ocorrem. Esses estudos foram majoritariamente realizados por etnólogos com uma formação holística em antropologia.

2

SEGUNDO MOMENTO DA ARQUEOLOGIA PANTANEIRA

Assiste-se, nos últimos vinte anos, a uma profunda renovação do domínio científico. Não só a maioria das ciências manifesta aquela aceleração da história, que se tornou comum constatar, como também a divisão do saber evolui rapidamente. A reflexão epistemológica – a própria moda do termo “epistemologia” é significativa – desenvolve-se em extensão e profundidade. Essa comoção atinge, em particular, um conjunto de ciências cujo reconhecimento como entidade científica já é uma novidade considerável: as ciências humanas, como se costuma dizer na França, conforme terminologia universitária consagrada em 1957 (faculdades de letras e ciências humanas), ou as ciências sociais, segundo o uso anglo-saxão.

Jacques Le Goff

O Brasil das duas últimas décadas do século XX, decênios de crise em termos mundiais (Hobsbawm 1998), foi marcado por importantes mudanças ocorridas na sociedade nacional como um todo. A mais importante transformação pode ser atribuída ao término do regime militar (1964-1985) e ao conseqüente efervescer do processo de redemocratização do país, oficialmente consagrado em 1985, ano em que o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves para a Presidência da República. Infelizmente Tancredo, que foi primeiro-ministro de João Goulart, morreu às vésperas de tomar posse e seu vice, José Sarney, antigo líder da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e ex-presidente do PDS (Partido Democrático Social) – ambos ligados ao regime de exceção –, assumiu o governo federal em substituição ao último general presidente e permaneceu no poder por cinco longos anos, de 1985 a 1989 (F. Silva 1990).

Muitos outros acontecimentos marcaram a vida de milhões de brasileiros entre 1985 e o início da década de 1990: descontrole da inflação e lançamento de planos econômicos para combatê-la; promulgação de uma nova e democrática Carta Constitucional (1988); aumento da violência nas cidades e no campo; pluripartidarismo e crescimento de alguns partidos de esquerda; eleição de Fernando Collor de Mello (1989); maior fortalecimento dos movimentos sociais (sem-terras, negros, mulheres etc.), lançamento do Plano Collor e com ele a apropriação indevida do dinheiro de milhares de

contribuintes (1990); ofensiva neoliberal com a privatização de empresas estatais e o processo de globalização mundial; etc.

Collor de Mello, por sinal, apesar de ser o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960, o mais votado no acirrado pleito de 1989, sofreu um processo de *impeachment* por corrupção. Por este motivo o conhecido “caçador de marajás” foi afastado do governo em 1992, ocasião em que Itamar Franco, seu vice, assumiu definitivamente a presidência do país até o final do mandato.

Em 1985, com o fim do regime militar e o início do governo Sarney, eram grandes as expectativas de o país ter uma efetiva política de desenvolvimento econômico com inclusão social, condição fundamental para a consolidação de um regime democrático. Evidentemente que para isso seria necessário, dentre outras ações de governo, uma audaciosa e realista política de investimentos em educação, ciência e tecnologia. Mas não foi bem isso o que aconteceu e muitas das expectativas de mudança foram frustradas. Esta situação pode ser explicada por múltiplos fatores, inclusive pela própria maneira como o Brasil fez a transição do regime autoritário para a democracia, conforme analisou Boris Fausto:

A transição brasileira teve como a espanhola a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente, esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado (Fausto 1999:527).

Diante do quadro apresentado, a pesquisa científica realizada no Brasil, principalmente a feita nas universidades públicas, continuou a passar por sérios problemas; muitos deles decorreram do pouco investimento feito em educação, ciência e tecnologia. Mas a partir de 1990, com o início do governo Collor, a situação ficou ainda mais complicada como bem

denunciou Florestan Fernandes, um dos maiores pensadores brasileiros do século XX, em seu artigo “Ciência e tecnologia”, publicado no jornal Folha de S. Paulo em 5 de março de 1990:

É terrível acompanhar os mendigos do saber, a peregrinação de cientistas, tecnologistas e professores com as sacolas nas mãos, pedindo verdadeiras esmolas, para que a ciência, a tecnologia e a universidade não sejam reduzidas à estagnação. O CNPq, a Capes e o Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) já não encontram um respiro para sobreviver. A Representação Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades Brasileiras (em 19-20/11/89) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (23/11/89) levaram aos parlamentares os últimos gemidos de um sistema da ciência que está sendo destruído deliberada e metodicamente. O dinheiro público flui em várias direções, da corrupção organizada à dissipada pela incompetência e à rotina burocrática imperturbável. Ninguém se comove! Até quando? Pode uma nação ser unificada, independente e próspera aniquilando o uso racional do talento? No instante, a palavra está com os eleitores. Adiante, as decisões terão de ser tomadas em nossas mãos. Se não fizermos isso, seremos cúmplices de um crime irreparável, pela omissão ou pela tolerância barata (Fernandes 1990:207).

Um mês depois, em 9 de abril de 1990, no artigo “A pesquisa ameaçada”, também publicado na Folha de S. Paulo, novamente Florestan Fernandes tratou do assunto:

O governo incluiu a educação, a produção científica, a criação artística e a capacitação tecnológica no âmbito de medidas provisórias e de decretos-lei traumáticos. A promessa de “modernização” concretiza-se como um pesadelo, com afoiteza, desconhecimento do valor intrínseco de muitas entidades essenciais, que exigiam renovação, mas foram destruídas ou inviabilizadas, incompetência na avaliação de suas contribuições insubstituíveis e das funções do Estado (que não podem ser anuladas pela sucessão dos governos) no fenômeno da educação, da pesquisa científica, da cultura sob todas as suas formas e da inovação tecnológica. Além disso, medidas provisórias e decretos, que aparentam conformar-se à Constituição e às leis vigentes, transgridem-nas afrontosamente, convertendo-se em casuísmos chocantes. O governo coloca-se acima da lei e provoca o desbaratamento de uma herança histórica penosamente acumulada (Fernandes 1990:204).

Em fins da década de 1980 e início da de 1990, portanto, a pesquisa no Brasil passou a enfrentar mais uma crise, como apontou o referido

antropólogo e sociólogo. As universidades públicas, por sua vez, embora já fossem as principais instituições de pesquisa e de ensino superior do país (Bosi 2000), foram bastante prejudicadas em suas atividades fins, sobretudo durante o governo Collor. Contudo o momento foi ainda mais árduo para os setores populares da sociedade; refiro-me àqueles segmentos da classe trabalhadora que historicamente são os mais penalizados em épocas difíceis.

Enfim, foi dentro de um cenário histórico desse tipo que a arqueologia pantaneira iniciou seu segundo momento, o mais fértil, cujo transcurso segue em andamento nos dias de hoje.

2.1. A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Feita a curtíssima introdução à história mais recente do país, passo a tecer algumas análises sobre a arqueologia brasileira da década de 1980 em diante.

As considerações apresentadas adiante são necessárias porque foi nesse contexto que teve início do segundo momento da arqueologia pantaneira, aquele que vem até os dias de hoje, um período que surgiu no contexto político definido durante a redemocratização do país e início do governo Collor. Sua característica mais marcante é o desenvolvimento de modernos projetos de pesquisa arqueológica na região, também conseqüência do crescimento da arqueologia acadêmica no Brasil. Mas não é só isso. A década de 1980 também marca o surgimento de uma jovem geração de arqueólogos brasileiros, uma força acadêmica que, apesar de não ser maioria no início, paulatina e progressivamente passou a renovar e influenciar as pesquisas arqueológicas no país.

Quando faço uso das expressões *nova geração* ou *jovens arqueólogos*, não estou valendo-me de algum tipo de maniqueísmo simplório baseado em uma pífia dualidade entre a primeira e a segunda geração de arqueólogos brasileiros, como podem pensar alguns arqueólogos adeptos de um positivismo ingênuo.

Uma característica dessa jovem geração de arqueólogos é estar aberta aos avanços mais recentes registrados na arqueologia mundial e buscar trilhar novos caminhos: optar por outros aportes teórico-metodológicos; estudar novos objetos; rever antigos problemas e apresentar outros novos;

analisar velhos paradigmas e modelos e romper com pré-noções e esquemas até então consensuais; utilizar novas abordagens e assumir uma postura mais crítica frente aos resultados de suas investigações. Isto somente foi possível quando alguns arqueólogos passaram a ser mestres de si mesmos, isto é, quando efetivamente tiveram liberdade, infra-estrutura e autonomia para criar algo diferente do que então predominava dentro da academia e de outras instituições de pesquisa. Tamanha ousadia custou caro para alguns pioneiros dessa nova geração – rebeldes de uma época –, muitos dos quais tiveram de enfrentar certas intempéries políticas, inclusive perseguições em suas próprias instituições de trabalho.

A inauguração de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, espaços reservados a mestrados e doutorados em antropologia, arqueologia, história e áreas afins, também foi de suma importância para o desenvolvimento dos estudos arqueológicos no Brasil. Esta necessidade já havia sido apontada nas “Diretrizes para a Arqueologia Brasileira: Documento de Santa Cruz do Sul” (Sociedade de Arqueologia Brasileira 1989), um manifesto aprovado em 1989, durante a V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada na cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul. O documento também foi pensado a partir do célebre – e pouco revisitado – artigo “Arqueologia Brasileira: algumas considerações”, de Walter A. Neves (1988 [1989]).

Via de regra esses cursos passaram a contribuir substancialmente para a produção e a socialização de novos conhecimentos. Criaram uma atmosfera de profícuos debates e reflexões teórico-metodológicas. Com isso gradualmente surgiram algumas condições necessárias para dar início a um processo de renovação da disciplina arqueológica no país, resultado de certo amadurecimento epistemológico gerador de mudanças de nuance, mais ou menos de acordo com o que Walter Neves (1988) propôs em fins da década de 1980.

Exemplo disso foi a criação, em 1992, de uma área de concentração em arqueologia no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, sediada em Porto Alegre, um marco na história da arqueologia brasileira, sobretudo para a região Sul do país (ver Kern 1994, 2000a). Antes disso, em 1990 teve início na Universidade de São Paulo (USP), mais precisamente no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* em arqueologia inaugurado no país. Dissertações e teses ainda passaram a ser defendidas em outras universidades brasileiras, principalmente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentre outras, bem como no exterior. No entanto, como havia sido frisado Funari (1998b:22), “ainda que muito ainda esteja inédito e que poucos trabalhos se aventurem a questionamentos teóricos mais amplos” (ver também Prous 1994:13-15; Kern 2000b, 2001).

Acrescentam-se ainda os impactos positivos causados pelo acelerado desenvolvimento da informática e a revolução causada pela Internet, a rede mundial de computadores, a partir da década de 1990: acesso cada vez mais fácil e rápido às informações e intensificação da comunicação entre pesquisadores e instituições. Um bom exemplo disso é o sítio eletrônico da Equipe Naya (www.naya.org.ar), da Argentina, um espaço virtual destinado à antropologia e à arqueologia, inclusive para a realização de congressos virtuais que têm contado com a participação de profissionais de vários países do mundo, a maioria da América Latina.

Apesar disso tudo, é importante salientar que esse período mais recente ainda não foi alvo de pesquisas exaustivas no âmbito da história e da arqueohistoriografia. Há, todavia, alguns trabalhos reflexivos que o analisam em alguns aspectos.

Ainda na década de 1980, Betty J. Meggers percebeu o surgimento de um novo momento na arqueologia brasileira e assim o avaliou:

Em 1980, a Arqueologia Brasileira chegou à maturidade com a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Em 1982, tinha mais de 100 membros representando mais de 20 instituições. As reuniões realizadas em 1981 no Rio de Janeiro e em 1983 em Belo Horizonte, tiveram a participação de profissionais e estudantes de todas as partes do país. [...] Ampliar oportunidades de treinamento acadêmico é um desafio que deve ser concretizado a fim de se formar pessoal necessário para conduzir os programas de salvamento, assim como realizar outras investigações para preencher as lacunas de nosso conhecimento sobre o desenvolvimento cultural durante os tempos pré-europeus. A dedicação e a perseverança que caracterizam os esforços durante os 50 anos passados, tornam possível prever que os obstáculos serão superados e contribuições significativas ao método, à teoria e ao conhecimento arqueológico serão feitas por arqueólogos brasileiros nos anos que estão por vir (Meggers 1987a:154)¹⁰.

Alguns anos mais tarde, já na década de 1990, Pedro Paulo A. Funari (1989, 1994a, 1994b, 1998b, 1999a e outros), sob outro ponto de vista, publicou vários artigos sobre a trajetória e os rumos da arqueologia no país.

10 Artigo originalmente publicado na revista *American Antiquity* (ver Meggers 1985).

Segundo ele, durante o regime militar houve a conquista de um significativo espaço institucional para a arqueologia brasileira. Este fato que também está associado à constituição de um *establishment* arqueológico ou poder estabelecido na arqueologia, quer dizer, a formação de um grupo de pessoas em posição de poder e autoridade que passou a controlar e influenciar a disciplina em várias regiões do país, mantendo-se pouco aberto à inovação ou renovação. Na opinião do autor, o marco histórico inicial teria sido o próprio desenvolvimento do PRONAPA (1965-1970) e a ação de muitos de seus seguidores, não raramente reconhecidos como *pronapianos* ou *pronapistas*, adjetivos às vezes usados em tom pejorativo, embora aqui não os esteja fazendo com esta intenção. Sendo um *establishment* arqueológico, obviamente que trouxe em seu bojo relações com o saber e o poder, incluindo o micropoder. Tais relações passaram a ocorrer em instituições universitárias, agências de fomento às atividades de pesquisa e editoras, dentre outros espaços institucionais e burocráticos, públicos ou privados, onde não raramente há conflitos de interesses, inclusive entre diferentes gerações de pesquisadores.

A avaliação feita por Funari continua bastante polêmica e tem sido formalmente contestada por alguns arqueólogos, principalmente pelos que adotaram a proposta histórico-culturalista do PRONAPA, paradigma pertinente para a época, haja vista que em tese teve no clássico “Method and theory in American Archaeology”, de Gordon R. Willey & Philip Phillips (1958), uma importante referência teórico-metodológica. Trata-se de uma obra que “deitou raízes profundas na arqueologia brasileira, dos anos 60 em diante” (Lima 2000a [1997]:1). Contudo, na década de 1970 começou a haver um distanciamento da arqueologia brasileira em relação aos “avanços que a disciplina vinha fazendo no exterior” (Lima 2000a:2), sobretudo no que diz respeito às inovações apresentadas pela Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual iniciada na década de 1960 nos Estados Unidos (ver Binford & Binford 1968; Schiffer 1978; Binford 1989; Alcina Franch 1989; Lamberg-Karlovsky 1989; Trigger 1992 [1989]; Preucel 1991; Renfrew & Bahn 1998 [1991]; Yoffee & Sherratt 1993; dentre muitos outros).

Acredito que a polêmica maior está na associação do PRONAPA, sobretudo na de seus coordenadores (Betty J. Meggers e Clifford Evans), à origem do *establishment* arqueológico nacional. Neste sentido, parte do artigo “A contribuição de Betty Meggers para a Arqueologia Pré-histórica da América do Sul”, escrito por Ondemar Dias Júnior, arqueólogo de grande respeitabilidade que participou do PRONAPA, um dos fundadores

do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), sediado no Rio de Janeiro, serve de contraponto a muitas críticas que os pronapianos têm recebido:

Nem sempre, no entanto, as críticas se fizeram com a ética recomendada e dentro dos procedimentos normais da vida acadêmica. Mesmo no nosso país, algumas pessoas – poucas, felizmente – que desconhecem as mais elementares regras do respeito acadêmico, que muito pouco ou quase nada podem apresentar de produção que as credencie, plenas de uma autocapacitação no mínimo duvidosa, fugindo às perspectivas saudáveis do debate, especializaram-se em detratar seu trabalho [*de Betty J. Meggers*], divulgando fatos caluniosos, sem a menor pretensão de prová-los. São verdadeiros vampiros da excelência científica alheia, que por não a possuírem, aproveitam-se de quem as tem ao longo de uma vida de trabalho sério e respeitado, deleitando-se em publicar textos obscuros e de má leitura, para se tornarem, pelo menos, conhecidos. E conseguem. Não exatamente da forma que imaginam, mas conseguem... (Dias Júnior 1997:8).

A dura crítica apresentada por Dias Júnior, ainda que feita sob forma de desabafo, não parece ter sido dirigida a Funari, haja vista a vasta produção que esse arqueólogo acumulou entre – apenas para exemplificar – o período de 1988 e o primeiro semestre de 2001. Incluem-se nesta produção doze livros escritos ou organizados, três monografias, mais de uma centena de artigos e resenhas, além da tradução e revisão de vários trabalhos (ver Funari 2001). Na opinião de muitos arqueólogos brasileiros e estrangeiros, como Johnni Langer (1997a:112), Funari é, sem dúvida alguma, um dos grandes teóricos da atualidade na arqueologia brasileira. Trata-se de um pesquisador que tem conquistado reconhecimento nacional e internacional através de muitos ensaios publicados em vários países americanos e europeus.

Betty J. Meggers e Clifford Evans, por sua vez, possuem uma longa folha de serviços prestados no Brasil e em países como Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela, dentre outros, de onde têm recebido várias homenagens e títulos honoríficos pela dedicação científica e pelo interesse em desenvolver a arqueologia latino-americana. Em minha opinião, Meggers e Evans estão entre os arqueólogos estrangeiros que mais contribuíram para o desenvolvimento da arqueologia brasileira. Por isso creio ser relevante citar as palavras de Luis G. Lumbreras, arqueólogo peruano de orientação marxista que participou do Segundo Simpósio Comemorativo ao Quinto Centenário, realizado em Washington, na Smithsonian Institution, em outubro de 1998:

Não posso deixar passar esta ocasião para assinalar nossa comum homenagem aos amigos e mestres [*Clifford Evans e Betty J. Meggers*], os quais foram solidários conosco à margem de ideologias ou tendências, sem reclamar consequência nem reciprocidade nenhuma. Aqui estamos reunidos por este vínculo comum; militamos em distintas posições teóricas, praticamos dissimiles formas de fazer Arqueologia e nossa única retribuição é e tem sido a de trabalhar pelo desenvolvimento de nossa disciplina, com independência de critério e ação (Lumbreras 1992:30).

A origem de toda essa controvérsia parece ter forte associação com os debates travados entre Betty J. Meggers e Anna C. Roosevelt, ambas arqueólogas estadunidenses especializadas em arqueologia amazônica. As discussões iniciaram na década de 1980 e também estão relacionadas à defesa de teses divergentes sobre a ocupação indígena pré-colonial daquela região sul-americana. Grande parte dos debates e a bibliografia sobre o assunto foram publicadas em português e castelhano, como pode ser conferido nos trabalhos de Meggers (1987b, 1998a, 1998b, 1999) e Roosevelt (1991, 1992, 1999), e ainda em Lathrap (1975), W. Neves (1989, 1991) e E. Neves (1998, 1999, 1999/2000).

Segundo consta na “História da Arqueologia Brasileira”, o PRONAPA contou com a participação dos seguintes arqueólogos brasileiros:

Eurico T. Miller, José Proenza Brochado, Walter F. Piazza, José Wilson Rauth, Igor Chmyz, Fernando Altenfelder Silva, Ondemar Ferreira Dias Jr., Valentim Calderón, Nássaro A. de Souza Nasser e Mário Ferreira Simões. Já no segundo ano, Altenfelder se afastaria, entrando Sílvia Maranca e Celso Perota (A. Souza 1991:114-115).

Outros profissionais, todavia, adotaram a orientação histórico-culturalista do programa e seguiram a trabalhar em várias regiões do país, a exemplo do arqueólogo jesuíta Pedro Ignacio Schmitz, diretor do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), uma das principais instituições brasileiras de pesquisa arqueológica.

Somente na década de 1980 o enfoque processualista começou a ser usado no Brasil, principalmente em alguns estudos apresentados como dissertações e teses acadêmicas, conforme consta na bibliografia arrolada por Kipnis et al. (1994/1995). Esta constatação é mais uma evidência da grande importância dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* para renovação da arqueologia no país.

Embora não desconheça que um regime militar seja a “intervenção de uma força que age com determinada eficácia, sempre relativa na medida

em que isto se dá em um campo de forças” (Velho 1984:241), penso que a tese do *establishment* arqueológico merece, por si só, novas interpretações e estudos mais acurados. Uma investigação desse tipo, no campo da história e da arqueohistoriografia, ainda que polêmica, não pode ter como principal foco de análise o PRONAPA e seus seguidores, ainda que, como bem salientou A. Souza (1991:114), a implantação desse programa não tenha sido pacífica. Digo isto porque talvez existam outras forças políticas de maior peso que os pronapianos, as quais há muito atuam quase que totalmente incólumes a qualquer tipo de crítica. Nesta linha de raciocínio, a avaliação feita pelo jornalista Marcelo Leite (2000:5), autor da matéria “A falha arqueológica do Brasil”, publicada na Folha de S. Paulo em 19 de fevereiro de 2000, serve de adendo e não pode ser ignorada: “Autoritarismo é uma qualificação corriqueira, quando se trata de caracterizar esse campo acadêmico, que só vingou depois da Segunda Guerra”.

Polêmicas à parte, uma constatação deve ser feita: o passado e o presente da arqueologia brasileira devem ser reinterpretados permanentemente, o que às vezes pode exigir o rompimento com determinados pactos consensuais, tipos variados de álbis ideológicos e propostas de triagem de assuntos.

Acreditando na pertinência da tese do *establishment* arqueológico, ainda que com as ponderações apresentadas, suponho que ela tenha validade para o caso de profissionais que por décadas permaneceram fechados à pluralidade epistemológica e aos avanços científicos registrados na arqueologia mundial. Muitos desses profissionais não raramente reagiram de forma concatenada – como se constituíssem grupos sociais – contra quem o fizesse. Isso denota, dentre outras coisas, uma explícita forma de dominação no campo da produção científica. Daí entender, por exemplo, o fato de W. Neves (1999/2000b:8) ter recentemente assinalado a “predominância de uma certa resistência no *establishment* da arqueologia brasileira ao pensamento crítico”. Sem embargo à sua postura, não disponho de dados para associar esta situação a um grupo específico de arqueológicos que atuava ou atua no país. Avalio, porém, que os pronapianos não devem ser o principal alvo de análises desta natureza, até porque não estiveram/estão presentes em todas as regiões e instituições de um país da dimensão que tem o Brasil; o Nordeste é um exemplo disso.

Ainda sobre o debate em torno da tese do *establishment* arqueológico, há duas citações que explicam a leitura que Funari tem feito sobre o assunto.

A primeira deixa claro que não existe neutralidade científica em arqueologia e que ela, por sua vez, está inserida em contextos sociopolíticos

que marcam a dinâmica da vida em sociedade:

Na medida em que a arqueologia é uma disciplina científica, possui lugares institucionais de pesquisa que controlam ao menos seis questões básicas: o que deve ou não ser pesquisado, o acesso aos sítios arqueológicos, ao material armazenado, às verbas de pesquisa, aos cargos acadêmicos e aos meios de informação científica encarregados de divulgar os resultados do estudo arqueológico (Funari 1988:75).

Finaliza sua análise:

Tudo isto se baseia numa rígida hierarquia, no interior das instituições acadêmicas, que estabelece a legitimidade científica dos projetos de pesquisa. Daí que os critérios político-ideológicos por detrás de cada pesquisa, de cada ascensão ou estagnação acadêmica, sejam sempre apresentados, pelos detentores do “poder arqueológico” como critérios de ordem epistemológica, portanto exteriores ao domínio do conflito social, incontestáveis. As discordâncias de fundo sociopolítico apresentam-se transformadas numa disputa entre a ciência, apanágio dos que detêm o poder institucional, e a suposta incompetência de quem defende certas posições práticas e metodológicas que lhes são contrárias. No entanto, em sociedades compostas por grupos em conflito, a hegemonia de uma legitimidade encontra-se sempre sujeita ao confronto com outras legitimidades, originárias de outros interesses sociopolíticos. Os embates epistemológicos e acadêmicos – retirada a ilusória capa de “objetividade do arqueólogo” – remetem ao inevitável posicionamento e comprometimento do arqueólogo perante a sociedade e à tomada de consciência da sua decorrente responsabilidade (Funari 1988:76).

A segunda, por seu turno, contextualiza a trajetória da arqueologia brasileira pós-1964, inserindo-a no contexto das transformações ocorridas na sociedade nacional como um todo:

A arqueologia vem se desenvolvendo no Brasil há muito tempo e sua história, aqui, dependeu muito das transformações da sociedade brasileira como um todo. O recente governo militar produziu um *establishment* arqueológico impermeável a mudanças e incapaz de se afirmar fora do país e face às outras ciências humanas no Brasil. Entretanto, recentes desenvolvimentos estão mudando este quadro e as enormes áreas abertas aos pesquisadores interessados numa redefinição da arqueologia brasileira e dos estudos de cultura material oferecem oportunidades únicas para estudiosos ousados. Particularmente auspicioso é o fato de que uma nova geração de estudantes e especialistas está propensa a mudar: a leitura de trabalhos teóricos e interpretativos está forçando uma abordagem

pluralista da arqueologia. Felizmente, estes estudiosos não podem ser dispensados como grupos marginais uma vez que eles se constituem nos únicos arqueólogos habilitados a fazer face seja a seus colegas arqueólogos estrangeiros, seja a seus colegas das ciências humanas e sociais no Brasil. Além disso, a arqueologia está sendo praticada de forma erudita em diferentes instituições e há um crescente interesse numa abordagem crítica da cultura material (Funari 1994a:37; 1999a:31-32).

Outros trabalhos publicados no mesmo período igualmente enfatizaram o surgimento de uma jovem geração na arqueologia brasileira, a segunda, embora a maioria não trate especificamente do mencionado *establishment*. Uma exceção parece ser o artigo de Cristina Barreto (1999), apresentado na I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, realizada na cidade de Vitória, Espírito Santo, em 1998, por ocasião da 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Neste evento a autora teceu críticas ao trabalho analítico que Funari tem realizado sobre a arqueologia brasileira:

[...] apesar de reconhecer a importância da teoria na arqueologia, trabalhando contra a dificuldade que ele mesmo admite em mapear seus contornos em contexto brasileiro, é marcado por uma preocupação doutrinária em identificar agendas políticas e ideológicas no discurso de determinados grupos na história da arqueologia brasileira, sem no entanto explorar a fundo as teorias em torno das quais estes grupos organizaram sua produção científica, e tampouco analisa os efeitos desta produção para a construção de um passado arqueológico nacional (Barreto 1999:203).

Em referência a um outro trabalho de sua autoria (Barreto 1998), a arqueóloga prosseguiu a apresentação de sua avaliação sobre o desenvolvimento da arqueologia brasileira nas décadas de 1960 e 1970:

Enquanto nas ciências sociais grupos representativos da intelectualidade brasileira se posicionavam abertamente contra o regime militar, os arqueólogos, via de regra, parecem ter ficado à margem dos eventos tanto de engajamento político aberto, como da censura e repressão política que recaíram sobre as universidades brasileiras neste período. Neste sentido, é falsa qualquer tentativa de caracterizar uma politização da disciplina para este período como faz Funari (1992). Ao contrário, pode se dizer que a arqueologia foi até mesmo um pouco rejeitada pelas ciências sociais, justamente por não contar com um quadro teórico compatível com as teorias e ideologias de esquerda da época e por não participar no engajamento político tão típico dos intelectuais brasileiros de então (Barreto 1999: 206).

Cristina Barreto rechaçou parte das idéias defendidas por Funari. Também avaliou como falsa a tese de que a origem do *establishment* arqueológico está diretamente associada ao PRONAPA (décadas de 1960 e 1970). Considerou ainda superficial a análise que o autor fez sobre o uso de teorias por parte de determinados grupos de arqueólogos brasileiros. Entretanto até então ela mesma não tinha feito uma discussão mais detalhada sobre o assunto, principalmente acerca da relação entre a arqueologia brasileira e o contexto econômico, político e sociocultural do país. Por isso Solange N. de Oliveira Schiavetto (2002:55) assim rebateu as críticas: “Barreto preocupa-se mais com questões metodológicas do que propriamente teóricas. Isto fica evidente em suas críticas à teoria arqueológica nascente no Brasil”.

O próprio Funari apresentou uma réplica à crítica registrada:

Recentemente Cristina Barreto (1999) considerou como “falsa qualquer tentativa de caracterizar uma polarização da disciplina para este período como o faz Funari (1992b)”. A cassação de Paulo Duarte [*grande incentivador da arqueologia no Brasil e professor da USP até alguns anos depois do golpe militar de 1964*] e seu afastamento da direção do Instituto de Pré-história, em 1969, as sucessivas reuniões de Betty Meggers e Clifford Evans e as autoridades *políticas*, não só acadêmicas, impostas pela ditadura, o apoio *oficial* de órgãos do Estado, como o CNPq, a ascensão acadêmica, com destaque na arqueologia, de personagens cuja vinculação com altas hierarcas do regime militar era explícita, até mesmo por laços matrimoniais, mostram que não houve politização da disciplina, mas uma explícita relação, em nada científica, entre arqueólogos e o poder político discricionário. Nesse sentido, não se pode entender o uso de um adjetivo como “falsa” senão como uma tentativa de impor, apenas com recursos discursivos apodíticos, um ponto de vista que serve para “livrar a cara” aqueles que estiveram profundamente envolvidos com o arbítrio. Sobre o poder do *esprit de corps* de intelectuais que participaram de regimes de força, veja-se o caso de Vichy, estudado por Sonia Combe (1996)¹¹, em diversos aspectos similar à situação brasileira (Funari 1999/2000:77).

Particularmente acompanho a réplica apresentada por Funari. Isto porque de fato não há como desvincular a ação dos cientistas sociais do contexto político de seu tempo. Além da arqueologia brasileira no período do regime militar, na antropologia mundial também há muitos casos em que etnólogos estiveram a serviço dos interesses imperialistas

11 COMBE, S. 1996. Reason and unreason in today's French Historical Research. *Telos*, 108:149-64.

e colonialistas de alguns estados europeus na África e na Oceania. Este é o caso dos fundadores do funcionalismo ou funcional-estruturalismo a-histórico na antropologia social britânica das primeiras décadas do século XX. Nesse mesmo período, do outro lado do Atlântico, Franz Boas denunciava publicamente a ação de antropólogos que trabalhavam como espiões do governo estadunidense na América Central. Há ainda muitos outros casos semelhantes que poderiam ser tratados no âmbito da história das ciências sociais, em especial no caso da antropologia aplicada, mas que não consistem no tema central deste livro (ver Boas 2004; Harris 1993, 1995; Bastide 1979; Moonen 1988; Moura 2004; Stocking Jr. 2004; dentre outros tantos).

Em uma outra publicação Barreto falou do surgimento de uma nova geração de arqueólogos brasileiros, embora tenha mantido sua análise a questões de natureza teórico-metodológica.

[...] a partir dos anos 1980, o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros, agora não só com formação acadêmica especializada no Brasil e no exterior, mas também com projetos teóricos mais bem definidos, começou a mudar o tipo de arqueologia feita no país. Reflexos de uma arqueologia anglo-saxônica, mais dedutiva e orientada por problemas específicos em busca da formulação de modelos e tendências, chegaram ao país, não sem o atraso típico de países marginais e a resistência de gerações anteriores (Barreto 1999/2000:46).

Pedro Ignacio Schmitz, por sua vez, alguns anos antes mesmo de Barreto, associou o surgimento dessa nova geração a influências da Nova Arqueologia, igualmente limitando-se a aspectos teórico-metodológicos:

Influências americanas da era da Nova Arqueologia chegam cada vez mais fortes com os cursos de pós-graduação e são o equipamento dos novos doutores e bacharéis das universidades. Estes grupos são identificados como uma nova geração de arqueólogos (Schmitz 1994:27).

Ainda que toda periodização seja arbitrária, é fato que esse novo momento da arqueologia brasileira não está descontextualizado de sua época, tampouco surgiu do nada – ou meramente é o reflexo de mudanças epistemológicas registradas em nível mundial – como pensam alguns colegas menos atentos à dinâmica política e social do país. Teve início durante o processo de redemocratização do país, bem como da consolidação e crescimento da institucionalização da pesquisa arqueológica

em muitos estados da federação, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, maiores centros formadores de arqueólogos. Evidentemente que herdou as contribuições dadas pelas gerações anteriores, em especial aquela profissionalizada nas décadas de 1960 e 1970, das quais apenas uma parte foi influenciada pela proposta teórico-metodológica do PRONAPA.

Mas isso não é tudo. Com o processo de redemocratização do país, jovens arqueólogos passaram a adotar uma postura de maior engajamento social, distanciando-se cada vez mais de parte da geração anterior. Para André Prous (1994:24), um exemplo desse engajamento está na aproximação da nova geração em relação à militância em defesa dos direitos dos povos indígenas, “dos quais sente cada vez mais próxima pela tendência da etnoarqueologia”. Uma aproximação dos povos indígenas, aliás, é o que não houve para grande parte dos arqueólogos da primeira geração. Permaneceram a estudar os índios “mortos”, aqueles que nunca reivindicaram quaisquer direitos, enquanto os etnólogos continuaram a lidar com os “vivos”.

Do ponto de vista epistemológico, esta situação talvez possa ser explicada por eventuais anomalias surgidas da acumulação de conhecimentos produzidos pelas gerações anteriores (Meltzer 1979), em sua heterogeneidade, o que gerou uma crise de paradigmas, condição favorável para o surgimento e a aceitação de novas referências teórico-metodológicas para a comunidade arqueológica do Brasil. Igualmente não há como dissociar esse novo momento do processo de renovação das ciências sociais no país (antropologia, ciência política, geografia, história, sociologia etc.), pois como disse Octávio Ianni (1992:34), “a marcha da sociedade continua a criar e recriar novas realidades”. Entretanto, de um modo geral a arqueologia no Brasil parece não estar muito informada sobre o desenvolvimento das demais ciências sociais no país (ver Reis et al. 1997), embora o contrário – e com mais intensidade – também seja verdadeiro.

A despeito do transcurso das teorias arqueológicas no país, não tenho dúvidas de que a partir da década de 1980 e, principalmente, da de 1990, a arqueologia brasileira gradativamente começou a mudar e essas mudanças continuam em curso. Em 1995, por exemplo, durante a VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em Porto Alegre, Tania Andrade Lima fez a seguinte colocação:

Neste conturbado fim de século, ou mais precisamente fim de milênio, em que nós estamos assistindo, perplexos, a mudanças que se processam em ritmos cada vez mais vertiginosos, cabe indagar, no antepenúltimo

encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira antes da virada, como anda a arqueologia neste momento, no Brasil e no mundo, e que possíveis rumos ela deve tomar.

Nós diríamos que ela está começando a emergir da efervescência dos debates dos anos 80, introduzidos pelo que se convencionou chamar de pós-processualismo, movimento fortemente inspirado no clima intelectual pós-moderno que se instalou na década passada e que continua no centro das atenções até hoje (Lima 1995/1996:227).

Na IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, ocorrida em 1997 no Rio de Janeiro, a penúltima do século XX e uma das mais profícuas então realizadas, a arqueóloga novamente expôs um interessante panorama das teorias arqueológicas no Brasil e apresentou críticas pontuais:

Vista em seu conjunto, a arqueologia brasileira permanece ainda hoje fortemente atada ao histórico-culturalismo e continua obstinadamente apegada a princípios e procedimentos que o mundo há muito sepultou. Isolada, é vista por outros países da América do Sul e também da América do Norte como fechada em si mesma, na medida em que nossa produção é pouco divulgada, sendo praticamente desconhecida no exterior (Lima 2000a:3).

Conclui:

Esta brevíssima e sumária exposição da trajetória da teoria na arqueologia brasileira permite constatar que fizemos um grande investimento em teorias de baixo nível, ou seja, em generalizações empíricas sobre o registro arqueológico, privilegiando a elaboração de tipologias, seriações e construções de quadros espaço-temporais. Não se desmerece aqui a validade desses procedimentos, justificáveis e necessários, mas sim a sua adoção como um fim em si, ignorando e recusando a incorporação de reflexões feitas ao longo de três décadas. Como consequência direta, o imprescindível movimento seqüencial em direção às teorias de nível médio e alto foi por muito tempo abortado, empobrecendo extraordinariamente a disciplina em nosso país (Lima 2000a:4).

Na mesma ocasião Emílio Fogaça fez a seguinte leitura da trajetória das teorias arqueológicas no país:

A arqueologia brasileira – aquela que, graças ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, ocupou extensivamente espaço institucional nas três últimas – caracteriza-se mais como um corpo pragmático baseado numa

metodologia apriorística do que como resultado da participação influente nos debates da arqueologia internacional. Ainda que, na concepção do Programa, uma certa postura teórica norte-americana foi fundamental, todas as discussões aconteceram em torno da criação de tipologias espaço-temporais e, por conseguinte, esse período vem sendo estigmatizado como “descritivo”, “classificatório”, com um acento pejorativo raramente empregado pelas arqueologias ao norte do Equador em relação aos pioneiros (Fogaça 2000:3-4).

A colocação feita por Fogaça pode ser vista como bastante ponderada, de certa maneira sensata do ponto de vista histórico e arqueoiológico, mas apresenta uma situação de enclave diante de um quase inevitável conflito de gerações: de um lado, a mais jovem, em sua heterogeneidade; do outro, a mais antiga, igualmente heterogênea. No entanto, os dois arqueólogos retro mencionados não se detiveram a situar o desenvolvimento de arqueologia brasileira no contexto político de sua época.

Isto posto, a respeito da teoria arqueológica no cenário nacional, acredito que está cada vez mais difícil tentar inviabilizar a existência de múltiplas abordagens em arqueologia, muito menos querer que prevaleça a idéia de ela ser uma ciência social que nada tem a ver com a atualidade, conforme assinalou Solange N. de Oliveira Schiavetto (2002:49-64).

Após todas essas colocações, uma pergunta vem à tona: afinal, o que estava acontecendo na arqueologia brasileira no final do século XX? As respostas são múltiplas e difíceis de serem teoricamente equacionadas no calor da hora, porém vale a pena arriscar uma aproximação: a partir do processo de redemocratização do país e em clima de pós-modernidade (Harvey 1992), a arqueologia no Brasil caminhou para um momento de crise e situação de redefinição de sua identidade. Essas transformações também estão historicamente relacionadas com “os desdobramentos da globalização”, conforme percebeu Maria Dulce Gaspar (2000:25). Teve início, então, o processo da construção de uma outra realidade, da emergência paulatina de uma proposta de rompimento com todo tipo de isolamento acadêmico. Daí dizer que este é, com efeito, o atual momento da arqueologia brasileira, uma época marcada por contrastes, tensões e conflitos de idéias, ideologias e forças políticas, inclusive entre representantes de diferentes gerações; porém é igualmente fértil e plural em termos de produção científica.

Entrementes, há que deixar claro que o processo de globalização apontado por Gaspar (2000) não deve ser visto apenas como uma forma de socialização de conhecimentos, mas também como uma estratégia política de dominação cultural e consumo de saberes criados ou reinventados em

países como os Estados Unidos, à luz de seus interesses hegemônicos no cenário mundial. Uma situação assim pode ocorrer no contexto da chamada *aceleração contemporânea*, tratada por Milton Santos (1997). Daí perceber, por exemplo, as muitas influências da arqueologia estadunidense no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, e ao fato de parte expressiva dos trabalhos publicados por arqueólogos latino-americanos ainda ser praticamente desconhecida para cientistas sociais de língua anglo-saxônica (Eremites de Oliveira 2002).

Hoje em dia, com efeito, parece haver certo entendimento de a arqueologia brasileira vive “um momento rico e promissor da disciplina em nosso país”, conforme frisaram Wüst et al. (1997 [2001]:5). Esta avaliação, contudo, contraria duas frases infelizes que Irmhild Wüst e Walter A. Neves teriam dito durante o debate intitulado “As perspectivas da Arqueologia Brasileira”, ocorrido em São Paulo, no mês de abril de 2000; tratou-se de uma promoção do jornal Folha de S. Paulo (ver Nogueira 2000). Primeira: “Do total produzido pela arqueologia brasileira, 99% podem ir para o lixo” (Irmhild Wüst). Segunda: “O melhor curso de pós-graduação no Brasil é o aeroporto de Cumbica” (Walter A. Neves). As duas falas foram duramente criticadas por vários arqueólogos brasileiros: mensagens eletrônicas foram encaminhadas ao referido jornal e a membros da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), a maioria a protestar sobre o assunto e a solicitar providências.

Na ocasião do debate, Pedro Paulo Abreu Funari, por sua vez, teria ponderado dizendo o seguinte: “A arqueologia brasileira agora está produzindo livros e artigos no exterior, passando a ser uma referência internacional”. Esta última avaliação em tese foi a mais sensata, conseqüente e correta em relação às duas primeiras. Ocorre que atualmente alguns nomes da arqueologia brasileira têm conquistado reconhecimento nacional e internacional no estudo de certos objetos. Exemplos: origens do povoamento pré-colonial das Américas (Walter A. Neves e André Prous), pinturas rupestres (André Prous), arqueologia histórica e teorias arqueológicas (Pedro Paulo A. Funari), arqueologia pré-colonial amazônica (Eduardo Góes Neves), arqueologia guarani (Francisco Silva Noelli), dentre muitos outros.

Fica claro, portanto, que a ausência de um balanço mais refinado sobre a produção acadêmica e científica produzida no âmbito da arqueologia brasileira, principalmente nos últimos vinte anos, tem levado alguns profissionais a pouco valorizarem o que é feito no país desde fins

da década de 1980. Apesar de toda a polêmica, a Folha de S. Paulo não deu espaço para réplicas e manifestações contrárias. Neste caso em específico, o jornalista Salvador Nogueira (2000), autor da matéria “Pesquisadores estão pessimistas com a arqueologia brasileira”, publicou apenas alguns pequenos trechos do debate entre os arqueólogos, frases que devem ser avaliadas como pontuais e divergentes entre si, ao menos da maneira como vieram a público. Mesmo assim é fato que causaram revolta e indignação entre profissionais de todas as gerações e regiões do país.

Influenciada pelos debates mundiais sobre processualismo e pós-processualismo, principalmente, a jovem geração se apresenta como a mais ousada e aquela que tem assumido uma postura de impulso vanguardista. A meu ver ela é precursora de um importante movimento de renovação dos estudos arqueológicos no país. Exemplo disso é a divulgação do dossiê “Antes de Cabral”, organizado por Walter A. Neves (1999/2000a) e publicado na Revista USP, um importante periódico científico do país. Para a produção do dossiê Neves contou com a colaboração de um grupo heterogêneo de representantes da segunda geração de arqueólogos brasileiros, quem indubitavelmente elaborou uma das melhores, senão a melhor, síntese sobre arqueologia e história indígena pré-colonial do Brasil (ver também Tenório 1999; Funari & Noelli 2002). *Jovens arqueólogos*, aliás, têm sido a identificação e a auto-identificação de muitos profissionais pós-graduados a partir da década de 1990, sobretudo durante e após a realização da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em Porto Alegre, em 1995, evento marcado por uma acirrada disputa política pela direção da SAB.

Há ainda outros espaços de divulgação da produção científica da segunda geração, como foi o caso da Coleção Arqueologia, publicada pela Edipucrs (Editora da PUCRS), importante veículo para a circulação de dissertações, teses e outros estudos acadêmicos; os trabalhos Schaan (1997), Soares (1997), Symanski (1998) e Barcelos (2000) fizeram parte da coleção e atestam a boa qualidade dos trabalhos feitos no Sul do Brasil. Outros espaços de divulgação das pesquisas, sobretudo novas revistas ou novas fases de antigos periódicos científicos, foram criados a partir da década de 1990. Um bom exemplo dessa situação é a nova fase da Revista do CEPA, publicada pela Edunisc (Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul), espaço que jovens arqueólogos sulistas passaram a ocupar com muita competência. A própria Revista de Arqueologia, mantida pela SAB, foi recentemente revitalizada e atualmente encontra-se atualizada e disponível

na Internet. Por outro lado, há ainda algumas revistas mais antigas que continuam fechadas à maioria dos arqueólogos; servem basicamente à divulgação dos trabalhos de um único profissional ou de um grupo restrito de arqueólogos a ele ligado.

Portanto, parafraseando Acuto & Zarankin (1999:13), avalio que é por tudo isso e por muito mais que jovens arqueólogos continuam seguindo *sedentos*, pois a *sede* faz parte da efetiva construção do saber científico e do comportamento de alguns cientistas. Sem ela não haveria mudanças de nuance ou transformações epistemológicas, e também políticas.

Enquanto as décadas de 1960 e 1970 ficaram fortemente marcadas por uma dose exagerada de autodidatismo, empirismo, indutivismo e uma conseqüente falta de interesse por novos aportes teóricos, associado a uma postura apolítica no cenário nacional, o que não foi monopólio da arqueologia no Brasil, as décadas de 1980 e 1990 tomaram outro rumo: testemunharam o surgimento de uma gradativa e crescente transformação rumo a uma arqueologia brasileira mais dedutiva, erudita, heurística, holística, plural, social e teoricamente mais aberta, preparada, diversificada e politizada. Esta é uma das explicações para a postura que muitos jovens arqueólogos têm assumido. Esta é uma característica dos que almejam uma arqueologia brasileira para além-fronteiras e de padrão internacional, condição elementar para novas possibilidades de produzir, analisar e interpretar as sociedades humanas no tempo e no espaço. Em outras palavras: se as antigas gerações foram *modernas*, a jovem geração possui uma condição *pós-moderna* e se afirma na crítica à *modernidade*, em que pese saber que “nem sempre *moderno* tem significado necessariamente de novo, e antigo nem sempre tem significado o velho, o tradicional” (Azevedo 1994:17). Este é o *vir-a-ser* da arqueologia brasileira.

Por tudo isso, e por muito mais, que continua válida a seguinte leitura que Philip Rahtz fez sobre as qualidades que todo arqueólogo precisar ter:

O que *todo* arqueólogo precisa é, não necessariamente nesta ordem, de um grande interesse pelo passado ou pela teoria da arqueologia, beirando as raias do fanatismo; uma capacidade de executar continuamente um trabalho difícil, em geral longe das condições ideais, seja no campo, na biblioteca ou no museu; uma alta margem de tolerância e aceitação para com os aborrecimentos; uma ativa, porém controlada, noção de ordem, padrão, processo e significados, uma imaginação visual e conceitual e uma ampla perspectiva cultural; e, de preferência, embora não obrigatoriamente, uma capacidade para se comunicar com outros seres humanos por escrito ou oralmente (Rahtz 1989:58).

E eis que diante desta situação teve início o segundo momento da arqueologia pantaneira, um momento particularmente rico em pesquisas científicas, tanto em quantidade como em qualidade, mas que também reflete o signo da crise e da mudança que marca a arqueologia praticada no Brasil neste início de milênio.

2.2. O PROJETO CORUMBÁ

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, alguns projetos de pesquisa foram desenvolvidos no Pantanal, quase todos no território brasileiro. Indiscutivelmente o mais importante deles é o Projeto Corumbá, sobre o qual apresento uma primeira análise crítica.

A história do Projeto Corumbá está direta e intimamente associada ao desenvolvimento do Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul, doravante denominado pela sigla PAMS, do qual é parte integrante e sua maior realização. Por isso não há como falar do primeiro sem inicialmente analisar o segundo.

José Luiz Lorenz Silva, geólogo graduado pela UNISINOS e docente da UFMS no Campus de Três Lagoas, foi importante personagem na articulação e viabilização do PAMS, do qual o Projeto Corumbá faz parte. Na publicação do resumo de uma palestra proferida durante o V Encontro Regional de História, realizado naquele campus e promovido pela Associação Nacional de História, Núcleo de Mato Grosso do Sul (ANPUH-MS), o geólogo fez a seguinte análise:

Em 1984, o Centro Universitário Lagoense [*Campus de Três Lagoas*] foi procurado por municípios, os quais traziam o informe de um achado, no mínimo, instigante. Haveria, na zona rural do Município de Paranaíba, um conjunto de rochas com estranhas pinturas. Um ano após, em julho de 1985, a grande mídia nacional divulgaria um dos maiores achados arqueológicos da década, os sítios do Alto Sucuriú. O fato, além de satisfazer os anseios da comunidade, propiciou inúmeras atividades de extensão, na forma de palestras em escolas e universidades de vários municípios sul-mato-grossenses. A partir de então, trabalhamos na estruturação e atividades do PAMS, Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul. Para tanto, a UFMS tomou a iniciativa de procurar a parceria do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP). Ambos, com o apoio da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e do CNPq, estruturaram o programa de pesquisas que, ainda hoje, investiga o território sul-mato-grossense (J. Silva 2000:45).

Na verdade, José Luiz Lorenz Silva, quem havia tido contato com a disciplina de arqueologia durante o curso de graduação em geologia da UNISINOS, ao ser informado da existência de sítios arqueológicos pré-coloniais na região nordeste de Mato Grosso do Sul, entrou em contato com o IAP e informou aos arqueólogos Pedro Ignacio Schmitz e Sílvia M. Copé do ocorrido¹². Coincidência ou não, Schmitz havia decidido encerrar os trabalhos de campo do Programa Arqueológico de Goiás (1972-1985), sob sua coordenação, e manifestou interesse em realizar pesquisas arqueológicas no estado de Mato Grosso do Sul, inicialmente em uma área próxima a Goiás, a região do alto curso do rio Sucuriú.

Os resultados dos primeiros trabalhos de campo, concluídos em 1985, foram considerados animadores: vários sítios foram encontrados e previamente estudados. Por conta disso, no ano seguinte, em 1986, foi firmado o “Termo de Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e o Instituto Anchietano de Pesquisas”. Em 1990, as instituições celebraram um “Termo de Ajuste” ao convênio, com o objetivo de executar conjuntamente o Projeto Corumbá.

A concretização dessa parceria interinstitucional possibilitou a criação e o desenvolvimento do PAMS, um grande projeto de *pesquisas exploratórias* proposto para estudar quatro áreas em Mato Grosso do Sul, todas de dimensões consideráveis, cerca de 20.000 km² cada: Área A (Projeto Alto Sucuriú), Área B (Projeto Campo Grande-Dourados), Área C (Projeto Bela Vista) e Área D (Projeto Corumbá). A delimitação das áreas foi feita com base em dois critérios principais: a localização das unidades da UFMS, pontos logisticamente estratégicos para os trabalhos de campo, e a rede hidrográfica do estado. Apenas na área do Projeto Bela Vista, na fronteira do Brasil com o Paraguai, bacia do rio Apa, não havia um campus da UFMS. O somatório de todas as áreas do PAMS compreendeu uma extensão superior a de países como Dinamarca, El Salvador, Serra Leoa e Sri Lanka. A justificativa para um programa desta natureza pode ser encontrada no artigo “Política arqueológica brasileira”, elaborado por Schmitz e publicado durante a execução do Projeto Alto Sucuriú:

12 Atualmente Sílvia M. Copé não é mais pesquisadora do IAP/UNISINOS e está vinculada unicamente à Universidade Federal do Rio do Grande do Sul (UFRGS), instituição em que continua a desenvolver pesquisas no Núcleo de Pesquisa Arqueológica.

Se tomarmos apenas os profissionais com treinamento completo (doutores) temos entre 300.000 e 400.000 km² do território nacional por cabeça. É verdade que não toda esta área está neste momento exigindo trabalhos, mas outras áreas estão, em compensação, pedindo extrema urgência (Schmitz 1989:50).

A primeira autorização para a realização do PAMS foi dada por um prazo de dez anos, conforme Ofício número 154/86, de 24 de junho de 1986, assinado por Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, na época secretário do IPHAN. O financiamento do projeto ficou por conta das seguintes instituições: UFMS, UNISINOS, IAP, CAPES, CNPq e FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), principalmente através da concessão de bolsas de estudo e/ou recursos financeiros para as atividades de pesquisa. Até o ano de 2000, a Smithsonian Institution, através do apoio recebido de Betty J. Meggers, havia financiado dezessete datações radiocarbônicas (C¹⁴) realizadas pelo laboratório Beta Analytic Inc., sediado em Miami (Flórida), Estados Unidos.

Avalio que sem o empenho e a participação de José Luiz Lorenz Silva provavelmente não teria existido o PAMS. Ademais, cumpre dizer que em 1985 a produção científica dos docentes da UFMS era incipiente, exceto o caso de alguns pioneiros, haja vista que por motivos diversos somente um número reduzido de pessoas desenvolvia projetos de pesquisas e publicava os resultados de seus estudos. A publicação do “Arrolamento da produção científica na área de História (1968-1993)”, organizado por V. Corrêa et al. (1994), serve para exemplificar a realidade pretérita da pesquisa nos cursos de história da UFMS, os quais não eram exceção à regra naquele tempo. Com efeito isso torna ainda mais meritoso o trabalho realizado pelo geólogo, acrescido ainda do fato de ele ter orientado estudantes de graduação e atuado em prol da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. De acordo com o que ele mesmo disse:

Atuando no âmbito da geologia, nosso interesse específico centrou-se nos aspectos estratigráfico e litológico, bem como nas gestões necessárias à realização dos trabalhos de campo. Assim atuamos desde 1984 até 1989, quando a equipe de pesquisadores do PAMS passou a investigar as ocorrências da região ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul. Vários acadêmicos, tanto da UFMS quanto da UNISINOS, desenvolveram monografias, dissertações e teses, baseados na análise e compilação das informações geradas no âmbito do PAMS. Sabemos, no entanto, que os sítios do Alto Sucuriú ainda reservam aos pesquisadores muitos anos de trabalho, tendo em vista os necessários refinamentos da base de conhecimentos até hoje construída (J. Silva 2000:45-46).

MATO GROSSO DO SUL

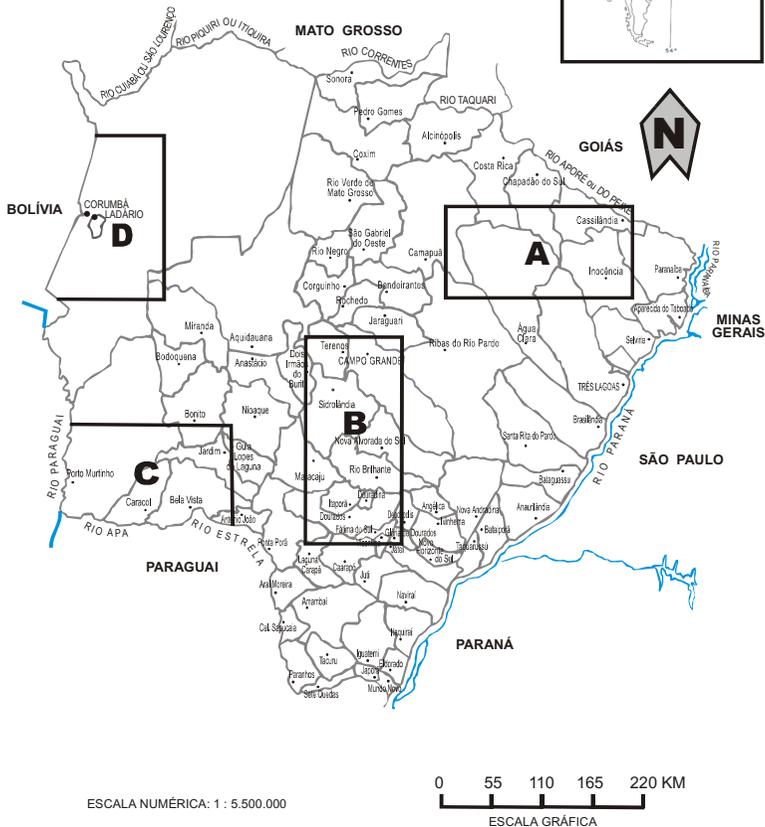


Figura 22: Mapa com a indicação das áreas abrangidas pelo Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (Fonte: Eremites de Oliveira 2002:95).

Atualmente, é claro, a situação da pesquisa na UFMS é bem diferente daquela época, conforme é possível comprovar através de uma

análise do “III Catálogo da Produção Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 1999” (2000), publicação que relacionou muitos trabalhos científicos divulgados por seus pesquisadores no ano de 1999. A mudança qualitativa e quantitativa também resultou de uma política de capacitação docente, criação de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, publicação de livros e revistas científicas, maior estímulo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, estabelecimento de parcerias com várias universidades brasileiras e estrangeiras, dentre outras ações importantes.

A despeito de Pedro Ignacio Schmitz, arqueólogo gaúcho e sacerdote da Companhia de Jesus, convêm tecer algumas breves considerações.

Na década de 1980, quando teve início o PAMS, Schmitz já era um pesquisador bastante conhecido no Brasil e em vários outros países. Havia conquistado posição de destaque entre arqueólogos de sua geração, principalmente em relação aos que adotaram o paradigma histórico-culturalista do PRONAPA. Segundo informação recebida de Betty J. Meggers, em fevereiro de 2001, na década de 1960 Schmitz chegou a ser convidado a participar do PRONAPA, mas não aceitou a proposta. Apesar disso, adotou os procedimentos teórico-metodológicos do projeto e com eles desenvolveu pesquisas arqueológicas em vários estados brasileiros: Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Chegou ainda a desenvolver pesquisas arqueológicas no Uruguai. Sua produção científica é expressiva, porém ainda não foi analisada em sua totalidade; teve início na década de 1950 e compreende centenas de trabalhos, a maioria publicada em português e pelo IAP/UNISINOS, instituição que há muito é seu diretor e sua maior referência.

Schmitz também foi um dos fundadores da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), entidade que chegou presidir; também conquistou importantes espaços em órgãos estatais de fomento, apoio e autorização da pesquisa arqueológica no Brasil. Sob sua influência direta trabalharam muitos colegas, muitos deles arqueólogos da jovem geração: Adriana S. Dias, Altair S. Barbosa, André Luiz Jacobus, Arno Alvarez Kern, Ellen Veroneze, Fabíola Andréia Silva, Irmhild Wüst, José Luis dos Santos Peixoto, Marco Aurélio Nadal De Masi, Maribel Girelli, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, Rodrigo Lavina, Sílvia M. Copé e outros que, como eu, passaram pelo IAP quando da fase inicial de suas carreiras. Evidentemente que todas essas pessoas sofreram influências do modelo epistemológico do PRONAPA, ainda em voga no IAP, embora posteriormente a maioria tenha

optado por outras orientações teórico-metodológicas.

A título de esclarecimento, faço aqui um breve comentário: no número 1 da revista Pesquisas, periódico do IAP que começou a circular em 1957, ano em que a instituição estava provisoriamente vinculada ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, há um artigo sobre Arqueologia em que o jovem Schmitz (1957) – que na época realizava pesquisas chamadas de “paleo-etnográficas” – tratou de um sítio ocupado indos portadores da *tradição Tupiguarani* no alto Uruguai. Nele o autor faz menção a trabalhos de Alfred Métraux, Antonio Serrano, Gordon R. Willey, Herbert Baldus, Max Schmidt e outros. No mesmo número estão o primeiro estatuto do IAP e uma apresentação escrita pelos membros do Conselho Deliberativo da entidade, na qual está claro o seguinte:

Uma das preocupações mais constantes e intensas da Companhia de Jesus, tem sido em todos os tempos não só a sólida formação científica dos seus filhos, como ainda transmissão do saber a seus numerosos alunos. Um dos meios mais eficazes é sem contestação o trabalho paciente de pesquisas e investigações nos diversos ramos da ciência.

Realizando um velho sonho, desde anos acalentado por um grupo de Padres Jesuítas, fundamos em março de 1956 uma entidade científica, à qual demos o nome de INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS, localizado provisoriamente no Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Brasil (Jaeger et al. 1957:9).

Visto que Schmitz (1985/1986) foi quem elaborou e coordenou o PAMS, julgo ser necessário ainda fazer algumas citações não muito curtas, embora necessárias para a compreensão da forma como o programa foi inicialmente pensado.

Dos antecedentes e da justificativa:

O Mato Grosso do Sul não tem, até agora, nenhum programa de pesquisa arqueológica, apesar de ser uma área potencialmente importante. As poucas pesquisas realizadas dizem pouquíssimo sobre o desenvolvimento da cultura no Estado; a fase Ivinhema (Chmyz 1974)¹³, da tradição Tupiguarani, recente, ainda está no limite do Estado do Paraná; as incipientes pesquisas de Lehel de Silimon (com. Pes.), no Pantanal não chegaram a nenhum resultado e não foram publicadas. Num breve reconhecimento feito em 1985, no Nordeste, foram conhecidos sítios que parecem reduplicar a área de Serranópolis, GO, que dista apenas 100 km.

13 CHMYZ, I. 1974. Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. PRONAPA 5. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 26:67-90. Esta é única obra citada na bibliografia do PAMS.

Frente a esta realidade a Fundação Universidade do Mato Grosso do Sul e o Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS, se propõem a realizar um programa de pesquisas arqueológicas e a prover o seu desenvolvimento através do treinamento de pessoas de origem local (Schmitz 1985/1986:1).

Dos objetivos:

- Localizar, identificar cultural e cronologicamente, e avaliar os sítios arqueológicos das áreas escolhidas para a amostragem;
- Selecionar sítios para uma etapa de pesquisa mais intensa e profunda, tendente à solução de problemas científicos;
- Fazer um primeiro estudo das culturas representadas em cada uma das áreas, do ponto de vista de padrão de assentamento e arte rupestre;
- Sugerir medidas de preservação e, sempre que possível, executá-las, principalmente através da conscientização dos proprietários das terras nas quais os sítios estão localizados (Schmitz 1985/1986:5).

Dos métodos e técnicas:

Em gabinete: o estudo das áreas do ponto de vista geológico, geomorfológico, pedológico, florístico, faunístico etc., utilizando recursos como imagens de satélite Landsat, trabalhos do Radam [*Radambrasil*], fotos aéreas, mapas, cartas e outros estudos, com vistas a predizer os locais dos sítios e o tipo de sua implantação.

Em campo: recorroimento das áreas onde se prevê a existência de sítios, buscando insistentemente sítios em ambientes diferentes, que dêem uma idéia da complexidade do povoamento e do processo de adaptação ambiental. Quarenta sítios por área parecem um número razoável para compreender este processo.

Estudo de superfície dos sítios e cortes estratigráficos, com coleta de informações e materiais. Documentação da arte rupestre.

Em laboratório e gabinete: estudo e sistematização dos dados conseguidos em campo. Análise e descrição dos materiais recolhidos ou documentados. Estabelecimento de modelos para estudos da segunda etapa, destinada a resolver problemas já rigorosamente equacionados a partir desta sondagem inicial (Schmitz 1985/1986:5-6).

As citações apresentadas não deixam dúvida: o PAMS foi concebido à maneira do PRONAPA e à do Programa Arqueológico de Goiás. Segundo interpretação que faço do artigo de Schmitz (1989:47), os três casos podem ser considerados como “ambiciosos programas exploratórios, acompanhados de um treinamento mais orgânico de pessoal”.

Walter A. Neves (1988 [1989]) foi um dos primeiros arqueólogos

brasileiros a avaliar criticamente esse tipo de pesquisa exploratória, sem contudo deixar de reconhecer sua contribuição e validade para um país com a extensão territorial que tem o Brasil, avaliou que

Em decorrência da própria dimensão da empreitada com a qual se deparou a primeira geração de arqueólogos profissionais do país, a quase totalidade da energia material e “espiritual” gasta, até o momento, na arqueologia nacional girou em torno de *pesquisas exploratórias*. O indutismo foi, historicamente, o primeiro estágio da ciência positivista e ressurgiu inexoravelmente no processo de desenvolvimento da maioria das áreas científicas nos países que ocupam uma posição periférica quanto ao desenvolvimento tecnológico. O amadurecimento epistemológico de um país, no que se refere à Ciência & Tecnologia, pode ser, no entanto, medido pela relação entre *pesquisa exploratória* e *pesquisa de resolução de problemas*. Quanto mais a última predomina sobre a primeira, mais exponencial se torna a geração de conhecimento científico, mais expressiva se torna a contribuição de uma nação para o estabelecimento de paradigmas teórico-metodológicos de alcance universal. A arqueologia brasileira precisa, portanto, conquistar a qualquer custo o *dedutismo* como ferramenta epistemológica, a exemplo do que ocorreu com a arqueologia praticada na esmagadora maioria dos países desenvolvidos, ainda no final da década de 60. A adoção de *modelos dedutivos* de pesquisa arqueológica, apoiados sobre *testes de hipóteses competitivas bem formuladas*, não deve eliminar, entretanto, a continuidade das investigações exploratórias. Num país com a extensão territorial da do Brasil, e com uma profundidade histórica de pelo menos 12 mil anos, a pesquisa exploratória, em arqueologia, far-se-á sempre necessária (W. Neves 1988:201).

Diante das explicações apresentadas por Schmitz (1985/1986, 1989) e das propostas formuladas por W. Neves (1988), algumas críticas necessitam ser feitas sobre o PAMS.

Em primeiro lugar, a elaboração do programa não precedeu a conclusão de um exaustivo levantamento bibliográfico sobre as pesquisas arqueológicas realizadas em Mato Grosso do Sul e áreas adjacentes. Exemplo disso é a não discussão das obras de Branka Susnik, Max Schmidt e Vincent Petrullo, dentre outros autores apontados anteriormente. Isso levou o coordenador geral do projeto a fazer algumas avaliações apriorísticas sobre a realidade arqueológica do estado. O levantamento de obras de interesse à etnologia e à história, por exemplo, também teria sido relevante durante a elaboração do PAMS. Obras como “História de Mato Grosso” (Corrêa Filho 1969) e “Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju” (Nimuendaju 1981), apenas para exemplificar, poderiam ter suscitado uma

avaliação mais dedutiva acerca da potencialidade arqueológica de Mato Grosso do Sul, inclusive sobre possíveis sítios arqueológicos históricos. A própria bibliografia organizada em publicações como “Bibliografia Matogrossense” (Mendonça 1975) e “Estudo bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso” (Costa e Silva 1992) comprova a existência de trabalhos que poderiam ter sido levantados e discutidos quando o programa foi pensado.

Além disso, diversos especialistas em metodologia científica, como M. C. Carvalho (1995) e Severino (1996), são uníssonos ao afirmarem que a atividade da pesquisa bibliográfica é de grande importância na elaboração e execução de um projeto de investigação científica, pois através dela se fica conhecendo o que foi produzido sobre determinado tema. Sobre este assunto, Umberto Eco (1983:42) fez a seguinte explicação: “Organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora. O bom pesquisador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima idéia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco mais sobre ele”.

Mas o que pode parecer uma mesquinha implicância do ponto de vista meramente formal, todavia vai mais longe: a não realização ou apresentação de uma pesquisa bibliográfica exaustiva tem sido um procedimento quase que padrão em muitos estudos concluídos no âmbito do PAMS. Esta afirmação pode ser comprovada através de uma rápida análise da bibliografia de muitos artigos e algumas monografias produzidas por seus pesquisadores. De todo modo merece reconhecimento o uso de informações orais obtidas de alguns colegas arqueólogos, algo que não tem sido tão corriqueiro em certas regiões do país.

Em segundo lugar, está explícito que os objetivos do PAMS seguem as premissas básicas do modelo histórico-culturalista utilizado pelo PRONAPA, quer dizer, *grosso modo* estabelecer cronologias e tratar da questão da adaptação cultural em relação ao meio ambiente, às vezes criticado por fazê-lo de maneira positivista, empirista, determinista e anti-histórica (Funari 1999b:214-215). E ainda de ser determinista tecnoambiental, de “orientação predominantemente historicista e difusionista européia, mas sem suas inspirações ideológicas e teóricas originais” (Barreto 1999:205), ou ainda por meio de um determinismo ecológico simplista (Prous 1994:38). Entretanto, de início houve uma grande coerência dos propósitos do programa em relação à posição teórico-metodológica que marca o pensamento de seu mentor e coordenador geral. Há de ressaltar ainda a

louvável preocupação em preservar o patrimônio arqueológico, ação ligada à arqueologia pública e indispensável em qualquer projeto de pesquisa nesta área do conhecimento. Sobre este último assunto, aliás, Pedro Ignacio Schmitz tem uma longa folha de serviços prestados ao país, inclusive no que diz respeito à formação de jovens pesquisadores, certamente um de seus maiores legados à arqueologia brasileira.

Em terceiro e último lugar, a metodologia de levantamento de sítios arqueológicos, apesar de ser *oportunistica*, já contava com uma novidade para o *estudo de áreas*, o uso de fotografias aéreas e imagens de satélite. Não foi feito, porém, qualquer discussão teórico-metodológica ou referências a especialistas em temas como aerofotogrametria, fotointerpretação, sensoriamento remoto ou SIG (Sistema de Informação Geográfica). Trata-se de um esquema simples, empírico e direto de explicar as três etapas básicas da pesquisa em um *projeto exploratório* (gabinete, campo e laboratório/gabinete), conforme entendimento do próprio coordenador geral do PAMS:

Projetos exploratórios de espaços não estudados num território como o do Brasil não precisa de longa e sofisticada explicação; sua necessidade é evidente. Geralmente eles se encontram dentro de programas mais amplos que, além de um objetivo específico, com uma metodologia correspondente, fazem levantamento sistemático de sítios, avaliação de seu potencial arqueológico e estudo de sua preservação. Como qualquer pesquisa exploratória eles são considerados pelos executores como etapa inicial de trabalhos de aprofundamento, tomando como objetivo aqueles sítios ou fenômenos, que prometem melhores resultados. Projetos exploratórios podem ter objetivos predominantemente históricos como seria a distribuição das culturas no tempo e no espaço, tomando este muitas vezes em sentido ecológico; ou podem ter, p. ex., uma orientação mais geográfica, usando uma análise locacional ou estratégias parecidas (Schmitz 1989:48).

No âmbito da arqueologia brasileira, *estudo de áreas* tem sido quase que sinônimo de *pesquisa exploratória*, implementada para produzir uma primeira análise sobre os povos indígenas que ocuparam determinada região em tempos pré-coloniais (ver Steward 1955). Uma investigação desse tipo inicialmente não é *pesquisa de resolução de problemas* sobre algum sistema sociocultural pretérito. Os estudos realizados por Schmitz et al. (1982, 1989, 1996), dentre outros, são exemplos bem sucedidos, pois, de *pesquisa exploratória* em áreas até então pouco conhecidas pelos arqueólogos, o que justifica a relevância de sua execução.

Quando da elaboração do PAMS, Walter Neves (1984) havia aplicado, pela primeira vez no Brasil, o modelo dos *multi-estágios* que Redman (1973) propôs para o levantamento *probabilístico* de sítios arqueológicos. Não obstante a sua proposta, desde o início do PRONAPA até a década de 1980 predominou em grande parte do país a proposta metodológica contida no “Guia para prospecção arqueológica no Brasil” (Meggers & Evans 1965), cujos procedimentos básicos constam na primeira versão do projeto do PAMS. Embora esta metodologia tenha sido bastante útil nas décadas de 1960 e 1970, a partir do decênio de 1980 gradualmente se tornou obsoleta diante dos avanços da arqueologia em todo o mundo. Esta é uma das constatações que pode ser feita através da análise da maioria dos artigos divulgados nas “Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural” (Caldarelli 1997). Esta publicação trouxe ao público várias experiências inovadoras até então empreendidas no âmbito da arqueologia empresarial no Brasil, modalidade de pesquisa tratada em tópico específico apresentado mais adiante.

Neste livro utilizo o termo “arqueologia empresarial” para referir-me aos trabalhos arqueológicos contratados para diversas finalidades, como para o licenciamento ambiental e o salvamento de bens arqueológicos. Em minha opinião este é o termo mais apropriado para o que os arqueólogos brasileiros chamam de “arqueologia por contrato” ou “arqueologia de contrato”, apropriando-se da expressão *contract archaeology*, recorrente em língua inglesa. Na antropologia, por exemplo, também existe uma modalidade semelhante chamada de “antropologia empresarial”.

As críticas à metodologia de Meggers & Evans, quando aplicada nos dias de hoje, são basicamente três: (1) dependência da exposição do solo para a localização de evidências arqueológicas, o que às vezes restringe o levantamento a sítios de alta visibilidade como abrigos sob rocha e antigos assentamentos de povos indígenas portadores de tecnologia ceramista; (2) uso assistemático de informações orais obtidas de moradores locais, os quais – apenas para exemplificar – raramente sabem reconhecer sítios do tipo oficina lítica; (3) prospecções tendenciosas e limitadas unicamente a *áreas indicadoras de sítios* (abrigos sob rochas, margens de rios, tipos específicos de vegetação etc.) (P. Mello 1997; Noelli 1999/2000; Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000; dentre outros).

De todo modo, a primeira etapa do PAMS, a que compreende o Projeto Alto Sucuriú (1985-1989), foi bastante frutífera dentro das metas

estabelecidas por sua coordenação geral¹⁴. Duas dissertações de mestrado foram defendidas: “A ocupação do planalto central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul”, defendida por Ellen Veroneze (1994), graduada em biologia pelo Campus de Três Lagoas da UFMS e orientada por Pedro Ignacio Schmitz durante o curso de mestrado em História da UNISINOS; e “Arte rupestre do nordeste do Mato Grosso do Sul”, de Marcus Vinícius Beber (1994), graduado em história pela UFRGS e orientado por Arno Alvarez Kern e co-orientado por Schmitz no mestrado em história da PUCRS. Desses dois arqueólogos apenas o segundo prosseguiu na carreira de arqueólogo.

O trabalho de Veroneze (1994:1) possui um “caráter predominante exploratório e descritivo”. Analisa por meio de um enfoque ecológico temas como padrão de assentamento e indústria lítica de povos indígenas pré-coloniais, portadores da *tradição Itaparica*. Esses povos se estabeleceram no alto Sucuriú em fins do pleistoceno e início do holoceno, *grosso modo* entre 12.000 e 10.000 anos atrás. O estudo de Beber (1994:25-32), por sua vez, trata a partir de uma “abordagem tipológico-estatística” da arte rupestre encontrada em sítios da região; compara-os com a existente em áreas próximas como Caiapônia e Serranópolis, em Goiás, estudadas por Schmitz et al. (1986, 1989, 1997) e Fabíola A. Silva (1992).

Ainda a partir de 1986, com a concretização da parceria entre UFMS, IAP e UNISINOS, Gilson Rodolfo Martins, que na época trabalhava no Campus de Dourados da UFMS, passou a fazer parte da equipe do PAMS e deu início a um levantamento *oportunistico* de sítios arqueológicos existentes nas áreas do Projeto Campo Grande-Dourados e do Projeto Bela Vista. Os estudos fizeram parte do projeto intitulado “Levantamento arqueológico do MS”, sob sua responsabilidade (Martins 1987a, 1987b, 1988). Três anos depois, por razões que desconheço, o pesquisador deixou o PAMS. Não abandonou, porém, as pesquisas anteriormente iniciadas, uma vez que grande parte delas consta em sua tese de doutorado “Arqueologia do Planalto de Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-I através da análise quantitativa de sua indústria lítica” (Martins 1996), defendida na USP sob a orientação de José Luiz de Moraes. Desde o início de 1990 Martins está lotado no Campus de Aquidauana da UFMS e é um dos principais nomes do estado na modalidade da arqueologia empresarial, conforme pode ser comprovado pelos trabalhos de Martins & Kashimoto

14 Sílvia M. Copé orientou os trabalhos de campo do PAMS entre 1985 a 1988; Pedro Ignacio Schmitz o fez a partir de 1989 (Veroneze 1994:xiii).

(1998, 1999a, 2000a e muitos outros).

Em 1988, após o término dos trabalhos de campo do Projeto Alto Sucuriú, José Luis dos Santos Peixoto, então estudante do curso de graduação em história da UFRGS e bolsista de iniciação científica no IAP, na época orientando de Silva M. Copé, contactou professores da UFMS em Corumbá e deu início aos entendimentos para o desenvolvimento do Projeto Corumbá. De início foram mantidos contatos com biólogos, geógrafos e historiadores, os quais formalizaram um projeto de pesquisa nos moldes do Projeto Alto Sucuriú. Por razões diversas, logo no início os historiadores envolvidos no Projeto Corumbá deixaram de participar das pesquisas.

Já em 1989, por ocasião da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em Santa Cruz do Sul, Marco Aurélio Nadal De Masi (1990b) apresentou e publicou uma análise preliminar do material lítico recolhido durante as atividades do Projeto Alto Sucuriú. De acordo com informações recebidas do próprio De Masi, em agosto de 2000, o arqueólogo tinha planos de concluir dissertação de mestrado sobre a arqueologia da região do alto Sucuriú, mas mudou de tema e passou a trabalhar com sítios litorâneos. Sua dissertação de mestrado, intitulada “Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: o assentamento de Armação do Sul, SC, Brasil” (De Masi 1990a), foi defendida no curso de História da UNISINOS, sob a orientação de Schmitz. Foi publicado quase que na íntegra em 1992, sob o título “Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: o sítio arqueológico da Armação do Sul” (Schmitz et al. 1992), na qual o nome do autor aparece em segundo lugar, como co-autor, em uma lista de cinco nomes.

No mês de agosto do mesmo ano de 1989, Sílvia M. Copé oficialmente se desvinculou do PAMS, embora um pouco antes já o tenha feito do IAP. Cumpre dizer, todavia, que os primeiros resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Alto Sucuriú foram apresentados por ela durante o “I Simpósio de Arqueologia da Região Sudeste e Áreas Adjacentes”, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1986. Ainda em 1989 Copé (1989) elaborou o projeto “Ocupação Pré-colonial no vale dos rios Taquari e Paraguai, MS”, autorizado pelo IPHAN em julho daquele ano e vinculado à UFRGS.

Esse outro projeto, diferentemente do PAMS, foi pensado dentro de uma perspectiva de análise espacial em arqueologia e privilegiaria o estudo sobre padrões de assentamento de povos indígenas pré-coloniais. Em julho de 1990 foi realizado um trabalho de campo em Mato Grosso do Sul, no município de Coxim. Em 1991 o projeto foi paralisado, ano em que Copé

(1991) apresentou publicamente o memorial “Les peintures rupestres du haut fleuve Taquari, Mato Grosso do Sul, Brésil”, defendido na Universidade de Paris I (Université de Paris I, Panthéon – Sorbonne), França. Posteriormente a arqueóloga mudou de temática e iniciou uma outra pesquisa, desta vez no estado do Piauí, sobre a qual concluiria seu doutoramento. Três jovens arqueólogos gaúchos, que na época eram bolsistas do CNPq junto ao Núcleo de Arqueologia da UFRGS, participaram do referido projeto sob orientação de Sílvia M. Cope e chegaram a divulgar o resultado de suas pesquisas. São eles: André Luiz Ramos Soares (1993), Beatriz dos Santos Landa (1993) e Cláudio Baptista Carle (1990, 1991). Anos depois, Glória Lúcia Berto (2000), sob orientação de Copé, elaborou a monografia “Arqueologia da arte parietal do alto vale do Taquari, MS”, apresentada para fins de conclusão do curso de graduação em história da UFRGS.

Em 1989, quando a equipe do IAP terminou o último trabalho de campo do Projeto Alto Sucuriú, desta vez sem a participação de Copé, Maria Angélica de Oliveira Bezerra e Sérgio Wilton Gomes Isquierdo, pesquisadores do Departamento de Ciências do Ambiente (DAM), da unidade da UFMS em Corumbá, deram início a um levantamento *oportunistico* de sítios arqueológicos existentes no Pantanal. Naquela época o DAM era um departamento bastante ativo em termos de pesquisas multidisciplinares realizadas por profissionais vinculados à universidade.

No mesmo ano, na condição de aluno do curso de história da UFMS, ingressei no PAMS. Contudo, foi somente em 1990 que a equipe do IAP se deslocou até a região pantaneira e realizou seu primeiro trabalho de campo. No ano seguinte, em 1991, outros pesquisadores da UFMS ingressaram ao Projeto Corumbá: o biólogo Geraldo A. Damasceno Júnior, na época vinculado ao DAM (ver Damasceno Júnior et al. 1999 [1996]); e o historiador Paulo Marcos Esselin, na época ligado ao Departamento de História e Letras (DHL), que inicialmente não participava do projeto. Esselin deu início a pesquisas paralelas posteriormente apresentadas como dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. O título de seu trabalho, defendido em 1994, é “A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778)”, publicado seis anos depois (Esselin 1994, 2000).

A maioria dos sítios considerados mais significativos no Projeto Corumbá foi levantada por pesquisadores da UFMS em Corumbá. Este é o caso, vale a pena registrar, de sítios localizados na lagoa do Jacadigo, na região do Abobral e no perímetro urbano de Ladário, cidade vizinha

a Corumbá, bem como de alguns lajedos (bancadas lateríticas) com inscrições rupestres existentes no planalto residual de Urucum. Os sítios foram levantados por meio do levantamento da bibliografia de interesse à arqueologia e através de informações orais obtidas de pesquisadores e da comunidade local. Todas as informações levantadas foram posteriormente averiguadas *in loco*. Cursos de extensão e palestras, oferecidos à comunidade universitária e a professores de ensino fundamental e médio de Corumbá e Ladário, foram igualmente de grande relevância para esta finalidade e, mais ainda, para fins de preservação do patrimônio arqueológico nacional. Exemplo: no período de 10 a 15 de junho de 1991, Pedro Ignacio Schmitz ministrou o curso “A Pré-história Brasileira”, com 40 horas de carga horária, coordenado por Jorge Eremites de Oliveira e Paulo Marcos Esselin (Eremites de Oliveira 1991). Em outros anos Schmitz e sua equipe sempre se colocaram à disposição da comunidade universitária para o oferecimento de cursos de extensão e palestras, sempre abertos à população local. Para muitas pessoas esses eventos propiciaram um primeiro contato com a disciplina arqueológica, com a profissão de arqueólogo e com a temática da arqueologia pré-colonial. Por este motivo essas atividades foram ainda mais relevantes no que se refere à arqueologia pública, algo realmente digno dos mais altos elogios.

Até 1997, ano em que o projeto foi interrompido, sendo retomado em 2001, muitos pesquisadores haviam participado do Projeto Corumbá: Ana Carolina Sbeghen (bióloga), Ana Luiza Bitencourt (arqueóloga e geóloga, 1991), Ana Lúcia Herberts (arqueóloga e historiadora), André Osório Rosa (arqueólogo e biólogo, 1994-1997), Clomar Júlio D. de Castro (historiador), Geraldo A. Damasceno Júnior (biólogo, 1992), Ellen Veroneze (arqueóloga e bióloga, 1990-1991), Inês Caroline Reichert (historiadora), Jairo Henrique Rogge (arqueólogo e geólogo, 1992-1997), Jorge Eremites de Oliveira (arqueólogo e historiador, 1989-1995), José Luis dos Santos Peixoto (arqueólogo e historiador, 1990-1996), Julian Mauhs (biólogo, 1997), Magna Lima Magalhães (historiadora), Marcelo Chaparro (biólogo, 1995), Marco Aurélio Nadal De Masi (arqueólogo e geólogo, 1990), Marcus Vinicius Beber (arqueólogo e historiador, 1992-1997), Maria Angélica de Oliveira Bezerra (bióloga, 1989-1994), Maria Eunice J. Schuch (historiadora), Maria Helena da Silva Andrade (bióloga, 1991), Maribel Girelli (arqueóloga e historiadora), Patrícia da Silva Hackbart (historiadora), Paulo Marcos Esselin (historiador, 1991), Pedro Ignacio Schmitz (antropólogo e arqueólogo, 1990 e 1992-1997), Rodrigo Lavina (arqueólogo e historiador,

1990-1994), Sérgio Wilton Gomes Isquierdo (geógrafo, 1989-1990 e 1994-1995) e alguns outros. Alguns profissionais tomaram parte dos trabalhos de campo; são aqueles cujas datas de participação estão indicadas entres parênteses (ver também Schmitz et al. 1998:14).



Figura 23: Equipe do Projeto Corumbá em julho de 1990 durante travessia de balsa no rio Paraguai, em direção à região do Abobral.

Isto posto, um esclarecimento deve ser feito em tempo: o IAP “oferece também possibilidade de estágio de aperfeiçoamento, que prepara treinados do nível anterior e outros formados como um passo para o mestrado. Estes estagiários formam grande parte da mão-de-obra dos projetos” desenvolvidos na instituição (Schmitz 1989:50). Esta é a principal explicação para o fato de um número significativo de pessoas ter atuado como estagiário no PAMS, o que em muito contribuiu para sua formação profissional.

Muitos deles, sobretudo os jovens arqueólogos, influenciaram positivamente as pesquisas do Projeto Corumbá. Nele incorporaram, ainda que de maneira limitada por estarem hierarquicamente abaixo de seu coordenador geral, alguns aportes teórico-metodológicos mais atualizados em termos de arqueologia mundial. Isto aconteceu devido, também, ao fato de jovens arqueólogos terem tido contato com literatura sobre arqueologia

processual e arqueologia pós-processual no Programa de Pós-graduação em História, área de concentração em Arqueologia, da PUCRS, dentre outras escolas arqueológicas. Exemplo disso pode ser constatado na ementa das disciplinas de Caçadores-coletores-pescadores e Metodologia da Pesquisa Arqueológica, ministradas por Klaus Peter Kristian Hilbert nos anos de 1992 e 1993. Acrescenta-se ainda a disciplina de Pré-história Americana e Brasileira, sob a responsabilidade de José Joaquim J. Proenza Brochado, dentre outras igualmente lecionadas no referido período.

Em todas essas disciplinas, a técnica do seminário, dinâmica de grupo muitíssima utilizada nas universidades brasileiras, serviu para a troca de experiências, o debate profícuo sobre os projetos de pesquisa e a socialização de novos conhecimentos em voga na arqueologia mundial. Soma-se ainda o fato de a biblioteca do IAP ser uma das maiores da região Sul do país em termos de literatura arqueológica, cujo acervo é periodicamente atualizado através da aquisição de novas obras publicadas no Brasil e no exterior.

Em 1991, por ocasião do VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia, realizado em Porto Alegre, Veroneze (1991a) apresentou, pela primeira vez, a versão mais elaborada do Projeto Corumbá. Seu trabalho é, em grande parte, a compilação de um texto que Schmitz (1993), seu autor, publicou posteriormente. Em 1992, uma notícia sobre o projeto foi publicada na revista *American Antiquity* (Schmitz 1992), um dos mais importantes periódicos internacionais na área de arqueologia.

E foi assim que Pedro Ignacio Schmitz explicou publicamente a relevância do Projeto Corumbá:

O Projeto Corumbá enquadra-se no esforço da comunidade arqueológica brasileira de produzir amostras de culturas pré-históricas de todo o território nacional. O Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS desde duas décadas e meia investe neste objetivo.

O local escolhido para esta amostra é uma área do Pantanal. E acontece num momento em que ele está no foco das atenções nacionais e internacionais por constituir um ambiente ainda pouco estudado, fortemente ameaçado de desfiguração e mesmo destruição por causado do recente avanço da mineração de ouro, de uma mineração já instalada de ferro e manganês, de novas frentes agropecuárias e da intensificação do turismo.

[...]

Respondendo a esta emergência as empresas nacionais de pesquisa e as universidades se uniram para o estudo [...].

De fato, nenhum estudo existe ainda, no Brasil, da participação do homem pré-histórico neste ecossistema [...] (Schmitz 1993:40).

Prossegue:

Existem algumas informações dispersas sobre sítios arqueológicos no Pantanal: Eurico Th. Miller, em conferência proferida no ano de 1989, falou sobre prospecções em aterros no vale do rio Guaporé, MT, nas quais teria encontrado culturas pré-cerâmicas, datadas entre 4.000 e 1.500 A.P. (segundo carta de Betty J. Meggers a Schmitz em novembro de 1999); sobre as camadas pré-cerâmicas existiriam culturas ceramistas; Maria Lúcia Pardi, representante do IBPC em Cuiabá, em conversa com o autor, em junho de 1990, informou sobre um grande número de aterros no Pantanal de Mato Grosso, os quais seriam freqüentemente usados como base das instalações de fazendas atuais; na década de 1960, Lehel de Silimon, então da CODEMAT, em Cuiabá, fez levantamentos arqueológicos na SPHAN do Rio de Janeiro; José Afonso de Moraes Bueno Passos (1975) escreveu sua tese de livre-docência sobre petroglifos do Pantanal do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Bolívia, mas a informação que se pode tirar do texto é mínima (Schmitz 1993:40).

No início década de 1990 o Projeto Corumbá começou a ser divulgado à comunidade de arqueólogos, porém de maneira mais elaborada em relação à proposta inicial do PAMS. Constata-se, por exemplo, o uso de uma linguagem marcada pela preocupação com a preservação ambiental, a qual serviu como discurso usado para justificar sua realização. Sobre este último aspecto é interessante constatar que o projeto foi apresentado como uma necessidade emergencial e institucionalizada de dar respostas a grandes problemas ambientais existentes no Pantanal.

O momento histórico da época, também marcado pela globalização e pela propagação da ideologia preservacionista baseada na visão do homem como agente destruidor da natureza (Diegues 1996), tornou-se oportuno para o argumento recorrido. Foi uma estratégia para demonstrar a relevância e a emergência da implementação de pesquisas arqueológicas na região. O maior problema do argumento utilizado está na inexistência de outras explicações sobre os procedimentos que seriam adotados para conciliar pesquisa arqueológica e preservação ambiental. Não há dúvidas, contudo, de que diversas atividades econômicas têm gerado impactos negativos de magnitudes variadas sobre o patrimônio arqueológico pantaneiro, assim como acontece em outras regiões do planeta. Esta questão, sim, pode ser vista como uma das principais justificativas para a execução do Projeto Corumbá, tarefa que foi cumprida com relativo sucesso.

Por outro lado, a exemplo do que consta na proposta inicial do PAMS, percebe-se que na do Projeto Corumbá foi mantida a idéia de que

anteriormente quase nada havia sido feito sobre a arqueologia dos povos indígenas pré-coloniais no Pantanal. Esta avaliação também foi reproduzida por Schmitz et al. (1998), Peixoto (1998), Peixoto et al. (2000) e outros. No caso específico da arqueologia pantaneira, o argumento não se sustenta diante de uma análise reflexiva sobre os aportes de Branka Susnik, Max Schmidt e Vincent Petrullo, dentre outros autores tratados na primeira parte deste livro. A idéia de pioneirismo do PAMS, transposto para o âmbito do Projeto Corumbá, sugere um discurso usado para encobrir as principais contribuições dadas pelas gerações anteriores.

Sobre os objetivos gerais do projeto, Schmitz propôs o seguinte:

Como objetivos gerais propomos estudar a instalação do Homem no Pantanal; conhecer a participação das variadas e sucessivas populações pré-históricas e indígenas coloniais nos seus ecossistemas.

Juntando as informações recolhidas arqueologicamente e as conseguidas na documentação escrita, produzir uma história contínua das populações indígenas, destacando as diversas adaptações conseguidas e o processo histórico que levou não só à substituição de culturas e populações, mas também à dominação de umas sobre outras ou à colocação de umas com outras, buscando sobreviver numa região que oferece limitações muito sensíveis ao menos ao desenvolvimento das sociedades humanas recentes. Sendo uma área de difícil instalação até para o Homem de hoje, por causa de limitações muito específicas da natureza e difícil controle de suas variações anuais e periódicas, queremos refletir, também, sobre as estratégias criadas pelo homem para enfrentar ambientes tão variados e cheios de surpresas (Schmitz 1993:41).

De fato o Projeto Corumbá deu uma contribuição substancial para o conhecimento dos povos indígenas na região pantaneira. Até o ano de 2000 seis dissertações de mestrado tinham sido defendidas no âmbito do projeto, as quais somadas a outras pesquisas concluídas resultaram em dezenas de trabalhos publicados. Isso tudo fez com que o Pantanal passasse a ser assunto em vários eventos científicos realizados no Brasil e em outros países platinos. Além disso, pela primeira vez na história e na historiografia de Mato Grosso do Sul, um projeto de pesquisa foi tão importante para lançar novas luzes sobre um tema até então pouco explorado e conhecido: a presença dos povos indígenas no Pantanal. Isto foi feito a partir da perspectiva de uma continuidade no tempo histórico que pode ser chamada de *longa* ou *longuíssima duração* (cf. Braudel 1978; Vovelle 1993; M. P. Magalhães 1993). Esta perspectiva de continuidade já havia sido tratada, embora não para o caso do Pantanal, pelo próprio Schmitz (1986) em um outro artigo de

sua autoria: “A História do Brasil: reflexões de um arqueólogo”.

A divulgação das pesquisas do Projeto Corumbá, somada à atuação profissional de alguns ex-integrantes do PAMS, geraram um impacto positivo na historiografia sul-mato-grossense à medida que influenciaram a entrada dos povos indígenas “no campo dos historiadores”, valendo-me aqui da expressão usada por Henri Moniot (1979:99). Isto tem sido salutar diante da necessidade de uma reinterpretação permanente da história, o que ocorre em função “das necessidades variáveis do presente” e “dos acontecimentos do passado que emergiram no presente”, como argumentou Schnapp (1976:259). Com a explicação dada, portanto, é possível compreender o porquê da historiografia regional se servir das contribuições da arqueologia, e vice-versa, pois como frisou Braudel (1978:53), “a história é soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã”.

Hoje em dia a maior expressão da inclusão dos povos indígenas na história que fazem os historiadores está na implantação, a partir de março de 1999, do Programa de Pós-graduação em História no antigo Campus de Dourados da UFMS, atual UFGD. O programa tem como uma de suas linhas de pesquisa a história indígena, uma proposta interdisciplinar baseada nas múltiplas interfaces existentes entre antropologia, arqueologia e história (Eremites de Oliveira 1998a, 2001c).

Por este motivo e outros tantos é que concordo plenamente com a avaliação feita por Schmitz:

Quem conta hoje a história de Mato Grosso do Sul não tem o direito de colocar o início da colonização na chegada do conquistador europeu, quer este seja de origem espanhola, quer portuguesa. Tanto o Planalto como o Pantanal estavam ocupados desde muitos milênios. Populações variadas tinham chegado a estes espaços e desenvolvido técnicas, estruturas sociais e culturas adaptadas aos diversos ambientes (Schmitz 1998:205).

Na conclusão de seu artigo, o autor fez ainda um balanço pontual e eloqüente sobre o Projeto Corumbá:

Como se pode ver na apresentação dos dois projetos [*Alto Sucuriú e Corumbá*] executados pelo Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS e UFMS, alguns trabalhos podem produzir resultados altamente compensadores, ao passo que outros pagam mal os altos investimentos. Importante é que a soma de trabalhos de várias instituições já permite traçar um grande esboço do povoamento do Estado, colocando ao lado da história da colonização branca a história cada vez mais visível da população indígena originária (Schmitz 1998:218).

Há, todavia, uma questão controversa nos objetivos gerais do Projeto Corumbá: a tese de que o Pantanal, em especial as terras baixas ou áreas inundáveis, é uma região difícil para a instalação de populações humanas. Esta afirmativa é falsa e não condiz com as pesquisas realizadas sobre algumas comunidades tradicionais e vários povos indígenas da região: Schmidt (1942a), C. Silva & J. Silva (1995), Eremites de Oliveira (1995a, 1996a, 2002), Banducci Júnior (1999), Moretti (1999), L. Souza & Guarim Neto (1999) e Eremites de Oliveira & Viana (1999/2000), dentre muitos outros. Ocorre que a variabilidade climática interanual, caracterizada por estações de cheia e seca (estiagem), marcou/marcam a adaptação de comunidades tradicionais e povos indígenas – os *outros* – aos ecossistemas pantaneiros. São populações que viviam/vivem “No ritmo das águas do Pantanal”, expressão muitíssimo bem escolhida para o título do livro de C. Silva & J. Silva (1995), um interessante estudo sobre a comunidade dos *mimoseanos* de Mato Grosso. Parece que Schmidt (1993:41) não soube perceber que as nossas dificuldades nem sempre são as que os *outros* tiveram/têm ao se instalarem no Pantanal. Tudo dependerá do tipo de adaptação ecológica que cada grupamento humano desenvolverá para si na região.

No que se refere às comunidades tradicionais do Pantanal, entendo que são aquelas comunidades que possuem uma organização social da cultura específica e diferenciada em relação ao restante da sociedade nacional. Por isso acompanho o que Diegues (1996) propôs para a caracterização geral de comunidades tradicionais: (1) portadoras de sistemas socioculturais adaptados à região, desenvolvidos ao longo de várias gerações que se estabeleceram em determinadas paisagens, seus territórios; (2) usuárias de tecnologias pouco impactantes do ponto de vista ambiental, também em vista de sua economia estar mais voltada à subsistência do que para a acumulação de capitais; (3) possuidoras de modos de vida intimamente relacionados à natureza, sobre a qual têm apurado conhecimento; (4) valorizadoras da unidade familiar e das relações de parentesco ou compadrio para o exercício de atividades econômicas e socioculturais, às vezes marcadas por simbologias, mitos e rituais; (5) auto-identificadas e/ou identificadas pelos outros como pertencentes a culturas específicas.

Sobre o método proposto para o Projeto Corumbá, cito a seguinte explicação:

A **abordagem** geral será de ecologia humana e se preocupará com problemas como capacidade de suporte, limitações ambientais, padrões de subsistência e de assentamento, estruturação dos espaços, relações entre

populações, modificações temporais do ambiente e da cultura. [...]

[...]

No desenvolvimento do trabalho destacamos os seguintes passos:

O estudo individualizado dos diversos ambientes escolhidos: a Região Pantaneira, a Região de Transição, a Região Chaquenha e de suas disponibilidades para a instalação de sociedades caçadoras-coletoras e para sociedades horticultoras. Disponibilidades estacionais para o conjunto da área. [...]

Distribuição dos sítios arqueológicos por ambientes, estabelecendo sua presença e densidade. Para a Região Pantaneira e a Região Chaquenha, de cobertura vegetal pouco densa e de pequeno tamanho, a foto aérea, acompanhada de mapeamento de detalhe, é bastante útil para localizar a maior parte dos sítios. Para sítios rasos, de ocupação estacional, em áreas de enchente alta e duradoura, precisamos pensar uma outra técnica. Para a Região de Transição Chaquenha, de cobertura vegetal densa, o caminhamento da área, junto com informação dos sítios parece a estratégia mais adequada.

Caracterização dos sítios por culturas arqueológicas, usando o conjunto de elementos e conhecimentos recuperados em escavações, em cortes estratigráficos, em coletas superficiais, em outras observações, caracterizando-as por sua tecnologia, cronologia, uso das disponibilidades ambientais, padrão de implantação e disposição no espaço; a localização dos sítios com relação ao ambiente circundante: recursos de água, de alimentos, de matérias primas, de solos aptos para o cultivo, de elevação adequada para enfrentar as enchentes.

Avaliação desses resultados frente à capacidade de suporte e fatores limitantes do ambiente.

Comparação dos resultados arqueológicos com os alcançados a partir do estudo documental dos indígenas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, estendendo o estudo, através dessas informações, até um período recente (Schmitz 1993:42).

A explanação apresentada pode ser caracterizada como marcadamente descritiva e empírica, jamais atórica, porém feita através de uma linguagem simplista, típica de *projetos exploratórios* como é o caso do projeto em discussão.

Muitos termos utilizados não foram conceituados (ecologia humana, capacidade de suporte, padrões de subsistência e assentamento etc.), tampouco foi feita referência a quaisquer autores, o que dá margens a interpretações diferentes sobre o que o coordenador geral havia inicialmente pensado sobre o assunto. Proceder assim, contudo, parece ter sido uma espécie de regra metodológica ou *convenção* (Popper 1993:55) para muitos arqueólogos brasileiros, postura esta defendida pelo próprio Schmitz (1989).

Este procedimento está presente, para mais ou para menos, em todos os trabalhos publicados no âmbito do Projeto Corumbá, marcados pela ausência de maiores discussões teórico-metodológicas, o que em hipótese alguma os tornam irrelevantes para a arqueologia brasileira.

Em linhas gerais, procedimentos desse tipo foram criticamente avaliados por Arno A. Kern (1992:44) durante a VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em 1991, no Rio de Janeiro: “O papel quase exclusivo que o empirismo desempenha nos quadros da Arqueologia, tem levado a um desequilíbrio entre uma atitude descritiva e detalhista, por um lado, e uma insuficiência teórica importante, por outro”.

Kern ainda apresentou a seguinte leitura sobre a produção intelectual dos arqueólogos brasileiros até início da década de 1990:

A produção intelectual dos arqueólogos no Brasil tem sido muito influenciada pelas concepções positivistas, desde os inícios das primeiras intervenções arqueológicas, em meados deste século. Enquanto que outras ciências, tais como a história, a antropologia e a sociologia, renovaram seus paradigmas e suas explicações teóricas, os textos dos arqueólogos muitas vezes não têm ultrapassado o estágio de simples listagens de objetos encontrados, num esforço descritivo exaustivo, mas sem maiores perspectivas conceituais ou interpretativas (Kern 1992:47).

As críticas apresentadas pelo referido autor chamam à atenção para o distanciamento da arqueologia brasileira em relação a outras ciências sociais, como é o caso da história, da sociologia e, sobretudo, da antropologia. No caso da antropologia a questão é mais grave, sobremaneira para os arqueólogos que estudam as sociedades indígenas pretéritas, chamadas de “pré-históricas”. O termo “pré-história”, aliás, é demasiado evolucionista e eurocêntrico, embora seja convencionalmente empregado para se referir ao passado indígena antes dos contatos com os conquistadores de além-mar, isto é, antes da “escrita”. Acontece que verdadeiramente não há como estudar as sociedades do passado arqueológico em detrimento do completo desconhecimento do desenvolvimento das teorias em voga na antropologia mundial. Um dos maiores exemplos disso está na associação direta, feita em desconsideração às teorias da etnicidade, entre uma antiga tradição tecnologia ceramista com povos indígenas conhecidos historicamente. Apesar disso tudo, alguns arqueólogos “pré-historiadores” agem como se fossem *experts* em assuntos relativos aos povos indígenas da atualidade, o que não raras vezes têm gerado conflitos políticos com antropólogos, em especial quando se trata de direitos territoriais (ver Eremites de Oliveira 2007).

De volta ao assunto central deste capítulo, percebe-se que a opção oficial pelo uso do termo ecologia humana, por exemplo, foi, no meu entendimento à época, influenciada pelo fato de haver uma ecóloga na equipe, a bióloga Maria Angélica de Oliveira Bezerra. Trata-se de uma pesquisadora com larga experiência em estudos liminológicos e paleoecológicos (ver Bezerra 1999, 2001), mas não sobre populações humanas. No caso em tela, o termo mais apropriado seria ecologia cultural, método anteriormente explicado e há muito conhecido pelo coordenador do PAMS. Apesar de Schmitz (1993) não ter feito qualquer discussão sobre sua compreensão por ecologia humana, avalio que alguns estudos concluídos no âmbito do Projeto Corumbá, a exemplo dos apresentados por Schmitz et al. (1998, 2000a, 2000b), comprovam o uso de um enfoque ecológico, marcadamente tecnoambiental e às vezes determinista, de orientação predominantemente histórico-culturalista. Isto explica a preocupação pelos estudos individualizados de determinados ambientes prospectados, geralmente feitos por meio da descrição dos recursos bióticos e abióticos atuais, na tentativa de reconstruir os contextos ambientais dos espaços ocupados por povos indígenas pretéritos. Por isso mesmo avalio que o termo ateorico é um adjetivo impertinente e inadequado para o Projeto Corumbá.

Por outro lado, a proposta de estudar povos indígenas conhecidos historicamente, sobretudo durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, foi extremamente relevante diante das fontes textuais disponíveis para investigações etnohistóricas e/ou etnoarqueológicas (Eremites de Oliveira 1995a; Schuch 1995a, 1995b; Herberts 1998a, 1998b; Magalhães 1999, 2000).

A respeito das técnicas previstas, o coordenador geral do projeto assim explicou:

O geógrafo da equipe [*Sérgio Wilton Gomes Isquierdo*] está mapeando um dos espaços de nossa pesquisa. A ecóloga [*Maria Angélica de Oliveira Bezerra*] coordena um subprojeto, onde por enquanto estão incluídos os moluscos de água doce. A reconstrução do páleo-ambiente, com a implantação dos aterros e a composição de seus sedimentos, é tarefa da geóloga do Quaternário [*Ana Luiza Bitencourt*]. É ela que recolhe as amostras para estudo dos sedimentos e pólen. Estes sedimentos serão submetidos a análise química e granulométrica para conhecer composição mineral, origem, transporte, acumulação, condições ambientais, transformações produzidas pela presença e dissolução das conchas etc. Os sedimentos dão respostas tanto para a formação quaternária das camadas

subjacentes, quanto das camadas arqueológicas e do concrecionamento formado pela dissolução do calcário das conchas. As amostras de pólen são recolhidas usando as técnicas recomendadas, prevendo-se a sua análise por ou da UNB (Schmitz 1993:42).

A explicação apresentada necessita de uma análise mais crítica, pois a divisão de tarefas proposta por Schmitz não foi tão bem sucedida assim. Desde o início do projeto faltou uma maior atuação no sentido de pontuar e acertar, a partir dos interesses e das possibilidades de todos os membros da equipe, quais seriam as atividades que biólogos, geógrafos e historiadores da UFMS poderiam desenvolver em parceria com a equipe do IAP. Dever-se-ia igualmente apontar problemas e caminhos teórico-metodológicos a seguir. Alguns desencontros ocorreram por conta dessa situação, o que às vezes ocasionou certo distanciamento científico entre a equipe da UFMS e a do IAP.

Em 1990 e 1991, para ser mais preciso, a própria parceria interinstitucional ficou abalada por desentendimentos de ordem profissional, fato este que Schmitz (1990:1-2) e Veroneze (1991b:36) registraram de maneira pessoal em seus relatórios/diários de campo. Por outro lado, Sérgio Wilton Gomes Isquierdo e Maria Angélica de Oliveira Bezerra seguiram na orientação dos alunos de iniciação científica e no desenvolvimento de suas pesquisas. O resultado dos estudos por eles realizados foi incorporado em uma ou outra temática de interesse ao estudo sobre a arqueologia dos povos indígenas pré-coloniais no Pantanal. Isto se deu graças ao papel desempenhado por alguns ex-estagiários do Projeto Corumbá, como José Luis dos Santos Peixoto. Na verdade, os dois profissionais da UFMS sempre tiveram clareza da importância do projeto para a região pantaneira, inclusive no que se refere à formação de jovens pesquisadores, prova de profissionalismo e compromisso com o fazer escola na academia.

Somente a partir de 1996, quando José Luis dos Santos Peixoto passou a trabalhar no campus da UFMS em Corumbá, inicialmente como bolsista do CNPq/DCR e depois como professor do quadro efetivo da instituição, houve uma maior integração multidisciplinar entre profissionais de várias áreas do saber. Esta integração se deu de maneira especial entre membros do DAM integrantes do Projeto Vitória Régia, conforme atestam os trabalhos publicados por Damasceno Júnior et al. (1999), Peixoto (1998), Peixoto & Isquierdo (2000) e Peixoto et al. (2000). Mas nesse caso as pesquisas pouco ou nada tiveram a ver diretamente com a coordenação geral do Projeto Corumbá. Foram úteis, porém, para a conclusão da tese

de doutorado de José Luis dos Santos Peixoto, denominada “A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense”, defendida em 2002 na PUCRS sob a orientação de Klaus Peter Kristian Hilbert.

Sobre os trabalhos de campo, deve ser esclarecido que o levantamento de sítios arqueológicos foi feito ora de maneira *oportunistica*, ora de maneira *probabilística*. Via de regra privilegiou sítios de alta visibilidade, aqueles cujos vestígios arqueológicos podem ser encontrados na superfície dos terrenos. Nas terras baixas (áreas inundáveis) foi feito o levantamento de sítios do tipo aterro, principalmente aqueles cuja cerâmica atestou tratar-se de povos portadores da *tradição Pantanal*, ao passo que nas terras altas (planaltos residuais e adjacências) os trabalhos privilegiaram sítios relacionados à ocupação de povos portadores da *tradição Tupiguarani*. Geralmente os sítios foram localizados em pontos perturbados por fatores antrópicos recentes, via de regra por atividades agropecuárias. O uso de fotografias aéreas, por exemplo, foi de grande utilidade para esta finalidade (Eremites de Oliveira 1995a; Peixoto 1995).



Figura 24: Aterro MS-MA-18, em Miranda, avistado da Rodovia BR 262, outrora ocupado por grupos portadores da *tradição Pantanal*.
(Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Fev./2006).



Figura 25: Aterrado do Bananal, localizado à margem esquerda do rio Cuiabá, em Barão do Melgaço, ocupado pelos Guató e reivindicado como terra indígena pelo grupo (Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Dez./2000).



Figura 26: Aterro MS-CP-16 visto em época de seca na Lagoa do Jacadigo, em Corumbá, outrora ocupado por grupos portadores da *tradição Pantanal*. Atualmente o local serve de sede para uma fazenda de gado e está cada vez mais perturbado pela ação antrópica. (Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Nov./1998).



Figura 27: Aterro existente no Lago Ypoá, no Paraguai, outrora ocupado por grupos portadores da *tradição Pantanal*. Este sítio lembra um sambaqui fluvial (Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Jul./2000).



Figura 28: Antigo assentamento de um grupo portador da *tradição Tupiguarani*, nas terras altas da morraria de Santa Cruz, em Corumbá. Ao fundo estão as terras baixas do Pantanal.

(Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Jul./1991).

Alguns ex-estagiários do Projeto Corumbá receberam treinamento sobre levantamento arqueológico *probabilístico* no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Chegaram inclusive a influenciar no aprimoramento da proposta inicial do levantamento de sítios arqueológicos do projeto (ver Eremites de Oliveira 1997a; Eremites de Oliveira & Peixoto 1993a, 1996; Peixoto 1995; Beber & Peixoto 2000; dentre outros). Autores como Redman (1973, 1979), Clarck (1977), Plog et al. (1978), W. Neves (1984) e outros foram analisados para o levantamento de sítios arqueológicos no litoral do Rio Grande do Sul, município de Imbé, em 1993, do qual participaram Jorge Eremites de Oliveira, José Luis dos Santos Peixoto e Marcus Vinicius Beber (Hilbert et al. 1993). Portanto, neste aspecto o Projeto Corumbá foi – ao seu tempo – desenvolvido com metodologias mais refinadas em relação aos projetos desenvolvidos no Programa Arqueológico de Goiás. Esta avaliação também está presente no artigo “O Centro-Oeste antes de Cabral”¹⁵:

Somente a partir de 1990, com o efetivo início do Projeto Corumbá, em Mato Grosso do Sul, o Pantanal foi definitivamente inserido nos círculos de debates sobre problemas referentes à arqueologia platina. Do ponto de vista teórico-metodológico, esse projeto foi concebido de modo semelhante ao Projeto Paranaíba e ao Projeto Alto Araguaia [*Programa Arqueológico de Goiás*], embora, em alguns aspectos e ao seu tempo, tenha sido executado de maneira mais refinada (Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000:144).

As escavações, por seu turno, foram restringidas a cortes estratigráficos do tipo *poço-teste* ou *cabina telefônica*, geralmente de 2 x 2 m, seguindo níveis arbitrários de 10 cm de espessura, também feitas através do uso de ferramentas como colher de pedreiro e enxada. Foram realizadas unicamente em sítios localizados nas terras baixas do Pantanal, principalmente em aterros, maior prioridade e espécie de fetiche do Projeto Corumbá (Eremites de Oliveira 1997c). Ocorreu que dos sítios levantados, os aterros foram os que apresentaram a estratigrafia mais bem preservada em relação aos sítios da *tradição Tupiguarani* e outros encontrados nas terras altas do planalto residual de Urucum. Diferentes técnicas de escavação, como a decapagem por meio de níveis naturais, não foram previstas e, portanto, não realizadas. Ademais, como é de amplo conhecimento, aterros também têm sido uma das especialidades de Pedro Ignacio Schmitz,

15 Este artigo serviu de base para o Capítulo 1 (“A ancestralidade mato-grossense”) do livro paradidático “História de Mato Grosso”, elaborado por Elizabeth Madureira Siqueira (2002).

tema de sua própria tese de livre-docência “Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil”, defendida em 1976 na UFRGS (Schmitz 1976). Trata-se provavelmente da mais importante monografia deste nível de pós-graduação a tratar, até então, da história indígena pré-colonial no Brasil.

Sabe-se que a técnica de escavação feita por meio de níveis arbitrários, bastante *encravada* na tradição arqueológica estadunidense (Hester et al. 1988:99), apresenta riscos quanto à interpretação das camadas naturais, pois um “nível arbitrário pode tanto corresponder a alguns minutos como há vários milênios” (Prous 1992:30). Contudo, quando aplicada com minucioso controle serve para se ter uma primeira aproximação da estratigrafia e do conteúdo dos sítios (material cultural, restos de alimentação etc.), sobretudo daqueles cujas camadas naturais podem totalizar alguns metros, como é o caso de sambaquis e aterros. No caso brasileiro, sua popularização ocorreu durante o PRONAPA, haja vista que na época havia o interesse em recolher material cerâmico para estabelecer cronologias culturais por meio da aplicação do método Ford (1962).

O material arqueológico encontrado na superfície dos sítios foi coletado de maneira assistemática, quer dizer, sem ter sido feita a devida localização do mesmo dentro da área do sítio, geralmente realizada através do sistema de quadrícula. Esse tipo procedimento utilizado é pouco refinado e dificulta, por exemplo, a aplicação de alguns métodos de análise da distribuição espacial de material cerâmico de superfície.

No que diz respeito às dissertações de mestrado e outras monografias acadêmicas elaboradas no âmbito do Projeto Corumbá, algumas considerações merecem ser feitas sobre elas.

A primeira dissertação foi elaborada por Maribel Girelli (1994), graduada em história pela UNISINOS, intitulada “Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS”, defendida no Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade, sob orientação de Pedro Ignacio Schmitz. Trata-se de um estudo sobre inscrições rupestres, também conhecidos como petroglifos, signos ou gravuras rupestres, existentes em quatro lajedos horizontais localizados nas terras altas do planalto residual de Urucum. O estudo é uma primeira aproximação feita através de abordagens simples, “o enfoque tipológico e o contextual simples” (Girelli 1994:13), assim explicados pela própria autora:

Pelas condições de pesquisa de gravuras no Brasil e pela forma como a documentação de campo foi realizada, dentro de um projeto exploratório, na presente dissertação usamos uma abordagem tipológica e contextual

simples.

O enfoque tipológico tem por objetivo caracterizar os petroglifos de Corumbá em termos de seus componentes mínimos, de sua combinação para constituir os painéis, os sítios e o conjunto dos sítios e estabelecer como esta formação se aproxima de outras áreas, onde se encontram componentes e estruturas semelhantes ou iguais.

O enfoque contextual simples tem por objetivo repor estas gravuras no seu ambiente natural e cultural, buscando elementos para entender o local ocupado no espaço físico e sua relação, no tempo e espaço, com os sítios de habitação que as circundam. Com o estado de conhecimento que existe sobre a região do projeto e com a documentação disponível não há elementos para se realizar uma análise contextual, como a proposta por Hodder¹⁶ nas suas últimas publicações (Girelli 1994:27).

A proposta apresentada demonstra a tentativa de aplicar uma abordagem mais atual para o estudo da arte rupestre, ainda que a autora não tenha tido a oportunidade de participar dos trabalhos de campo, o que de certa maneira dificultou suas interpretações, em especial a respeito da relação entre os sítios com signos rupestres e o entorno natural e sociocultural da região. Esta observação, todavia, não desmerece a monografia de Girelli, a qual está de acordo com as exigências de uma dissertação de mestrado. Trata-se do melhor estudo já elaborado sobre arte rupestre em Mato Grosso do Sul.

A análise concluída indica que as inscrições estão ligadas a uma mesma cultura arqueológica. Provavelmente estão associados a dos povos canoieiros portadores da *tradição Pantanal*, os quais ocuparam as terras baixas e também estão associados aos aterros que ali ocorrem. Os signos foram produzidos sobre um mesmo tipo de suporte rochoso, através de uma mesma técnica, simbologia e lógica na formação de painéis e sítios, conforme explicação da autora.

Girelli ainda associou as inscrições rupestres ao chamado *complexo estilístico Simbolista Geométrico Horizontal*, assim definido na década de 1970 durante a execução do Programa Arqueológico de Goiás na região do alto Araguaia:

Os quatro sítios de Corumbá partilham as características gerais do Complexo Estilístico Simbolista Geométrico Horizontal, como seja o mesmo do tipo de rocha-suporte, a proximidade com a água, a técnica de confecção, a predominância dos tipos, além de outras características.

16 (1) HODDER, I. 1982. *The present past*. Cambridge, Cambridge University Press. (2) HODDER, I. 1991. *Reading the past*. Cambridge, Cambridge University Press.

Mas apresentam identidade própria, que se manifesta na marcada presença de longos sulcos sinuosos, na estruturação dos painéis, na distribuição de painéis de organização diferente nos sítios. Uma certa semelhança encontra-se com o sítio GO-JU-25. Deste jeito a afirmação Mendonça de Souza e outros (1979)¹⁷ de que as gravuras de Corumbá são parecidas às dos três estilos estabelecidos, é confirmada e as gravuras da região poderiam constituir um outro estilo do complexo por ele criado (o estilo IV) (Girelli 1994:140).

Em seguida a autora fez a seguinte ponderação:

Os lajedos com petroglifos da região de Corumbá podem, de fato, ser incorporados no Complexo Simbolista Geométrico Horizontal, como um estilo próprio, o quatro. Mas a cerâmica que cerca os sítios de Corumbá nada tem a ver com a das áreas goianas, onde o mesmo complexo está presente (Girelli 1994:140).

A última citação parece estar em desacordo com o *enfoque contextual simples*, inicialmente proposto, prevalecendo apenas o *enfoque tipológico*, usado para dar um nome à arte rupestre do Pantanal, uma “simples etiqueta” nas palavras de Prous (1999:258). Isto porque a semelhança entre alguns signos rupestres existentes no Pantanal e no alto Araguaia é unicamente tipológica, sendo distinta a ocupação indígena pré-colonial de ambas as regiões. Ademais, em todo esse trabalho, e em dois outros (Girelli 1996a, 1996b), não há quaisquer referências a outros sítios com arte inscrições e pinturas rupestres anteriormente registrados para a região pantaneira. Este é o caso dos trabalhos de Max Schmidt (1912, 1914, 1928, 1940a, 1940b, 1942a [1905], 1942b), Fritz Vlastibor Bluma (1973) e Lécio Gomes de Souza (1973). Alguns dos sítios mencionados nesses trabalhos também possuem pinturas rupestres, feitas sobre outro tipo de suporte rochoso, porém prevalecendo motivos semelhantes aos encontrados nas proximidades das cidades de Corumbá e Ladário. Com base nesta constatação foi apresentada a seguinte avaliação:

De um modo geral, tanto os petroglifos como as pinturas rupestres parecem estar fortemente associados a grupos canoeiros portadores da Tradição Pantanal; no morro do Caracará e na Lagoa Gaíva essa questão está mais clara. Quanto aos motivos dos signos gravados, predominam os geométricos seguidos por sulcos sinuosos; em menor quantidade ocorrem figuras que lembram pegadas humanas e de animais. Arte semelhante ocorre no alto Araguaia e lá faz parte do Complexo Estilístico Simbolista Geométrico Horizontal; embora para o Pantanal esta filiação seja impertinente se levado

17 SOUZA, A. M. de et al. 1979. *Projeto Bacia do Paranã II. Petroglifos da Chapada dos Veadeiros – Goiás*. Goiânia, Museu Antropológico/UFG.

em conta o contexto arqueológico de ambas as regiões. Pensar em Estilo Alto Paraguai, também em reconhecimento e homenagem aos primeiros estudos realizados por Max Schmidt, é mais pertinente do ponto de vista científico (Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000:178).

Os autores retro citados propuseram uma outra denominação à arte rupestre documentada para o Pantanal, em princípio desvinculando-a do complexo existente no alto Araguaia. Esta explicação também está fundamentada nas diferenças dos contextos arqueológicos de ambas as regiões, embora tenham mantido a idéia de enquadrá-la em um novo estilo. Sendo assim, é provável que o *estilo Alto Paraguai* esteja de fato associado a povos indígenas ceramistas portadores da *tradição Pantanal*, de ampla distribuição nas regiões pantaneira e chaquenha.

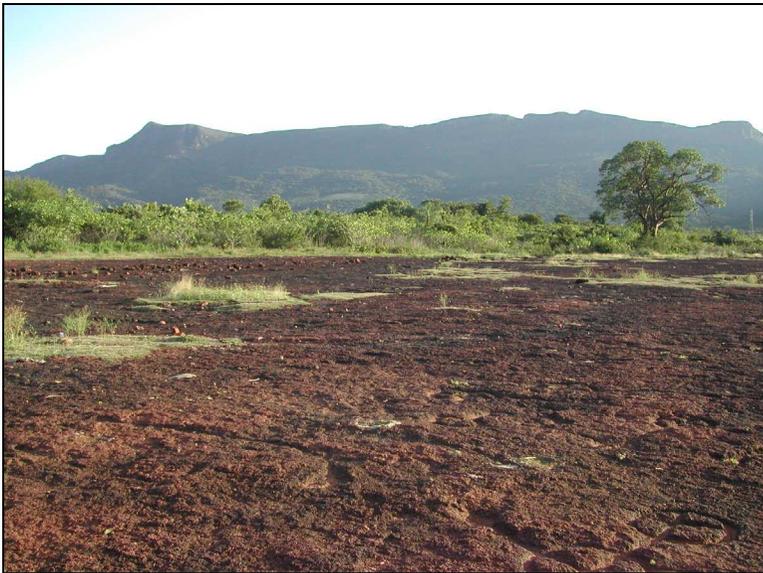


Figura 29: Sítio Lajinha, em Corumbá, onde ocorre grande quantidade de inscrições rupestres. Ao fundo está a morraria de Santa Cruz retratada na figura anterior (Fotografia Jorge Eremites de Oliveira, Fev./2006)



Figura 30: Inscrições rupestres do sítio São Domingos, em Corumbá. Ao fundo estão as terras altas da morraria da Tromba dos Macacos. (Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Fev./2006).



Figura 31: Pintura rupestre no Morro do Caracará.
(Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Jul./1998)

A associação de grafismos rupestres com sistemas socioculturais regionais tem sido a proposta feita por vários arqueólogos que atuam no Brasil. Em linhas gerais o argumento tem sido quase que unânime: “Os registros rupestres são vestígios arqueológicos como são os vestígios líticos, cerâmicos, sepultamentos, ornamentos e outras manifestações da cultura material” (Pessis 1993:10). Ou como historiou Paulo Seda:

Durante décadas observou-se uma dicotomia entre o estudo da arte rupestre e o restante do contexto arqueológico do Brasil. Os estudos mais modernos, contudo, não vêem a questão assim dissociada, pelo contrário: a arte rupestre passou a ser vista como mais um dos vestígios pré-históricos, muito embora seja um vestígio único, *sui generis* (Seda 1997:139).

No atual momento da arqueologia brasileira se faz necessário, pois, rever o termo complexo estilístico por unidades descritivas menos ambíguas, a exemplo das unidades tradição e estilo, discutidas por G. Martin (1996).

Mais recentemente, Patrícia da S. Hackbart (1997) redigiu a monografia “Análise do petroglifo MS-CP-41 – Corumbá-MS”, apresentada para fins de conclusão do curso de história da UNISINOS, sob orientação de Schmitz. O trabalho contém uma análise tipológica sobre outro sítio com petroglifos, posteriormente encontrado na região de Corumbá, o sítio MS-CP-41.

A segunda dissertação, “Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense”, de Jorge Eremites de Oliveira (1995a), ex-aluno do curso de história da UFMS em Corumbá, foi defendida na PUCRS sob orientação de Klaus Peter Kristian Hilbert e co-orientação de Pedro Ignacio Schmitz. As principais partes da monografia constam no livro “Guató: argonautas do Pantanal” (Eremites de Oliveira 1996a). Trata-se de um estudo de inspiração e aspiração etnoarqueológica, concluído com base em dados etnográficos obtidos em fontes textuais, iconográficas e orais, sobre a adaptação dos Guató aos ecossistemas pantaneiros: habitat, assentamentos, subsistência e cultura material. A orientação teórica maior adveio do método da ecologia cultural. As fontes orais resultaram de entrevistas que o autor realizou com três interlocutores Guató que na época residiam na cidade de Corumbá, um deles falecido alguns anos depois.

Esse trabalho faz parte uma tendência arqueoistoriográfica, de viés etnoarqueológico, então existente no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, uma característica da produção científica de jovens arqueólogos no Sul do Brasil. A dissertação de mestrado que inaugurou esta tendência foi a de Francisco Silva Noelli (1993), intitulada “Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS”. Esta é a melhor dissertação de mestrado já escrita por um arqueólogo brasileiro, uma pesquisa de fôlego orientada por José Joaquim J.

Proenza Brochado, uma dos mais respeitados especialistas em arqueologia guarani (ver também Noelli 1992). Outras interessantes dissertações que versaram sobre temas etnoarqueológicos foram defendidas na PUCRS, a exemplo das de Beatriz dos Santos Landa (1995), Gislene Monticelli (1995), André Luís Ramos Soares (1997) e João Felipe Garcia da Costa (1997), as três primeiras sobre arqueologia guarani¹⁸.

Os estudos concluídos por Eremites de Oliveira (1995a) estimularam a realização de pesquisas semelhantes, embora mais etnohistóricas e menos etnoarqueológicas, porém de igual relevância, concluídas no âmbito do Projeto Corumbá por Ana Lúcia Herberts (1998a) e Magna Lima Magalhães (1999).

O fato de Eremites de Oliveira (1995a) também ter copilado, sistematizado e analisado uma gama considerável de dados arqueológicos, etnohistóricos, lingüísticos e etnográficos, contidos em fontes textuais, talvez explique a postura que Laroque (1998, 1999) teve ao classificar sua dissertação como meramente etnohistórica. Esta é uma apreciação equivocada e fundamentada em literatura defasada em termos teórico-metodológicos, mas que por algum tempo foi divulgada no sítio eletrônico da UNISINOS.

O modelo etnoarqueológico proposto por Eremites de Oliveira, de caráter mais ecológico que social e com influências recebidas da arqueologia processual, recentemente revisto e criticado pelo próprio autor, tem sido utilizado para explicar a dinâmica de ocupação sazonal dos assentamentos de povos indígenas pré-coloniais que se estabeleceram nas terras baixas do Pantanal (Eremites de Oliveira 2002). A bem da verdade, o Guató é um representante, mas não o único, dos povos indígenas canoieiros portadores da tecnologia ceramista chamada no Brasil de *tradição Pantanal*; seu sistema sociocultural, resultado de um processo de *longuíssima duração*, tem servido a *analogias gerais* de caráter regional (ver Schmitz et al. 1998; Peixoto et al. 1999; Migliacio 2000a).

Diversas publicações de Eremites de Oliveira (1996a, 1996b, 1996c, 1998b, 2000a, 2000b, 2000c, 2000d, 2001a, 2001b) e Palácio (1978, 1984, 1986, 1987, 1996), somadas a algumas matérias divulgadas em revistas e jornais de circulação regional e nacional, como Silveira (1999), C. Barros

18 Até março de 2001, 48 monografias sobre Arqueologia haviam sido defendidas no Programa de Pós-graduação em história da PUCRS: 24 (50%) em arqueologia pré-colonial, 16 (33,3%) em arqueologia histórica e 8 (16,7%) em etnoarqueologia. Das 24 monografias sobre arqueologia pré-colonial, 3 também analisaram aspectos relevantes à arqueologia pública no Brasil (Relação das teses e dissertações... 2001).

(1999) – uma compilação não autorizada de um texto que Eremites de Oliveira (2000b, 2000c, 2000d) publicou posteriormente –, M. Oliveira (2000), Bini (2001), Yshy (2002) e outros, têm chamado a atenção de especialistas de áreas afins para a realização de outros estudos sobre esse povo indígena. O Guató é o mesmo povo que em 1957 foi dado como extinto por Darcy Ribeiro (1957), autor do artigo “Culturas e línguas indígenas do Brasil”, embora tudo indique que o antropólogo tinha conhecimento de que a realidade desses índios era outra bem diferente (ver D. Ribeiro 1998). Tais publicações também têm contribuído para tornar público a atual realidade dos argonautas Guató. No caso brasileiro, deve-se registrar que mais ou menos a partir de fins da década de 1980 tem havido um significativo interesse, por parte da imprensa escrita, por matérias e artigos sobre temas arqueológicos (ver Funari 2000).

A terceira dissertação, “Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto-Paraguai”, situada no subcampo da etnohistória, foi elaborada por Maria Eunice Jardim Schuch, sob orientação de Pedro Ignacio Schmitz, e defendida em 1995 no Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS, instituição na qual a autora concluiu curso de graduação em história. Seu objetivo foi “analisar as relações interétnicas que se deram entre as etnias Xaray e Chané e as sociedades coloniais hispânica e lusa no Alto-Paraguai, no período compreendido pelos séculos XVI ao XIX” (Schuch 1995a:10).

Dentre as muitas contribuições apresentadas pela autora, está uma análise do complexo processo de conquista e colonização dos ibéricos na região pantaneira. O episódio da conquista ibérica intensificou uma série de relações intra e extragrupais, tentativas de etnocídios, transformações socioculturais abruptas e processos de desterritorialização, dentre outras conseqüências. Isto tudo ocorreu em uma área que no passado foi um extraordinário mosaico sociocultural. Os antigos Chané e Xaray são exemplos de povos lingüisticamente Aruák, de provável origem amazônica, que desenvolveram complexos sistemas socioculturais. No caso específico dos Xaray, historicamente conhecidos como *Xarayes* (plural de Xaray ou Jaray em castelhano), há indícios de uma notável complexidade sociopolítica, algo parecido com chefatura, chefia ou cacicado (Schuch 1995a, 1995b; Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000; Migliacio 2000a). Sobre este último assunto, entendo que o aprofundamento dos estudos etnohistóricos e arqueológicos sobre a presença de povos lingüisticamente Aruák no Pantanal e no Chaco, comparando-os com o conhecimento produzido sobre

os Chiquito e Mojo, poderão lançar novas luzes sobre um tema há pouco inaugurado na arqueologia brasileira, a complexidade emergente, temática primeiramente abordada por Lima (2000b, 2000c), em 1997.

A quarta dissertação, “A ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-mato-grossense: maciço de Urucum”, foi elaborada por José Luis dos Santos Peixoto, graduado em história pela UFRGS, e também defendida em 1995 no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, sob orientação de José Joaquim J. Proenza Brochado e co-orientação de Schmitz.

Peixoto realizou estudos sobre a ocupação dos grupos portadores da *tradição Tupiguarani* no maciço de Urucum, utilizando uma abordagem ecológica para tratar de três assuntos principais: implantação dos sítios na paisagem, áreas de domínio territorial e tempo de permanência na região. Sua dissertação, resumida em Peixoto (1996a), melhor escrita e atualizada em Peixoto (1998) e Peixoto et al. (2000), foi a única monografia elaborada sobre a arqueologia das terras altas do Pantanal. Esta temática acabou não sendo mais estudada dentro do Projeto Corumbá. Suas investigações tiveram por base 22 sítios (Peixoto 1995:27), com depósitos arqueológicos pouco profundos e bastante perturbados, um dos motivos pelos qual nenhum deles foi alvo de escavações arqueológicas.

A cerâmica da *tradição Tupiguarani* encontrada no maciço de Urucum é bastante semelhante em relação à encontrada na região Sul do Brasil, inicialmente chamada de *subtradição Corrugada*. Esta terminologia, porém, vem sendo cada vez mais descartada na arqueologia brasileira, conforme demonstram as recentes análises de Noelli (1993, 1999/2000), Monticelli (1995), Landa (1995), Noelli et al. (1996), Soares (1997), Morais (1999/2000) e S. Oliveira (2002), embora Peixoto (1998:72) tenha preferido “não discutir a validade de tal conceito”.

O estudo dos povos portadores da *tradição Tupiguarani* em toda bacia do rio Paraguai, onde o Pantanal está inserido, é assunto de fundamental importância aos interessados em discutir temas como origens e rotas de expansão dos antigos – e etnicamente genéricos – Tupi (ver Noelli et al. 1996; Heckenberger et al. 1998). As possibilidades de pesquisas arqueológicas nas terras altas são grandes e precisam ser retomadas para a resolução de problemas específicos, inclusive através da análise concatenada de dados arqueológicos com o aprofundamento das pesquisas em fontes textuais do período colonial.

As cinco hipóteses formuladas por Peixoto servem para justificar,

dentro de sua própria leitura sobre os povos portadores da *tradição Tupiguarani* no Pantanal, a retomada das pesquisas arqueológicas nas terras altas de Urucum e, com efeito, o início nas de Amolar:

- a) cada bacia de vertente suportaria uma aldeia com um sítio central, o que não significa que todas elas tenham sido ocupadas simultaneamente;
- b) poderiam coexistir com os sítios centrais, pequenas casas que se deslocariam periodicamente, por exemplo, à medida que a roça era transferida para outro local;
- c) a contemporaneidade entre os sítios centrais seria apenas entre as aldeias de cada bacia de vertente;
- d) tomando como base a área de coleta e quantidade de material arqueológico é possível supor que as aldeias eram de pequeno porte;
- e) embora os assentamentos estejam restritos à região da morraria, há possibilidade de acesso aos recursos do Pantanal, pois o maciço do Urucum faz limite com as áreas de inundação do Pantanal (Peixoto 1995:66).

Ana Lúcia Herberts (1998a), que concluiu o curso de história da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde recebeu treinamento em arqueologia com o saudoso Pedro Augusto Mentz Ribeiro, quem posteriormente foi docente da UFRG (Universidade Federal de Rio Grande), apresentou a quinta dissertação de mestrado, “Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material”. Magna Lima Magalhães (1999), formada em história pela UNISINOS, por sua vez, apresentou a sexta e mais recente dissertação até o ano de 2000, “Payaguá: os senhores do rio Paraguai”. Ambas as monografias foram defendidas no Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS, sob orientação de Pedro Ignacio Schmitz.

Nas duas dissertações, assuntos de interesse à arqueologia pantaneira foram exaustivamente investigados em fontes textuais primárias e secundárias. Ao tratarem de questões como território (aspectos ambientais e área de ocupação), assentamentos e suas estruturas (dinâmica de ocupação e tipos de assentamentos; estruturas de habitação, combustão, funerárias etc.), subsistência (estratégias de caça, pesca, coleta, cultivo e outras atividades) e cultura material (equipamentos diversos de subsistência, uso doméstico, trabalho etc.), Herberts e Magalhães conseguiram propor interessantes modelos de adaptação cultural, via de regra com alguma inferência sobre a organização social dos povos estudados. As autoras também apresentaram diversas sugestões a futuros trabalhos arqueológicos, especialmente para *pesquisas de resolução de problemas*.

As duas monografias seguem a tendência arqueoistoriográfica inaugurada no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, da qual faz parte a dissertação de Eremites de Oliveira (1995a), trabalho que serviu de modelo durante toda a elaboração das duas dissertações. Não se pode esquecer, porém, que o IAP há algum tempo investe em trabalhos semelhantes, iniciados pela arqueóloga e etnoistoriadora Ítala Irene Basile Becker (1984), uma das pioneiras nos estudos em etnohistória no Brasil (A. Souza 1991:135); é autora da obra “El Indio y la Colonización: Charrúas y Mínuanes”, dentre outros trabalhos. A técnica de compilação, organização e sistematização de dados culturais utilizada por Becker, com base na proposta de Murdock et al. (1969), foi aperfeiçoada e adaptada por Eremites de Oliveira (1995), quem, por seu turno, sofreu influências do trabalho de Noelli (1993).

As análises concluídas por Ana Lúcia Herberts e Magna Lima Magalhães também levaram em conta aspectos espaço-temporais relativos às continuidades e mudanças historicamente registradas para os chamados Mbayá-Guaikuru e Payaguá, apelativos genéricos para vários grupos étnicos conhecidos historicamente. Em seus estudos as autoras fizeram referências às reflexões teórico-metodológicas de Binford (1967, 1980, 1988) e Trigger (1982a [1982b]), sendo que o primeiro autor é tido como o *pai* da Nova Arqueologia (Sabloff 1998). Dito de outra maneira, as autoras não se limitaram a interpretar os sistemas socioculturais estritamente do ponto de vista sincrônico, mas também levaram em conta aspectos diacrônicos, isto é, a própria história.

Essa última avaliação está clara em várias passagens da dissertação de Herberts, a exemplo da que segue:

Entre os séculos XVI e XIX, a mudança do ambiente chaquenho para o Pantanal e áreas adjacentes, somada às transformações culturais, resultou em formas distintas de organização do espaço também refletidas no padrão de subsistência e na cultura material, com a presença cada vez maior de equipamentos modificados pelos contatos com os colonizadores, substituindo os originalmente confeccionados e/ou artefatos confeccionados a partir de novas matérias-primas (Herberts 1998a:241).

Também está evidente no trabalho de Magalhães:

Neste trabalho, procuramos delimitar o espaço de ação do grupo, destacando as áreas selecionadas para locais de assentamento, relacionando-as à sazonalidade do ambiente, e elaborando um delineamento das

manifestações culturais, as quais se alteraram principalmente após o início do processo colonizador. Para tanto, extraímos dados contidos na documentação histórica produzida por exploradores, cronistas, religiosos e autoridades administrativas. Foi reunida a maior quantidade de fontes escritas, excluindo apenas obras menos relevante ou de difícil acesso (Magalhães 1999:15).

As duas pesquisadoras realizaram pesquisas de caráter etnoarqueológico e etnohistórico em fontes textuais diversas, as quais podem ter continuidade. Pensando nesta possibilidade, há de se registrar a necessidade de analisar os materiais arqueológicos e etnográficos existentes em instituições como o Museu Etnográfico Andrés Barbero, em Assunção, Paraguai, seguindo exemplos como o de Hilbert (1991). No caso dos Mbayá-Guaikuru, existe a possibilidade de realizar investigações etnoarqueológicas junto aos atuais Kadiwéu, seus descendentes nos dias de hoje, que vivem em Mato Grosso do Sul. Esta proposta, se aceita, e contando com os recursos financeiros necessários, poderá trazer importantes contribuições à arqueologia pantaneira.

Embora sejam relevantes os aportes de Eremites de Oliveira (1995, 1996a), Herberts (1998a, 1998b) e Magalhães (1999, 2000), cumpre registrar que seus estudos não servem a analogias simplistas, realizadas através de um enfoque histórico direto e generalizante. Enfoque desse tipo tem sido comumente usado para a elaboração de modelos ecológicos indutivos sobre a adaptação de povos indígenas pré-coloniais em determinados ecossistemas pantaneiros e chaquenhos. Servem para analogias gerais de alcance regional e, de modo particular, para um (re) pensar contínuo e permanente sobre o transcurso dos povos indígenas no Pantanal, pois contêm uma gama de dados primários e uma série de variáveis socioculturais que devem ser levadas em conta na interpretação da história indígena pré-colonial da região.

Todas as seis monografias analisadas são *pesquisas de resolução de problemas*, realizadas no momento em que o Projeto Corumbá gradativamente deixou de girar apenas em torno de *pesquisas exploratórias*. Ainda assim, trabalhos como os de Girelli (1994) e Peixoto (1995) apresentam algumas dificuldades no que diz respeito à interpretação dos dados arqueológicos analisados, pois os mesmos não foram registrados a partir das problemáticas definidas no trabalho dos dois autores. Situação semelhante aconteceu com Beber (1994) e F. A. Silva (1992). Explicação: não raramente a realização de uma pesquisa arqueológica está circunscrita

pelo possível e pelo impossível, pelo que diz e pelo como funciona, assim como Certeau (1982) apontou para a história.

Percebe-se, portanto, que o Projeto Corumbá foi uma verdadeira escola para muitos pesquisadores. Funcionou como uma rica e proveitosa oportunidade para o treinamento e a capacitação de novos arqueólogos e etnohistoriadores. Nesta escola o maior mestre e incentivador foi o professor Pedro Ignacio Schmitz. Sem sua contribuição à arqueologia brasileira e à história regional, por certo quase nada se saberia sobre a trajetória de vários povos indígenas que se estabeleceram no espaço geográfico que atualmente compreende o estado de Mato Grosso do Sul. Tampouco a história indígena se tornaria uma forte tendência na historiografia local.

Uma marca ficou em todas essas dissertações: o fato de elas terem sido produzidas por profissionais com formação na área de história, curso do qual saíram muitos dos atuais arqueólogos brasileiros. Esta marca está presente, em diferentes graus de influência, na análise de fontes textuais primárias e na perspectiva diacrônica da análise sobre sistemas socioculturais que outrora existiram no Pantanal. Isto porque, sem recorrer a um alhures filosófico, entendo que tratar do *processo histórico* é uma marca indelével dos historiadores.

Há uma outra monografia, intitulada “Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul” (Schmitz et al. 1998), não apresentada para fins de obtenção do grau de mestre ou doutor, mas publicada no âmbito do Projeto Corumbá para apresentar os resultados das *pesquisas exploratórias* sobre a arqueologia pré-colonial das terras baixas pantaneiras. O trabalho foi quase que totalmente escrito por Pedro Ignacio Schmitz e contém a conclusão das análises feitas de materiais cerâmico, lítico, ósseo, conchífero e restos faunísticos recuperados através de escavações. Trata ainda do povoamento pré-colonial da região, em geral através de um enfoque ecológico, como apontado anteriormente.

Existe ainda uma quantidade significativa de artigos publicados em anais de eventos e periódicos científicos como os de Bitencourt (1988), Rogge & Schmitz (1992, 1994), Eremites de Oliveira (1994), Rosa (1997), Schmitz (1997, 1999), Peixoto & Schmitz (1998), Peixoto et al. (1999), Beber (2000), Beber & Peixoto (2000) e Schmitz et al. (2000a, 2000b), dentre outros. Além desses trabalhos, há relatórios como os de Eremites de Oliveira (1995b) e Peixoto (1996b), que resultaram de pesquisas desenvolvidas com bolsa de recém-mestre da FAPERGS. Muitos resumos foram igualmente divulgados em eventos científicos nacionais. No caso do

relatório de Peixoto (1996b), sua pesquisa está situada na área da chamada arqueologia histórica e tem por objeto a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, que existiu em Corumbá na segunda metade do século XIX. Seus resultados foram publicados em Peixoto & Schmitz (1988). O estudo de Eremites de Oliveira (1995b), interrompido porque o autor havia iniciado as pesquisas apresentadas para obtenção do grau de doutor, contém uma pequena comparação entre os aterros do Pantanal e os existentes no Rio Grande do Sul, ali chamados de cerritos.

A relação dos trabalhos mencionados comprova o compromisso assumido em divulgar os resultados dos estudos realizados, não apenas para a comunidade científica, mas também para o público em geral. Este é, certamente, mais um dos saldos positivos do Projeto Corumbá, algo que também justifica os investimentos públicos feitos para a realização das pesquisas. No tocante a este aspecto, a atuação do coordenador geral do PAMS foi de grande importância e mais uma vez é merecedora de elogios.

A avaliação geral que faço é que os resultados do Projeto Corumbá foram e continuam sendo bastante positivos, não somente do ponto de vista das pesquisas realizadas – ainda que sobre elas pese certas críticas teórico-metodológicas, mas principalmente pelo apoio dado ao treinamento de jovens arqueólogos e etnohistoriadores e pela divulgação dos estudos realizados. Como dito amiúde, este é o maior legado deixado à arqueologia brasileira e áreas afins. Sua execução é o marco mais importante na história da arqueologia regional, desde fins do século XIX até o final do século XX, o ponto de partida para futuras *pesquisas de resolução de problemas*.

2.3. OUTROS PROJETOS RELEVANTES

Um outro projeto importante foi o “Programa para Preservação do Patrimônio Arqueológico Pantaneiro”, doravante citado pela sigla PPPAP, desenvolvido em Mato Grosso, no pantanal de Cáceres, pela 18ª Coordenação Sub-regional do IPHAN, sediada em Cuiabá, no ano de 1994. O projeto contou com a participação das arqueólogas Irmhild Wüst, docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Maria Clara Migliacio, diretora da 18ª Coordenação Sub-regional do IPHAN, e Suzana S. Hirooka, na época professora do campus de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). As pesquisas receberam apoio financeiro e logístico da 14ª Coordenação Regional do IPHAN, com sede em Brasília, da

Prefeitura Municipal de Cáceres e do IBAMA (Wüst & Migliacio 1994).

O PPPAP foi pensado a partir da necessidade urgente de adotar medidas de proteção e preservação ao patrimônio arqueológico existente na porção setentrional do alto Paraguai, do município de Cáceres à Estação Ecológica Taiamã, em uma extensão de aproximadamente 160 km de via fluvial. *Grosso modo* esta área está situada entre os paralelos de 16°00' a 17°00' de latitude Sul e os meridianos de 57°30' a 58°00' de longitude Oeste de Greenwich.

Desde aquela época a intensificação da navegação de grandes barcaças, usadas para o transporte de grãos e outros produtos da economia regional, causam erosão fluvial em muitos sítios arqueológicos localizados às margens do rio Paraguai. Além disso, a possibilidade da instalação de indústrias na região agravou ainda mais a situação e motivou o IPHAN a propor ações de vistoria (avaliação), resgate, proteção e preservação de bens arqueológicos existentes na área. Grande parte dessa situação decorre da implantação gradual do projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

No primeiro trabalho de campo, realizado entre fins de maio e início de junho de 1994, dezenove sítios foram registrados e dois tipos de ocupações pré-coloniais inicialmente observadas: a dos sítios existentes nas margens do rio Paraguai e a dos aterros. A primeira está mais relacionada a povos indígenas ceramistas portadores da *tradição Descalvado*, ao passo que a segunda está predominantemente associada aos portadores da *tradição Pantanal* (ver ainda González 1996a, 1996b; Schmitz et al. 1998; Eremites de Oliveira, 2002). Alguns dos sítios avaliados há muito são conhecidos na literatura arqueológica, a exemplo dos existentes nas localidades de Descalvado (MT-PO-01) e Barranco Vermelho (MT-PO-14), estudados desde fins do século XIX até a primeira metade do XX. Finalmente, sete medidas de proteção e preservação foram propostas pelas coordenadoras do PPPAP:

- 1- Salvamento imediato daqueles sítios arqueológicos que sofrem uma destruição inevitável pela forte erosão fluvial (que acelerou nos últimos anos) e pela depredação por curiosos e turistas. Entre estes sítios figuram especialmente o sítio ÍNDIO GRANDE e DESCALVADO I.
- 2- Cumprimento da Legislação Federal no que se refere ao patrimônio arqueológico e cultural por parte dos empreendimentos envolvidos na instalação de obras de impacto ambiental.
- 3- Inclusão dos sítios arqueológicos nos projetos de zoneamento ambiental, uma vez que estes ocorrem em elevada densidade e em locais bastante específicos no que tange ao relevo e os cursos d'água.

- 4- Cadastramento de todos os sítios arqueológicos de uma região delimitada.
- 5- Levantamento e estudo de todos os materiais arqueológicos já retirados dos sítios desta região e que se encontram entre outros: ...
- 6- Adequação do espaço físico (sala de exposição, laboratório, reserva técnica e biblioteca) e de recursos humanos (um museólogo, um educador e um restaurador) para o Museu Histórico de Cáceres...
- 7- Elaboração de um projeto de pesquisa e prospecção de todos os sítios arqueológicos no Município de Cáceres nas áreas que sofrerão impacto ambiental em futuro breve (Wüst & Migliacio 1994:65-66).

Seguindo as orientações apontadas, o PPPAP favoreceu o desenvolvimento de outros projetos, dentre os quais um de resgate de bens arqueológicos na área do sítio Índio Grande (Migliacio et al. 1999/2000), executado em 1999, e outro de *pesquisa de resolução de problemas*, denominado “Ocupação Pré-colonial do Pantanal Matogrossense: Cáceres-Taiamã”, iniciado em 1997 e concluído em 2000 (Migliacio 1997a, 1997b, 2000a, 2001; Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000).

No último caso, os trabalhos de campo foram coordenados por Irmhild Wüst e Maria Clara Migliacio¹⁹. Os resultados finais, por conseguinte, vieram a público através da dissertação de mestrado “A ocupação pré-colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso”, elaborada e defendida por Migliacio (2000a) no curso de mestrado em arqueologia da USP, sob orientação de Dorath Pinto Uchôa.

Merece ainda destacar o apoio que o Museu Histórico de Cáceres tem recebido desde o início do PPPAP, principalmente por parte da 18ª Coordenação Sub-regional do IPHAN, no que diz respeito à preservação e ao estudo do patrimônio arqueológico daquele município mato-grossense.

A dissertação de Migliacio (2000a) é uma bem sucedida tentativa de apresentar um primeiro esboço sobre a ocupação indígena do pantanal de Cáceres, a partir da perspectiva de *longa* ou *longuíssima duração* no tempo histórico. O trabalho está baseado na análise de uma gama considerável de dados empíricos obtidos através de pesquisas arqueológicas, assim como por meio de um significativo levantamento de fontes textuais primárias e secundárias de interesse à arqueologia pantaneira, sobretudo dados etnográficos e etnohistóricos existentes na literatura etnológica e em fontes textuais produzidas nos últimos cinco séculos. As pesquisas buscaram

19 Relações conflituosas entre as duas arqueólogas, envolvendo questões éticas ligadas à guarda e ao estudo de material arqueológico recolhido durante os trabalhos de campo, fizeram com que o projeto fosse concluído apenas por Maria Clara Migliacio.

situar a ocupação indígena do pantanal de Cáceres no âmbito da bacia do alto Paraguai e de outras regiões das terras baixas sul-americanas, como as do Chaco e do baixo curso do rio Guaporé. Seus aportes mais significativos estão relacionados a quatro temáticas principais: padrões de assentamento, sistema de abastecimento, organização social e relações interétnicas entre diferentes povos indígenas.

Os trabalhos de campo incluíram um levantamento de sítios de alta visibilidade, coleta sistemática de material de superfície (através do sistema de quadrículas) e escavação de cortes estratigráficos de 2 x 2 m em dois aterros. Em laboratório, o material arqueológico, especialmente a cerâmica, foi analisado com base no uso de atributos tecnológicos e estilísticos com vistas a definir tradições ceramistas (técnicas de fabricação, morfologia, dimensões e capacidade volumétrica das vasilhas). O estudo da cerâmica foi baseado nas propostas de autores como Shepard (1985), Rice (1987), Sinopoli (1991) e Orton et al. (1997), perspectiva então bastante inovadora para a arqueologia pantaneira. Algumas coleções de museus ainda foram igualmente analisadas. Todavia, Migliacio (2000a) prosseguiu usando o conceito de *fase*, unidade arqueológica difundida a partir do PRONAPA e cada vez menos recorrida e mais criticada em estudos realizados no Brasil (ver Dias 1994; Hoeltz 1997; Noelli 1993; Soares 1997; W. Neves 1999/2000a; dentre outros). Datações obtidas pelo método de termoluminescência (TL) também foram obtidas para alguns sítios estudados, o que possibilitou o estabelecimento de cronologias iniciais para a região.

Migliacio demonstrou para o caso do pantanal de Cáceres o que alguns arqueólogos e etnólogos afirmaram durante o século XX: que a região do Pantanal, especialmente durante o período colonial, foi um rico mosaico sociocultural, uma área de intensos contatos entre povos indígenas que desenvolveram sistemas socioculturais distintos, muitos deles originários do Chaco e da Amazônia. Fez isso, porém, de forma mais refinada em relação à maioria dos estudos anteriores, o que torna seu trabalho uma referência obrigatória para a compreensão do transcurso histórico e sociocultural dos povos indígenas na região pantaneira.

No último parágrafo da dissertação, Migliacio assim concluiu seu trabalho:

O presente estudo apenas inicia a pesquisa sistemática de uma área culturalmente complexa e arqueologicamente pouco conhecida. Pesquisas complementares e interdisciplinares podem se dar em diferentes direções, incorporando novos dados e subsídios à discussão e ao reconhecimento da

ocupação pré-colonial dessa área setentrional do Pantanal Matogrossense. Não há dúvidas de que o avanço das pesquisas arqueológicas no Pantanal de Cáceres demandará o engajamento de especialistas de diversas áreas de conhecimento afins. A despeito do caráter preliminar dessa pesquisa, foi possível chegar a alguns resultados que evidenciam a complexidade arqueológica da área estudada, situam no tempo as ocupações, caracterizam as indústrias cerâmicas envolvidas [*tradição Pantanal, tradição Descalvado e cerâmica Incisa Penteada*] e abordam alguns de seus significados (Migliacio 2000a:380).

Anos depois a arqueóloga iniciou e concluiu sua tese de doutorado na mesma instituição em que havia feito o mestrado. O estudo foi denominado “O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século XVI” (Migliacio 2006), o qual por estar fora do período abrangido por neste livro não consta aqui analisado.

No início do mês de maio de 2000, Migliacio (2000b) concluiu o “Registro de sítios arqueológicos no baixo rio São Lourenço: relatório de viagem – de 01/08 a 05/08/2000”, um preliminar reconhecimento, registro e avaliação de bens arqueológicos de alta visibilidade existentes na Terra Indígena Baía dos Guató e adjacências, no município mato-grossense de Barão de Melgaço. A arqueóloga chegou inclusive a registrar o conhecido *aterradinho do bananal*, um típico aterro Guató bastante conhecido na literatura etnológica e histórica (Eremites de Oliveira 1996a, 2002). O trabalho foi executado em atendimento à solicitação da administração executiva da FUNAI, em Cuiabá, e fez parte dos estudos para fins de reconhecimento de uma outra parte do território tradicional do povo Guató. Este é um típico exemplo do quanto os arqueólogos podem contribuir em estudos antropológicos voltados à identificação e/ou demarcação de terras indígenas em um país como o Brasil. Mostra ainda a atuação do próprio IPHAN em parceria com outros órgãos federais, iniciativa bastante positiva em termos de preservação do patrimônio cultural, dentre outros aspectos²⁰.

Um esclarecimento: em dezembro de 2000, por ocasião das filmagens do filme *500 Almas*, uma película de longa metragem sobre a história mais recente do povo Guató, dirigida pelo cineasta Joel Pizzini Filho, estive na Terra Indígena Baía dos Guató. Na ocasião também estive na aldeia Perigara, dos Bororo pantaneiros, onde visitei todos os sítios arqueológicos

20 Sobre a relação do IPHAN com o patrimônio arqueológico do Brasil e com os arqueólogos que atuam no país, ver o interessante artigo *A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências*, de Tania Andrade Lima (2001).

registrados por Migliacio e manteve contato com indígenas da região (ver também Wüst 1990).

Enfim, os projetos arqueológicos desenvolvidos no Pantanal desde fins da década de 1980 trouxeram à tona uma série de outros conhecimentos e novos problemas referentes à arqueologia pré-colonial da região. Esses problemas têm crescido com o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da arqueologia empresarial ou arqueologia empresarial, assunto tratado a seguir.

2.4. PESQUISAS NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA EMPRESARIAL

Antes de analisar as pesquisas realizadas na modalidade da arqueologia empresarial, é importante ressaltar que há muito o patrimônio arqueológico do Pantanal e de seu entorno, áreas que compreendem parte dos atuais territórios do Brasil, Bolívia e Paraguai, sofrem impactos negativos de magnitude variada. São impactos decorrentes de diversas ações antrópicas: construção de pequenas, médias e grandes obras de engenharia, tanto nas cidades quanto no campo; expansão de frentes agropecuárias, sobretudo as ligadas à monocultura da soja; implementação de assentamentos de trabalhadores rurais e outros projetos de interesse à reforma agrária (sem qualquer forma de licenciamento ambiental); mineração de ferro, manganês e ouro, bem como a exploração de jazidas de areia, argila, calcário e outros recursos naturais; navegação fluvial, principalmente através do uso de grandes barcaças destinadas ao transporte da produção de grãos, minérios e outros bens de exportação dos países platinos; turismo predatório, às vezes marcado pela eventual exploração de sítios arqueológicos, locais de coleta de algum tipo de *souvenir* regional; vandalismo, não raramente resultado da procura por *enterros* ou tesouros da época da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870).

No entanto, antes da publicação da Resolução CONAMA nº. 001/86, assinada em 23 de fevereiro de 1986, e do início do Projeto Corumbá, praticamente nada tinha sido feito para fins de preservação de bens arqueológicos existentes na porção brasileira do Pantanal. Esta situação pode ser explicada, destacadamente para o período anterior ao ano de 1989, por dois motivos principais: inexistência de modernas e contínuas

pesquisas arqueológicas na região e ausência da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no planejamento de determinadas ações dos governos municipais, estaduais e federal. A explicação para esta avaliação consta a seguir:

Tem sido reclamado, por pessoas esclarecidas do mundo inteiro, um esforço de aprofundamento dos estudos de previsão de impactos ambientais e sociais. Nessa direção, sobretudo, houve total consenso no que respeita à prevenção de impactos dirigidos para diferentes tipos de projetos ditos desenvolvimentistas. Entrementes, do Primeiro ao Terceiro Mundo, técnicos, cientistas e líderes ambientalistas defendem a idéia de estender a exigência de estudos de previsão e prevenção de impactos a todos os tipos de projetos industriais, agrários e urbanísticos, independentemente de seu tamanho e volume, desde que haja um reconhecido potencial de periculosidade (Ab'Saber & Müller-Plantenberg 1998:15).

Na década de 1980 houve a inauguração de “uma nova realidade na gestão e proteção dos recursos culturais no Brasil, com o advento de uma legislação de proteção ambiental, que inclui a proteção do patrimônio cultural”, conforme pontuou Maria do Carmo M. M. dos Santos (2001:6). Esta arqueóloga é a autora de “A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental”, leitura indispensável aos interessados na história da arqueologia empresarial no país (ver também Caldarelli 1999).

Com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, momento marcado pelos paradigmas da globalização e do neoliberalismo, o Mercosul foi definitivamente efetivado e com ele a implementação de alguns grandes projetos desenvolvimentistas no Pantanal, um espaço estratégico no contexto geopolítico platino. A partir de então, e a contar com novas leis federais e estaduais para a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural (C. E. Silva & Lopes 1997; São Pedro & Molina 1997 [2001]; Morelli 2000; Lima 2001), a região começou a ser alvo de pesquisas nesta modalidade de pesquisa arqueológica.

Sobre o Mercosul, para ser mais específico, Carlos Sávio G. Teixeira fez o seguinte esclarecimento:

O Mercosul foi efetivado somente com o Tratado de Assunção, quando Paraguai e Uruguai se uniram a Argentina e Brasil. Assinado em 26 de março de 1991 pelos presidentes dos quatro países, o documento estabelecia quatro metas básicas: a inserção mais competitiva dos quatro países na economia mundial, o favorecimento da economia de escala, o estímulo dos

fluxos de comércio com o resto do mundo e a integração da América Latina (Teixeira 1999:152).

Ainda na década de 1990, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para superar o déficit energético do país, principalmente no setor elétrico, conforme recente explicação dada por dois especialistas no assunto:

O Brasil realiza as reformas do seu setor elétrico diante de elevados riscos de déficit e da dificuldade em obter recursos para investir na expansão da capacidade instalada —o que justifica, em grande parte, seu programa de privatizações.

As transformações do setor elétrico brasileiro apontam para um maior uso da geração termelétrica à base de gás natural. De especial importância, nesse contexto, mostram-se as importações de gás da Bolívia e da Argentina. No entanto, até 1999, esperou-se em vão que o setor privado respondesse rapidamente aos estímulos institucionais e passasse a investir em geração elétrica no país. A opção tecnológica provável desse setor seria a geração termelétrica a gás, em função da oferta crescente desse energético no país, dos baixos custos fixos das tecnologias de geração a gás e do menor tempo de construção das usinas termelétricas. Além disso, o gás natural é um combustível relativamente limpo: sua queima emite menores quantidades de poluentes atmosféricos do que, por exemplo, a queima de carvão ou de derivados de petróleo (Szklo & R. Oliveira 2001:27).

Nota-se, portanto, que dentro de um contexto político e econômico marcado pela formação do Mercosul e por um déficit energético no Brasil, grandes obras de engenharia foram propostas para a bacia platina. Algumas delas tiveram que necessariamente passar pela região pantaneira. São elas: Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), Gasoduto San Matias/Cuiabá ou Gasoduto Bolívia/Mato Grosso e Hidrovia Paraguai-Paraná. Todos esses empreendimentos envolveram a contratação dos serviços de arqueólogos para a conclusão de pesquisas vinculadas ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), resgate de bens arqueológicos e/ou monitoramento dos processos tecnológicos diretamente relacionados à construção das obras.

No que diz respeito ao uso de gás natural, no que tudo indica no Brasil foi criado certo mito sobre esse tipo de combustível, geralmente chamado de *ecologicamente correto*. Digo isto porque em fins de 1998, a revista francesa *Le Figaro Magazine* publicou uma entrevista com Georges Charpak, ganhador do prêmio Nobel de Física (1992), intitulada “La supériorité du nucléaire en termes de sécurité est écrasante” (Nay &

Méritens 1998). Na reportagem o físico explicou que em países europeus os acidentes com termelétricas a gás são bastante superiores em relação aos ocorridos com usinas nucleares, inclusive do ponto de vista das perdas humanas. Significa dizer que a despeito da questão de segurança, a energia nuclear é, na opinião de Charpak, superior à termelétrica em alguns aspectos. Há, contudo, o problema dos rejeitos produzidos pelas usinas nucleares, muitas vezes destinados a regiões pobres do chamado terceiro mundo (ver Paschoa 2001). Esta discussão, porém, até o ano de 2000 não tinha tido a devida ressonância em setores dos governos, parlamentos, comunidades de cientistas, mídia e sociedade organizada no país.

Seguindo a análise proposta para este trabalho, passo a tratar dos trabalhos de arqueologia empresarial no âmbito do Gasoduto Bolívia-Brasil, empreendimento com mais de 3.000 km de extensão em território brasileiro. Desse total, cerca de 700 km estão em Mato Grosso do Sul.

Em 1993, as empresas PETROBRAS e Engevix divulgaram o “Gasoduto Bolívia-Brasil. Estudos de Impacto Ambiental – EIA” (1993), publicação que incluiu um estudo encomendado ao arqueólogo Marcelo Paiva Gatti. O estudo por ele elaborado foi uma avaliação geral dos impactos da obra sobre o patrimônio arqueológico nacional. O arqueólogo foi contratado pela Engevix e concluiu seu estudo sem a realização de pesquisas de campo. Por este motivo a análise feita sobre os possíveis danos que o empreendimento poderia causar ao patrimônio arqueológico, em especial os existentes em Mato Grosso do Sul, foi considerada como insuficiente por parte da 14ª Coordenação Regional do IPHAN. Na verdade, o citado profissional não foi contratado para realizar um levantamento arqueológico *in loco* em toda a extensão do gasoduto, algo que dificilmente poderia ter sido concluído por uma única pessoa e no tempo estabelecido pelo contratante. Houve, portanto, um conflito inicial entre o contratante e o órgão oficial licenciador da pesquisa arqueológica.

Diante da situação a 14ª Coordenação Regional do IPHAN, após receber notícias de mais de uma centena de aterros que a equipe do Projeto Corumbá havia encontrado na região do Pantanal, exigiu da PETROBRAS que fosse feita uma outra pesquisa. Desta vez os estudos deveriam incluir trabalhos de campo, preferencialmente executados por arqueólogos que atuavam na área. Foi então que Jorge Eremites de Oliveira e José Luis dos Santos Peixoto, na época pesquisadores do Projeto Corumbá, concluíram o “Diagnóstico de avaliação do impacto do Gasoduto Bolívia-Brasil ao patrimônio arqueológico do Estado de Mato Grosso do Sul: trecho

Corumbá-Terenos (km 0-350)” (Eremites de Oliveira & Peixoto 1993a). As pesquisas aconteceram no mês de outubro de 1993 e foram financiadas pela PETROBRAS, através de um contrato firmado com a FAPEC (Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura), órgão pertencente à UFMS, sediada em Campo Grande.

Os arqueólogos realizaram um levantamento probabilístico, metodologicamente baseado em algumas experiências adquiridas no âmbito do Projeto Corumbá (Eremites de Oliveira & Peixoto 1993b; Peixoto 1995; Beber & Peixoto 2000) e durante o “Levantamento arqueológico da praia de Imbé, RS” (Hilbert et al. 1993). Os objetivos das pesquisas foram os seguintes: (1) localizar, identificar e registrar os bens arqueológicos existentes ao longo do traçado do gasoduto e proximidades; (2) avaliar o estado de conservação dos sítios; (3) determinar as áreas que demandariam maior ou menor atenção devido aos impactos causados pela dutovia; (4) estabelecer prioridades e estratégias, propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias para que sejam tomadas as providências necessárias para a preservação e/ou resgate dos bens arqueológicos.

Na ocasião Eremites de Oliveira & Peixoto realizavam estudos para fins de conclusão e defesa de dissertação de mestrado, o que em muito facilitou a execução do projeto, visto que ambos tinham conhecimento da realidade arqueológica, etnológica e histórica de parte da região posteriormente afetada pelo empreendimento.

Em termos metodológicos os autores optaram por fazer um levantamento de sítios arqueológicos por meio do uso de variáveis ambientais, proposta que partiu da premissa preditiva de que em algumas áreas haveria maior probabilidade de existirem antigos locais de ocupação humana: proximidades de cursos d’água permanentes e intermitentes; locais com afloramentos rochosos; certos tipos de vegetação; variedades de solos férteis etc. Essas áreas foram identificadas a partir da leitura de mapas, cartas topográficas, fotografias aéreas e imagens de satélite. Isto não significa, porém, que apenas alguns pontos tenham sido prospectados, pois os arqueólogos entenderam o traçado dutoviário como um *transect* a ser percorrido a pé em toda sua extensão. No entanto, em alguns trechos as condições do terreno impossibilitaram o trânsito dos pesquisadores, sobretudo em áreas inundadas pela cheia do Pantanal.

Como resultado das pesquisas, 41 aterros foram levantados nas terras baixas do Pantanal, além de outros sítios registrados nos primeiros 350 km do gasoduto. Este fato chamou a atenção não somente das empresas

responsáveis pela obra, mas também dos bancos internacionais que fizeram empréstimos para sua construção; e foi um dos vários motivos que levaram à realização, alguns anos depois, de novas pesquisas arqueológicas em outros estados a serem atingidos pela dutovia.

Em dezembro de 1996, ocasião em que Eremites de Oliveira (1997a) apresentou os resultados desse trabalho em uma conferência proferida no Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, realizado em Goiânia, Walter A. Neves questionou a adoção da estratégia de levantamento baseada na possibilidade de os sítios serem visíveis. Seu questionamento, transcrito e publicado em Caldarelli (1997:48), remete à discussão sobre o uso e a eficácia de sondagens ou tradagens na localização e delimitação de sítios subsuperficiais, assunto ainda polêmico entre os arqueólogos (Caldarelli & Santos 1999/2000:62-63).

Uma resposta mais plausível à dúvida levantada por Walter A. Neves foi dada em 1997, ano em que Eremites de Oliveira & Peixoto (1997) realizaram outra pesquisa na mesma área, o estudo “Prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul (km zero-350)”. Este estudo foi uma nova exigência da 14ª Coordenação Regional do IPHAN em decorrência, também, das mudanças ocorridas no traçado original do Gasbol no estado. Para este novo levantamento, porém, o órgão licenciador da pesquisa apontou a necessidade do uso de sondagens no subsolo durante os trabalhos de campo.

Comparado com a investigação executada em outubro de 1993, na pesquisa de maio de 1997 os autores utilizaram técnicas mais refinadas de sensoriamento remoto, cartografia digital e SIG (Sistema de Informação Geográfica), todas de grande utilidade para a conclusão de um levantamento intensivo, metodologia proposta em Redman (1973) e primeiramente aplicada no Brasil por W. Neves (1984).

Os autores fizeram 1.179 sondagens sistemáticas nos primeiros 350 km da obra, a maioria em pontos previamente escolhidos por meio do uso de variáveis ambientais, isto é, locais enquadrados em um ou mais dos seguintes elementos da paisagem: áreas de foz de cursos fluviais; diques marginais; paleodiques; margens contíguas às corredeiras; margens fluviais de topografia favorável ao acesso e fluxo d’água corrente; margens fluviais próximas a ilhas; ilhas lacustres e fluviais; terraços fluviais preservados da inundação de cheias periódicas; margens de lagoas; áreas de afloramento do substrato no leito fluvial; bancos de deposição sedimentar na margem do

curso fluvial (por vezes associados a cascalheiras); elevações topográficas em áreas de várzea; terraços ou médias vertentes de declividade suave; colos; topos suavemente aplainados de colinas de dimensões menores; áreas de afloramento de matéria-prima para indústria lítica; encostas de morrarias; áreas calcárias; ocorrências espeleológicas; relevos residuais de decomposição arenítica; formações geomorfológicas de cuevas ou furnas; toponímias regionais (itacoatiaras, morro dos letreiros etc.); capões-de-mato, cordilheiras e corixos²¹. Sítios perturbados também foram incluídos na proposta de levantamento intensivo, inclusive através da observação de sulcos, ravinas, voçorocas, erosões fluviais, erosões laminares, edificações de sedes de propriedades rurais, cortes no terreno produzidos por estrados e áreas de extração de sedimentos, chamadas de *caixas de empréstimo* (ver também Kashimoto 1997a, 1997b).

Essas variáveis tiveram como pressuposto a idéia da existência de tendências ou padrões de comportamento das populações humanas pretéritas, processos naturais e ações antrópicas sobre as paisagens, ou seja, modelos arqueológicos locais distribuídos regionalmente (Kipnis 1997).

As tradagens normalmente foram feitas dentro de uma faixa de 20 x 50 m de extensão, isto é, em segmentos da área a ser diretamente afetada, com espaçamentos regulares de 5 ou 10 m e profundidade média de 1,5 m. Grande parte dessas sondagens foi executada em áreas próximas a cursos d'água, a exceção dos locais onde seriam construídas as instalações de suporte para o funcionamento do empreendimento (estações de compressão, estações de medição e *city gates*), todas situadas em pontos com baixa possibilidade de ocorrência de sítios. Tal metodologia é chamada de levantamento total de área (ou *full coverage survey*), defendida em vários estudos publicados na obra de Fish & Kowalewski (1990), dentre outros autores. Foi aplicada, porém, em pontos previamente apontados pelos autores, em sua maioria de maneira preditiva.

No cômputo geral, quatro sítios foram levantados, dos quais apenas um (MS-MA-39) foi encontrado por meio de tradagens. Trata-se de um pequeno sítio superficial a céu aberto, localizado à margem direita do córrego Tereré, na bacia hidrográfica do rio Miranda, a 35 m da faixa de serviço da dutovia. O sítio, embora estivesse fora da área de impacto direto, somente foi levantado por estar situado em um ponto mais plano

21 Capões-de-mato, cordilheiras e corixos são termos regionais usados, respectivamente, para designar elevações subcirculares e circulares – às vezes aterros indígenas –, elevações alongadas e canais que conectam lagoas (Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000).

da topografia e na parte mais alta de um dique fluvial. Este fato chamou a atenção de um dos pesquisadores (José Luis dos Santos Peixoto) que decidiu ampliar a área das sondagens para fora da faixa de serviço.

Finalmente os autores concluíram que as avaliações feitas em 1993, ainda que tivesse privilegiado sítios de alta visibilidade, permaneciam válidas para o trecho estudado. Entretanto, fizeram a seguinte ponderação:

Isso não significa que a metodologia ora recorrida tenha sido de pouca utilidade; ao contrário, é mais apurada e precisa em relação à anterior. Sem embargo, os resultados obtidos dão maior sustentabilidade empírica às idéias inicialmente elaboradas, o que não necessariamente poderia ter ocorrido, uma vez que em ciência não existe verdade absoluta (Eremites de Oliveira & Peixoto 1997:41).

Os resultados dessa pesquisa atestam que uma inspeção visual sistemática e meticulosa, realizada com rigor científico, pode produzir resultados tão precisos quanto os estudos feitos com base em sondagens no subsolo. O certo é que nada substitui um olhar aguçado para o levantamento de evidências arqueológicas em certas regiões, como é o caso das terras baixas do Pantanal. Isto não significa, bem entendido, que esta exigência não deva ser feita por parte do IPHAN, pelo contrário, haja vista o crescimento vertiginoso da arqueologia empresarial voltada para o licenciamento ambiental.

Em 2004, por iniciativa da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), foi publicado o livro bilíngüe “Programa de Salvamento Arqueológico do Gasoduto Bolívia-Brasil” (Azevedo 2004). O texto da publicação foi escrito por Elizabeth Azevedo e sua tradução para o inglês ficou a cargo de Thomas Nerney. A publicação contou com a consultoria de alguns arqueólogos que trabalharam na área afetada pelo empreendimento, e serviu para divulgação das pesquisas concluídas no trecho brasileiro do gasoduto. Iniciativas desse tipo são bastante relevantes para a socialização de conhecimentos e para a tomada de consciência sobre a necessidade de preservar o patrimônio arqueológico nacional. Trata-se de um trabalho que contém uma editoração apurada, impressão e acabamento de excelente qualidade e linguagem clara, objetiva e acessível ao grande público. No item que trata das pesquisas concluídas em Mato Grosso do Sul (Azevedo 2004:48-65), os estudos realizados por Eremites de Oliveira & Peixoto (1993a, 1997), provavelmente acrescidos de outros trabalhos de sua autoria (Eremites de Oliveira 1995a, 1996c, 1997a, 2002; Peixoto 1995, 1996a, 1998, 2002; Peixoto et al. 1999; Eremites de Oliveira & Viana

1999/2000), serviram de apoio para a produção do texto contido na obra. Entretanto, paradoxalmente nenhum de seus trabalhos foi mencionado na bibliografia do livro (ver Azevedo 2004:98). Esta é uma situação delicada relativa aos créditos autorais que devem ser registrados – ainda quando não houver compilações de trechos das obras consultadas – em todo tipo de publicação literária.

Posteriormente, em 1998, Jorge Eremites de Oliveira realizou o monitoramento das obras do Gasbol, trecho Corumbá-Terenos (km 0-350), para fins de preservação do patrimônio arqueológico nacional. Este trabalho foi novamente financiado pela PETROBRAS através de um outro contrato firmado com a FAPEC. O acompanhamento aconteceu em todos os 50 setores prospectados anteriormente, além de em trechos próximos e intermediários a eles. O objetivo maior foi monitorar os processos tecnológicos de limpeza e, principalmente, abertura da vala, colocação dos dutos e reaterro da vala; em tese esses são os causadores de maiores impactos negativos sobre bens arqueológicos. Na ocasião foi feito inclusive a verificação das áreas onde foram construídos dois canteiros de obras, locais destinados à guarda de maquinários diversos, escritório de empresas responsáveis pela construção da dutovia, enfermaria, refeitório dos trabalhadores, depósito de dutos, garagem para veículos, heliporto etc., bem como as estradas de serviço. Nos dois últimos casos, nenhum dano ao patrimônio arqueológico foi observado.

Apesar de todo o rigor impresso nos trabalhos de monitoramento das obras, durante o acompanhamento do último setor a ser monitorado, em 18 de agosto de 1998, foi encontrado um outro sítio arqueológico (MS-CP-142) na área de impacto direto da dutovia, entre o km 29.315 e o km 29.475 do empreendimento (coordenadas UTM 0434805E/7866678N), no município de Corumbá, fazenda Santa Fé. A explicação para o ocorrido está na constatação que Eremites de Oliveira (1998c) fez ao relatar o caso:

[...] foi verificado *in loco*, e comprovado junto aos técnicos da PETROBRAS, que no km 29 do *Gasbol* houve um pequeno desvio em relação traçado original do empreendimento (aquele válido para antes do início dos trabalhos de abertura de pista e abertura de vala), trazendo a dutovia para uma área mais distante da rodovia BR 262, local que sofre maior grau de inundação quando do período de cheia do Pantanal (Eremites de Oliveira 1998c:3-4).

Acrescenta-se ainda o fato dos trabalhos de campo de Eremites de Oliveira & Peixoto (1997) terem sido realizados no período de cheia, o que

inviabilizou o uso de sondagens nas proximidades do sítio, área que na época estava inundada pelas águas da lagoa do Jacadigo. Ainda assim, o sítio não seria diretamente afetado pela dutovia não fosse o desvio de uns 200 m do traçado original do Gasbol, distanciando-o da BR 262 e aproximando-o da área de inundação da lagoa do Jacadigo. Esta decisão, tomada de última hora e com aprovação da empresa contratante, ocorreu durante o processo de abertura da vala e sem comunicação prévia ao arqueólogo responsável pelo monitoramento das obras.

Este caso é exemplo de uma situação inusitada no âmbito da arqueologia empresarial, mas que eventualmente pode acontecer em empreendimentos lineares, onde pequenos trechos do traçado original podem ser alterados de última hora durante a execução das obras. Retrata, pois, parte das *relações delicadas* que envolvem profissionais de arqueologia, contratantes e órgão licenciador da pesquisa, conforme Caldarelli & Santos (1999-2000:69) analisaram no âmbito brasileiro.

Por outro lado, o sítio existente no km 29 do Gasbol, caracterizado como do tipo superficial, a céu aberto e com evidências de ter sido ocupado por populações ceramistas portadoras da *tradição Pantanal*, quiçá lingüisticamente Guaikuru dos séculos XVIII ou XIX, já estava bastante perturbado em algumas partes de sua extensão, inclusive na compreendida pela faixa de serviço da dutovia. A área havia sido anteriormente transformada em local de pastagem para bovinos, processo executado com o uso de máquinas pesadas para derrubada de vegetação e limpeza do terreno. Todavia, a parte mais preservada do sítio não foi afetada na ocasião, tampouco durante a construção do empreendimento. Ainda assim, diante da situação e tendo em vista as dificuldades em realizar um resgate dos bens arqueológicos antes da conclusão dos trabalhos de abertura da vala, foi feita coleta assistemática de material de superfície, totalizando seis fragmentos de cerâmica e um pequeno raspador de hematita. Em seguida foi elaborada uma proposta de pesquisa emergencial, encaminhada a 14ª Coordenação Regional do IPHAN. Ficou acordado com o órgão licenciador da pesquisa que a PETROBRAS financiaria um estudo para compensar os impactos diretos e negativos causados ao patrimônio arqueológico, o que foi feito para a parte mais preservada do sítio, também relevante para o conhecimento da ocupação indígena da lagoa do Jacadigo e adjacências.

Diante das circunstâncias, uma decisão difícil e polêmica, porém urgente, teve de ser tomada:

[...] tendo em vista que as pesquisas de campo não puderam ser realizadas antes dos trabalhos de abertura da vala, foi solicitado à PETROBRAS que instrísse o operário responsável por este serviço para que, ao executá-lo, separasse os primeiros 50 cm do solo para ser possível, posteriormente, verificar se ali havia algum material arqueológico; esta solicitação foi cumprida à risca. Neste caso específico, foi peneirado (em peneiras de 2 mm de malha) parte dos 50 cm do solo separado durante a abertura da vala do *Gasbol*; neste procedimento foi adotado espaçamentos médios de 5 m, além da observação da estratigrafia natural dos terrenos ali exposta. Outra solicitação apresentada e atendida por parte da PETROBRAS, diz respeito à colocação de placas de advertência no km 29, orientando os operários a não saírem da linha do gasoduto, evitando assim maiores perturbações ao sítio (Eremites de Oliveira 1998c:5).

Quando iniciaram as pesquisas, uma parte do sítio havia sido totalmente destruída, ainda que estivesse bastante perturbada. Foi concluída, então, a delimitação da área de ocorrência de vestígios arqueológicos, incluindo a parte afetada durante o processo de abertura da vala. Isto foi feito através de sondagens (levantamento total de área) e coleta sistemática de material de superfície; avaliou-se a profundidade das camadas culturais e a relevância do sítio para a arqueologia pantaneira. Dois cortes estratigráficos, de 1 x 1 m, foram feitos em uma cordilheira natural existente no lugar, a parte mais preservada do sítio, o que relevou quatro prováveis momentos de ocupação indígena.

As pesquisas indicaram que no sítio a área de dispersão de material arqueológico abrangia aproximadamente 5.400 m², dos quais cerca de 160 m² ou 2,96% foram totalmente destruídos durante o processo de abertura da vala do gasoduto. A destruição aconteceu na borda do sítio, em uma área onde as evidências arqueológicas eram superficiais. Dessa maneira, apesar dos contratempos de última hora, foi possível produzir novos conhecimentos sobre a ocupação indígena das terras baixas da região, em especial da Lagoa do Jacadigo.



Figura 31: Faixa de servidão do Gasoduto Bolívia-Brasil que incidiu sobre 160 m² ou 2,96% da área do sítio arqueológico existente no km 29 do empreendimento, em Corumbá.

(Fotografia de Jorge Eremites de Oliveira, Out./1998)

No trecho boliviano do Gasbol, pesquisas arqueológicas (levantamento, resgate e monitoramento) foram realizadas em 1998 pelo brasileiro Wanderson Esquerdo Bernardo e pelo estadunidense Emlen Myers. Os arqueólogos foram contratados pela empresa Dames & Moore. A metodologia das pesquisas foi elaborada por Emlen Myers e consistiu na aplicação de um modelo preditivo que indicou doze pontos do traçado dutoviário, locais com maior probabilidade de ocorrência de sítios arqueológicos. Todos esses lugares estavam situados na área de impacto direto do empreendimento, ou seja, em sua faixa de servidão. Dos sítios levantados, alguns foram resgatados de fevereiro a dezembro de 1998, em cumprimento às exigências da DINAAR (Dirección Nacional de Antropología y Arqueología), sediada em La Paz, órgão do governo boliviano que equivale ao IPHAN do Brasil. São os seguintes sítios: GBB-2, GBB-3, GBB-5, GBB-6, GBB-7, GBB-8 e GBB-9, todos localizados no setor ocidental do empreendimento, alguns inclusive na porção boliviana do Gran Chaco. O financiamento desses trabalhos ficou por conta da empresa Gas TransBoliviano (GTB), um consórcio multinacional formado por Transredes, Enron, Shell, PETROBRAS, BHP, Bristish Gas e El Paso. As informações geradas das pesquisas constam no relatório “Gasoducto

Bolivia-Brasil (sector boliviano). Excavaciones arqueológicas en los Bañados del Izozog y áreas adyacentes. Informe final” (Dames & Moore 1999).

Outro grande projeto desenvolvimentista, muitíssimo mais polêmico e com maior grau de impacto que o Gasoduto Bolívia-Brasil, foi o da Hidrovia Paraguai-Paraná, cuja extensão abrangia 3.442 km na bacia platina. Neste caso em particular, inicialmente não houve pesquisas de campo, apenas uma avaliação preditiva como parte integrante do estudo “Evaluación del impacto ambiental del mejoramiento de la Hidrovia Paraguay-Paraná: diagnostico integrado preliminar”; consta no volume 3, capítulo 6, subitem 6.1, tópico intitulado “Recursos Arqueológicos”. O estudo foi coordenado por Rebeca Balcom e compuseram sua equipe Rafael Goñi, Teresa Civalero e Tom Hoffert, quase todos arqueólogos argentinos contratados por um consórcio de quatro empresas estrangeiras: Taylor Enginering Inc., Golder Associates Ltd., Consular Consultores Argentinos e Connal Consultora Nacional Srl (Balcom et al. 1996). Embora nenhum brasileiro tenha participado da equipe, sabe-se que o arqueólogo argentino Rafael Goñi foi quem esteve no Brasil para levantar dados sobre o patrimônio arqueológico existente no alto Paraguai; ele provavelmente visitou alguns sítios existentes na porção mato-grossense do Pantanal.

O trabalho de Balcom e seus colegas foi primeiramente analisado por Peixoto (1996c) e apresentado como conferência no Seminário O Modelo de Desenvolvimento da Bacia do Prata, o Mercosul e a Hidrovia Paraguai-Paraná, realizado na cidade de Corumbá, em outubro de 1996, por iniciativa de uma ONG ambientalista. No mesmo ano, a arquiteta Ana Isa G. Bueno, então diretora da 11ª Coordenação Sub-regional II do IPHAN, sediada em Campo Grande, solicitou um parecer independente ao arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira (Eremites de Oliveira 1997b). Seu estudo foi publicado como anexo nas “Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural”, organizado por Caldarelli (1997). Uma outra versão do parecer, mais refinada e ampliada, foi feita pelo próprio autor e publicado na revista Fronteiras (Eremites de Oliveira 1997f).

Posteriormente, Maria Clara Migliacio tratou dos recentes impactos negativos da hidrovia sobre bens arqueológicos existentes na porção mato-grossense do Pantanal (ver Wantzen et al. 1999:179).

Os estudos de Peixoto, Eremites de Oliveira e Wantzen et al. (1999), somados a outras análises independentes, como os estudos “Hidrovia:

uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná” (Bucher et al. 1994), “Impacto hidrológico e ambiental da Hidrovia Paraná-Paraguai no Pantanal Matogrossense: um estudo de referência” (Ponce 1995) e “O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná: relatório de uma análise independente” (1997), serviram de contraponto aos estudos oficiais sobre a viabilidade ou não do projeto hidroviário. No caso específico da avaliação feita por Balcom et al. (1996), válida para toda a extensão da hidrovia, desde o porto de Cáceres (Brasil) até o de Nova Palmira (Uruguai), fica evidente uma série de problemas que envolvem trabalhos no âmbito da arqueologia empresarial. O maior problema diz respeito aos resultados de sua análise, sobre os quais pesou forte suspeita de terem sido demasiadamente orientados pelos interesses políticos e econômicos dos contratantes. Assuntos dessa natureza, tratados por Raab et al. (1980) e por muitos outros autores, envolvem questões éticas relacionadas à performance profissional, orientação dos contratantes e interesse público.

Rebeca Balcom e sua equipe propuseram a aplicar um modelo preditivo “para identificar e prever áreas mais sensíveis ao impacto do empreendimento, sobretudo a dragagem dos rios que afetará direta, indireta e negativamente o patrimônio arqueológico platino” (Eremites de Oliveira 1997f:52). A proposta foi baseada em duas premissas principais: (1) as áreas elegidas pelos grupos pré-coloniais para seus assentamentos estavam muito influenciadas ou condicionadas pelas características do meio natural; (2) fatores naturais que influenciaram tais escolhas estão, ao menos indiretamente, registrados em mapas modernos de variação ambiental das áreas de interesse (Balcom et al. 1996:2). O raciocínio preditivo dos autores não difere em muito do feito por Eremites de Oliveira & Peixoto (1993a, 1997) e Kipnis (1997), exceto pelo fato de ter sido limitado à avaliação dos possíveis impactos da hidrovia sobre bens arqueológicos pré-coloniais. Esqueceram-se, por exemplo, de sítios arqueológicos históricos, submersos ou não.

A fragilidade desse estudo pode ser ainda observada pelo precário levantamento de obras de interesse ao estudo das populações indígenas e dos ecossistemas pantaneiros, uma contradição para quem se propôs a elaborar modelos preditivos “baseados na informação preexistente” (Balcom et al. 1996:2). Os trabalhos e relatórios então divulgados pela equipe do Projeto Corumbá, por Branka Susnik, Irmhild Wüst, Maria Clara Migliacio, Max Schmidt, Vincent Petrullo, dentre tantos outros autores, sequer foram mencionados ao longo de sua avaliação.

Tudo isso levou Balcom et al. (1996:18) a concluir que no Pantanal seriam muito baixas ou nulas as probabilidades de haver vestígios de sítios arqueológicos nas terras baixas da região. Dito de outra forma, o projeto original da Hidrovia Paraguai-Paraná seria viável do ponto de vista da preservação do patrimônio arqueológico pantaneiro. Esta idéia, ainda que bastante controversa, cientificamente avalizou os impactos diretos e indiretos advindos dos processos tecnológicos relacionados à ampliação, ao aprofundamento e à retificação do traçado do alto curso do rio Paraguai. A idéia central era incrementar a navegação fluvial em nome do desenvolvimento econômico e da integração comercial dos países platinos. Houve, portanto, uma explícita dicotomia entre a proposta metodológica apresentada e sua aplicabilidade, o que levou Eremites de Oliveira a considerar a avaliação em apreço como um caso de *sofisma* em arqueologia, crítica apresentada sob forma de denúncia pública:

Isto posto, é de consignar que a avaliação ora estudada não é pertinente com a realidade local e, portanto, não avalia os reais impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Constitui-se em um *sofisma* e apresenta uma série de irregularidades do ponto de vista da ética na pesquisa arqueológica (Eremites de Oliveira 1997f:61).

Entendo que embora o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) esteja vinculado à política nacional do meio ambiente, ou seja, que não pode erigir-se em um entrave à liberdade de empreender, “deve ser usado com parcimônia e prudência” (Milaré 1998:63). Por outro lado, deve ter a necessária independência, inclusive jurídica, em relação aos interesses políticos e econômicos dos proponentes de projetos, principalmente quando se tratar de uma obra da dimensão de uma hidrovia.

Além da questão ligada à preservação do patrimônio arqueológico platino, o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná recebeu outras duras críticas por parte da sociedade organizada, em especial de ONGs como a Coalizão Rios Vivos (www.riosvivos.org.br), criada em 1994. Trata-se de uma importante rede ambientalista da América Latina que conta com centenas de membros, inclusive na Europa e Estados Unidos. Uma grande mobilização política foi feita com o objetivo de embargar o empreendimento, fato que acabou por ganhar a opinião pública nacional e internacional a ponto do governo federal declarar que abandonaria o projeto original da hidrovia. Hoje em dia, porém, tem havido denúncias de que o projeto está longe de ser engavetado; segue de outras maneiras dentro do modelo de

desenvolvimento regional proposto desde o tempo do governo FHC, através do projeto Avançar Brasil (Switkes 2001).

Neste sentido, Banducci Júnior (2000:63) analisou que a intenção do governo FHC era transformar o rio Paraguai em uma via fluvial para “o escoamento dos produtos de uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo, que abrange o Centro-Oeste brasileiro, o leste da Bolívia e o norte do Paraguai, tornando seus preços competitivos internacionalmente”. Esta situação pode ser notada pela intensificação da navegação de grandes barcas pelo Pantanal, o que tem ocasionado a destruição de sítios arqueológicos existentes ao longo das margens do rio Paraguai, desde a cidade de Cáceres até a Estação Ecológica Taiamã, em Mato Grosso. Este fato havia sido anteriormente registrado por Wüst & Migliacio (1994), Migliacio et al. (1999/2000) e Migliacio (2000a). Tais prejuízos ao patrimônio arqueológico nacional continuam sendo denunciados por pesquisadores e ONGs (ver “Iphan confirma destruição de materiais arqueológicos” 2001).

A terceira grande obra de engenharia que contou com trabalhos de arqueólogos foi a do Gasoduto San Matias/Cuiabá ou Gasoduto Bolívia/Mato Grosso. Em um primeiro momento, as empresas Natrontec e Enron contrataram Nanci Vieira Oliveira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e Pedro Paulo Abreu Funari, da UNICAMP, para a realização de um levantamento arqueológico preliminar nas margens de seis rios a serem atingidos pelo empreendimento (N. Oliveira & Funari 1998 [2001]). A prospecção também foi concluída por meio de sondagens no subsolo e seus resultados – acrescidos do relatório sobre o salvamento do aterro Jatobá, situado na margem esquerda do rio Paraguai, localidade de Descalvado, município de Cáceres – foram divulgados na publicação “Arqueologia em Mato Grosso” (Funari & N. Oliveira 2000).

Os trabalhos de campo na área do Gasoduto San Matias/Cuiabá e adjacências foram executados em novembro de 1998, especificamente nos trechos em que a dutovia teria de cruzar os rios Paraguai, Padre Inácio, Jauru, Cachoeirinha, Sangradouro e Cuiabá. Os arqueólogos contratados contaram com a participação de pesquisadores da UNEMAT e do Museu Histórico de Cáceres, como o arqueólogo e historiador Luciano Pereira da Silva. Ao que tudo indica, *relações delicadas e dilemas éticos* envolveram pesquisadores (Caldarelli & Santos 1999/2000; Lynott 1997), contratantes e órgão licenciador da pesquisa, assim explicados:

Entretanto, conforme a representante da regional do IPHAN, Maria Clara Migliacio, havia sido alertado à ENRON em audiência pública

sobre os aspectos de impacto ambiental pela passagem do gasoduto e da potencialidade arqueológica da região, sendo imprescindível uma busca arqueológica em uma área muito maior do que a prevista pela construtora. Os trabalhos de campo foram restritos a “técnicas de superfície” devido a ENRON não ter providenciado junto ao IPHAN o licenciamento da pesquisa e, mesmo isto sendo feito por nós, não haveria tempo hábil para a permissão de utilização de todas as técnicas previstas no projeto. Desta forma, consideramos ser melhor um levantamento por demais limitado, do que nenhum, sendo a publicação dos resultados predominante para que tanto a audiência especializada quanto a audiência geral tenha acesso direto e público às evidências por nós encontradas (Funari & N. Oliveira 2000:6).

Salvo engano, esse é um caso em que profissionais foram contratados para a realização de pesquisas em determinados trechos do empreendimento e não em todo o traçado dutoviário, o qual totalizava aproximadamente 267 km de extensão entre os municípios de Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande e Cuiabá. Significa, portanto, que as empresas contratantes agiram em desacordo com algumas exigências legais previamente apontadas pelo IPHAN em audiência pública, algo que os próprios arqueólogos fizeram questão de registrar no relatório final de suas atividades. Esta é uma postura que considero necessária e correta do ponto de vista da ética na pesquisa arqueológica.

Durante os trabalhos vários sítios foram registrados, a saber: um pré-colonial, a céu aberto, com ocorrência de cerâmica e artefatos líticos, situado na localidade Recanto da Vovó, na área de influência do rio Paraguai; um capão-de-mato situado à margem direita do rio Padre Inácio, em um ponto onde foi encontrada uma estrutura de combustão; quatro pré-coloniais, a céu aberto e com evidências lito-cerâmicas, localizados à margem direita do rio Jauru; um com pintura rupestre, conhecido como *abrigo das tranças*, existente na região serrana próxima ao rio Cachoeirinha; e quatro outros sítios, sendo dois pré-coloniais e dois do período colonial, todos do tipo a céu aberto, situados à margem direita do rio Cuiabá (N. Oliveira & Funari 1998; Funari & N. Oliveira 2000).

Por motivos variados – inclusive *relações delicadas* entre os dois profissionais e a 14ª Coordenação Regional do IPHAN – os arqueólogos Gilson Rodolfo Martins, da UFMS, e Emília Mariko Kashimoto, então da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), assumiram os posteriores contratos firmados para a execução de novas pesquisas na área do Gasoduto San Matias/Cuiabá e da Usina Termelétrica de Cuiabá (UTC). Incluíram-se

neste outra etapa o levantamento em outros trechos da dutovia, o resgate de bens arqueológicos e o monitoramento dos processos tecnológicos aplicados durante a construção dos empreendimentos.

Neste caso a contratante foi a empresa Gasocidente do Mato Grosso Ltda., com sede em Cuiabá, e o contrato firmado com a FAPEC. Tudo indica que até meados do primeiro semestre de 2001 as pesquisas ainda estavam em andamento; havia apenas relatórios parciais e um artigo a ser publicado sobre o assunto, todos gentilmente cedidos pelos autores (Martins & Kashimoto 1999b, 1999c, 1999d, 2000a, 2000b). A metodologia utilizada para o levantamento arqueológico foi praticamente a mesma que Martins & Kashimoto (1998, 1999a) e Eremites de Oliveira & Peixoto (1997) recorreram por ocasião dos trabalhos realizados na área de impacto direto do Gasoduto Bolívia-Brasil, em 1997. Várias datações por termoluminescência (TL) foram obtidas para os sítios resgatados (ver Eremites de Oliveira & Viana 1999/2000). O resgate foi executado através da escavação de trincheiras, cortes estratigráficos do tipo *cabina telefônica* e áreas de decapagem (Martins & Kashimoto 1999c).

No lado boliviano do empreendimento as pesquisas foram coordenadas por Wanderson Esquerdo Bernardo e dirigidas por Emlen Myers, arqueólogos da Dames & Moore contratados pela Gasorient Bolívia, empresa responsável pelo empreendimento naquele país vizinho.

Sobre o salvamento do aterro Jatobá (coordenadas geográficas 16°44'37.3S e 57°42'10.4W), interessa aqui saber que os trabalhos foram desenvolvidos em abril e maio de 1999, financiados pelo banco BMN e motivados pela necessidade de avaliar e salvar as estruturas afetadas desde a década de 1950 (momento em que o sítio passou a sofrer perturbações decorrentes da construção de edificações no lugar). Além disso, os trabalhos também tiveram o propósito de “fornecer subsídios para o manejo da área de forma a preservar os setores não impactados do sítio”, bem como de um outro aterro existente na área, ponto onde havia sido construída a residência do caseiro da propriedade (Funari & N. Oliveira 2000:51).

A metodologia recorrida foi pensada em conformidade com as especificidades do sítio e com o tempo disponível para a execução dos trabalhos. Constou basicamente de coleta sistemática de material de superfície, sondagens a partir de *transects* e escavação de poços-teste e quatro trincheiras. Os resultados preliminares da pesquisa, ainda que devessem ser futuramente analisados com mais detalhes, são importantes

para o conhecimento produzido sobre a arqueologia do período pré-colonial da porção setentrional do Pantanal. Recentemente os autores obtiveram uma data radiocarbônica (C^{14}) para o aterro Jatobá, de ± 750 anos AP, segundo mensagem eletrônica recebida de Nanci Vieira Oliveira, em maio de 2001²².

Afora os trabalhos executados no contexto de planejamento e/ou execução de grandes projetos desenvolvimentistas, ao menos até o ano de 2000, um outro estudo não menos importante de apreciação foi concluído entre os anos de 1990 e 1991. Trata-se de um estudo contratado pela Justiça Federal e realizado no território do povo Kadiwéu, em Mato Grosso do Sul. Foi desenvolvido Gilson Rodolfo Martins, em atendimento a um despacho do Superior Tribunal Federal (STF) que determinava a realização de uma perícia judicial com objetivo de analisar a quem caberia o domínio de uma área de 140 mil ha. Esta área está localizada entre a Reserva Indígena Kadiwéu e o Condomínio Nabileque. O resultado das investigações originou o “Laudo pericial sobre os limites da Reserva Kadiwéu”, concluído em 1991. O estudo possui 109 páginas e até 2001 se encontrava na Segunda Vara da Justiça Federal em Campo Grande. Segundo o autor me informou naquela época, por meio de mensagem eletrônica recebida em maio de 2001, o trabalho ainda não seria público por conta de questões legais que envolveriam trabalhos desta natureza. Salvo melhor juízo esses processos não constituem segredo de justiça e podem ser acessados pelos interessados.

A participação de arqueólogos em perícias judiciais, para fins de reconhecimento de direitos territoriais por terras indígenas, tem sido um procedimento não muito raro em Mato Grosso do Sul, Estado que oficialmente possui a segunda maior população indígena do país. Grande parte dessa população é composta por representantes dos povos Terena, Guarani (Ñandeva) e Kaiowá. Geralmente este tipo de trabalho tem sido realizado quase que exclusivamente por antropólogos. Antigamente entendia que arqueólogos deveriam participar da elaboração de laudos periciais sobre demandas fundiárias por terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas. Hoje em dia, porém, tenho tido grande preocupação com esta possibilidade devido à questões de natureza ética e teórico-metodológico, conforme recentemente tratei no artigo “Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por

22 Em arqueologia, AP significa anos Antes do Presente, no qual o presente é, por convenção, o ano de 1950.

ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y" (Eremites de Oliveira 2007).

Os debates sobre a relação entre arqueologia e direitos de comunidades tradicionais ainda não foram exauridos no país. As profícuas discussões ocorridas durante o XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em Campo Grande, em 2005, protagonizadas por indígenas, arqueólogos e antropólogos constituíram em um marco histórico sobre o assunto.

Na ocasião um grupo de antropólogos e arqueólogos brasileiros (João Pacheco de Oliveira, Tania Andrade Lima, Ana Paula de Paula Loures de Oliveira e outros), preocupado com questões dessa natureza, propôs, durante a assembléia geral da SAB, a apreciação de um documento sobre o assunto. O documento foi aprovado pelos presentes com apenas um voto contrário. Em seu conteúdo a própria SAB solicitou do IPHAN o seguinte: (1) que o órgão não autorize projetos de pesquisa que impliquem na escavação de sepultamentos humanos em terras indígenas e em terras de descendentes de negros escravizados; (2) que igualmente negue a autorização para pesquisas desse tipo, exceto quando o responsável pelos estudos tenha a expressa e prévia autorização formal por parte das comunidades interessadas.

Um debate assim tem levantado questões polêmicas referentes ao exercício das profissões de arqueólogo e antropólogo em tarefas afins, a exemplo do reconhecimento de terras indígenas e quilombolas.

Em suma, assim como tem sido registrado em várias regiões do Brasil e de outros países, a arqueologia empresarial representa uma nova modalidade de pesquisa no âmbito da arqueologia no Pantanal; com ela surgiram novos aportes e novos problemas a serem resolvidos. Tudo isso faz parte do desenvolvimento da disciplina e da acumulação de conhecimentos, ainda que exija uma constante revisão dos princípios éticos da prática arqueológica contemporânea, sempre com vistas a manter atualizado o código de ética da categoria (Lynott 1997; Pels 1999; M. do C. Santos 2001).

Portanto, é certo que os primeiros passos rumo ao segundo momento da arqueologia pantaneira, o atual, já foram dados. A partir deles criou-se, com efeito, uma otimista perspectiva para o futuro das pesquisas arqueológicas naquela que é uma das mais importantes áreas ecológicas da bacia platina, além de uma importantíssima região para a compreensão da história indígena pré-colonial da América do Sul.

CONCLUSÃO

Se fez a tese com gosto, há de querer continuá-la. Comumente, quando se trabalha numa tese só se pensa no momento em que ela estará terminada: sonha-se com as férias que se seguirão. Mas se o trabalho for bem feito, o fenômeno normal, após a tese, é a interrupção de um grande frenesi de trabalho. Quer-se aprofundar todos os pontos que ficaram em suspenso, ir ao encaço das idéias que nos vieram à mente mas que se teve de suprimir, ler outros livros, escrever ensaios. E isto é sinal de que a tese ativou o seu metabolismo intelectual, que foi uma experiência positiva. É sinal, também, de que já se é vítima de uma coação no sentido de pesquisar, à maneira de Chaplin em *Tempos Modernos*, que continuava a apertar parafusos mesmo depois do trabalho: e será preciso um esforço para se refrear.

Humberto Eco

No decorrer deste livro apresentei uma primeira análise crítica e exaustiva sobre o desenvolvimento da arqueologia pantaneira. Assim o fiz à luz da história e da arqueohistória.

Desde o início entendi que um estudo deste nível, apesar de polêmico sob alguns olhares, seria de suma importância para a compreensão das idéias publicadas sobre o transcurso das populações humanas no Pantanal, especialmente dos povos indígenas que lá se estabeleceram desde tempos pré-coloniais. Acrescenta-se ainda a própria contribuição que o assunto favorece ao conhecimento da arqueologia praticada no Brasil. Portanto, seguindo o exemplo de alguns colegas ousei analisar a arqueologia pantaneira dentro do contexto histórico da própria sociedade em que vivemos. Esta proposta por si só poderá gerar controvérsias e questões de litígio, o que é salutar para o avanço da disciplina.

A partir desta perspectiva pude melhor compreender e explicar como determinados modelos interpretativos foram criados, isto é, percorrer os caminhos teórico-metodológicos recorridos para a construção de certas representações sobre o passado arqueológico local. Estas representações constituem modelos interpretativos e paradigmas que marcam o pensamento dos arqueólogos em dado momento.

Acredito ter esclarecido que a arqueologia pantaneira não é tão jovem como muitos afirmaram até pouco tempo. Em verdade, pode-se dizer que seu *primeiro momento* teve início em 1875, com o militar João Severiano

da Fonseca, logo após o término da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870). Nesse momento o governo brasileiro tratou de melhor definir as fronteiras do Brasil com os países vizinhos, especialmente com a Bolívia e o Paraguai. Daquele ano até a década de 1980, Max Schmidt e Branka Susnik foram os dois antropólogos que mais contribuíram para o conhecimento do passado indígena no Pantanal. Ambos os autores são de origem européia, receberam uma formação holística e humanística em antropologia e foram influenciados por idéias difusionistas e evolucionistas da época. Embora tenham publicado vários trabalhos, permanecem pouco conhecidos para a maioria dos arqueólogos e antropólogos brasileiros. Esta situação também contribuiu para que a região do alto Paraguai passasse despercebida aos olhos de muitos cientistas sociais que propuseram modelos explicativos sobre a história indígena pré-colonial platina.

Conforme demonstrei, o início do *primeiro momento* da arqueologia regional atesta uma tomada de consciência sobre a antiguidade dos povos indígenas no Pantanal, especialmente dos povos pescadores-caçadores-coletores que ali construíram várias estruturas monticulares (aterros) e produziram magníficos painéis com arte rupestre. Significa dizer, portanto, que a arqueologia pantaneira surgiu de maneira semelhante em relação ao início das pesquisas arqueológicas em outras partes do continente. Refiro-me às regiões em que desde a época colonial aterros, aterrados, cerritos, tesos, *mounds*, concheiros e sambaquis vêm despertando à atenção de muitos pesquisadores. Exemplo disso aconteceu no vale do Mississipi, no litoral Atlântico da América do Sul, na região amazônica e na própria região platina.

Mas foi em 1989, com o advento das primeiras pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Corumbá, que foi inaugurado o *segundo momento* da arqueologia pantaneira, o que vem até os dias de hoje. Este momento também reflete as mudanças de nuance registradas na arqueologia brasileira nas duas últimas décadas.

Desde então o Pantanal passou a ser alvo de pesquisas no campo da arqueologia moderna, quer dizer, de uma arqueologia desvinculada da procura incerta por objetos isolados, recolhidos para museus nacionais e estrangeiros, e dedicada a pesquisas sistemáticas, contínuas e organizadas. Neste novo momento, as investigações sobre os aterros constituíram o principal objeto de estudo, a menina dos olhos dos pesquisadores, e seus resultados passaram a ser amplamente divulgados.

Em minha opinião, de todos os projetos desenvolvidos ou em

andamento na região, o Projeto Corumbá foi o que deu mais contribuições para a arqueologia brasileira, além de deixar uma expressiva marca positiva na historiografia de Mato Grosso do Sul. Isto porque o projeto contribuiu sobremaneira para a entrada dos povos indígenas no campo de estudo dos historiadores e profissionais de áreas afins. De todo modo, avalio que seu maior legado tenha sido a publicação do resultado das pesquisas desenvolvidas até 1997 e, sobretudo, o treinamento contínuo de jovens arqueólogos e etnohistoriadores, os quais concluíram cursos de pós-graduação *stricto sensu* a partir da década de 1990. Alguns deles atualmente estudam novos objetos e assumiram outros desafios profissionais.

Durante a execução das pesquisas do Projeto Corumbá, aportes importantes foram igualmente produzidos para o entendimento do modo de vida e da história de vários povos os povos indígenas, como, por exemplo, os Guató e os genericamente chamados de Guarani, Xaray, Chané, Payaguá e Mbayá-Guaikuru. Considero tudo isso um marco na historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujo maior protagonista foi Pedro Ignacio Schmitz.

Além do Projeto Corumbá, outros projetos, com menos recursos e menor equipe, também contribuíram para o avanço da arqueologia regional. Um bom exemplo disso é projeto Ocupação pré-colonial do Pantanal Matogrossense: Cáceres-Taiamã, desenvolvido no pantanal de Cáceres, em Mato Grosso. Este projeto lançou luzes otimistas para a utopia da construção de uma história indígena total e na perspectiva da *longa e longuíssima duração*.

Além da produção de novos conhecimentos, no cômputo geral todos os projetos, de um modo ou de outro, tiveram sucesso no campo da arqueologia pública, principalmente no que se refere à preservação de recursos arqueológicos. Também não se pode esquecer das pesquisas executadas na modalidade da arqueologia empresarial, cada vez mais crescente em todo o mundo.

Apesar das contribuições apontadas, muito ainda está por ser feito se considerado as poucas pesquisas desenvolvidas na porção pantaneira da Bolívia e do Paraguai. Todavia as perspectivas futuras são animadoras diante da crescente preocupação com a preservação do patrimônio arqueológico platino, especialmente em áreas diretamente afetadas por obras de engenharia como gasodutos, hidrovias e termelétricas.

Por tudo isso, acredito que este trabalho apresenta contribuições para um (re) pensar contínuo sobre a arqueologia praticada na região pantaneira,

sobremaneira para aqueles pesquisadores ávidos por produzir novos conhecimentos, rever antigos paradigmas e questionar certos modelos interpretativos. Assim o fazendo, jovens arqueólogos tenderão a apresentar novas interpretações para a arqueologia, as quais posteriormente serão revistas pelas futuras gerações. Dessa maneira muitas das interpretações que hoje em dia têm certa aceitação na comunidade científica, amanhã poderão ser refutadas e outras tantas propostas em seu lugar. Algumas ficarão para a história da arqueologia, outras quiçá se tornarão obras clássicas da disciplina, pretensão esta que jamais motivou a elaboração deste livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ACADEMIA PARAGUAYA DE LA HISTORIA. 1996. Branislava Susnik (1920-1996). *Historia Paraguaya*, Asunción, 36:13-14.

BARROS, C. 1999. Guató: o resgate dos ancestrais pantaneiros. *Eco Tour News*, Cuiabá, 3:16-19.

BECCARI, Á. 1999. Cinco mil anos antes de Cabral. Expedição descobre sinais de cultura européia no Brasil antes do Descobrimento. *Galileu*, pp.1-2. (http://galileu.globo.com/edic/99/nos_arqueologia1.htm [24/04/2008])

BINI, C. 2001. Pesquisa “ressuscita” índios guató. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 11 jun.

CÁCERES, L. P. 2000. Dr. Carlos Pusineri Scala: apasionado por nuestra historia. *Noticias Domingo*, Asunción, 3(153): 12-13, 22 oct.

III CATÁLOGO da Produção Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 1999. 2000. Campo Grande, EdUFMS.

CIVILIZAÇÃO da Antiga Atlântida: pesquisadores procuram ruínas na região de Corumbá. 1986. *Diário da Manhã*, Corumbá, 8(1793), 6 ago.

FUNARI, P. P. A. 2001. *Pedro Paulo A. Funari, publicações sobre Arqueologia*. São Paulo. (não publicado)

- GAMA, J. 1999. Expedição sai em busca da pré-história brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul.
- HAAG, C. 1999. Em busca da civilização perdida brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 set., p.D-11.
- IPHAN confirma destruição de materiais arqueológicos, 2001. (www.riosvivos.org.br [8/5/2001])
- JAEGER, L. G. et al. 1957. Instituto Anchieta de Pesquisas. *Pesquisas*, Porto Alegre, 1:7-9.
- LEITE, M. 2000. O país sem pré-história. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Mais!, 19 mar., pp.1-12.
- MAGESTE, P. 2001. Anche i Guatos combattono per una zona del Pantanal. *Corriere della Sera*, Milano, 10 set., p.15.
- NAY, C. & MÉRITENS, P. de. 1998. La supériorité du nucléaire en termes de sécurité est écrasante. *Le Figaro Magazine*, Paris, 14 nov.
- NOGUEIRA, S. 2000. Pesquisadores estão pessimistas com a Arqueologia Brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr.
- OFÍCIO/SPHAN/N.º 154/86, de 24 de junho de 1986.
- OLIVEIRA, M. 2000. Guatós: os últimos canoeiros do Pantanal. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 3 dez., pp.B1-B2.
- RELAÇÃO das teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, PUCRS, 3 abr., 2001.
- SILIMON, L. de. 1972. *Fichas de registro de pesquisa arqueológica*. Cuiabá, CODEMAT. (não publicado)
- SILVEIRA, L. 1999. O último Pantanal. *Terra*, São Paulo, Abril, 85:44-55.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. 1989. Diretrizes para a Arqueologia Brasileira: Documento de Santa Cruz do Sul. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 17(20):457-463.
- TERMO de Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e o Instituto Anchieta de Pesquisas. 1986. Campo Grande. (não publicado)
- TERMO de Ajuste ao Convênio de Mútua Cooperação celebrado entre a

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e o Instituto Anchieta de Pesquisas. 1990. Campo Grande. (não publicado)

YSHY, A. (Coord.). 2002. Os últimos Guató agonizam. *Ecologia em Notícias*, Campo Grande, 318:1-13. (www.riosvivos.org.br [16/5/2002])

FONTES SECUNDÁRIAS

AB'SABER, A. N. 1988. O Pantanal Mato-grossense e a Teoria dos Refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 50:9-57.

_____. 2006. *Brasil: paisagem de exceção. O litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos*. Cotia, Ateliê Editorial.

AB'SABER, A. N. & MÜLLER-PLANTENBERG, C. 1998. Previsão de impactos ambientais e sociais: experiências do Brasil, Rússia e Alemanha. In MÜLLER-PLANTENBERG, C. & AB'SABER, A. N. (Org.). *Previsão de impactos: o Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo, Edusp, pp.15-19.

ACUTO, F. A. & ZARANKIN, A. 1999. Introducción: aun sedientos. In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. A. (Ed.). *Sed Non Satiata. Teoría social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires, Tridente, pp.7-15.

ALCINA FRANCH, J. 1989. *Arqueología antropológica*. Madrid, Akal.

ARRUDA, J. J. & TENGARRINHA, J. M. 1999. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, Edusc.

AZEVEDO, E. 2004. *O Programa de Salvamento Arqueológico do Gasoduto Bolívia-Brasil*. Edição bilingüe português/inglês. Tradução para inglês de Thomas Nerney. São Paulo: DBA Artes Gráficas.

AZEVEDO, N. P. de. 1994. Arqueologia e modernidade. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(1):17-23.

BALCOM, R. et al. 1996. Medio Antrópico (Recursos Arqueológicos). In *Evaluación del Impacto Ambiental del Mejoramiento de la Hidrovia Paraguay-Paraná – Diagnóstico Integrado Preliminar*. Buenos Aires,

- Taylor Engineering Inc./Golder Associates Ltd./Consular Consultores Argentinos/Connal Consultora Nacional Srl., v.3., pp.1-24.
- BALDUS, H. 1951. Max Schmidt: 1874-1950. *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), São Paulo, 5:253-260.
- _____. 1954. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo, Comissão do 4º Centenário da Cidade de São Paulo, v.1.
- BANDUCCI JÚNIOR, A. 1999. O significado simbólico da relação homem e natureza entre vaqueiros no Pantanal da Nhecolândia. In *Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal*. Corumbá, EMBRAPA Pantanal, pp.423-429.
- _____. 2000. Hidrovia Paraguai-Paraná: ameaças às comunidades pantaneiras. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 27(159):62-66.
- BARCELOS, A. H. F. *Espaço e arqueologia nas missões jesuítas*. Porto Alegre : Edipucrs, 2000.
- BARRETO, C. 1998. Brazilian Archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, Cambridge, 72:573-581.
- _____. 1999. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Série Suplemento), São Paulo, 3:201-212.
- _____. 1999/2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve História da Arqueologia Brasileira. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):32-51.
- BASTIDE, R. 1979. *Antropologia aplicada*. Tradução de M. L. Pereira & J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva.
- BEBER, M. V. 1994. *Arte rupestre do nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- _____. 2000. Pinturas e gravuras do Mato Grosso do Sul. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 14:319-326.
- BEBER, M. V. & PEIXOTO, J. L. dos S. 2000. A utilização do geoprocessamento em Arqueologia. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)
- BECKER, I. I. B. 1984. El indio y la colonización: Charrúas y Minuanes.

Pesquisas (Série Antropologia), São Leopoldo, 37.

_____. 1992. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da Província do Paraguai. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 47.

BERNARDI, B. 1988. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Trad. de A. C. M. da Silva, Lisboa, Edições 70.

BERTO, G. L. 2000. *Arqueologia da arte parietal do alto vale do Taquari, MS*. Monografia de Graduação. Porto Alegre, UFRGS.

BEZERRA, M. A. de O. 1999. *O uso de multi-traçadores na reconstrução do holoceno no Pantanal Mato-grossense, Corumbá, MS*. Tese de Doutorado. São Carlos, UFSCar.

_____. 2001. Estudos paleolimnológicos no Pantanal Mato-grossense. *Programa e Resumos do 12º Encontro de Biólogos do CRBio-1 e 3º Encontro Nacional de Biólogos do CFBio*. Campo Grande, EdUFMS, pp.29-30.

BINFORD, L. R. 1967. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, Washington, 32(1):1-12.

_____. 1980. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, Washington, 45(1):4-20.

_____. 1988. *En busca del pasado. Descifrando el registro arqueológico*. Trad. de P. Gassul, Barcelona, Crítica.

_____. 1989. *Debating Archaeology*. San Diego, Academic Press.

_____. 2001. *Constructing frames of reference: an analytical method for archaeological theory building using hunter-gatherer and environmental data sets*. Berkeley, University of California Press.

BINFORD, L. R. & BINFORD, S. R. 1968. *News perspectives in Archaeology*. Chicago, Aldine Publishing Company.

BITENCOURT, A. L. V. 1992. Projeto Corumbá – sub-região do Abobral: a implantação dos aterros. In SOUZA, A. M. de et al. (Ed.). *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB/CNPq/FINEP/UNESA, v.2, pp.792-800.

BLUMA, F. V. 1973. Sítios arqueológicos em Mato Grosso. *Dimensão*,

Corumbá, 3:133-138.

BLOCH, M. 1987. *Introdução à história*. 5ª ed., Trad. de M. Manuel & R. Grácio, Lisboa, Europa-América.

BOAS, Franz. 2004. *Antropologia cultural*. Organização e tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BOGGIANI, G. 1898. Etnografia del Alto Paraguay. *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Buenos Aires, 18:613-625.

BORDIEU, P. 1992. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. de Sergio Miceli et al. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva.

BOSI, A. 2000. A importância da universidade pública. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 28(165):42-48.

BRAUDEL, F. 1978. *Escritos sobre a história*. Trad. de J. Guinsburg & T. C. S. da Mota, São Paulo, Perspectiva.

_____. 1989. *Gramática das civilizações*. Trad. de A. de P. Danesi, São Paulo, Martins Fontes.

BROCHADO, J. J. J. P. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. PhD Tesis. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign.

BUCHER, E. H. et al. 1994. *Hidrovia: uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná*. São Paulo, NUPAUB-USP.

BUDWEG, H. 1999. *Projeto Tapajós: Brasil 5000 anos antes de Cabral. Relatório de viagem de prospecção arqueológica pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. São Paulo, Bayer/Siemens/Landrover.

CALDARELLI, S. B. (Org.). 1997. *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/ Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia.

_____. 1999. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Série Suplemento), São Paulo, 3:347-369.

CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. do C. M. M. dos. 1999/2000. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):52-73.

CAMPOS, A. P. de. 1862. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que ha na derrota da viagem das Minas do

- Cuyabá e seu reconcavo... *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 25:437-449.
- CAMPOS, P. M. 1977. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.250-293.
- CARDOSO, C. F. S. 1994. *Uma introdução à história*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, C. F. S. & BRIGNOLI, H. P. 1990. *Os métodos da história*. 5ª ed., Trad. de J. Maia, Rio de Janeiro, Graal.
- CARLE, C. B. 1990. *Relatório parcial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq*. Relatório de bolsa de aperfeiçoamento científico do CNPq. Porto Alegre, UFRGS. (não publicado)
- _____. 1991. *Relatório final ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq*. Relatório de bolsa de aperfeiçoamento científico do CNPq. Porto Alegre, UFRGS. (não publicado)
- CARVALHO, M C. M. de (Org.). 1995. *Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas*. 5ª ed., Campinas, Papirus.
- CARVALHO, S. M. S. 1992. Chaco: encruzilhada dos povos e “melting pot” cultural. In CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Cia das Letras, pp.457-474.
- CASTELNAU, F. 1850-1851. *Expédition dans les parties centrales de l’Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Pará. Histoire du voyage*. Paris, 6t.
- _____. 1949. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. de O. M. de O. Pinto, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CERTEAU, M. de. 1982. *A escrita da história*. Trad. de M. de L. Menezes, Rio de Janeiro, Forense.
- CHAPARRO, M. & BEZERRA, M. A. de O. 1988. *Moluscos do Pantanal do Abobral – uma abordagem arqueológica*. Corumbá, UFMS. (não publicado)
- CHILDE, V. G. 1986. *A evolução cultural do homem*. 5ª ed., Trad. de W. Dutra, Rio de Janeiro, Zahar.

- CLARCK, D. L. 1977. *Spatial Archeology*. New York, Academy Press.
- CLAVAL, P. 1999. *Geografia Cultural*. Trad. de L. F. Pimenta & M. de C. A. Pimenta, Florianópolis, EdUFSC.
- COELHO, V. P. (Org.). 1993. *Karl von den Steinen: um século de Antropologia no Xingu*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- COLLINGWOOD, R. G. 1981. *A idéia de história*. Trad. de A. Freire, Lisboa, Presença.
- COPÉ, S. M. 1989. *Ocupação pré-colonial no vale dos rios Taquari e Paraguai, MS*. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre, UFRGS. (não publicado)
- _____. 1991. *Les peintures rupestres du haut fleuve Taquari, Mato Grosso do Sul, Brésil*. Mémoire d'Etudes Approfondies. Paris, Université de Paris I.
- CORRÊA, V. B. 1985. O comércio de Corumbá como um capítulo da História Política de Mato Grosso. In CORRÊA, V. B. et al. *Casario do Porto de Corumbá*. Campo Grande, Fundação de Cultura de MS; Brasília, Gráfica do Senado Federal.
- _____. 1995. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, EdUFMS.
- CORRÊA, V. B. & CORRÊA, L. S. 1985. *História e historiografia de uma região*. Corumbá, s.e.
- CORRÊA, V. B. et al. 1994. *Arrolamento da produção científica na área de história (1968-1993)*. Campo Grande, EdUFMS.
- CORRÊA FILHO, V. 1969. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL-MEC.
- COSTA, J. F. G. da. 1997. *O lugar, a gente e as coisas: um estudo sobre a história, a subsistência e a cultura material dos marroquianos da Serra das Araras, MT*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- COSTA E SILVA, P. P. 1992. *Estudo bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá, CCS.
- DAMASCENO JÚNIOR, G. A. et al. 1999. Aspectos florísticos e fitofisionômicos dos capões de mato do Pantanal do Abobral. In *Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal*.

Corumbá, EMBRAPA Pantanal, pp.203-214.

DAMES & MOORE. 1999. *Gasoducto Bolivia-Brasil (sector boliviano). Excavaciones arqueológicas em los Bañados del Izoog y areas adyacentes. Informe final.* Cochabamba, Dames & Moore.

DE MASI, M. A. N. 1990a. *Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: o assentamento de Armação do Sul, SC, Brasil.* Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.

_____. 1990b. O material lítico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 17(20):259-266.

DIAS, A. S. 1994. *Repensando a tradição Umbu a partir de um estudo de caso.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

DIAS JÚNIOR, O. F. 1997. A contribuição de Betty Meggers para a Arqueologia Pré-histórica da América do Sul. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 10:7-18.

DIEGUES, A. C. S. 1996. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo, Hucitec.

ECO, H. 1983. *Como se faz uma tese.* Trad. de G. C. C. de Souza, São Paulo, Perspectiva.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 1991. *Estudos arqueológicos sobre a pré-história da região de Corumbá. Relatório final de atividades de iniciação científica.* Corumbá, UFMS. (não publicado)

_____. 1992. *Síntese da arqueologia do Grande Chaco com ênfase aos Pantanaís Mato-grossenses.* Monografia da disciplina de Pré-história Americana e Brasileira. Porto Alegre, PUCRS. (não publicado)

_____. 1994. A utilização da analogia etnográfica no estudo dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2):159-167.

_____. 1995a. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

_____. 1995b. *Os aterros do Rio Grande do Sul: em busca de um modelo de assentamentos e subsistência através da sua comparação com os aterros da Lagoa do Jacadigo, Pantanal Matogrossense.* Relatório de

pesquisa do Programa de Recém-mestre da FAPERGS. São Leopoldo, IAP-UNISINOS/FAPERGS. (não publicado)

_____. 1996a. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre, Edipucrs.

_____. 1996b. Os Índios. In FRANCISCHINI, S. (Org.). *Pantanal – Um Passeio pelo Paraíso Ecológico*. Enciclopédia multimídia em **cd-rom**. Campo Grande, Posthage Mídia Interativa/EMBRAPA-CPAP/Sebrae.

_____. 1996c. Guató – os argonautas do Pantanal. In KERN, A. A. (Org.). *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre, Edipucrs, v.2, pp.499-518.

_____. 1997a. Levantamento arqueológico, para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de dutovias. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.28-34.

_____. 1997b. Parecer acerca da avaliação do impacto da Hidrovia Paraguai-Paraná sobre o patrimônio arqueológico de Mato Grosso do Sul. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.191-196.

_____. 1997c. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena das áreas inundáveis da planície de inundação do Pantanal. *Notícias de Antropolg a y Arqueología*. Revista Eletr nica, Buenos Aires, 19:1-19.

_____. 1997d. Ambiente e cultura no contexto da ocupac o indígena das áreas inundáveis da planície de inunda o do Pantanal. *Fronteiras*, Campo Grande, 3(6):9-34.

_____. 1997e. A teoria dos refúgios e a ocupac o indígena das áreas inundáveis do Pantanal. *Revista de Geografia*, Campo Grande, 3(6):23-30.

_____. 1997f. A Hidrovia Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: denúncia de um caso de sofisma. *Fronteiras*, Campo Grande, 1(2): 47-64.

_____. 1998a. Apresentac o. *Fronteiras*, Campo Grande, 2(4):5-6.

_____. 1998b. Diagnóstico Sócio-ambiental da Reserva Indígena Guat  – Ilha  nsua: contribuic es de um arqueol go. *Fronteiras*, Campo

Grande, 2(4):103-122.

_____. 1998c. *O sítio arqueológico existente no km 29 do Gasoduto Bolívia-Brasil em Corumbá-MS. Relatório final*. UFMS-FAPEC/PETROBRAS, Dourados. (não publicado)

_____. 1999. A ocupação indígena das áreas inundáveis do Pantanal. *Anais II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: manejo e conservação*. Corumbá, EMBRAPA, pp.507-516.

_____. 2000a. Antes e depois de Cabral: povos indígenas em Mato Grosso do Sul. *Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular* (Série Calendário da Cidadania), Campo Grande, Secretaria de Estado de Educação, 7:3.

_____. 2000b. Vida e morte do povo Guató – I. *O Progresso*, Dourados, 13 dez., p.2.

_____. 2000c. Vida e morte do povo Guató – II. *O Progresso*, Dourados, 14 dez., p.2.

_____. 2000d. Vida e morte do povo Guató – III. *O Progresso*, Dourados, 15 dez., p.2.

_____. 2000e. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena das áreas inundáveis da planície de inundação do Pantanal. In SOUZA, S. M. de. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)

_____. 2000f. O uso tradicional da palmeira acuri pelos índios Guató e suas implicações para a Arqueologia no Pantanal. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 14:281-298.

_____. 2001a. Breve história do povo Guató. *O Progresso*, Dourados, 19 abr., p.2.

_____. 2001b. Breve história do povo Guató. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 19 abr., p.A-3.

_____. 2001c. A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, 2(2):115-124.

_____. 2001d. Acuri, a palmeira dos índios Guató. *Suplemento Antropológico*, Asunción, 36(1):355-386.

_____. 2002. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a*

arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS.

_____. 2003. Los primeros pasos en dirección de una arqueología pantanera: de Max Schmidt y Branka Susnik hacia otras interpretaciones sobre los pueblos indígenas de las tierras bajas del Pantanal. *Suplemento Antropológico*, Asunción, 38(2):9-72.

_____. 2004. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande, Oeste.

_____. 2007. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 10(1):95-113

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEIXOTO, J. L. dos S. 1993a. *Diagnóstico de avaliação do impacto do Gasoduto Bolívia-Brasil ao patrimônio arqueológico do Estado de Mato Grosso do Sul – trecho Corumbá-Terenos (km 0-350)*. Porto Alegre, FAPEC-UFMS/PETROBRAS. (não publicado)

_____. 1993b. Arqueologia no Pantanal – Projeto Corumbá. *Resumo das Comunicações do I Seminário-feira de Pesquisa e Pós-graduação*. São Leopoldo, UNISINOS, p.92.

_____. 1996. O impacto do Gasoduto Bolívia-Brasil ao patrimônio arqueológico do Mato Grosso do Sul. *Histórica*, Porto Alegre, 1:93-100.

_____. 1997. *Prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul (km zero-350)*. Dourados/Corumbá, UFMS-FAPEC/PETROBRAS. (não publicado)

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2003. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande.

_____. 2007. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em reflexão: revista eletrônica de História*, Dourados, 1(2):1-20.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J. & VIANA, S. A. 2000. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):142-189.
- ESSELIN, P. M. 1994. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- _____. 2000. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778)*. Campo Grande, EdUFMS.
- FAUSTO, B. 1999. *História do Brasil*. 6ª ed., São Paulo, Edusp/FDE.
- FERNANDES, F. 1990. *A transição programada: o período pós-constitucional*. São Paulo, Cortez.
- FERREIRA, L. M. 1999. Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 4(1):9-36.
- _____. 2001. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877). *Varia Historia*, Belo Horizonte, 24:149-171.
- FISH, P. & KOWALEWSKI (Ed.). 1990. *The archaeology of regions – a case for full-coverage survey*. Washington, Smithsonian Institution Press.
- FLORENCE, H. 1875. Esboço da viagem feita pelo sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Trad. de A. d'E. Taunay, Rio de Janeiro, 38(2):355-469.
- _____. 1948. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1929*. 2ª ed., Trad. de A. d'E. Taunay, São Paulo, Melhoramentos.
- _____. 1977a. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. de A. d'E. Taunay, São Paulo, Cultrix/Edusp.
- _____. 1977b. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas Províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829)*. Trad. de F. A. Machado & V. Florence, Assis, Museu de Arte de São Paulo.
- FOGAÇA, E. 2000. Teoria e método na Arqueologia Brasileira (ou O Demônio de Maxwell). In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. **(cd-rom)**

- FONSECA, J. S. da. 1880. *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & C., 2v.
- _____. 1986. *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*. Rio de Janeiro, Bibliex, 2v.
- FORD, J. A. 1962. *Método cuantitativo para establecer cronologías culturales*. Washington, Unión Panamericana/OEA.
- FUNARI, P. P. A. 1988. *Arqueologia*. São Paulo, Ática.
- _____. 1989. Brazilian Archaeology and World Archaeology: some remarks. *World Archaeological Bulletin*, 3:60-68.
- _____. 1992. La Arqueología en Brasil: política y academia en una encrucijada. In POLITIS, G. G. (Ed.). *Arqueología en América Latina hoy*. Bogotá, Biblioteca Banco Popular, pp.57-69.
- _____. 1993a. Memória histórica e cultura material. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 13(25-26):17-31.
- _____. 1993b. *Algumas reflexões sobre a relação entre a teoria e a práxis na arqueologia*. Palestra proferida no VII Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia e I Fórum de Arqueologia do Cone Sul. Taquara (3/4/1993).
- _____. 1994a. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1:23-41.
- _____. 1994b. Paulo Duarte e Instituto de Pré-história: documentos inéditos. *Idéias*, Campinas, 1(1):155-179.
- _____. 1998a. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-americano. In FUNARI, P. P. A. (Org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas, IFCH-UNICAMP, pp.7-34.
- _____. 1998b. *Teorias arqueológicas na América do Sul*. Campinas, EdUnicamp.
- _____. 1999a. Brazilian Archaeology: a reappraisal. In POLITIS, G. G. & ALBERTI, B. *Archaeology in Latin America*. London, Routledge, 1999, pp.17-37.
- _____. 1999b. A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia Sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Série Suplemento), São Paulo, 3:213-220.

- _____. 1999/2000. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):74-85.
- _____. 2000. Archaeology, education and brazilian identity. *Antiquity*, Cambridge, 74(283):182-185.
- FUNARI, P. P. A. & NOELLI, F. S. 2002. *Pré-história do Brasil*. São Paulo, Contexto.
- FUNARI, P. P. A. & OLIVEIRA, N. V. 2000. *Arqueologia em Mato Grosso*. Campinas, UNICAMP.
- GASODUTO Bolívia-Brasil. Estudos de Impacto Ambiental – EIA. 1993. Rio de Janeiro, PETROBRAS/Engevix, 4v.
- GASPAR, M. D. [Madu Gaspar]. 2000. *Sambaqui: Arqueologia no litoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GIRELLI, M. 1994. *Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.
- _____. 1996a. Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS. In KERN, A. A. (Org.). *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre, Edipucrs, v.2, pp.93-101.
- _____. 1996b. Pesquisas arqueológicas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 32(147):91-107.
- GONZÁLEZ, E. M. R. 1996a. *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- _____. 1996b. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6:83-121.
- GUIMARÃES, M. L. S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1:5-27.
- HACKBART, P. da S. *Análise do petroglifo MS-CP-41 – Corumbá-MS*. Monografia de Graduação. São Leopoldo, IAP-UNISINOS, 1997.
- HARDESTY, D. L. 1979. *Antropología Ecológica*. Trad. de R. A. García & F. R. Domenech, Barcelona, Bellaterra.
- HARRIS, M. 1993. *El desarrollo de la teoría antropológica. Una historia de las teorías de la cultura*. Trad. de R. V. del Toro, Madrid, Siglo XXI.

- _____. 1995. *Antropología Cultural*. 3ª ed., Trad. de V. Bordoy & F. Revuelta, Madrid, Alianza.
- HARVEY, D. 1992. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5ª ed., Trad. de A. V. Sobral & M. S. Gonçalves, São Paulo, Loyola.
- HECKENBERGER, M. J. et al. 1998. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 41(1): 69-96.
- HERBERTS, A. L. 1998. *Os Mbayá-Guaycuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.
- _____. 1988b. História dos Mbayá-Guaycuru: panorama geral. *Fronteiras*, Campo Grande, 2(4):39-76.
- HESTER, T. R. et al. 1988. *Métodos de campo en arqueología*. Trad. de M. A. S. García, México, Fondo de Cultura Económica.
- HILBERT, K. P. K. 1991. *Aspectos de la arqueología en el Uruguay*. Mainz, Verlag Philipp von Zabern.
- HILBERT, K. P. K. et al. 1993. *Levantamento arqueológico da praia de Imbé, RS. Relatório de campo*. Porto Alegre, PUCRS. (não publicado)
- HILL, J. N. 1991. Archaeology and the accumulation of knowledge. In PREUCEL, R. W. (Ed.). *Processual and Postprocessual Archaeologies: multiple ways of knowing the past*. Illinois, The Southern Illinois University at Carbondale, pp. 42-53.
- HOBSBAWM, E. 1998. *Sobre História: Ensaios*. 2ª ed., Trad. de C. K. Moreira, São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. 1995. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed., Trad. de M. Santarrita, São Paulo, Cia das Letras.
- HOELTZ, S. 1997. *Artesãos e artefatos pré-históricos do vale do rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, Edunisc.
- IANNI, O. 1992. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense.
- IGLÉSIAS, F. 1979. A História no Brasil. In FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (Coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo, Epu/Edusp, pp.265-301.

JANOTTI, M. de L. M. 1990. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no Período Republicano, um exemplo. In SILVA, M. A. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo, Marco Zero/MCT-CNPq, pp.81-101.

KAPLAN, D. & MANNERS, R. A. 1981. *Teoria da cultura*. 2ª ed., Trad. de Z. Kacelnik, Rio de Janeiro, Zahar.

KASHIMOTO, E. M. 1997a. O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos em áreas arqueologicamente pouco conhecidas. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/ Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.91-94.

_____. 1997b. *Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo.

KEESING, F. M. 1961. *Antropologia cultural*. Trad. de W. Dutra, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 2 v.

KERN, A. A. 1991. A cultura material, a História e a Arqueologia. In *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba, SBPH, pp.37-40.

_____. 1992. Abordagens teóricas em Arqueologia. In SOUZA, A. M. de et al. (Ed.). *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB/CNPq/FINEP/UNESA, v.1, pp.44-57.

_____. 1994. O Sítio-escola Internacional do Pós-graduação em História da PUCRS: importância e caracterização. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2):89-98.

_____. 2000a. A Arqueologia no Pós-graduação em História da PUCRS. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. **(cd-rom)**

_____. 2000b. O perfil dos historiadores no novo milênio. *Revista da SBPH*, Curitiba, 19:4-17.

_____. 2001. O futuro do passado: os arqueólogos do novo milênio. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 42(1-2):115-136.

KERSTEN, L. 1968. *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII. Una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*. Trad.

de J. von Hauenschid, Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste.

KIPNIS, R. 1997. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/ Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.34-40.

KIPNIS, R. et al. (Org.). 1994-1995 [1997]. Bibliografia da Arqueologia Brasileira. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, 15-16:i-x/1-313.

KOSLOWSKY, J. 1895. *Tres semanas entre los indios Guatós. Excursión efectuada en 1894*. La Plata, Talleres de Publicaciones del Museo. (Separata de la Revista del Museo de La Plata, 6)

LABURTHER-TOLRA, P. & WARNIER, J.-P. 1999. *Etnologia – Antropologia*. 2ª ed., Trad. de A. H. Cavalcanti, Petrópolis, Vozes.

LACOUTURE, J. 1993. A história imediata. In LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. 2ª ed., Trad. de E. Brandão, São Paulo, Martins Fontes, pp.216-240.

LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. (Ed.). 1989. *Archaeological thought in America*. Cambridge, Cambridge University Press.

LANDA, B. dos S. 1993. Arte rupestre no vale dos rios Taquari e Paraguai – MS: primeiras notícias. *Anais do VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia*. Porto Alegre, CEPA-PUCRS, pp.22-27.

_____. 1995. *A mulher Guarani: atividades e cultura material*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

LANGER, J. 1997a. Mitos arqueológicos e poder. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 12:109-125.

_____. 1997b. O megalitismo na pré-história brasileira. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 10:89-106.

LAPA, J. R. do A. 1981. *Historiografia Brasileira contemporânea: a história em questão*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes.

_____. 1985. *História e historiografia do Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LAROQUE, L. F. de S. 1998. *Etno-história*. São Leopoldo, IAP-UNISINOS.

(não publicado)

_____. 1999. *Etno-história*. (www.neblina.unisinos.tche.br/iap/etno.htm [16/03/1999]).

LATHRAP, D. W. 1975. *O alto Amazonas*. Trad. de M. A. Garcia, Lisboa, Verbo.

LE GOFF, J. 1992. *História e memória*. 2ª ed., Trad. de I. Ferreira et al., Campinas, EdUNICAMP.

_____. 1993. A História Nova. In LE GOFF, J. *A história nova*. 2ª ed., Trad. de E. Brandão, São Paulo, Martins Fontes, pp.25-64.

LEE, R. B. & DE VORE, I. (Ed.). 1973. *Man the hunter*. 4ª ed., Chicago, Aldine.

LEROI-GOURHAN, A. 1981. *Pré-história*. Trad. de J. Uratsuka & C. D. R. Garcia, São Paulo, Pioneira/Edusp.

LÉVI-STRAUSS, C. 1998. *Tristes trópicos*. Trad. de R. F. d'Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras.

LIMA, T. A. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço biográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista* (Nova Série), São Paulo, 1:225-262.

_____. 1995/1996. A Arqueologia Histórica na encruzilhada: processualismo + ou x pós-processualismo?. In KERN, A. A. (Org.). *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre, Edipucrs, v.1, pp.227-230.

_____. 2000a. Teoria e método na Arqueologia Brasileira: avaliação e perspectivas. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)

_____. 2000b. Complexidade emergente entre caçadores-coletores: uma nova questão para a pré-história brasileira. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)

_____. 2000c. Os construtores de sambaquis: complexidade emergente no litoral sul/sudeste brasileiro. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)

_____. 2001. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil:

- omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, México, 20:51-79.
- LIMA, T. A. & SILVA, R. C. P. da. 1999. 1898-1998: a Pré-história Brasileira em cem anos de livros didáticos. *Fronteiras*, Campo Grande, 3(6):91-134.
- LISBOA, K. 1999. Terra de fenômenos e descobertas: o Brasil dos viajantes Spix e Martius. *Debates socioambientais*, São Paulo, 5(13):4-5.
- LUMBRERAS, L. G. 1992. La arqueología sudamericana: tres décadas. In MEGGERS, B. J. (Ed.). *Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas*. Santiago de Chile, Editorial Universitaria; Washington, Taraxacum, pp.27-32.
- LYNOTT, M. J. 1997. Ethical principles and archaeological practice: development of an ethics policy. *American Antiquity*, Washington, 62(4):589-599.
- MAGALHÃES, M. L. 1999. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.
- _____. 2000. A participação dos Payaguá nas oscilações político-econômicas entre Assunção e Cuiabá. *Fronteiras*, Campo Grande, 6(12):37-44.
- MAGALHÃES, M. P. 1993. *O tempo arqueológico*. Belém, MCT/CNPq/ Museu Paraense Emílio Goedi.
- MALINOWSKI, B. 1984. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Trad. de A. P. Carr & L. A. C. Mendonça. 3ª ed., São Paulo, Abril Cultural.
- MARTIN, G. 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife, EdUFPE.
- MARTINS, G. R. 1987a. *Relatório de registro de um sítio arqueológico, etnográfico e histórico em Amambai-MS, pelo projeto "Levantamento Arqueológico do MS"*. Dourados, UFMS. (não publicado)
- _____. 1987b. *Relatório de registro dos sítios arqueológicos MS-AQ-01 e MS-AQ-02 no município de Aquidauana, MS*. Dourados, UFMS. (não publicado)
- _____. 1988. *O povoamento pré-histórico na região de Antônio João-MS*. Dourados, UFMS.

_____. 1992. *Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, UFMS/FNDE.

_____. 1996. *Arqueologia do Planalto de Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-I através da análise quantitativa de sua indústria lítica*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.

MARTINS, G. R. & KASHIMOTO, E. M. 1998. Arqueologia na área impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos Três Lagoas/MS. *Revista do Museu e Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8:87-107.

_____. 1999a. *Resgate arqueológico na área do Gasoduto Bolívia/Brasil em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, EdUFMS.

_____. 1999b. *Projeto de Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso (Trecho Brasileiro). Primeiro relatório trimestral*. FAPEC-UFMS/Gasocidente do Mato Grosso Ltda., Campo Grande. (não publicado)

_____. 1999c. *Projeto de Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso (Trecho Brasileiro). Segundo relatório trimestral*. FAPEC-UFMS/Gasocidente do Mato Grosso Ltda., Campo Grande. (não publicado)

_____. 1999d. *Projeto de Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso (Trecho Brasileiro). Terceiro relatório trimestral*. FAPEC-UFMS/Gasocidente do Mato Grosso Ltda., Campo Grande. (não publicado)

_____. 2000a. Projeto “Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso: Trecho Brasileiro”. *Clio (Série Arqueologia)*, Recife, 14:353-363.

_____. 2000b. *Projeto de Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso (Trecho Brasileiro). Quarto relatório trimestral*. FAPEC-UFMS/Gasocidente do Mato Grosso Ltda., Campo Grande. (não publicado)

MARTIUS, C. F. P. von. 1991. Como se deve escrever a história do Brasil. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 13(77):56-63.

MATTOSO, J. 1988. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa, Estampa.

MEGGERS, B. J. 1985. Advances in Brazilian archaeology. *American*

Antiquity, Washington, 50(2):364-373.

_____. 1987a. Desenvolvimento da Arqueologia Brasileira, 1935-1985: uma visão pessoal. Trad. de M. B. de Almeida. In CARVALHO, E. T. de. *Pesquisa do passado: arqueologia no Brasil*. Rio de Janeiro, IAB, pp.149-154.

_____. 1987b. *Amazônia —a ilusão de um paraíso*. 2ª ed., Trad. de M. Y. Linhares, São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia.

_____. 1998a. Desenvolvimento cultural pré-histórico nas terras baixas tropicais da América do Sul: Amazonas e Orinoco. Trad. de J. Eremites de Oliveira. *Fronteiras*, Campo Grande, 2(4):9-38.

_____. 1998b. *Evolución y difusión cultural. Enfoques teóricos para la investigación arqueológica I*. Quito, Abya-Yala.

_____. 1999. *Ecología y Biogeografía de la Amazonía. Enfoques teóricos para la investigación arqueológica II*. Quito, Abya-Yala.

MEGGERS, B. J. & EVANS, C. 1965. *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. 1970. *Como interpretar a linguagem da cerâmica*. Trad. de A. B. Eble, Washington, Smithsonian Institution.

MELIÀ, B. 1987. Introdução. In: MELIÀ, B. et al. *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo, Fundames, pp.17-71.

MELLO, P. J. de C. 1997. Levantamento arqueológico, para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de empreendimentos hidrelétricos. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.17-21.

MELTZER, D. J. 1979. Paradigms and the nature of change in American Archaeology. *American Antiquity*, Washington, 44(4):644-657.

MENDONÇA, R. de. 1975. *Bibliografia mato-grossense*. Cuiabá, EdUFMT.

MÉTRAUX, A. 1942. The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso. *Bulletin*, Washington, 134.

_____. 1944. Estudios de etnografía chaqueña. *Anales del Instituto*

de *Etnografia Americana*. Trad. de S. Canals Frau, Cuyo, 5:263-314.

_____. 1963a. Ethnography of the Chaco. In STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. 2ª ed., New York, Cooper Square Publishers, v.1, pp.197-370.

_____. 1963b. The Guató. In STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. 2ª ed., New York, Cooper Square Publishers, v.1, pp.409-419.

MIGLIACIO, M. C. 1997a. Primeiros resultados do Projeto Arqueológico no Pantanal Matogrossense: Cáceres-Taiamã. *Caderno de Resumos do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB, p.56.

_____. 1997b. *Projeto Pantanal Arqueológico. Relatório técnico ao Fundo Nacional de Meio Ambiente/MMA/ICV*. Cuiabá, 18ª Sub-regional do IPHAN. (não publicado)

_____. 2000a. *A ocupação pré-colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso: uma leitura preliminar*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.

_____. 2000b. *Registro de sítios arqueológicos no baixo rio São Lourenço: relatório de viagem – de 01/08 a 05/08/2000*. Cuiabá, 18ª Coordenação Sub-regional do IPHAN. (não publicado)

_____. 2001. *O patrimônio arqueológico do Pantanal de Cáceres*. Cuiabá, IPHAN. (panfleto)

_____. 2006. *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século XVI*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.

MIGLIACIO, M. C. et al. 1999/2000. *Relatório parcial do projeto de salvamento do sítio arqueológico Índio Grande*. Cuiabá, 14ª Coordenação Regional & 18ª Sub-regional do IPHAN. (não publicado)

MILARÉ, É. 1998. Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil. In MÜLLER-PLANTENBERG, C. & AB'SABER, A. N. (Org.). *Previsão de impactos: o Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo, Edusp, pp.51-83.

MOBERG, C.-A. 1986. *Introdução à arqueologia*. Trad. de M. R. H. da Silva, Lisboa, Edições 70.

MONIOT, H. 1979. A história dos povos sem história. In LE GOFF, J. &

- NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. 2ª ed., Trad. de T. Santiago, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MONTICELLI, G. 1995. *Vasilhas de cerâmica Guarani: resgate da memória entre os Mbyá*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- MOONEN, F. 1988. *Antropologia aplicada*. São Paulo, Ática.
- MORAIS, J. L. de. 1999/2000. Arqueologia da região Sudeste. *Revista USP*, São Paulo, 44(2):194-217.
- MORAIS, J. L. de & PERASSO, J. A. 1984. *Tecno-tipologia de estructuras de lascamento del sitio Marcelina-Kue (Itapuá - Paraguay)*. Asunción, Arte Nuevo.
- MORÁN, E. F. 1990. *Ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- _____. 1994. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. Trad. de C. E. A. Coimbra Júnior & M. S. Brandão, São Paulo, Edusp.
- MORELLI, S. L. (Org.). 2000. *Legislação ambiental do estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, EdUFMS.
- MORETTI, S. A. L. 1999. As transformações recentes em uma comunidade tradicional do Pantanal Mato-grossense – Colônia São Domingos. In *Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal*. Corumbá, EMBRAPA Pantanal, pp.479-481.
- MOURA, M. M. 2004. *O nascimento da antropologia cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo, 2004.
- MURDOCK, G. P. et al. 1969. *Guía para la clasificación de los datos culturales*. 3ª ed., Trad. pela OEA, Washington, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos.
- NETTING, R. M. 1986. *Cultural ecology*. 2ª ed., Illinois, Waveland.
- NEVES, E. G. 1988. *Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro basin, northwest Amazon*. Indiana, Indiana University. PhD Tesis.
- _____. 1999. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia. In TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, pp.359-367.

_____. 1999/2000. O velho e o novo na Arqueologia Amazônica. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):86-111.

NEVES, W. A. 1984. A evolução do levantamento arqueológico na bacia do Alto Guapeí, SP. *Revista de Pré-história*, São Paulo, 6:225-234.

_____. 1988. Arqueologia brasileira: algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (Série Antropologia), Belém, 2:200-205.

_____. (Org.). 1989. *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (Org.). 1991. *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. 1996. *Antropologia ecológica*. São Paulo, Cortez.

_____. (Org.). 1999/2000a. Antes de Cabral. *Revista USP*, São Paulo, 44(1-2).

_____. 1999/2000b. Antes de Cabral: a arqueologia e a sociodiversidade no passado. *Revista USP*, São Paulo, 44(2):6-9.

NIMUENDAJÚ, C. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória.

NOELLI, F. S. 1992. Etnoarqueologia Guarani: um método de resgate controlado de dados bibliográficos úteis à interpretação arqueológica. In SOUZA, A. M. de et al. (Ed.). *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB/CNPq/FINEP/UNESA, v.2, pp.594-621.

_____. 1993. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

_____. 1999/2000. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). *Revista USP*, São Paulo, 44(2):218-269.

NOELLI, F. S. et al. 1996. Debate: hipóteses sobre a origem e a expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 39(2): 5-118.

OLIVEIRA, N. V. & FUNARI, P. P. A. 1998. Primeiro levantamento do

- Gasoduto San Matias/Cuiabá. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 11:125-129.
- ORTON, C. et al. 1997. *Pottery in archeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PALÁCIO, A. P. 1978. *Os Guató*. Comunicação apresentada na 11ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, 1978. (não publicado).
- _____. 1984. *Guató – a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP.
- _____. 1986. Aspects of the morphology of Guató. In ELSON, B. F. (Ed.). *Language in global perspective*. Dallas, Sumer Institute of Linguistic, pp.363-371.
- _____. 1987. Guató: uma língua redescoberta. *Ciência Hoje*, 5(29):74-75.
- _____. 1996. O sistema numeral em Guató. *Boletim da ABRALIN*, Maceió, 1:15-20.
- PALÁCIO, A. P. & RODRIGUES, A. D. 1979. *Marcadores de pessoas em Guató e Kadiwéu*. Comunicação apresentada na 18ª Reunião do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo. São Paulo. (não publicado).
- PALLESTRINI, L. & PERASSO, J. A. 1984. *Arqueología: método y técnicas en superficies amplias*. Asunción, CEADUC-Universidad Católica.
- PALLESTRINI, L. et al. 1989. *El hombre prehistorico del Py-Pucu (esbozo arqueo-etnológico)*. Asunción, RP.
- PASCHOA, A. S. 2001. Usinas nucleares: a questão dos rejeitos. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 29(169):40-47.
- PASSOS, J. A. de M. B. 1975. *Alguns petróglifos em Mato Grosso com apêndice sobre outros do Paraguai e Bolívia*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, USP.
- PEIXOTO, J. L. dos S. 1995. *A ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-mato-grossense: maciço de Urucum*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- _____. 1996a. A ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-mato-grossense: maciço de Urucum. In KERN, A. A. (Org.). *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto

Alegre, Edipucrs, pp.281-294.

_____. 1996b. *A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho/MS*. Relatório de pesquisa do Programa de Recém-mestre da FAPERGS. São Leopoldo, IAP-UNISINOS/FAPERGS. (não publicado)

_____. 1996c. *Arqueologia no Pantanal Sul-mato-grossense e a Hidrovia Paraná-Paraguay*. Comunicação apresentada no Seminário “O Modelo de Desenvolvimento da Bacia do Prata, o Mercosul e a Hidrovia Paraguai-Paraná”. Corumbá, CAAP-ECOÁ. (não publicado)

_____. 1998. Populações indígenas de Tradição Tupiguarani no Pantanal Sul-mato-grossense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8:71-86.

_____. 2002. *A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS.

PEIXOTO, J. L. dos S. & SCHMITZ, P. I. 1998. A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, Pantanal, Mato Grosso do Sul. *Pesquisas* (Série História), São Leopoldo, 30:133-155.

PEIXOTO, J. L. dos S. & ISQUIERDO, S. W. G. 2000. Projeto Vitória Régia: diagnóstico geoambiental e arqueológico da bacia hidrográfica da lagoa Negra, Pantanal Sul-mato-grossense. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. **(cd-rom)**

PEIXOTO, J. L. dos S. et al. 1999. Padrão de assentamento das populações indígenas pré-históricas do Pantanal Sul-mato-grossense. In *Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal*. Corumbá, EMBRAPA Pantanal, pp.431-436.

_____. 2000. Arqueologia. In SILVA, J. dos S. V. da (Org.). *Zoneamento ambiental da borda oeste do Pantanal: maciço do Urucum e adjacências*. Brasília, EMBRAPA, pp.55-67.

_____. 2001. Sítios arqueológicos da Lagoa do Castelo e Vermelha, Pantanal (MS): mapeamento e prospecção. *Resumos do XI Congresso a Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB, p. 124.

PELS, P. 1999. Professions of duplicity: a prehistory of ethical codes in Anthropology. *Current Anthropology*, Chicago, 40(2):101-136.

- PEÑA, J. 1999. *Las exploraciones arqueológicas de Branislava Susnik y su aporte a los estudios arqueológicos en el Paraguay*. Monografía de Graduação. Asunción, Universidad Nacional.
- PERASSO, J. A. [José Antonio Gómez-Perasso]. 1978. Estudios arqueológicos en el Paraguay: análisis interpretativo. *Etnografía Paraguaya*, Asunción, 1(2):1-32.
- _____. 1984. *Interpretación de estructuras en arqueología histórica: sitio Trinidad (Itapúa, Paraguay)*. Asunción, Arte Nuevo, v.1.
- PEREIRA, L. M. & EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2007. *Perícia antropológica e histórica da área identificada pela FUNAI como sendo a Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu*. Autos nº 2001.60.02.001924-8, 1ª Vara da 5ª Subseção Judiciária de Ponta Porã.
- PESSIS, A. 1993. Registros rupestres, perfil gráfico e grupo social. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 9:7-14.
- PETRULLO, V M. 1932. Primitive peoples of Matto Grosso. *The Museum Journal*, Philadelphia, 23(2):81-179.
- PLOG, S. et al. 1978. Decision making in moder surveys. In SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Advances in archaeological method and theory*. New York, Academic Press, v.1, pp.383-421.
- POIRIER, J. 1981. *História da Etnologia*. Trad. de I. Toledo, São Paulo, Cultrix/Edusp.
- POLITIS, G. G. 2002. Acerca de la etnoarqueología en América del Sur. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 8(18):61-91.
- PONCE, V. M. 1995. *Impacto hidrológico e ambiental da Hidrovia Paraná-Paraguai no Pantanal Matogrossense: um estudo de referência*. San Diego, San Diego State University.
- POPPER, K. 1993. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. de L. Hegenberg & O. S. da Mota, São Paulo, Cultrix.
- PORTO ALEGRE, M. S. 1994. Imagem e representação do índio no século XIX. In GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília, MEC, pp.59-72.
- PÓVOAS, L. C. 1995. *História geral de Mato Grosso*. Cuiabá, s.e., 2v.
- PREUCCEL, R. W. 1991. The Philosophy of Archaeology. In PREUCCEL,

R. W. (Ed.). *Processual and postprocessual archaeologies. Multiple ways of knowing the past*. 2ª ed., Illinois, The Southern Illinois University at Carbondale, pp.17-29.

O PROJETO de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná: relatório de uma análise independente. 1997. Brasília, Fundação CEBRAC.

PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, EdUnB.

_____. 1994. L'Archéologie Brésilienne aujourd'hui: problèmes et tendances. In LÉVÊQUE, P. et al. (Ed.). *Recherches Brésiliennes. Annales Littéraires de l' Université de Besançon*, Paris, 130:9-43.

_____. 1999. As categorias estilísticas nos estudos da arte rupestre pré-histórica: arqueofatos ou realidades? *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Série Suplemento), São Paulo, 3:251-261.

PUSINERI, A. 1993. *Guía ilustrada de Museo Etnográfico Andrés Barbero*. 2ª ed., Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1997. *Dra. Branka Susnik, vida y obra*. Asunción. Palestra proferida na Eslovênia, em Outubro de 1997. (não publicado)

_____. 1998. *Lista de publicaciones de Susnik, Dra. Branislava (Branka)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero. (não publicado)

_____. 2000. *Reseña biográfica de la Dra. Branislava Susnik*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero. (www.pla.net.py/home/museoetn/dra.htm [23/01/2001]).

PUSINERI SCALA, C. A. 1973. Los montículos o vyychovi del Paraguay. *Historia Paraguaya*, Asunción, 14:117-124.

QUEIROZ, P. R. C. 1997. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Campo Grande, EdUFMS.

_____. 2004. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, Edusc; Campo Grande, UFMS.

RAAB, L. M. et al. 1980. Clients, contracts, and profits: conflicts in Public Archaeology. *American Anthropologist*, Washington, 82(3):539-551.

RAHTZ, P. 1989. *Convite à arqueologia*. Trad. de L. O. C. Lemos, Rio de Janeiro, Imago.

- REDMAN, C. L. 1973. Multistage, fieldwork and analytical techniques. *American Antiquity*, Washington, 38(1):61-79.
- _____. 1979. *Productive sampling strategies for archaeology*. Tucson, University of Arizona Press.
- REGO, M. do C. de M. 1899. Artefactos indígenas de Matto Grosso. *Archivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10:175-184.
- REIS, E. P. et al. 1997. As ciências sociais no últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 12(35):1-24.
- RENFREW, C. & BAHN, P. 1998. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. 2ª ed., Trad. de M. J. M. Rial, Madrid, Akal.
- RIBEIRO, B. G. 1987. A arte de trançar: dois macroestilos, dois modos de vida. In RIBEIRO, B. G. (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes/Finep, v.2, pp.283-321.
- _____. 1988. *Dicionário do Artesanato Indígena*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.
- RIBEIRO, D. 1957. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, São Paulo, 6(2):5-102.
- _____. 1998. *Confissões*. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- RICE, P. M. 1987. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago, The University of Chicago Press.
- RODRIGUES, J. H. 1978. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC.
- ROGGE, J. H. 2000. A ocupação antiga do Pantanal do Mato Grosso do Sul. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 14:343-352.
- ROGGE, J. H. & SCHMITZ, P. I. 1992. Projeto Corumbá: a cerâmica dos aterros. In SOUZA, A. M. de et al. (Ed.). *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB/CNPq/FINEP/UNESA, v.2, pp.781-791.
- _____. 1994. Projeto Corumbá: a ocupação pelos grupos ceramistas pré-coloniais. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2):169-180.
- RONDON, C. M. da S. [Marechal Rondon]. 1949. *Relatório dos trabalhos*

realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato-Grosso... Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

RONDON, F. 1938. *Na Rondônia ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

RONDON, J. L. N. 1971. *No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso*. São Paulo, Urupês.

_____. 1972. *Tipos e aspectos do Pantanal*. São Paulo, Urupês.

ROOSEVELT, T. 1944. *Através do sertão do Brasil*. Trad. de C. Erichsen, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

ROOSEVELT, A. C. 1991. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In NEVES, W. A. (Org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp.103-141.

_____. 1992. Arqueologia Amazônica. Trad. de J. M. Monteiro. In CUNHA, M. C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras/SMC/Fapesp, pp.53-86.

_____. 1999. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, pp.35-50.

ROSA, A. O. 1997. Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Corumbá: análise preliminar dos restos faunísticos. *Biblos*, Rio Grande, 9:117-126.

_____. 1998. Os restos faunísticos. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 54:171-195.

_____. 2000. Zooarqueologia de alguns sítios do Pantanal Sul-mato-grossense. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 14:327-342.

SABLOFF, P. L. W. 1998. *Conversations with Lew Binford. Drafting the New Archaeology*. With a postscript by Jeremy A. Sabloff. Norman, University of Oklahoma Press.

SAHLINS, M. 1977. *Economía de la Edad de Piedra*. Trad. de E. Muñiz & E. R. Fondevila, Madrid, Akal.

SANTOS, M.C. 1999. Clastres e Susnik: uma tradução do “Guarani de papel”. In: GADELHA, R.A.F. (Ed.). *Missões Guarani: impacto na*

- sociedade contemporânea*. São Paulo, Educ/Fapesp, pp.205-219.
- SANTOS, M. do C. M. M. dos. 2001. *A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.
- SANTOS, M. 1997. A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço mundo. In SANTOS, M. S. et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 3ª ed. São Paulo, pp.15-22.
- SÃO PEDRO, M. de F. A. & MOLINA, R. A. 1997. Patrimônio arqueológico: conhecendo a legislação. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 10:51-70.
- SBEGHEN, A. C. 1998. *Análise dos remanescentes faunísticos de um sítio do Pantanal Sul-mato-grossense*. Monografia de Graduação. São Leopoldo, UNISINOS.
- SCHAAN, D. P. 1997. *A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara: um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó – Brasil (400-1300 AD)*. Porto Alegre, Edipucrs.
- SCHADEN, E. 1993. Pioneiros alemães da exploração etnológica do Alto Xingu. In COELHO, V. P. (Org.). *Karl von den Steinen: um século de Antropologia no Xingu*. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.109-129.
- SCHIAVETTO, S. N. de O. 2002. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.
- _____. 2003. *A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- SCHIFFER, M. B. (Ed.). 1978. *Advances in archaeological method and theory*. New York, Academic Press.
- SCHMIDT, M. 1902. Die Guató. *Verhandlungen der Berliner Anthropologischen Gesellschaft*, Berlin, 15 Feb., 77-89.
- _____. 1905. *Indianerstudien in Zentralbrasilien. Erlebnisse und ethnologische Ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900 bis 1901*. Berlin, Dietrich Reimer.
- _____. 1912. Reisen in Matto Grosso in Jahre 1910. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 44(1):130-174.
- _____. 1914. Die Guato und ihr Gebiet. *Ethnologische und*

- archäologische Ergebnisse der Expedition zum Caracara-fluss in Matto-Grosso. *Baessler-Archiv*, Berlin, 4(6):251-283.
- _____. 1928. Ergebnisse meiner zweijährigen Forschungsreise in Mato-Grosso; September 1926 bis August 1928. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 60(1-3):85-124.
- _____. 1940a. Hallazgos prehistóricos en Matto-Grosso. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Asunción, 1(5):27-62.
- _____. 1940b. Nuevos hallazgos de grabados rupestres en Matto Grosso. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Asunción, 1(5):63-71.
- _____. 1942a. *Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos*. Trad. de C. B. Cannabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. 1942b. Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Asunción, 5(6):41-75.
- _____. 1942c. Resultados de minha expedição bional a Mato-Grosso. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 14-17:141-285.
- _____. 1949. Los Payaguás. *Revista do Museu Paulista (Nova Série)*, São Paulo, 3:129-270.
- _____. 1951. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los métodos de agricultura de los Indígenas sudamericanos. *Revista do Museu Paulista (Nova Série)*, São Paulo, 5:239-252.
- _____. 1959. *El sistema de la etnología: primera parte*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero/Sociedad Científica del Paraguay.
- _____. 1971. *The primitive races of mankind: a study of ethnology*. Translated by Alexander K. Dallas. New York, Klaus Reprint CO.
- _____. 1974. Comments on cultivated plants and agricultural methods of south American Indians. In LYON, P. (Ed.). *Native South America*. Boston, Little, Brown and Company.
- SCHMITZ, P. I. 1957. Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguaí. *Pesquisas*, Porto Alegre, 1:122-142.
- _____. 1976. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*.

Tese de Livre-Docência. Porto Alegre, UFRGS.

_____. 1985/1986. *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*. Projeto de Pesquisa. São Leopoldo, IAP-UNISINOS. (não publicado)

_____. 1986. A História do Brasil: reflexões de um arqueólogo. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 22(91):5-18.

_____. 1989. Política arqueológica brasileira. *Dédalo*, São Paulo, 1:47-52.

_____. 1990. *Diário de campo de julho de 1990 do Programa Arqueológico do MS – Projeto Corumbá*. São Leopoldo, IAP-UNISINOS. (não publicado)

_____. 1992. Brazil. Mato Grosso do Sul. *American Antiquity*, Washington, 57(1):150-151.

_____. 1993. Programa Arqueológico do MS – Projeto Corumbá. In SCHMITZ, P. I. (Org.). *Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas*. São Leopoldo, IAP-UNISINOS, pp.40-47.

_____. 1994. Brazil: tendencies and growth. In OYUELA-CAYCEDO, A. (Ed.). *History of Latin American Archaeology*. Avebury, Aldershot, pp.22-35.

_____. 1997. Pantanal: os primeiros passos da pré-histórica. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 129(22):36-45.

_____. 1998. Arqueologia em Mato Grosso do Sul: dois projetos, dois resultados. *Fronteiras*, Campo Grande, 2(4):203-223.

_____. 1999. Pescadores-caçadores-coletores do Pantanal do Mato Grosso do Sul. In: Tenório, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. EdUFRJ, Rio de Janeiro, pp.149-156.

_____. 2000. Projeto Corumbá, balanço e prospecção. *Clio* (Série Arqueológica), Recife, 14:273-280.

SCHMITZ, P. I. et al. 1982. Arqueologia do centro-sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 33.

_____. 1986. *Caiapônia*. São Leopoldo, IAP-UNISINOS.

_____. 1987. Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of*

World Prehistory, New York, 1(1):53-119.

_____. 1989. Arqueologia nos cerrados do Brasil central: Serranópolis I. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 44.

_____. 1991. Os aterros dos campos do Sul: a Tradição Vieira. In KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto, Porto Alegre, pp.221-250.

_____. 1992. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: o sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 48.

_____. 1997. *Serranópolis II: as pinturas e gravuras dos abrigos*. São Leopoldo, IAP-UNISINOS.

_____. 1996. Arqueologia nos cerrados do Brasil central: sudoeste da Bahia e leste de Goiás – o Projeto Serra Geral. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 52.

_____. 1998. Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 54.

_____. 2000a. O Projeto Corumbá, oito anos de pesquisa no Pantanal do Mato Grosso do Sul. In SOUZA, S. M. F. M. de (Org.). *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, SAB. (cd-rom)

_____. 2000b. Arqueologia do Pantanal do Mato Grosso do Sul: Projeto Corumbá. In CAMPOS, T. de S. & RIBEIRO, L. M. M. (Coord.). *Pantanal 2000: Encontro Internacional de Integração Técnico-Científica para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e Pantanal*. Corumbá, UCDB, pp.141-152.

SCHNAPP, A. 1976. A Arqueologia. In LE GOFF, J. & NORA, P. (Org.). *História: novas abordagens*. Trad. de H. Mesquita, Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp.1-20.

SCHUCH, M. E. J. 1995a. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto-Paraguai*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.

_____. 1995b. O índio enquanto etnia: Etno-história dos Xaray e Chané. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 31(143):109-125.

SEDA, P. 1997. A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil.

Clio (Série Arqueológica), Recife, 12:139-168.

SEVERINO, A. J. 1996. *Metodologia do trabalho científico*. 20ª ed., São Paulo, Cortez.

SHEPARD, A. O. 1985. *Ceramics for the archaeologist*. Washington, Carnegie Institution.

SILVA, C. E. F. da S. & LOPES, E. (Org.). 1997. Coletânea da legislação de proteção ao patrimônio cultural. In CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, pp.197-225.

SILVA, C. J. da & SILVA, J. A. F. 1995. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo, NUPAUB/USP.

SILVA, F. A. 1992. *Manifestações artísticas pré-históricas: um estudo descritivo-classificatório e interpretativo da arte rupestre de Serranópolis – Goiás*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS.

SILVA, F. C. T. da. 1990. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964/1984). In LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, pp.273-303.

SILVA, J. L. L. 2000. Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – a Arqueologia aqui. *Caderno de Resumos do V Encontro Regional de História*. Três Lagoas, ANPUH-MS/EdUFMS.

SIMÕES, M. F. & ARAÚJO-COSTA, F. 1978. *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

SINOPOLI, C. M. 1991. *Approaches to archaeological ceramics*. New York, Plenum Press.

SIQUEIRA, E. M. 2002. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá, Entrelinhas.

SOARES, A. L. R. 1993. A pintura geométrica corporal Bororo e suas relações com a pintura rupestre geométrica da região de Coxim, MS: uma análise comparativa. *Anais do VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia*. Porto Alegre, CEPA-PUCRS, pp.28-40.

_____. 1997. *Guarani: organização social e Arqueologia*. Porto Alegre, Edipucrs.

- SODRÉ, N. W. 1976. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SOUZA, A. M. de. 1991. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas* (Série Antropologia), São Leopoldo, 46:1-157.
- SOUZA, L. G. de. 1973. *História de uma região: Pantanal e Corumbá*. São Paulo, Resenha Tributária, v.1.
- _____. 1978. *Bacia do Paraguai: geografia e história*. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação.
- _____. s.d. *História de Corumbá*. Corumbá, s.e.
- SOUZA, L. R. de & GUARIM NETO, G. 1999. Estudo etnobotânico em duas comunidades ribeirinhas: Coxipó do Ouro e São Gonçalo – MT – Brasil. In *Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal*. Corumbá, EMBRAPA Pantanal, pp.471-478.
- STEINEN, K. von den. 1897. *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens. Reiseschilderung und Ergebnisse der Zweiten Schingú-Expedition (1887-1888)*. Berlin, Dietrich Reimer.
- _____. 1940. Entre os aborígenes do Brasil Central. Trad. de E. Schaden. *Revista do Arquivo*, São Paulo, 34-58.
- STEWART, J. H. 1955. *Teoría y práctica del estudio de áreas*. Washington, Unión Panamericana.
- _____. 1963. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. 2ª ed., New York, Cooper Square Publishers, v.1.
- STOCKING JR., George W. 2004. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia*. Tradução de Rosaura Maria C. L. Eichenberg. Rio de Janeiro, Contraponto/Editora UFRJ.
- SUSNIK, B. [Branislava J. Sušnik]. 1959a. Material arqueológico del área alto-paraguayense. *Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del Museo Etnográfico Andrés Barbero*, Asunción, 3:81-103.
- _____. 1959b. Notas complementarias. In SCHMIDT, M. *El sistema de la etnología: primera parte*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero/Sociedad Científica del Paraguay, pp.129-217.
- _____. 1961. Clasificación de las poblaciones indígenas del área chaqueña. In SUSNIK, B. J. *Manual de Etnografía Paraguaya*. Asunción,

Museo Etnográfico Andrés Barbero, pp.209-212.

_____. 1965. *El indio colonial del Paraguay. El Guaraní colonial*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, t.1.

_____. 1972a. *Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico)*. Resistencia, Universidad del Nordeste.

_____. 1972b. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico). *Suplemento Antropológico*, Asunción, 1-2(7):85-107.

_____. 1975. *Dispersión Tupí-Guaraní prehistórica: ensayo analítico*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1978. *Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1982. *Cultura Material (Guaraníes y Chaquenhos)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1982.

_____. 1984. *Guía del Museo: Etnografía Paraguaya*. 9ª ed., Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1987. Las características etno-socio-culturales de los aborígenes del Paraguay en el siglo XVI. *Historia Paraguaya*, Asunción, 24:81-103.

_____. 1991. *Prof. Dr. Max Schmidt: su contribución etnológica y su personalidad*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1992. *Introducción a las fuentes documentales referentes al indio colonial del Paraguay*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1994. *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua – I: formación y dispersión étnica*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1995a. *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua – II: el hombre, persona y agente ergológico*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

_____. 1995b. *Chamacocos I: cambio cultural*. 2ª ed., Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.

- _____. 1996. *Poblados – Viviendas: manufactura utilitaria (ámbito sudamericano)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.
- _____. 1998a. *Artesanía indígena*. Asunción, El Lector.
- _____. 1998b. *Tendencias psicosociales y verbometales Guaycuru-Maskoy-Zamuco: enfoque analítico*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.
- SYMANSKI, L. C. P. 1998. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, Edipucrs.
- SWITKES, G. 2001. *A conexão Mississipi-Paraguai*. Palestra proferida em 13/2/2001 na cidade de Cuiabá, Mato Grosso. (www.riosvivos.org.br [8/5/2001])
- SZKLO, A. S. & OLIVEIRA, R. G. de. 2001. Incertezas e riscos da reforma do setor elétrico. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 28(168):24-31.
- TEIXEIRA, C. S. G. 1999. A história do mercado e suas instituições. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 26(151):20-22.
- TENÓRIO, M. C. (Org.). 1999. *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, EdUFRJ.
- THIEME, I. 1993. Karl von den Steinen: vida e obra. In COELHO, V. P. (Org.). *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.36-108.
- TRIGGER, B. G. 1973. *Além da história: os métodos da pré-história*. Trad. de U. B. de Menezes, São Paulo, Epu/Edusp.
- _____. 1982a. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, Chicago, 29:1-29.
- _____. 1982b. Ethnohistoria: problemas y perspectivas. *Traducciones y Comentarios*, San Juan, 1:27-55.
- _____. 1992. *Historia del pensamiento arqueológico*. Trad. de I. G. Trócoli, Barcelona, Crítica.
- VASCONCELOS, C. A. de. 1999. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, EdUFMS.
- VELHO, O. G. 1984. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. de. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, pp.240-261.

VERONEZE, E. 1991a. *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*. Comunicação apresentada no VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia, Porto Alegre. (não publicado)

_____. 1991b. *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Corumbá. Trabalho de Campo de 1991*. Diário de Campo. Corumbá/São Leopoldo. (manuscrito)

_____. 1994. *A ocupação do planalto central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.

VIETLER, R. B. 1988. *Ecologia cultural: uma Antropologia da mudança*. São Paulo, Ática.

VOVELLE, M. 1993. A História e a longa duração. In LE GOFF, J. *A história nova*. 2ª ed., Trad. de E. Brandão, São Paulo, Martins Fontes, pp.65-96.

YOFFEE, N. & SHERRATT, A. 1993. *Archeological theory: who sets the agenda?* Cambridge, Cambridge University Press.

WANTZEN, K. M. et al. 1999. Impactos recientes de la navegación en el río alto Paraguay. *Revista Boliviana de Ecología y Conservación Ambiental*, Cochabamba, 6:173-182.

WILLEY, G. R. 1971. *An introduction to American Archaeology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, v.2.

WILLEY, G. R. & PHILLIPS, P. 1958. *Method and theory in American Archaeology*. Chicago, The University of Chicago Press.

WILLEY, G. R. & SABLOFF, J. A. 1980. *A History of American Archaeology*. 2ª ed., San Francisco, W. H. Freeman and Company.

WÜST, I. 1990. *Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo.

WÜST, I. & MIGLIÁCIO, M. C. 1994. *Programa para Preservação do Patrimônio Arqueológico Pantaneiro. Relatório ao IBPC – 14ª Coordenação Regional, Brasília*. Goiânia/Cuiabá. (não publicado)

WÜST, I. et al. 1997. Editorial. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 10:5.

WYLIE, A. 2000. Questions of evidence legitimacy, and the (dis)unity of science. *American Antiquity*, Washington, 65(2):227-237.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40